



WILSON LUIZ LINO DE SOUSA

**EM BUSCA DO ELO PERDIDO:
a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço da
qualificação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer**

Campinas
2014



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

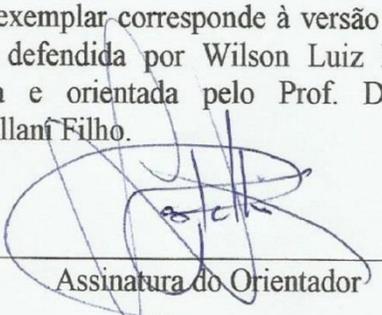
WILSON LUIZ LINO DE SOUSA

**EM BUSCA DO ELO PERDIDO:
a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço
da qualificação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer**

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação Física - Área de Concentração: Educação Física e Sociedade.

Orientador Prof. Dr. Lino Castellani Filho

Este exemplar corresponde à versão final da Tese defendida por Wilson Luiz Lino de Sousa e orientada pelo Prof. Dr. Lino Castellani Filho.


Assinatura do Orientador

Campinas
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação Física
Dulce Inês Leocádio dos Santos Augusto - CRB 8/4991

So85e Sousa, Wilson Luiz Lino de, 1963-
Em busca do elo perdido : a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço da qualificação das políticas públicas de esporte e lazer / Wilson Luiz Lino de Sousa. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Lino Castellani Filho.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Políticas públicas. 2. Esporte. 3. Lazer. 4. Planejamento urbano. 5. Sistemas de informação geográfica. I. Castellani Filho, Lino. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: In search of the missing link : the production of the scientific and technological knowledge in the service of the qualification of public policy recreation & sports

Palavras-chave em inglês:

Public policies

Sport

Leisure

Urban planning

Geographic information system

Área de concentração: Educação Física e Sociedade

Titulação: Doutor em Educação Física

Banca examinadora:

Lino Castellani Filho [Orientador]

Silvia Cristina Franco Amaral

Augusto Cesar Rios Leiro

Silvio Ancisar Sánchez Gamboa

Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

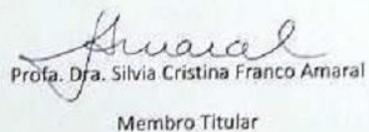
Data de defesa: 26-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Educação Física

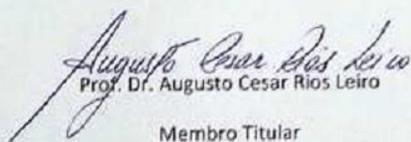
COMISSÃO EXAMINADORA



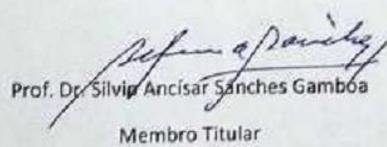
Prof. Dr. Lirio Castellani Filho
Orientador



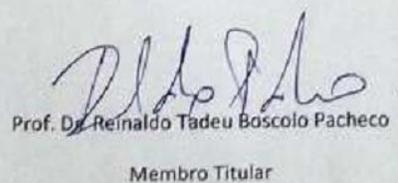
Profa. Dra. Silvia Cristina Franco Amaral
Membro Titular



Prof. Dr. Augusto Cesar Rios Leiro
Membro Titular



Prof. Dr. Silvia Ancisar Sanches Gamboa
Membro Titular



Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco
Membro Titular

ABSTRACT

The production of knowledge about Public Policies for Sport and Leisure and the viability of the development of new technologies aiming at the qualification of the public management of this sector were approached in this thesis. The problem detected refers, on the one hand, to the distance between researchers responsible for the academic-scientific and technological production and the workers involved in the formulation and management of such policies, and on the other hand, to the need to produce knowledge about the themes. The referred distance comes from both the *ethos* of the academic studies, steeped in an “academicism” disengaged with management, and the excessively pragmatic sense of the managers, who sometimes refuse theoretical formulations. Considering the problematization presented, the preliminary data collected in the development of previous researches and the results of the recent literature review, it was established the objective to promote the approximation of agents aiming, from the collective work, to identify, organize and systematize reliable information about the programs of sport and leisure implanted in the city of Goiânia, and make it available in a Geographic Information System. To achieve this objective, the historical method critical-dialectical was used as a parameter, aiming to unveil the process of inscription of the policy of sport and leisure in the recent history of the city, taken as reference for the development of a pilot study, which is fundamental to the development of a Geographic Information System. Beyond the theoretical background, inserted in the theory of knowledge of Marxist inspiration, this research can be characterized as a pilot study in which the techniques of bibliographical, documental and research field analysis were articulated. The bibliographical analysis had initially an exploratory character from which it was possible to produce a critical survey about the *State of Art*, enabling a more qualified apprehension about the pertinence of the geoprocessing in the management of public policies, making evident the social, scientific and contemporary relevance of the theme. Additionally, it enabled the survey and the analysis of an important bibliographical material that subsidized the discussion about the sport and leisure infrastructure required for the organization of the Worksheet Data and the Logical Matrix of the Programs used in the information collection, in the characterization of the spaces/equipments of the Program Draulas Vaz, and in the definition of the attributes needed for the development of the *Software*. The overcoming of the distance previously mentioned was not only possible but also necessary to the minimization of the effects of the dichotomy intellectual/manual work in the creation of the GIS-Sport and Leisure, which enabled to map the places where the politics was materialized, as well as the visualization of reliable information about the programs, qualifying the management and, therefore, the urban planning. The organization of the database enabled the production of thematic maps through which it was possible to identify the spatial distribution and the coverage area of the referred spaces and equipments. Besides, it will promote correlations and analyses required for the monitoring and the evaluation of the politics, as well as the spatialization of the municipal areas destined to sport and leisure, which will certainly politicize the discussion about dispute of interests in the disfranchisement of the original destination of these public areas.

Keywords: Public Policies; Sport; Leisure; Urban Planning; Geographic Information System.

RESUMO

A produção de conhecimentos sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer e a viabilidade do desenvolvimento de novas tecnologias visando à qualificação da gestão pública do setor, foram tematizadas nesta tese. O problema detectado refere-se ao distanciamento entre pesquisadores responsáveis pela produção acadêmico-científica e tecnológica e os trabalhadores envolvidos com a formulação e gestão das referidas políticas, de um lado, e a necessidade da produção de conhecimentos sobre os temas, de outro. O aludido distanciamento tem sua gênese tanto no *ethos* dos estudos acadêmicos, em muitos casos saturados de um ‘academicismo’ descomprometido com a gestão, como também no sentido excessivamente pragmático de muitos gestores, por vezes arredios às formulações teóricas e/ou conhecimento aplicado. Considerando a problematização apresentada, dados preliminares obtidos no desenvolvimento de pesquisas anteriores e os resultados de recente consulta à literatura, estabeleceu-se como objetivo a promoção da aproximação entre os agentes visando, a partir do trabalho coletivo, identificar, organizar e sistematizar informações confiáveis sobre os programas de esporte e lazer implantados no município de Goiânia e disponibilizá-las em um SIG. Para consecução do objetivo proposto tomou-se o método histórico crítico-dialético como parâmetro para trilhar o caminho visando desvendar o processo de inscrição da política de esporte e lazer na história recente do município, tomado como referência para o desenvolvimento de um estudo piloto, fundamental ao desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas. Para além do referencial teórico, inserido na teoria do conhecimento de inspiração marxista, esta pesquisa pode ser caracterizada como um estudo piloto, no qual se articulou as técnicas de análise bibliográfica, documental e de campo. A análise bibliográfica teve, inicialmente, um caráter de estudo exploratório, a partir do qual foi possível produzir um levantamento crítico sobre o *Estado da Arte*, proporcionando uma apreensão qualificada acerca da pertinência do geoprocessamento na gestão de políticas públicas, evidenciando a relevância social, científica e contemporânea do tema. Complementarmente possibilitou o levantamento e a análise de importante material bibliográfico que subsidiou a discussão sobre a infraestrutura esportiva e de lazer, necessária à organização da Planilha de Dados e da Matriz Lógica dos Programas utilizadas na coleta de informações, na caracterização dos espaços/equipamentos do Programa Draulas Vaz e na definição dos atributos necessários ao desenvolvimento da interface. A superação do referido distanciamento não só foi possível como necessária à minimização dos efeitos da dicotomia trabalho intelectual/manual na criação do SIG-Esporte e Lazer, o qual possibilitou espacializar os locais nos quais a política se materializava, bem como a visualização de informações confiáveis sobre os programas, qualificando a gestão e, por decorrência, o planejamento urbano. Notou-se ampliação do comprometimento com as questões públicas do esporte e lazer dos envolvidos. A organização da base de dados possibilitou a geração de mapas temáticos, por meio dos quais se identificou a distribuição espacial e a área de abrangência dos referidos espaços e equipamentos e viabilizará correlações e análises necessárias ao monitoramento e a avaliação da política, bem como a espacialização das áreas municipais destinadas ao esporte e lazer, o que certamente politizará a discussão sobre disputa de interesses na desafetação¹ da destinação original destas áreas públicas.

¹ Trata-se de termo técnico utilizado para indicar o processo de alteração da destinação de área pública.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Esporte; Lazer; Planejamento Urbano; Sistema de Informações Geográficas.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| APRESENTAÇÃO | 01 |
| 1 INTRODUÇÃO..... | 29 |
| CAPÍTULO 1- ENTRANDO EM CAMPO... SOBRE O ESTADO DA ARTE EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER | 61 |
| 1.1 UM PRIMEIRO OLHAR PARA OS DADOS..... | 63 |
| 1.1.1 OS GRUPOS DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL..... | 64 |
| 1.1.2 A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL | 91 |
| 1.1.2.1 SOBRE AS TESES E DISSERTAÇÕES | 92 |
| 1.1.2.1.1 EM SÍNTESE..... | 127 |
| 1.1.2.2 SOBRE PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA VEICULADA EM PERIÓDICOS | 133 |
| 1.1.2.2.1 EM SÍNTESE..... | 154 |
| CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM ESPORTE E LAZER FRENTE À EXECUÇÃO DE POLÍTICAS ASSOCIADAS AOS PARÂMETROS DE PLANEJAMENTO URBANO: O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS..... | 159 |
| 2.1 APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA QUE TEMATIZOU O GEOPROCESSAMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER | 166 |
| 2.2 O GEOPROCESSAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER: ESTRATÉGIA PARA A QUALIFICAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA | 174 |
| 2.2.1 A ARQUITETURA DO BANCO DE DADOS DIGITAL: A PLANILHA DE DADOS, O MODELO E A MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA DRAULAS VAZ | 182 |
| 2.2.1.1 SOBRE A EDIFICAÇÃO DO BDD: A PLANILHA DE DADOS | 190 |
| 2.2.1.2 OUTRAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDIFICAÇÃO DO BDD: DO MODELO À MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA DRAULAS VAZ | 197 |
| 2.2.1.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO..... | 214 |
| 2.2.1.2.1.2 A SEMEL COMO UNIDADE DE ESTUDO.... | 222 |
| 2.2.1.2.2 SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MODELO E DA MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA DRAULAS VAZ | 235 |
| 2.3 O SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS DE ESPORTE E LAZER DE GOIÂNIA | 265 |

| | |
|---|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 283 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 291 |
| APÊNDICE A - Universo da produção no âmbito da Pós-Graduação sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer/ mestrados e doutorados – 2007/2012..... | 303 |
| APÊNDICE B - Revistas Educação Física que veiculam as produções do campo em seu diálogo com as Ciências Humanas e Sociais, indexados no <i>Qualis</i> Periódicos da Área 21 – (Capes), pertencentes aos estratos A1, B1 e B2 – (<i>On Line</i>)..... | 307 |
| APÊNDICE C - Universo dos artigos selecionados..... | 311 |
| APÊNDICE D - Universo dos Grupos de Pesquisa – Políticas Públicas de Esporte e Lazer, em funcionamento..... | 315 |
| APÊNDICE E - Núcleos e Grupos de Pesquisa da Rede CEDES, segundo distribuição por Região no período 2003/2010..... | 319 |
| APÊNDICE F - Relação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação Física, no período de 1977 a 2012..... | 321 |
| APÊNDICE G - Relação de Autores e Área de Formação Inicial..... | 323 |
| APÊNDICE H - Relação das Temáticas privilegiadas pelas Teses e Dissertações – no período de 2007 a 2012..... | 325 |
| APÊNDICE I - Relação dos Autores dos Artigos – 2007/2012..... | 327 |
| APÊNDICE J - Planilha de Dados – Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas Esporte e Lazer - 2012..... | 329 |

Dedico esse trabalho a **Edna Marisa** e aos meus filhos **Luisa Ribeiro e Pedro Vinícius**,
por me propiciarem a experiência de amar e ser amado.

Agradecimentos

A realização deste estudo só foi possível pela colaboração de várias pessoas e instituições. A todas dirijo minha meu reconhecimento e agradecimentos.

Não obstante, gostaria de registrar alguns agradecimentos especiais:

Ao Prof. Dr. Lino Castellani Filho, por possibilitar a realização deste, pela confiança depositada, pela orientação segura e a amizade construída durante o processo. Sou especialmente grato pela forma respeitosa, compreensiva e paciente com a qual sempre tratou minhas limitações e concepções, auxiliando-me a qualificar meu modo de ver, ser e agir para a necessária transformação do mundo em que vivemos.

Aos Secretários de Esporte e Lazer do Município de Goiânia, no período de 2009 a 2014, Luiz Carlos Orro de Freitas, Wesley Batista e Sebastião Peixoto Moura, respectivamente. Ao Professor Jorge Ricardo Arantes Borges, pelas relevantes contribuições na realização desta pesquisa. Meu respeito e o reconhecimento pela sua disposição, e incansável luta, pela democratização do esporte e o lazer. Aos trabalhadores da SEMEL que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta se tornasse possível.

À Geoplano, especialmente ao Geografo Marcos David Gonçalves, pela disposição em levar em frente um projeto que ‘nasceu’ em 2007. Meus sinceros agradecimentos!

Ao Prof. Dr. Edson Claro e aos meus amigos do Grupo de Dança da FEC do ABC, pelo despertar para a necessidade de transformação da sociedade em que vivemos, pelo primeiro passo na educação de meus sentidos e pela aprendizagem e o *conviver*, pois vivendo com o outro aprendi a me conhecer e a importância da solidariedade, do amor fraternal e o desejo de ser melhor.

Ao meu camarada Edson Marcelo Húngaro, pela orientação dos ‘primeiros passos’ visando à transformação do mundo, e pela disposição em contribuir com o meu processo de humanização.

Ao Prof. Dr. Augusto Cesar Rios Leiro e a Profa. Dra. Silvia Cristina Franco do Amaral pelas críticas e sugestões apresentadas ao estudo quando da realização do exame de qualificação. À professora Silvia um agradecimento especial pelo confiança depositada no início desta formação doutoral e pelas dicas e contribuições ao longo de minha permanência na Unicamp.

Aos professores: Dr. Sílvio Ancizár Sánchez Gamboa e Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco pelo aceite ao convite de participarem da banca de defesa e pelas críticas e sugestões apresentadas nesta oportunidade.

Aos trabalhadores da Coordenação e Secretaria do Programa de Pós- Graduação da Faculdade de Educação Física, em especial a Simone Malfatti Ganade Ide, pela forma atenciosa, gentil, prestativa e competente com a qual conduz suas atividades profissionais.

Aos colegas com os quais compartilhei momentos de estudo, de luta e o processo de orientação, em especial: Juliane Cristine Alves Correia, Juliana Cristina Barandão e Frederico Jorge Saad Guirra.

Aos meus amigos: Carlos Alexandre Vieira, Fernando Mascarenhas, Mário H. Campos, Margarete Zambeli, Alcir Horácio da Silva, Ari Lazzarotti e família pelo apoio e colaboração, em diversos momentos, nesta trajetória.

Aos amigos Regis H. Reis Silva e Tiago Onofre. O primeiro pela disposição, constante, em compartilhar seus conhecimentos; pela disponibilização dos dados de sua pesquisa de doutorado e seus instrumentos de coleta, organização e análise de dados. O segundo pela presença constante e a incansável disposição em me auxiliar na qualificação deste trabalho.

Àqueles que hoje dão sentido à minha vida: Edna Marisa e meus queridos filhos, Luisa Ribeiro Lino de Sousa e Pedro Vinícius Ribeiro Lino de Sousa. Amo-os demais!

À minha família ampliada: meu Pai, Luiz Lino de Sousa, que sempre me incentivou a estudar e apoiou integralmente minhas escolhas; meu Sogro, Herculano Ribeiro, com quem aprendo sobre a humildade e a paciência; aos meus irmãos, cunhados, sobrinhos...

A minha mãe Teresinha Ferreira de Sousa (*in memoriam*).

Aos meus colegas da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás pela licença concedida. A Direção de minha Unidade pela disponibilidade e disposição em me auxiliar em todos os momentos, principalmente maquetes nos quais as dificuldades se fizeram presentes.

A Reitoria da UFG, em especial ao Magnífico Reitor Edward Madureira Brasil, pela formulação e implantação do Programa Pró-Qualificar, demonstrando sensibilidade para com as necessidades de seus quadros em afastamento para a qualificação, no momento em que a Capes se mostrou incapaz de realizar qualquer ação para minimizar os impactos de uma alteração na

legislação que não considerou os ‘casos em processo’, deixando de atender a necessidade de um conjunto de servidores públicos que apesar do direito ao afastamento não tiveram acesso aos programas de bolsa por uma, lamentável, postura legalista da referida Coordenação.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO PAÍS - BRASIL, 2011. .. | 69 |
| GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER - BRASIL, 2002 A 2010. | 71 |
| GRÁFICO 3 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE TRABALHOS, POR ANO, NO PERÍODO DE 2007 A 2012..... | 91 |
| GRÁFICO 4 – DEMONSTRATIVO DA PREDOMINÂNCIA DO CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PRODUÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER - BRASIL, 2013..... | 99 |
| GRÁFICO 5 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE ESTUDOS REALIZADOS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - BRASIL, 2013..... | 100 |
| GRÁFICO 6 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE DISSERTAÇÕES E TESES REALIZADAS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, COM PPGEF, NO PERÍODO DE 2007 A 2012 - BRASIL, 2013 | 102 |
| GRÁFICO 7– DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IES COM PPG E PRODUÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER - BRASIL, 2013. | 104 |
| GRÁFICO 8 -- DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IES COM PPGEF E PRODUÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER - BRASIL, 2013. | 104 |
| GRÁFICO 9 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS TEMÁTICAS PRIVILEGIADAS PELAS TESES DISSERTAÇÕES NO PERÍODO DE 2007 A 2012 – BRASIL, 2013..... | 116 |
| GRÁFICO 10– DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO A METODOLOGIA UTILIZADA - BRASIL, 2013. | 119 |
| GRÁFICO 11 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS - BRASIL, 2013. | 120 |
| GRÁFICO 12 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013. | 121 |
| GRÁFICO 13 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS - BRASIL, 2013..... | 122 |

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 14 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013. | 123 |
| GRÁFICO 15 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO A TÉCNICA DE TRATAMENTO DOS DADOS - BRASIL, 2013..... | 125 |
| GRÁFICO 16 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013. | 126 |
| GRÁFICO 17 – DEMONSTRATIVO DA PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO, SEGUNDO OS PERÍODICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA - QUALIS/CAPES PARA O TRIÊNIO 2010/2012 - BRASIL, 2013..... | 136 |
| GRÁFICO 18 – DAS REVISTAS E DO NÚMERO DE ARTIGOS LEVANTADOS E ANALISADOS POR CASTRO ET AL. (2012) - BRASIL, 2013..... | 138 |
| GRÁFICO 19 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO E DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, SEGUNDO OS PERÍODICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA - QUALIS/CAPES PARA O TRIÊNIO 2010/2012 - BRASIL, 2013..... | 140 |
| GRÁFICO 20 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO OS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE PERÍODICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA - QUALIS/CAPES PARA O TRIÊNIO 2010/2012 - BRASIL, 2013..... | 141 |
| GRÁFICO 21 – DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ARTIGOS PÚBLICADOS, NO PERÍODO DE 2007 A 2012, POR ANO E POR REGIÃO – BRASIL, 2013. | 143 |
| GRÁFICO 22 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS PÚBLICADOS, NO PERÍODO DE 2007 A 2012, POR ANO E POR REGIÃO – BRASIL, 2013..... | 144 |
| GRÁFICO 23 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS TEMÁTICAS PRIVILEGIADAS PELOS ARTIGOS, NO PERÍODO DE 2007 A 2012 - BRASIL, 2013..... | 146 |
| GRÁFICO 24 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO A METODOLOGIA UTILIZADA - BRASIL, 2013. | 147 |

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 25 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS DESCRITA NOS ARTIGOS ANALISADOS - BRASIL, 2013. | 149 |
| GRÁFICO 26 –DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013. | 150 |
| GRÁFICO 27 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DE ARTIGOS, SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS - BRASIL, 2013. | 151 |
| GRÁFICO 28 -- DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DOS ARTIGOS SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013..... | 152 |
| GRÁFICO 29 -- DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DE ARTIGOS SEGUNDO A TÉCNICA DE TRATAMENTO DOS DADOS - BRASIL, 2013. | 153 |
| GRÁFICO 30 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE ARTIGOS SEGUNDO AS TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013..... | 154 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 1 – DADOS GERAIS SOBRE GRUPOS DE PESQUISA DA EDUCAÇÃO FÍSICA – BRASIL, 2010. | 74 |
| QUADRO 2 – DADOS GERAIS SOBRE GRUPOS DE PESQUISA DA EDUCAÇÃO FÍSICA / POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – BRASIL, 2010. | 74 |
| QUADRO 3 – PRODUÇÃO C, T & A DOS GRUPOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – BRASIL, 2010. | 80 |
| QUADRO 4 – PRODUÇÃO C, T & A DOS GRUPOS DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – BRASIL, 2010. | 81 |
| QUADRO 5 – DEMONSTRATIVO DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E/OU LINHAS DE PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EM IES COM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA COM PRODUÇÃO SOBRE O TEMA, CONFORME A REGIÃO GEOGRÁFICA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. | 108 |
| QUADRO 6 – DEMONSTRATIVO DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E/OU LINHAS DE PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EM IES COM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO COM PRODUÇÃO, DECLARADA PELOS AUTORES, CONFORME A REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO. | 109 |
| QUADRO 7 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE ORIENTANDOS POR ORIENTADOR, SEGUNDO IES, NÍVEL DE FORMAÇÃO E VINCULAÇÃO A GRUPO DE PESQUISA – BRASIL, 2013. | 114 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| TABELA 1 - PUBLICAÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES – BRASIL, 2007 A 2012... | 46 |
| TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS POR PERÍODICOS – BRASIL, 2012. | 47 |
| TABELA 3 – NÚMERO DE GRUPOS DE PESQUISA POR ÁREA PREDOMINANTE. – BRASIL, 2002 A 2010. | 72 |
| TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE GRUPOS, LINHAS DE PESQUISA E PESSOAL POR MACRORREGIÃO GEOGRÁFICA – BRASIL, 2010..... | 77 |
| TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DE GRUPOS, LINHAS E PESSOAL ENVOLVIDO COM PESQUISA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER POR MACRORREGIÃO GEOGRÁFICA - BRASIL, 2010. | 78 |
| TABELA 6 – PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA POR ÁREA DE CONHECIMENTO E POR PERÍODO: 2000 A 2009 E 2007 A 2012. | 98 |
| TABELA 7 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IES COM PPGEF - BRASIL, 2013..... | 105 |
| TABELA 8 – DEMONSTRATIVO DOS ORGÃOS DE FOMENTO, DO NÚMERO DE FINANCIAMENTOS E SUA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL POR NÍVEL DE FORMAÇÃO - BRASIL, 2013..... | 111 |
| TABELA 9 – DEMONSTRATIVO DA AUTORIA DAS DISSERTAÇÕES E TESES, POR GÊNERO E POR NÍVEL DE FORMAÇÃO - BRASIL, 2013. | 113 |
| TABELA 10 – DEMONSTRATIVO DAS ORIENTAÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES, POR GÊNERO E POR NÍVEL DE FORMAÇÃO - BRASIL, 2013. | 113 |
| TABELA 11 – DEMONSTRATIVO DAS TEMÁTICAS PRIVILEGIADAS PELAS DISSERTAÇÕES E TESES, PÓS-AGREGAÇÃO E POR ANO DE DEFESA - BRASIL, 2013. | 118 |
| TABELA 12 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013 | 120 |
| TABELA 13– DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013. | 122 |

| | |
|---|-----|
| TABELA 14 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO A TÉCNICA DE TRATAMENTO DOS DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013. | 125 |
| TABELA 15 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE ARTIGOS PÚBLICADOS POR PERÍODICO, NO PERÍODO DE 2007 A 2012, E O RESPECTIVO QUALIS/CAPES – DA EDUCAÇÃO FÍSICA, PARA O TRIÊNIO 2010/2012 - BRASIL, 2013 | 135 |
| TABELA 16 – DEMONSTRATIVO DAS REVISTAS E DO NÚMERO DE ARTIGOS LEVANTADOS E ANALISADOS POR AMARAL E PEREIRA (2009) - BRASIL, 2013 | 137 |
| TABELA 17 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE ARTIGOS PÚBLICADOS, NO PERÍODO DE 2007 A 2012, POR ANO E POR REGIÃO - BRASIL, 2013. | 142 |
| TABELA 18 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE ARTIGOS APRESENTADOS JUNTO AO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO CBCE, POR ANO E POR REGIÃO - BRASIL, 2013. | 143 |
| TABELA 19 – DEMONSTRATIVO DAS TEMÁTICAS PRIVILEGIADAS PELAS PELOS ARTIGOS, PÓS-AGREGAÇÃO E POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013..... | 147 |
| TABELA 20 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO, DOS ARTIGOS ANALISADOS - BRASIL, 2013. | 148 |
| TABELA 21 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO, DOS ARTIGOS ANALISADOS - BRASIL, 2013. | 150 |
| TABELA 22 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO A TÉCNICA DE TRATAMENTO DOS DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013. | 152 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. ANA – AGENCIA NACIONAL DAS ÁGUAS
2. BDD – BANCO DE DADOS DIGITAL
3. BDTD – BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES
4. CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
5. CBCE – COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
6. CNPQ – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
7. DEF – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
8. DGP – DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA
9. EF – EDUCAÇÃO FÍSICA
10. ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
11. FAPS – FUNDAÇÕES DE AMPARO A PESQUISA
12. FEF – FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
13. GPS - SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL
14. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
15. IBICT – INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
16. IMES – INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO CAETANO DO SUL
17. INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
18. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
19. ISI – *INSTITUTE OF SCIENTIFIC INFORMATION*
20. ME – MINISTÉRIO DO ESPORTE
21. PPGEF – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
22. PUC/SP – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
23. RBCE – REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE
24. RBEFE - REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE
25. REDE CEDES – REDE CENTROS DE DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS DO ESPORTE E DO LAZER
26. REF-UEM - REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA-UEM
27. RM – REVISTA MOVIMENTO
28. RL - REVISTA *LICERE*
29. RPP – REVISTA PENSAR A PRÁTICA
30. SciELO - *SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE*

- 31. SEMEL – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**
- 32. SGBD - SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS**
- 33. SIG - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICA**
- 34. UFG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**
- 35. UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**
- 36. UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**
- 37. UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**
- 38. UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**
- 39. UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**
- 40. UNIMEP - UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA**
- 41. UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**
- 42. USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

APRESENTAÇÃO

É em função de seus valores, de sua relação com o universo que nascem seus temas de pesquisa. Isso é que faz do ato de pesquisa um ato político².

As considerações apresentadas na epígrafe, sobre os temas de pesquisa, permitem afirmar que minha aproximação ao tema, Política Pública de Esporte e Lazer, vem se dando de longa data. É possível assegurar, ainda, que esta foi se desenvolvendo gradativamente e pela experimentação de diferentes situações e circunstâncias.

Neste momento julgo necessária uma ressalva, pois sei que registrar a própria experiência de vida, acadêmica e profissional, não é tarefa simples. Corre-se o risco da construção de uma peça de autoelogio ou de autoflagelo, como afirmou Severino (2000, p. 176). Ciente das dificuldades, e atento às orientações do autor, retomei, de modo intencionalmente articulado, pontos de minha trajetória de vida e de formação acadêmico-profissional com a intenção de demonstrar que a relação com o tema desta pesquisa esteve presente no referido processo.

Minha infância foi nos bairros operários de Mauá, onde residia com meus pais e irmãos, e de Santo André, onde residiam meus avós, tios e tias, primos e primas, ou seja, os componentes da família ampliada. Naquele tempo, depois da escola, a atividade de maior interesse era ‘jogar bola’. Nós, crianças que residíamos na mesma rua, construimos campinho de terra e jogávamos futebol por horas. ‘Timinho’, ‘contra’, ‘bobinho’, ‘rebatida’, ‘gol a gol’ quando o número de jogadores era muito pequeno. Outra atividade de grande interesse, mas que acontecia, invariavelmente, sem a permissão de nossos pais, era nadar no rio. Ah! Como era divertido, mas confesso que muito perigoso. No período a que me refiro já havia se iniciado o processo de poluição dos rios no Grande ABC, mas nada comparável ao que encontramos contemporaneamente. Difícil para meus filhos, hoje, acreditarem em minhas histórias, e imaginarem que nadei naquelas águas. Eles ainda não compreendem a distinção entre a ocupação territorial do local onde passei minha infância e o processo de degradação do rio e do território, ocorridos nas últimas décadas, tendo em vista a ocupação desordenada, a falta de planejamento habitacional, às sucessivas crises econômicas das quais resultou um longo processo de migração para a região do ABC. Lugar de intensa luta pela vida, pelo emprego, onde o desemprego e o

² CINTRA, Anna M. M. Determinação do Tema de Pesquisa. Ci.Inf., Brasília,11(2):13-16,1982. Disponível em: revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/download/1478/1097. Acesso: Set, 2013.

subemprego se faziam presente e aterrorizavam parte significativa da população. Sem dúvida todo esse processo marcou meu *olhar* para a vida e tem orientado, em certo sentido, algumas de minhas decisões, fazendo-se presente em minhas formulações, opiniões e posicionamento político.

Com a intenção de atender meus anseios pela prática da natação, e como parte de um acordo para que eu não mais me expusesse aos perigos do rio, meu pai, operário da Volkswagen do Brasil, me matriculou no curso de natação do SESI – Centro Esportivo n.º 8, na cidade de Santo André - SP. Ocorre que, como já mencionei, morávamos em Mauá e para chegar ao Sesi, em Santo André, era necessário transporte coletivo por, aproximados, 40 minutos. Outra dificuldade que se colocava era o custo das passagens de ida e volta, e de vez em quando um pequeno lanche. Não resta dúvida que era um investimento, tendo em vista o poder aquisitivo da família naquela época.

Eu enfrentava o trajeto sem menor problema, aliás, adorava, tanto que em pouco tempo passei pela iniciação nas modalidades de natação, judô, futsal e, por volta dos nove anos, tive contato com Ginástica Olímpica. Transcorrido mais algum tempo passei a compor a ‘equipe de treinamento’, na qual permaneceria até 1982, e na ‘equipe de representação’ até 1984.

A dedicação à modalidade estava fortemente associada ao intenso prazer que sentia ao praticá-la. Não obstante, o acesso e outras oportunidades, tais como a participação em competições, as apresentações, as viagens exerciam um grande fascínio sobre um garoto de origem pobre. As viagens, inclusive, eram muito valorizadas, tendo em vista as poucas oportunidades que, naquele tempo, tinham os dos filhos dos operários, meu caso. Ou seja, identifiquei na prática esportiva a oportunidade para o acesso a um conjunto de outras práticas que minha condição socioeconômica não me possibilitaria. Claro que não tinha a clareza disso naquele momento, o que predominava era a intuição.

Foi um período de muitas alegrias, conquistas, medalhas, derrotas, tristezas, lesões, amizades... Ficou marcado, também, a relação com a distância entre minha residência e o Sesi, a falta de planejamento urbano, a dificuldade no acesso às práticas esportivas e de lazer para os filhos dos operários que, por condição socioeconômica, residiam periféricamente.

Do ponto de vista profissional, julgo que foram marcantes duas experiências profissionais, diversas, mas que de modo complementar me levaram a indagar a realidade na qual se desenvolvia minha intervenção social. A primeira como Coordenador de Esportes do Primeiro de Maio Futebol Clube, em Santo André, SP, no início dos anos 90, do século passado. Embora

tratar-se de um Clube Associativo a lógica dominante nas relações era do interesse privado, onde a organização e a hierarquia eram os princípios que orientavam as relações de trabalho. A segunda experiência profissional marcante, também como Coordenador, foi no CERET - Fundação Centro Educativo Recreativo e Esportivo do Trabalhador, no início dos anos 2000. O trabalho realizado nesta instituição foi marcado pela vontade e a determinação em atender aos anseios e necessidades da classe trabalhadora, no que diz respeito às práticas esportivas e de lazer. Naquele período se fizeram presentes, como não poderia deixar de ser, os conflitos e as disputas. Sem me alongar muito, o marcante destas experiências está relacionado à perspectiva que orientou as decisões sobre as atividades desenvolvidas, na primeira experiência a mediação pelos interesses privados, e na segunda, teria início, as proposições voltadas ao interesse público. Importante destacar que o Prof. Marcelo Húngaro, além de me indicar para ocupar o cargo na Fundação CERET, participou do projeto na condição de Diretor de Esporte. Foi uma oportunidade muito interessante, uma vez que pudemos, ocupando um espaço privilegiado, colocar em prática um projeto e validar nossas posições teóricas e políticas.

Como professor universitário, depois de aproximados oito anos de experiência³, me vinculei profissionalmente a Universidade Municipal de São Caetano do Sul/USCS (ex IMES) em 2003, e, conjuntamente com os Professores Edson Marcelo Húngaro, José Luis Solazzi e a Profa. Carla Cristina Garcia e um grupo de alunos colocamos em funcionamento o GEPOSEF -

³ 2006/Atual – Universidade Federal de Goiás. Graduação em Educação Física. Disciplinas: Estágio Supervisionado; Dança; Gestão e Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer.

2003/2006 - Professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – IMES – Graduação em Educação Física. Disciplinas: Comunicação em Educação Física; Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Física; Seminários de Projetos de Pesquisa; Seminários de Pesquisa;

2005 - Professor da Faculdade Cásper Libero. Graduação em Turismo. Disciplina: Lazer e Recreação

2001/2004 - Professor: Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP
Graduação Administração Hoteleira Disciplina: Gerência de Animação e Esporte

2003 - Professor das Faculdades Integradas – FEFISA . Graduação em Turismo. Disciplina: Tópicos Emergentes do Turismo. Graduação em Educação Física Disciplinas: Filosofia da Educação e Didática da Educação Física

2001/2003 - Fundação Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador – CERET
Coordenador de Lazer e Recreação

2000/2001 - Professor: Centro Universitário Ibero-Americano. Graduação Administração Hoteleira Disciplina: Lazer e Recreação

1996/2002 - Professor da Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL. Graduação Turismo Disciplinas: Lazer e Entretenimento e Organização e Gestão em Lazer e Entretenimento. Graduação em Educação Física Disciplinas: Lazer, Trabalho e Sociedade; Atividades de Núcleo de Pesquisa: Lazer, Trabalho e Sociedade; Seminários de Projetos de Pesquisa; Manifestações Culturais Rítmicas e Expressivas; Manifestações Culturais Gímnicas;

Grupo de Estudos de Políticas Sociais de Educação Física. Em 2004 esse grupo passou a se chamar ‘Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC’, tendo em vista um convênio estabelecido com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer/SNDEL, órgão ligado ao Ministério do Esporte, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer na Região do Grande ABC: mapeamento e análise crítica”.

Seus principais Objetivos eram:

- i. Verificar como as prefeituras do grande ABC têm lidado com as políticas sociais, especificamente com as políticas públicas para educação física, esporte e lazer;
- ii. Estudar os projetos de governo das prefeituras da região, bem como as ações empreendidas por elas e analisar se há contradição entre aquilo que está consignado e as ações executadas.

A realização da pesquisa demandou além de um conjunto de reuniões de trabalho a organização de um processo, que o professor Marcelo Húngaro chamou de “enriquecimento cultural dos sujeitos investigadores”. Foi estabelecido, então, um cronograma de leituras que pudesse contribuir com nosso “enriquecimento cultural”, e para tanto, se julgou necessário abordar os seguintes temas: o processo histórico de construção do Estado Moderno; a crítica marxiana ao Estado capitalista; o debate marxista sobre “Estado Restrito” e “Estado Ampliado”; o processo de construção dos direitos sociais (dentro dele, o “caso brasileiro”); o significado da ofensiva neoliberal aos direitos sociais; e a análise do Esporte e do Lazer como Direitos Sociais. Para o cumprimento do cronograma de estudos realizávamos reuniões semanais, nas quais discutíamos os textos de referência.

Outro aspecto relevante, e inovador, realizado pelos membros do ‘Observatório’, como nos referíamos ao nosso grupo, está relacionado a um conjunto de atividades que visavam o nosso “enriquecimento artístico”. Passamos a nos reunir em outro dia da semana para garantir a “educação dos nossos sentidos”, ou seja, nessas reuniões, assistíamos a filmes, líamos literatura ou ouvíamos música. O conteúdo era, então, orientador do debate e procurávamos, sempre que possível, mediar com nosso cotidiano e/ou os textos lidos. Outras vezes apenas aproveitávamos o encontro e o acesso aos bens culturais ali disponibilizados. Foi um período de grande enriquecimento!

Como ocorre nos processo de estudos sistemáticos, desenvolvidos no âmbito da formação universitária, ao mesmo tempo em que se dá o aprofundamento nas discussões amplia-se, por um

lado, o conhecimento sobre determinada temática e, por outro, identifica-se novas ‘fronteiras’ e ‘obstáculos’ a serem superados.

Nesse sentido, a experiência foi importante, também, para identificarmos algumas insuficiências que julgamos, tendo em vista o projeto de trabalho em grupo, deveriam ser prioritariamente enfrentadas. Destaco:

- ✓ Nossa ignorância sobre a temática da avaliação de políticas sociais. Necessitávamos, portanto, de um estudo exploratório sobre metodologia de avaliação de políticas sociais;
- ✓ Nosso desconhecimento sobre as ações empreendidas pelas diversas prefeituras da região. A fim de superar tal desconhecimento, resolvemos realizar um levantamento sobre os programas de Esporte e Lazer da região do Grande ABC (inicialmente, coletando as informações contidas nos sítios oficiais das prefeituras municipais);
- ✓ Nossas lacunas quanto aos procedimentos técnicos para a pesquisa de campo – prevista para acontecer depois desse nosso “enriquecimento cultural” inicial. Sobre isso, decidimos que, calmamente, quando chegasse o momento adequado, um estudo sobre procedimentos investigativos seria realizado. Sempre respeitando a lógica da “máxima fidelidade ao objeto”, ou seja, sem “apriorismos”;
- ✓ Nosso desconhecimento sobre a produção da Educação Física a respeito da temática. Fazia-se necessário, portanto, a realização de um estudo do “Estado da Arte” sobre políticas sociais de Educação Física, Esporte e Lazer.

Tendo em vista minha transferência para a Faculdade de Educação Física da UFG, sobre a qual farei alguns apontamentos mais adiante, participei de parte do processo de superação dessas ‘insuficiências’, cujo processo e resultados estão descritos em capítulo de livro, publicado no ano de 2008⁴.

Nesse mesmo período, por identificarmos o protagonismo do CBCE no debate acadêmico da área e, mais especificamente, em virtude da existência do GTT de Políticas Públicas, optei pela filiação e participação ativa. Inicialmente, como congressista, participei dos Conbraces realizados nos anos de 2001 (Caxambu, MG), 2003 (Caxambu, MG) e 2005 (Porto Alegre, RS), nesta última edição apresentei um trabalho e iniciei minha participação na Comissão Científica do GTT de Políticas Públicas; em 2007 (Recife/PE), passei a compor a Direção Nacional, como

⁴ HÚNGARO, Edson Marcelo *et. al.* Balanço inicial da produção do GTT de Políticas Públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In HÚNGARO, Edson Marcelo e SOUSA, Wilson Luiz Lino (Orgs.) *Cultura, Educação, Lazer e Esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas*. São Caetano do Sul: Alpharrabio, 2008, p. 86-121.

Coordenador de Secretarias Estaduais; em 2009 (Salvador/BA), participei do processo de organização, por ser membro da Direção Nacional; em 2011 (Porto Alegre/RS), participei com apresentação de trabalho; e, finalmente, 2013 (Brasília/DF), novamente com apresentação de trabalho. Considerando as atividades representativas, administrativas e políticas vale ressaltar que fiz parte da Secretaria Estadual de São Paulo do CBCE, Gestão 2003/2005, da Direção Nacional do CBCE, 2007/2009, e da Comissão Provisória do CBCE/SP em 2010. Continuo participando ativamente do CBCE e me faço presente, apresentando trabalhos, nos Conbraces. Quem sabe, noutro momento, volte a integrar novas Comissões, Secretarias ou própria Direção Nacional.

Quando da realização da I Conferência Nacional de Esporte e, tendo em vista a perspectiva de formação que procuramos desenvolver no Curso de Educação Física do IMES, nos envolvemos desde a realização da etapa Municipal, em São Caetano do Sul, para, posteriormente, participamos como delegados eleitos das etapas Estadual e Nacional. O processo de participação nas Conferências além de enriquecedor promoveu a identificação de ‘novos pares’, que ocupavam diferentes espaços políticos e de trabalho na Região do ABC, e de novas tarefas, que deveriam ser realizadas em cooperação com àqueles. Foi a partir dessa experiência que iniciamos, pelo ‘Observatório’, o curso de formação de agentes sociais de esporte e lazer. Naquele momento sem nenhuma relação com a proposta de formação elaborada pelos integrantes da SNDEL para o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Tivemos a oportunidade de conhecer e trabalhar com os colegas e trabalhadores do esporte e lazer dos Municípios de: Mauá, Ribeirão Pires e Diadema. Cidades que, naquele momento, estavam iniciando um processo de organização consorciada, conjuntamente com os demais municípios que formam o Grande ABC(DMRS)⁵. O que observávamos era, por um lado, a dificuldade dos agentes sociais em elaborar propostas de intervenção que não estivessem condicionadas à lógica do esporte de alto rendimento, hipervalorizando o sentido performático, a competição e o vencedor. Neste contexto, a dimensão recreativa das práticas esportivas e de lazer não são valorizadas e, por isso, fenece seu potencial sociabilizador, sua capacidade aglutinadora, o sentido lúdico, que, contraditoriamente, deveriam ser a tônica das atividades realizadas. Por outro lado, identificávamos as dificuldades dos trabalhadores, inclusive os formados em Educação Física, para a realização do planejamento, da elaboração dos planos e as atividades de registro e avaliação das intervenções realizadas. Elaboramos, então, dois projetos: o primeiro foi

⁵ Municípios de: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

de formação, continuada e em serviço, visando minimizar essas dificuldades e superar os problemas e obstáculos presentes naquele momento, e que se referiam a: condições de trabalho; restrição de materiais e equipamentos; dificuldade de organização das comunidades; entre outros. O segundo foi um projeto de pesquisa, cujo título era: ‘A formação e a capacitação de quadros para o desenvolvimento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer nas Cidades da Região do Grande ABC’. Problematizávamos a questão da seguinte maneira: Se o lazer e o esporte apresentam-se como um direito, e uma reivindicação, social como o poder público, dos municípios da região do ABC, tem tratado a questão? Nos municípios, qual(is) o(s) profissional(is) responsável(is) pela elaboração, implementação e avaliação das políticas de esporte e lazer? Qual o perfil deste(s) profissional(is)? Quais os conhecimentos necessários ao seu exercício profissional? A partir dessa problematização estabelecemos os seguintes objetivos:

Geral: Identificar e analisar as Políticas Sociais para o Desenvolvimento do Esporte e do Lazer nas cidades da Região do Grande ABC.

Específicos: Identificar e analisar a Política de Formação e de Capacitação dos quadros responsáveis pelo desenvolvimento da Política de Esporte e de Lazer; Identificar e analisar as competências e os conhecimentos valorizados e adequados aos diferentes atores sociais responsáveis pela formulação, implementação e avaliação das políticas.

Os resultados desse estudo foram divulgados em Periódico da área⁶, no artigo que redigi; no Conbrace de 2007⁷, em artigo elaborado pelos bolsistas de iniciação científica, Vitor Húngaro e Lúcio Leite de Melo⁸, que orientei enquanto estive profissionalmente vinculado à Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS; e no capítulo redigido pelo bolsista Lúcio Leite de Melo⁹, que foi publicado no livro, fruto do convênio com a SNDEL/ME anteriormente mencionado, organizado pelo Professor José Luis Solazzi e a Professora Juliana Pedreschi

⁶ LINO, Wilson. Reflexões sobre o Perfil do Gestor de Políticas Sociais de Esporte e Lazer. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde** (IMES), v. 06, p. 44-51, 2005.

⁷ HÚNGARO, Vitor; MELO, Lúcio Leite de. Formação continuada no programa Esporte e Lazer da Cidade. In. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte** [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife : CBCE, 2007.

⁸ Vale ressaltar que em 2006, com minha transferência para a Faculdade de Educação Física da UFG, o Prof. Edson Marcelo Húngaro deu continuidade ao processo de orientação dos alunos mencionados.

⁹ MELO, Lúcio L. Gestão Pública de Esporte e Lazer: uma análise crítica. In SOLAZZI, José Luis; RODRIGUES, Juliana Pedreschi (Orgs.). **Neoliberalismo e políticas de lazer**: apontamentos críticos: 5 anos de pesquisa do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/GEPOSEF. Santo André, SP : Alpharrabio, 2008, p. 67-88.

Rodrigues¹⁰. Importante destacar que com minha transferência para a UFG o Prof. Marcelo Húngaro deu continuidade às orientações dos bolsistas mencionados.

Em 2005 tivemos a oportunidade de conhecer a *ação de formação continuada dos agentes sociais de esporte e lazer*, do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, formulada e implantada pela Secretaria Nacional de Esporte e Lazer – SNDEL, do Ministério do Esporte – ME. Convidado pela Professora Luciana Marcassa, que já havia trabalhado com a proposta de formação, elaboramos um plano para uma ação de formação que viria a ser desenvolvida no Município de Ipatinga¹¹ – MG, e posteriormente, registrada em livro¹², organizado pelo Prof. Dr. Lino Castellani Filho.

Esse período foi rico pela aproximação ao conjunto de profissionais, ligados a SNDEL/ME, que naquela ocasião estavam envolvidos tanto com a implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, quanto à formulação e implantação da Política Nacional de Esporte e Lazer.

Particpei das discussões do I Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, realizado por iniciativa do Ministério do Esporte no período de 19 a 21 de outubro de 2005, em Brasília, reunindo membros do CNE, representantes de entidades do esporte e do lazer, de núcleos e laboratórios de pesquisas da área do esporte e do lazer, entre outras personalidades da área.

Os objetivos eram: (1) debater sobre a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e construir uma proposta preliminar para sua estruturação, em parceria com os agentes em potencial; (2) reunir lideranças nacionais da área do esporte para o referido debate; (3) promover a troca de experiência com outras áreas de governo que possuíam Sistemas Nacionais estruturados; e (4) democratizar a participação na elaboração da proposta que subsidiaria o Texto Básico da II Conferência, que teria como tema o Sistema Nacional de Esporte e Lazer¹³.

¹⁰ SOLAZZI, José Luis; RODRIGUES, Juliana Pedreschi (Orgs.). **Neoliberalismo e políticas de lazer: apontamentos críticos: 5 anos de pesquisa do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/GEPOSEF**. Santo André, SP : Alpharrabio, 2008.

¹¹ Nossa intervenção junto ao projeto de Formação Continuada dos Agentes Sociais envolvidos com o PELC em Ipatinga realizou-se em três módulos, que aconteceram em momentos distintos entre novembro de 2005 e maio de 2006, sendo que o último módulo coincidiu com o encerramento e a renovação do programa. Durante a realização do projeto de Formação Continuada, estiveram funcionando sete Núcleos do PELC, todos vinculados e administrados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, a qual teve a responsabilidade de coordenar o Programa.

¹² MARCASSA, Luciana; SOUSA, Wilson L. Lino de. Da experiência lúdica à Formação do cidadão: Pressupostos políticos e pedagógicos do Esporte e Lazer da cidade de Ipatinga. In CASTELLANI, Lino (org.). **Gestão Pública e Política de Lazer: a formação de agentes sociais**. Autores Associados, 2007.

¹³ Dados extraídos do documento: Relatório do I Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia2/textoBasico.jsp>. Acesso em: set/2003.

A metodologia de trabalho empregada foi a de trabalho em grupo, que ocorreu após a realização de uma mesa de debates, na qual foi exposto um balanço do ‘sistema esportivo brasileiro’, vigente a época, a apresentação do Sistema Nacional de Educação, do Sistema Único de Saúde e, por fim, a proposta de criação do Sistema nacional de Cultura. Na oportunidade, houve discussão sobre alguns temas que, segundo os presentes, seriam essenciais para a estruturação do ‘novo’ Sistema, já apontados, inclusive, na Resolução de sua criação aprovada na I Conferência, como p.ex., Recursos Humanos e Financiamento. Outras problemáticas surgiram: quais as relações entre Esporte e Lazer? Esporte e Educação? Público e Privado?

Identifiquei no debate realizado no interior do GT sobre Lazer, do qual participaram um conjunto de pesquisadores, representantes do CBCE e o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Esporte, forte intenção deste último em convencer os integrantes do GT da necessidade da revisão das deliberações da I Conferência que apontavam para a Criação de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer e a implantação de uma Política Nacional de Esporte e Lazer. Na opinião de referido representante do ME o Sistema deveria de Esporte, unicamente. O lazer, na compreensão dele, por suas características deveria ser tratado como um ‘tema transversal’, portanto, de responsabilidade de vários Ministérios. Segundo o próprio, a grande dificuldade para a formulação e implantação de uma política para o setor estaria associada as características próprias, e distintas, dos fenômenos esportivos e de lazer. Ao defender essa tese afirmou que a atenção exclusiva ao fenômeno esportivo possibilitaria a execução de uma política efetiva, eficiente e eficaz para o setor. Incomodou-me, à época, a forma e os apontamentos do representante do ME e, com o tempo e as mudanças ocorridas nos quadros da SNDEL, bem como, a identificação dos setores privilegiados pela implantação da PNE e as alianças políticas estabelecidas por este ator, ficou evidente que o agente público não tinha apenas intenção, mas estava decidido a promover as modificações necessárias para a viabilização do projeto político para o setor esportivo que, me parece, distinto do que fora deliberado na I e II Conferências, sobretudo no diz respeito ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

A participação na II Conferência Nacional de Esporte possibilitou aproximação, ainda maior, a um conjunto de pesquisadores sobre as políticas públicas de esporte e Lazer, de membros da SNDEL, responsáveis pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade, dos Delegados do

Estado de Goiás e, por outro lado, a experiência enriquecedora de participação política, tanto nos grupos de trabalho, quanto nas plenárias.

Nesse período se deu minha transferência para a Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás. Passei a compor com os Professores Fernando Mascarenhas, Ari Lazzarotti Filho e a Professora Luciana Marcassa o Grupo de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e Comunicação – GEPELC, que buscava produzir conhecimento sobre o esporte, o lazer e a comunicação em suas inter-relações com a economia, a cultura, a educação, as políticas sociais, as novas tecnologias e a formação profissional; e integrar professores e alunos da graduação/pós-graduação de diferentes Instituições do Estado de Goiás. O GEPELC está localizado na FEF/UFG, em sala própria, com infraestrutura - computadores, impressoras, scanners, equipamentos de mídia, entre outros, adequada ao desenvolvimento de projetos, reuniões, trabalhos em grupo e orientações. São três as Linhas de Pesquisa: Educação Física, Comunicação e Tecnologia; Lazer, Cultura e Educação; Políticas de Esporte e Lazer. Nesta última, a qual estou vinculado, procura-se desenvolver estudos e pesquisas sobre as relações entre o esporte, o lazer e as políticas públicas, a partir de investigações sobre: a gestão e as políticas; concepções, princípios e metodologias de investigação e de avaliação de políticas públicas; financiamento; processos de formulação, implementação e avaliação; avaliação e monitoramento de políticas de esporte e lazer¹⁴.

Em 2007, atendendo à chamada pública da FAPEG para a criação de Redes de Pesquisa, eu e o Prof. Fernando Mascarenhas, representando a FEF/UFG, em conjunto com o Prof. Ademar Azevedo Soares Júnior, representante da UEG/ESEFFEGO e o Dr. Talles Barreto, então Presidente da Agência Goiana de Esporte e Lazer - AGEL, criamos a Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Coube ao Prof. Fernando Mascarenhas, como Coordenador da Rede, a elaboração do documento que seria enviado à FAPEG para apreciação do Comitê Científico e, então a criação da Rede, que seria sediada nas instalações da FEF/UFG, mais especificamente, no GEPELC. O Documento elaborado continha as seguintes informações:

¹⁴ Tendo em vista a participação como Formador do PELC em Ipatinga, experiência na qual pude demonstrar meu domínio sobre *desenho conceitual* do programa, a minha vinculação ao GEPELC/FEF/UFG, a aproximação aos responsáveis pela implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade e, talvez, pelas participações nas Conferências, fui convidado a desenvolver a Oficina de Atividades Esportivas na 1ª Reunião Nacional dos Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade – SNDEL/ME, que aconteceu em Brasília - DF em Data: 02 de agosto de 2006.

“Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Objetivos da Rede:

1) Subsidiar a formulação, implementação, avaliação e gestão das políticas de Esporte e Lazer no Estado e em seus Municípios, através de diagnósticos da distribuição e qualidade de tais serviços, avaliação de desempenho dos programas, estudos de experiências bem sucedidas e outras investigações aplicadas ao setor.

2) Subsidiar a avaliação, explicação, elaboração e implementação de elementos teórico metodológicos das diversas áreas de atuação correlatas com a Educação Física

Fundamentos da Rede

A constituição da Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, de modo geral, objetiva a sistematização, documentação e produção de informações e conhecimentos acadêmico-científicos que subsidiem a Gestão Pública e as ações de governo (Tema 4.A) no setor do Esporte e do Lazer, entendendo que tais ações setoriais constituem um Desafio estratégico para as políticas públicas (Área Transversal 4), dado o impacto que podem produzir na Capacitação dos recursos humanos (Tema 4.E) que atuam na área, bem como na qualificação das intervenções político-pedagógicas a partir do Esporte e do Lazer na sua relação com os Aspectos de educação e segurança no Estado de Goiás (Tema 4.D). Do ponto de vista da intervenção social, as atividades de pesquisa a serem desenvolvidas pela Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer se concretizam como atividades que auxiliam os atores governamentais e não-governamentais no campo das políticas públicas.

Nesse sentido, qualifica o Estado em sua responsabilidade pela execução de políticas de Esporte e de Lazer voltadas para a consolidação dessas práticas como direitos sociais e, portanto, como política pública que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os segmentos etários – criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais –, em uma perspectiva intergeracional, de ações contínuas que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.

Pauta-se pelo intercâmbio entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e pela construção de estratégias para a organização de um trabalho coletivo e transdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão. Organiza atividades que visam fomentar projetos, respaldar e desenvolver pesquisas, constituir fóruns de discussão e estimular a publicação de trabalhos e a produção de novas tecnologias, contribuindo para a sistematização, pedagogização, operacionalização e transferência social de conhecimentos relativos à área do Esporte e Lazer.

Ressalta-se ainda que a criação da Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer se insere no contexto maior referente aos objetivos da REDE CEDES – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, do MINISTÉRIO DO ESPORTE, que visa a instituição de parcerias em nível nacional na execução de projetos de pesquisas objetivando a produção de conhecimentos no campo da gestão do Esporte e do Lazer, com a consequente qualificação dos programas na área. De outro lado, guarda o potencial de tornar-se, em médio prazo, uma rede de excelência em pesquisa no âmbito do Esporte e Lazer de Goiás, construído em parceria com os atores sociais do Estado que agregarão conhecimento, pesquisas e produtos.

*ÁREAS DA AGENDA GOIANA DE PROGRAMAS DE FOMENTO À PESQUISA:
Desafios Estratégicos e Políticas Públicas
Tema: Gestão pública e ações de governo*

*INSTITUIÇÕES PERTENCENTES À REDE DE PESQUISA
UFG Universidade Federal de Goiás
UEG Universidade Estadual de Goiás
AGEL Agência Goiana de Esportes e Lazer
SEMEL Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (a partir de 2012)*

*PROJETOS DE PESQUISA PERTENCENTES A ESTA REDE:
Chamada Pública n.º 002/07: POLÍTICA PÚBLICA, GESTÃO E ORDENAMENTO LEGAL EM ESPORTE E LAZER NO ESTADO DE GOIÁS.”*

Fiquei responsável pela elaboração e submissão do projeto de pesquisa intitulado: “Política Pública, Gestão e Ordenamento Legal em Esporte e Lazer no Estado de Goiás” à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, dirigido, especificamente, ao atendimento da chamada pública n.º. 002/07 – Etapa II: Programas de Fortalecimento e Redes de Pesquisa. Naquele momento assim me referi aos dados do projeto:

“Identifica-se que o marco legal, a gestão e o financiamento do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, bem como, dos sistemas estaduais e o distrital, no Brasil, carecem de urgente atualização e da busca de sintonia para com a realidade, portanto, para com as necessidades da maioria do povo brasileiro. Portanto, julgamos oportuno realizar uma pesquisa, que se articula com uma pesquisa de âmbito nacional¹⁵, sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Estado de Goiás, a partir do seu processo organizativo. Para tanto, elaborar-se-á uma “cartografia” da estrutura legal, administrativa, territorial e financeira dos Sistemas, Estadual e Municipal, de Esporte e Lazer procurando, ainda, estabelecer nexos para com as deliberações da, I e II, Conferência Nacional de Esporte.”

Sobre os objetivos do Projeto:

“Objetivo Geral: Identificar e analisar a gestão, formulação e implementação, das Políticas Públicas de Esporte e Lazer em suas dimensões: legais, administrativas, regionais e financeiras; Correlacionar às estruturas identificadas com as deliberações das Conferências;

¹⁵ Trata-se do projeto REDEL.BR, “Rede de Desenvolvimento das políticas públicas e do ordenamento legal em esporte e lazer do Brasil”, relacionado aos estudos sobre a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, gerado numa Chamada Pública da REDE CEDES, do Ministério do Esporte, coordenado pelos Professores Augusto César Rios Leiro - UFBA e Ednaldo Pereira Filho - UNISINOS, desenvolvido, em rede, por pesquisadores das Universidade Federais da Bahia, de Goiás, do Pará e do Maranhão, da Universidade do Vale dos Rios do Sinos e da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, cujo objetivo principal era “cartografar” a estrutura legal, administrativa, territorial e financeira dos sistemas estaduais e distrital de Esporte e Lazer do Brasil, procurando, ainda, estabelecer as possíveis relações para com as deliberações da I e II Conferências Nacionais de Esporte.

Propor diretrizes, princípios e estratégias para implantação do Sistema de Esporte e Lazer no Estado.

Objetivos Específicos:

- *Implantação e desenvolvimento da Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer;*
- *Articulação da Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer com a Rede CEDES – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – do MINISTÉRIO DO ESPORTE, que visa a instituição de parcerias, em nível nacional, para execução de projetos de pesquisas objetivando a produção de conhecimentos no campo da gestão do Esporte e do Lazer, com a consequente qualificação dos programas na área;*
- *Estabelecimento de Diretrizes, princípios e ações para a implantação dos Sistemas Municipal e Estadual de Esporte e Lazer devidamente articulado com o Sistema Nacional de Esporte e Lazer;*
- *Formação e qualificação de quadros aptos a formular, implementar e gerir políticas públicas de esporte e lazer no Estado de Goiás, principalmente os lotados na Agência Goiana de Esporte e Lazer;*
- *Formação e qualificação de pesquisadores, das distintas áreas de conhecimento que tem se ocupado dos fenômenos esportivos e de lazer, principalmente os vinculados a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Estadual de Goiás e a Agência Goiana de Esporte e Lazer;*
- *Composição de um Banco de Dados sobre o Esporte e o Lazer do Estado de Goiás: dossiê sobre a legislação esportiva e de lazer; acervo iconográfico acerca dos fazer esportivo e de lazer no Estado de Goiás;*
- *Difusão, em nível nacional e internacional, dos resultados da pesquisa;*
- *Desenvolvimento de Software e de página na Web possibilitando amplo e irrestrito acesso aos resultados da pesquisa;*
- *Publicação de um livro.”*

Sobre os Procedimentos Metodológicos:

“A abordagem metodológica a ser desenvolvida levará em consideração as características próprias do estudo em foco. Trata-se de um estudo que implicará no levantamento de informações de variadas fontes e de distintas modalidades. Tomando o Sistema de Esporte e Lazer como objeto de investigação, realizaremos pesquisa bibliográfica, sobre o ordenamento legal e as políticas públicas de esporte e lazer; investigação documental, a partir de fontes primárias dos executivos e legislativos nos 8 municípios que compõem a Grande Goiânia; entrevistas, com gestores públicos, parlamentares e delegados participantes das duas edições da conferência promovidas pelo Ministério do Esporte; e observações sistemáticas, com registro fotográfico sobre o fazer esportivo e de lazer nos municípios estudados.

Tais procedimentos metodológicos contribuirão para a elaboração de um dossiê que servirá de base para redação de um Relatório, Técnico-Científico, a edição de um livro temático, e a constituição de um acervo iconográfico sobre a experiência.

“As informações levantadas permitirão reconhecer os avanços e entraves do processo e apresentar sínteses, e propostas, acerca da implantação do sistema de esporte e lazer.”

O referido projeto foi contemplado com o financiamento e, ainda em 2007, iniciamos a sua execução pela organização de um processo seletivo, para três bolsistas¹⁶; o processo licitatório para a contratação de uma empresa para o desenvolvimento do Software para o Georreferenciamento¹⁷; e, posteriormente, um conjunto de ações visando qualificar a formação dos pesquisadores¹⁸, principalmente os bolsistas recém selecionados.

Iniciamos a Revisão de Literatura e na sequência realizamos duas palestras, abertas a toda comunidade e que teve ampla divulgação, e duas oficinas de formação de pesquisadores que tiveram como temas, respectivamente: ‘Procedimentos Metodológicos para o desenvolvimento de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer’, ministradas pela Profa. Ms. Silvana Araújo – UFMA; e ‘Metodologia de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer – analisando o tema do Financiamento’, ministradas pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Camargo Veronez - UFPel.

Infelizmente, por problemas políticos no desenvolvimento da FAPEG, os repasses financeiros previstos foram interrompidos. Soma-se a isso o problema ocorrido quando da solicitação de mudança do Coordenador da Rede, uma vez que o Prof. Fernando Mascarenhas se transferiu para UnB e, nessa condição, não poderia mais continuar ocupando esse cargo. Dentre os professores que compunham o Gepelc, naquele momento, somente o Prof. Humberto de Deus Inácio tinha a titulação exigida para a ocupação do cargo e, portanto, passou a ocupá-lo, depois de aproximados 12 meses, tempo para que o processo burocrático chegasse ao seu final. A retomada do projeto viria a acontecer no final de 2011, tema que desenvolverei mais adiante.

O período de realização das atividades do projeto foi de muito trabalho e, portanto, muito enriquecedor. Participávamos de eventos acadêmico-científicos para divulgação dos resultados obtidos no período¹⁹, de reuniões²⁰ com outras Redes, de estudos e de planejamento, visitávamos

¹⁶ Foram selecionados os alunos do Curso de Educação Física da UFG: Michelle da Silva Flausino, Renato Ribeiro Rodrigues e Gibran Dias Paes de Freitas.

¹⁷ Ao final do processo de licitação o contrato foi fechado com a empresa Incuba na UFG – Geoplano, que se responsabilizaria pela identificação do Sistema adequado a proposição do estudo e desenvolvimento do Software para o Georreferenciamento dos espaços e equipamentos de esporte e lazer dos municípios.

¹⁸ O projeto de formação de pesquisadores, tal como previsto no projeto aprovado, incluía a realização de oficinas, *workshops*, participação em reuniões intra-grupo e entre grupos, uma vez que a proposta era de realização da pesquisa em uma rede de colaborativa, ou seja, pelo conjunto dos grupos das instituições participantes da REDE.

¹⁹ SOUSA, Wilson Luiz Lino e outros. POLÍTICA PÚBLICA, GESTÃO E ORDENAMENTO LEGAL EM ESPORTE E LAZER NO ESTADO DE GOIÁS. Anais do III Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Cuiabá: CBCE – MT, 2008.

os municípios que compunham a amostra²¹, para os primeiros contatos e as observações iniciais. Infelizmente o processo foi interrompido pela falta de repasse dos recursos, como já mencionado.

Outra experiência importante viria a ocorrer entre 2006 e 2008. Como Formador do PELC tive a oportunidade de participar de um conjunto de reuniões, para a formação dos formadores, organizadas e desenvolvidas pelos integrantes da SNDEL. Participei como formador, processo de Formação dos Agentes do PELC UFPR-PR, que aconteceu em Curitiba/PR em 2008. Experiências importantes e interessantes e, dentre os seus resultados os principais foram: o amadurecimento político; maior aproximação aos intelectuais do campo; maior domínio sobre o *desenho conceitual* do Programa Esporte e Lazer da Cidade; oportunidade de conhecer diversos agentes sociais que trabalhavam em diferentes lugares do Brasil, bem com, seus pontos de vista sobre o programa.

Como professor da Universidade e membro do GEPELC, com a responsabilidade de realização da Pesquisa, anteriormente mencionada, nos anos de 2008 e 2009 orientei Trabalhos

SOUSA, Wilson Luiz Lino e outros. POLÍTICA PÚBLICA, GESTÃO E ORDENAMENTO LEGAL EM ESPORTE E LAZER NO ESTADO DE GOIÁS. Anais do V Conpeex – Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal de Goiás / Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.

SOUSA, Wilson Luiz Lino. ESPORTE, LAZER E CIDADANIA: Apontamentos sobre a formação de agentes sociais de esporte e lazer. I Seminário de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2008.

MASCARENHAS, Fernando. POLÍTICAS SOCIAIS, LAZER E EDUCAÇÃO: apontamentos para uma pedagogia crítica. Corpoconsciência (São Paulo), v.11, p.13-22, 2008.

BRANDÃO, Henrique Candido; FLAUSINO, Michelle da Silva; TERRA, Alessandra Matos; MASCARENHAS, Fernando. AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DO ESPORTE: avanços e limites na construção das políticas de esporte e lazer. Anais do III Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Cuiabá: CBCE-MT, 2008.

AZEVEDO, Ananda Alves de; OLIVEIRA, Valleria Araújo de; PIMENTEL, Fernanda Cruvinel; TERRA, Alessandra Matos; MASCARENHAS, Fernando. SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER: um estudo sobre o tema do financiamento. Anais do III Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Cuiabá: CBCE-MT, 2008.

²⁰ III Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Cuiabá: CBCE-MT, 2008; V Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal de Goiás / Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008; Reunião Nacional da Rede Cedes realizada pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer – ME, a Universidade Federal de Minas Gerais e o Centro Esportivo Virtual. Belo Horizonte, 2008; Reunião Regional do Programa Esporte e Lazer da Cidade. 2008; Primeiro Fórum de Gestores e Secretários Municipais de Esporte e Lazer do Estado de Goiás. 2009.

²¹ Nesse período realizamos as entrevistas Gestores e coletamos dados nos Municípios: Anápolis, Nerópolis e Goianópolis.

de Conclusão de Curso²² dos alunos que participavam do Gepelc, ainda que o projeto estivesse interrompido. Foi o meio que encontrei para dar continuidade à investigação, uma vez que a julgava muito importante.

Em 2008 participei, como representante da FEF/UFG do Fórum Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia, uma ação realizada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL, de Goiânia. A primeira seção, realizada em 22 de fevereiro de 2008 na Câmara Municipal, contou com a participação de representantes de 80 entidades esportivas, atletas, técnicos e treinadores, promotores e patrocinadores de eventos esportivos, professores das Faculdades de Educação Física e Gestores Públicos. Estabeleceu-se como objetivo elaboração de um projeto de lei a ser encaminhado aos órgãos competentes para análise e aprovação. Tal documento deveria abordar:

- Financiamento do Esporte e Lazer;
- Criação do Conselho e do Fundo Municipal de Esporte e Lazer;
- Tombamento dos Campos de Várzea;
- Destinação de área pública para destinação da Casa e Museu do Esporte.

Na época identifiquei estar diante de um importante movimento que colocava como possibilidade uma mudança estrutural, no âmbito do fazer político municipal. A aprovação, pelo Fórum Municipal de Esporte e Lazer, de um ‘plano de lutas’ apontando para a necessidade da atuação conjunta dos diversos atores do setor e da valorização da cooperação como princípios para orientar suas ações, eram as evidências que me levaram a cogitar a referida mudança.

O processo consistiu da realização de Conferências, Audiências Públicas, mas a principal metodologia utilizada foi a da organização de grupos de trabalho²³, criados na primeira seção do Fórum e com responsabilidade de elaboração da minuta do projeto de lei, que foi entregue ao prefeito em fins de 2008, após tramitar em várias Secretarias. Foi apresentado à apreciação do

²² Gibran Dias Paes de Freitas. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ORDEMENTO LEGAL E DA PERSPECTIVA DO GESTOR. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Goiás.

Edivaldo Rodrigues Pereira. POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: um estudo sobre a democratização do acesso aos programas de esporte e lazer em GOIÂNIA. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Goiás.

Pedro Gonçalves da Silva. ESPORTE, LAZER E ORDENAMENTO LEGAL: um estudo comparativo sobre as legislações dos municípios de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Goiás

²³ Participei do GT sobre o Sistema Municipal de Esporte e Lazer.

Legislativo e sancionado em 29 de janeiro de 2010. Criava-se, então, o Sistema Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia, com a seguinte estrutura:

- O Fórum Municipal de Esporte e Lazer: instância de discussão e incentivo à participação político-social de entidades, técnicos, professores esportivos, patrocinadores e atletas quanto aos assuntos que envolvem o esporte e o lazer;
- O Conselho Municipal de Esporte e Lazer: órgão de representação coletiva e de composição paritária, com atribuições de formulação, discussão, deliberação e fiscalização das políticas do setor;
- A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia: órgão integrante da Prefeitura de Goiânia responsável pela execução da Política Municipal de Esporte e Lazer no Município;
- O Fundo Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia: unidade orçamentária própria, de captação de recursos públicos e privados e de gestão pública de financiamento dos diversos projetos e ações esportivas;
- A Conferência Municipal de Esporte e Lazer: evento articulado às suas congêneres de natureza estadual e nacional, destinado a avaliar a cada dois anos as políticas do setor e apontar perspectivas e prioridades em horizontes históricos definidos, de curto, médio e longo prazos.

Ainda com relação à Lei Complementar que ‘criou’ o Sistema, outros aspectos importantes para a sua estruturação foram consignados. São eles:

- Agentes e Competências: há a indicação da ‘estrutura do sistema’ apresentando as instituições, entidades e organizações, bem como suas atribuições e responsabilidades.
- Gestão e o Controle Social: há a orientação de se conduzir a gestão por mecanismos democráticos e de participação popular, garantindo, ainda, a transparência e o controle social. Os mecanismos de controle do Sistema seriam: 1) os Conselhos de Esporte e Lazer; 2) as Conferências de Esporte e Lazer (nas instâncias nacional, estadual e municipal); 3) Fórum para debates e discussões sobre políticas públicas e sobre o Sistema de Esporte e Lazer;
- Financiamento: a Necessidade de um marco legal que defina os objetivos e metas e a previsão do orçamento adequado à gestão social, democrática e pública do esporte.
- Recursos Humanos e Formação: procurou-se Garantir o caráter multiprofissional (diversas profissões) e multidisciplinar (diversas áreas do conhecimento) dos quadros, ações para a sua qualificação, continua, bem como, a necessidade de formação de novos profissionais qualificados.

Em 2008 ao participar do processo seletivo para realização do Doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, ‘carregava’ comigo a experiência do Fórum, alguns dados sobre as condições objetivas sobre a gestão das políticas públicas de esporte e lazer

de Municípios da Grande Goiânia, levantadas pelo desenvolvimento parcial do Projeto FAPEG, e a dúvida sobre a possibilidade da mudança estrutural no fazer político, no âmbito do esporte e lazer, oriundo desse ‘movimento’.

Redigi, então, o projeto que recebeu o título: *“Gestão Democrática, Participação Política e Emancipação Humana: um estudo sobre a implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer no estado de Goiás”*. Naquele momento julgava que estas eram as categorias, Gestão Democrática, Participação Política e Emancipação Humana, que apontavam para o sentido teórico e político afinado com minha perspectiva de estudos e intervenção social.

Questionava sobre o conhecimento produzido sobre a implantação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Tendo em vista a experiência junto ao Fórum e a intenção de identificar entraves a sua implantação, elaborei as seguintes questões norteadoras para o estudo:

“Que relevo social tem as políticas sociais de esporte e lazer? Qual o modelo de gestão orienta a implantação e o desenvolvimento do Sistema? Que tipo de participação popular e que projeto histórico orienta e dá sentido a essa ação governamental? Quais as suas relações com a diminuição da pobreza, da marginalidade social, da qualificação da vida em áreas urbanas e na região estudada? Qual a composição do fazer esportivo e de lazer nos municípios estudados? Como as casas legislativas se ocupam dessa temática?”

Para responder essas questões propus realizar uma

“... pesquisa social que articulará as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, a ser realizada em oito municípios do Estado de Goiás, utilizando-se, ainda, da técnica triangulação de dados para o tratamento do material coletado. Seus produtos visam subsidiar a Gestão Pública, ações de governo no setor do Esporte e Lazer. Ações setoriais que constituem um desafio estratégico para políticas públicas, dado o impacto que podem produzir na formação de pessoas que venham a atuar na área, bem como na qualificação das intervenções político-pedagógicas, em sua relação com os aspectos educacionais e de segurança. Avalia-se que o desenvolvimento desta pesquisa possibilitará a construção de estratégias para organização de novos trabalhos articulando ensino, pesquisa e extensão e na organização de ações visando respaldar a gestão pública.”

Sobre os Objetivos do projeto:

“Objetivo Geral

Identificar e analisar as características, tendências, contradições e implicações presentes no processo de implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, em cinco municípios do estado de Goiás, buscando apreender qual o projeto histórico que orienta e dá sentido a essa ação governamental e as suas relações com a diminuição da pobreza, da marginalidade social da qualificação da vida nos municípios estudados.

Objetivos Específicos

- *Identificar em que medida a implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, com suas estruturas, entidades, Leis, Projetos e Programas, revela a efetivação de políticas sociais universais que atendam as reivindicações e necessidades populares e correlacioná-las às deliberações das Conferências;*
- *identificar quais as Instituições e Entidades, bem como, suas funções e finalidades aderiram ao Sistema, buscando, ainda, desvelar as relações entre elas e a autonomia de cada componente, bem como, sua pertinência e poder nas tomadas de decisão referentes a questões gerais e/ou particulares do Sistema;*
- *caracterizar o tipo de gestão que orienta as ações, no âmbito das Secretarias Municipais de Esporte, buscando identificar em que medida esta admite a existência de mecanismos democráticos de participação popular, de transparência, e o controle social de suas ações;*
- *identificar existência e analisar o funcionamento de Conselhos Municipais de Esporte e Lazer;*
- *identificar e analisar as fontes de recursos públicos, os convênios e outros tipos de parcerias existentes, visando apreender os princípios e as diretrizes que orientam o financiamento do Sistema nos municípios estudados;*
- *identificar o quadro de funcionários públicos ocupados na área de esporte e lazer, bem como, as políticas de cargos e salários e de formação continuada;*
- *levantar/conhecer os espaços, equipamentos e instalações de esporte e lazer identificando suas condições, potencialidades e limites;*
- *levantar dados sobre os principais interesses/necessidades, no campo do esporte e do lazer, dos municípios”.*

Em 2009 se deu meu afastamento e o início de um conjunto de problemas, tendo em vista a alteração da Legislação que estabelece a norma para o afastamento do Servidor Público Federal para realização de sua qualificação, por meio de pós-graduação. Dentre os quais destaco:

- ✓ No âmbito da Capes: Manutenção dos desequilíbrios regionais do SNPG (EF); prejuízos na formação de quadros qualificados na área de EF.
- ✓ No âmbito da UFG: Comprometimento da Autonomia Universitária; Prejuízos também na formação de quadros qualificados na área de EF, e possíveis intercâmbios com instituições nacionais e internacionais.
- ✓ Na minha formação: Dificuldades na realização do doutorado Sanduíche (p.ex. taxas escolares); Prejuízos na formação (participação em eventos, realização de cursos na área, aprofundamento em relações institucionais com grupos reconhecidos nacionalmente e internacionalmente, entre outras).

O ano de 2010 foi de muito aprendizado, pois tive a oportunidade de apropriação do debate teórico sobre as Políticas Públicas, ao cursar as disciplinas²⁴ oferecidas pelas Faculdades e Institutos da Unicamp. Esse foi o meu *movimento* para superar a fragilidade teórica observada nas pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer por alguns autores do *campo* (AMARAL; PEREIRA, 2009; SANTOS, 2011; STAREPRAVO, 2011).

A convivência com colegas e pesquisadores e os acessos que uma Universidade como a Unicamp oportuniza são altamente enriquecedores!

Em 2011 retornei a Goiânia, pois não teria condições econômicas de me manter, com minha família, em Campinas sem a bolsa de estudos. Foi uma decisão difícil, mas necessária. Ao retornar me deparei com as dificuldades para a implantação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer, uma vez que o Executivo não deu prosseguimento aos processos necessários para tanto, ou seja, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer não fora constituído; o Fundo Municipal de Esporte e Lazer, com previsão orçamentária, não fora instituído; não houve reestruturação da SEMEL; e, infelizmente, o Fórum Municipal de Esporte e Lazer estava desarticulado.

Ainda em 2011, dando continuidade aos estudos e a minha formação, e por estar distante da Unicamp e sentindo necessidade do diálogo com pesquisadores e estudiosos do *campo* das Políticas Públicas, resolvi me inscrever no curso de Especialização em Políticas Públicas²⁵ da

²⁴ Faculdade de Educação Física: FF158 Seminários Avançados em Lazer e Sociedade / 2009 – Aprovado Conceito B; e FF160 Elementos Conceituais para Anál. de Políticas em Educ. Física, Esporte e Lazer / 2010 – Aprovado conceito A;

Faculdade de Educação: ED109 Políticas Sociais-Política Educacional / 2010 – Aprovado conceito A; ED107 Planejamento Educacional e Gestão / 2010 – Aprovado conceito A; ED113 Avaliação de Políticas Educacionais / 2010 – Aprovado conceito A;

Instituto de Geociência: CT017 Análise de Política em Ciência e Tecnologia /2010 – Aprovado conceito A.

²⁵ Disciplinas:

- Metodologia (Métodos e Técnicas de Pesquisa I) - Prof. Ms. José Alexandre da Silva Junior. 28 h/a. Ementa: Leituras de Metodologia e treinamento em técnicas de investigação e diagnósticos quantitativos e qualitativos da realidade socioeconômica. Uso de recursos iconográficos.
- Metodologia (Métodos e Técnicas de Pesquisa II) - Prof. Dr. Jordão Horta Nunes. 28 h/a. Ementa: Produção de dados: sondagens de opinião e atitudes, avaliações de governos e políticas públicas. Recursos de informática para análise qualitativa e quantitativa.
- Orçamento e Finanças Públicas - Prof. Ms Paulo Henrique Nogueira . 28 h/a. Ementa: Serviço público: Aspectos sociais, políticos e constitucionais. Administração pública e campo de aplicação da contabilidade pública. Gestão administrativa. Orçamento: Plano Plurianual de Investimentos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Programa.
- Paradigmas de Análise de Políticas Públicas – Prof. Dr. Francisco Chagas E. Rabelo. 28 h/a. Ementa: Referências teóricas e técnicas para avaliação de Planos e Programas governamentais, em níveis federal, estadual e municipal: infraestrutura, bem-estar social, saúde, educação, habitação e urbanismo, produção agrícola, ciência e tecnologia etc.

Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Realizado no período de 15/04/2011 a 19/10/2013, com carga horária total de 360, seu público alvo eram os profissionais com curso superior, na área de Ciências Humanas e/ou em áreas afins e com interface com as Políticas Públicas, e os objetivos principais visavam atender a demanda de aprimoramento de recursos humanos em órgãos públicos e em atividades diversas, tendo em vista o domínio intelectual de temas voltados à reforma do Estado e às referências de políticas sociais e econômicas contemporâneas. Foi um período de muito aprendizado e, o que não estava previsto, de aproximação com pesquisadores e grupos de pesquisas consolidados da Faculdade de Ciências Sociais da UFG.

Ainda nesse período, reaproximei-me do Fórum Municipal de Esporte e Lazer, como pesquisador. Tendo em vista a necessidade de informações e pelo constante diálogo com representantes dos diversos setores, por ser protagonista de algumas ações, tendo em vista a disposição apresentada para a redação de alguns documentos da SEMEL, acabamos, eu e o Prof. Jorge Arantes, principalmente, por reorganizarmos o Fórum e, no início de 2012, por conta disso fui eleito o Coordenador Executivo do Fórum Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia. A ‘Missão’: elaborarmos um documento, a ser entregue ao Prefeito Paulo Garcia, solicitando a retomada das ações para implantação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer.

-
- Planejamento e Desenvolvimento Regional - Profa. Ms. Débora F. Cunha. 28 h/a. Ementa: Noções básicas de planejamento. Integração regional, região como espaço de ação planejada e interação com outras regiões. Potencialidades específicas. Exportação inter-regional e para o exterior. Pequenas atividades geradoras de emprego e renda e preservação ambiental.
 - Política Regional – Profa. Dra. Dalva M. Borges de L. D. Souza. 28 h/a. Ementa: Formação e desenvolvimento das agremiações partidárias em Goiás. Lideranças, regionalismo e inserção nacional. Política tradicional, racionalidade e referências programáticas.
 - Sociologia Política – Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges. 28 h/a. Ementa: Tendências do debate político-social, tendo em vista os objetos e paradigmas emergentes nos quadros do globalismo, das transformações na esfera pública e nas relações Estado, mercado e democracia.
 - Teoria do Estado – Dra. Heloisa Dias Bezerra. 28 h/a. Ementa: Principais bases teóricas do Estado moderno. Adequação de conceitos e fundamentos clássicos na análise de temas voltados ao debate contemporâneo da democracia e do Estado.
 - Trabalho no Serviço Público: processo e organização – Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos. 28 h/a. Valores e cultura na administração pública brasileira, a partir de temas recorrentes e reatualizados pelos programas de reforma do Estado. Burocracia e política. Novas tecnologias, avaliação e critérios de eficiência. Profissionalização e direitos. Corporativismo e universalismo.
 - Disciplinas Temáticas, definidas após consulta aos alunos do curso, os professores - todos especialistas nos respectivos temas escolhidos - foram convidados para ministrarem as aulas.
Políticas e Juventude - Prof. Dr. Flavio Munhoz Sofiati. 28 h/a.
Comunicação Pública – Prof. Dr. Tiago Mainieri. 28 h/a.
Políticas Públicas e Direitos Humanos – Prof. Dr. Dijaci David de Oliveira. 28 h/a.
Ementa: Conceitos e fundamentos na análise de políticas públicas específicas. Planos de Ação e formas de intervenção em políticas públicas específicas.

Com o lançamento do Edital da Chamada Pública nº 01/2011 da Rede Cedes, da SNDEL/ME e procurando reorganizar a Linha de Pesquisa: Políticas de Esporte e Lazer – GEPELC/FEF, articulei com professores e colegas do curso de especialização, professores da SEMEL a realização de uma pesquisa sobre: “A Implementação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia”. Fiquei responsável pela redação do Projeto de Pesquisa, e na época assim apresentei a sua problematização:

“Este projeto de pesquisa articula-se à linha de pesquisa: Sistema Nacional de Esporte e Lazer, uma das áreas temáticas prioritárias da política social desenvolvida pelo Ministério do Esporte, e tem por objetivo a análise do processo de implementação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer em Goiânia, visando potencializar mecanismos que possam ser utilizados no aperfeiçoamento das políticas públicas de esporte e lazer a partir dos estudos e práticas da análise e avaliação de políticas públicas.

O processo de politização do setor de esporte e lazer, no município, foi se constituindo paulatinamente e em consonância com a dinâmica da política implementada pelo governo federal brasileiro com ênfase a partir de 2003. A realização das Conferências Municipais de Esporte e Lazer mobilizou os diversos atores sociais do setor e oportunizou a participação destes nas etapas estadual e nacional, qualificando a discussão e a problematização dos temas esporte e lazer e organizando a agenda do setor no município. Nessa direção, a presente pesquisa busca identificar em que medida a implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, a partir da avaliação de seu quadro normativo, da gestão e do controle social, do financiamento e da natureza dos direitos e benefícios, revela a efetivação de políticas sociais universais que atendam as reivindicações e necessidades populares, evidenciando, ainda, a sua capacidade política para expandir os direitos e modificar estruturalmente a realidade, eliminando desigualdades e injustiças e instituindo a equidade, neste campo da vida social.

Entende-se que o Sistema Municipal de Esporte e Lazer deva ser concebido como um arranjo político-institucional por meio do qual se organiza a oferta de bens e serviços, de gestão e de financiamento das políticas públicas para o setor, visando garantir um direito constitucional. Tal processo ao atribuir legitimidade à política destaca a importância do controle social, demanda do governo em exercício, a adoção dos princípios da gestão democrática e oferece, permanentemente, subsídios para o desenvolvimento, aprimoramento, acompanhamento, fiscalização e divulgação das execuções orçamentária, financeira e contábil de forma a assegurar o uso ético e transparente dos recursos públicos, preservando-se e difundindo-se os princípios da publicidade, eficiência, moralidade, impessoalidade e legalidade.

Nessa direção, a pesquisa está orientada pelos seguintes questionamentos: O Conselho Municipal de Esporte e Lazer foi instituído? Como se dá o seu funcionamento? O Fórum Municipal de Esporte e Lazer está articulado e o seu funcionamento está de acordo com os objetivos de sua criação? A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer está sendo

reestruturada, como previsto pela lei que cria o Sistema? O Fundo Municipal de Esporte e Lazer foi instituído com vinculação orçamentária? Quais as barreiras na implementação do Sistema?”.

Sobre os objetivos:

“Geral: Analisar o processo de implementação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer em Goiânia, buscando identificar em que medida a implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer revela a efetivação de políticas sociais universais que atendam as reivindicações e necessidades populares e apresenta capacidade política para expandir os direitos e modificar estruturalmente a realidade, eliminando desigualdades e injustiças e instituindo a equidade, neste campo da vida social. Visa, ainda, potencializar mecanismos que possam ser utilizados no aperfeiçoamento das políticas públicas de esporte e lazer a partir dos estudos e práticas da análise e avaliação de políticas públicas.

- Específicos: Organizar banco de dados sobre:

• quadro normativo:

- fontes de financiamento; direção e magnitude dos gastos públicos; convênios e outros tipos de parcerias existentes, visando apreender os princípios e as diretrizes que orientam o financiamento do Sistema;

- Legislação, regras e normas que sustentam as decisões governamentais e institucionais, e garantem o funcionamento do Sistema;

- Estrutura Organizacional: a) quadro de funcionários públicos ocupados na área de esporte e lazer, bem como, os conhecimentos e as competências que estes mobilizam e adotam na realização de suas funções; b) políticas de contratação, cargos e salários; c) políticas formação (continuada); d) espaços, equipamentos e instalações de esporte e lazer identificando suas condições, potencialidades e limites; e) política de uso e manutenção de espaços, equipamentos e instalações de esporte e lazer; f) crenças e expectativas dos agentes do sistema quanto à sua efetividade;

• Direito e os Benefícios:

- Tipo e natureza dos Programas, projetos e ações: abrangência, critérios de acesso, formas e mecanismos de articulação e/ou vinculação;

• Gestão e o Controle Social Democrático:

- dados e documentos que evidenciem as relações entre esferas governamentais e não governamentais (Instituições e Entidades), que aderiram ao Sistema, identificando suas funções e finalidades, visando identificar a autonomia de cada componente;

- caracterizar o tipo de gestão que orienta as ações, no âmbito da Secretarias Municipal de Esporte e lazer, buscando identificar em que medida esta admite a existência de mecanismos democráticos de participação popular, de transparência, e o controle social de suas ações.”

Sobre os Procedimentos Metodológicos:

“Este estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa social de nível explicativo, uma vez que pretende produzir novos conhecimentos relativos a determinado aspecto da realidade, ou

seja, visa permitir desvelar os impactos produzidos a partir do processo de implementação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer em Goiânia.

No que tange à base operacional e técnica da investigação, combinar-se-á três momentos que deverão se complementar, se encontrar, se sobrepor e se entrecruzar, estamos nos referindo às técnicas da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e da pesquisa de campo, que procuraremos desenvolvê-las num movimento espiralado, próprio e necessário para a apreensão do objeto de estudo que elegemos, sendo que o período para a realização será de junho/2012 a junho/2013.”

Sobre a Equipe de Pesquisadores e Bolsistas:

- ✓ *Prof. Ms. Wilson Luiz Lino de Sousa – Doutorando em Educação Física, FEF/ Unicamp, professor da Faculdade de Educação Física da UFG. Dedicção de 20 horas semanais. Coordenador.*
- ✓ *Prof. Dr. José Luis Solazzi – Doutor em Ciências Sociais, professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, Campus Catalão. Dedicção de 10 horas semanais.*
- ✓ *Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges – Doutor em Sociologia, professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Dedicção de 10 horas semanais.*
- ✓ *Prof. Dr. Jordão Horta Nunes – Doutor em Sociologia, professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Dedicção de 10 horas semanais.*
- ✓ *Prof. Ms. José Alexandre da Silva Junior – Doutorando em Ciência Política pela UFPE, professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Dedicção de 10 horas semanais.*
- ✓ *Profa. Dra. Telma Ferreira Nascimento – Doutora em Sociologia e Ciência Política, professora da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Dedicção de 10 horas semanais.*
- ✓ *Prof. Dr. Mário Hebling Campos – Doutor em Educação Física, professor da Faculdade de Educação Física da UFG. Dedicção de 10 horas semanais.*
- ✓ *Prof. Dr. José Luiz Cirqueira Falcão – Doutor em Educação, professor da Faculdade de Educação Física da UFG. Dedicção de 10 horas semanais.*
- ✓ *Prof. Ms Carlos Alexandre Vieira - Doutorando em Ciências da Saúde – UnB, professor da Faculdade de Educação Física da UFG. Dedicção de 10 horas semanais.*

Bolsistas de Apoio Técnico:

- ✓ *Albanir Faleiros Machado Neto – Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Comunicação e Educação pela UaB/Espanha, aluno do curso de Especialização em Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, dedicação de 20 horas semanais.*
- ✓ *Rivana Aparecida Alves – Bacharel em Ciências Sociais pela UFMG, aluna do curso de Especialização em Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, dedicação de 20 horas semanais.*
- ✓ *Valleria Araújo de Oliveira – Graduada em Educação Física, aluna do curso de Especialização em Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, dedicação de 20 horas semanais.*

- ✓ *Lais Momisso Fabrette Dorneles de Oliveira – Graduada em Educação Física, aluna do curso de Especialização em Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, dedicação de 20 horas semanais.*
- ✓ *Maurílio Teixeira – Graduado em Letras, aluno do curso de Especialização em Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, dedicação de 20 horas semanais.*

Pesquisadores Colaboradores:

- ✓ *Pedro Fernando Avalone Athayde – Mestre em Educação Física, doutorando em Políticas Sórias pela UnB, dedicação de 20 horas semanais.*
- ✓ *Vicente Paulo Batista Dalla Déa – Especialista em Educação Física, UAB/ Faculdade de Educação Física da UFG, dedicação de 20 horas semanais.*
- ✓ *Edna Marisa Ribeiro – Graduação em Letras, pesquisadora na Licenciatura Intercultural Indígena, Faculdade de Letras da UFG, dedicação de 20 horas semanais.*

O projeto foi aprovado e o primeiro passo foi organizar a formação dos pesquisadores. Iniciamos pela organização de Seminários para elaboração dos instrumentos de Coleta de Dados, visando à ampliação do conhecimento sobre os objetivos da pesquisa e ao mesmo tempo a preparação daqueles que se responsabilizariam pela coleta de dados. Realizamos reuniões de planejamento, cursos de formação de pesquisadores e oficinas específicas para a elaboração dos instrumentos de coleta de Dados.

O ‘I Seminário de Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer’ aconteceu no Auditório da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, em 26 de março de 2012, e contou com a colaboração do Prof. Dr. José Luis Solazzi, da Faculdade de Ciências Sociais – Campus Catalão; do Prof. Ms. José Alexandre da Silva Junior, da Faculdade de Ciências Sociais – Campus Samambaia; e do Prof. Wilson Luiz Lino de Sousa, Faculdade de Educação Física – Campus Samambaia; que abordaram, respectivamente, as temáticas: ‘O Método de Pesquisa nas Ciências Sociais e a Avaliação de Políticas Públicas’; ‘A Avaliação de Políticas Públicas’; e ‘Apresentação do projeto de pesquisa: A implementação do Sistema municipal de Esporte e Lazer de Goiânia’.

O ‘II Ciclo de Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer’ ocorreu nos dias 16 e 17 de abril de 2012, nas instalações da Faculdade de Educação Física e, como de praxe, a realização de uma Palestra aberta a toda a comunidade, no Auditório da Faculdade de Educação. Contamos com a presença do Prof. Dr. Lino Castellani Filho, da FEF/UnB; do Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro, FEF/UnB; e do Prof. Ms. Pedro Avalone – FEF/UNB, para debater o tema: “A utilização de *Survey* em Pesquisas sobre Políticas Públicas”.

No dia 16 de abril de 2012, às 19h, aconteceu a Palestra: “Eventos Esportivos Mundiais: impactos na área de Esportes, Lazer e Educação Física e as consequências na formação de profissionais na década do Esporte Brasileiro”, tendo como debatedores: Prof. Dr. Lino Castellani Filho FEF/UnB, Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro FEF/UnB, o Prof. Dr. Paulo Roberto Veloso Ventura - ESEFFEGO-UEG e PUC-GO e, como mediador, o Prof. Ms. Nivaldo N. David - FEF/UFG.

Dando continuidade ao projeto de ‘Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, realizou-se, em 11 de junho de 2012, das 14h às 17h30 Local: Sala do Gepelc/FEF/UFG, a “Reunião de Estudo” para debater as Teorias de *Habitus* e de *Campos*, de Pierre Bourdieu, visando identificar as contribuições do autor para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre Políticas Públicas. A abordagem inicial do Tema foi realizada pelo Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges, FCS/UFG, e, na sequência, a discussão com os demais presentes.

Infelizmente houve restrições orçamentárias no exercício 2012 e o Ministério do Esporte não efetivou a descentralização dos recursos previstos para o financiamento da pesquisa “A Implementação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia”, como previsto no Edital da Chamada Pública nº 01/2011, conforme Ofício Circular nº 10/2013/SE/ME, anexo. A escassez de recursos financeiros comprometeu o pagamento de Bolsas de Estudo aos alunos selecionados para a realização da pesquisa.

Outra dificuldade encontrada foi à realização do movimento grevista na Universidade, que acabou comprometendo, inclusive, a participação e o trabalho de voluntários colaboradores e pesquisadores. Por fim, a realização do pleito eleitoral no Município, no segundo semestre de 2012, comprometeu totalmente a realização da coleta de dados, sobretudo com Gestores e trabalhadores do Sistema. Sendo assim, o projeto acabou sendo abandonado, temporariamente.

Ao final do ano de 2011, a ótima notícia da descentralização dos Recursos para a retomada da Pesquisa financiada pela FAPEG e, portanto, a necessidade da reestruturação do projeto e a sua finalização em 6 meses. Note-se que os recursos disponibilizados seriam os mesmos previstos em 2007, quando da elaboração do plano de trabalho. Difícil, mas encontrei boa vontade entre os pesquisadores da Rede Goiana de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, mais especificamente os quadros da SEMEL, e dos diretores da Geoplano, que aceitaram finalizar o projeto sem atualização dos custos. Única ressalva foi a solicitação do responsável pela Geoplano para que a realização da coleta de dados em campo ocorresse num período maior de tempo, pois ele não teria como aumentar o seu efetivo para tanto.

Foi a partir desse processo histórico e destas condições que em junho de 2013 retomei o projeto de pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Ordenamento Legal de Esporte e Lazer no Estado de Goiás, por um lado, com a responsabilidade de concluir a pesquisa e retribuir aos pesquisadores e gestores que participaram do processo e auxiliaram do *desenho conceitual* do SIG-Esporte e Lazer, e por outro, a responsabilidade na conclusão do doutorado.

Foi a partir destas experiências, e relações, que elaborei a proposta desta pesquisa. Identificava, por um lado, o avanço do conhecimento produzido e, por outro, a carência de acesso a esses conhecimentos. Identificava no conhecimento científico e tecnológico, produzido historicamente pela humanidade, o potencial para a qualificação das ações de Governo, sobretudo, na definição do desenho da política pública a ser implementada.

Nessa direção, o fomento à produção e difusão do conhecimento voltado para a gestão de políticas sociais de Esporte e Lazer ganha significado na exata medida em que vislumbra a requalificação e a formação continuada dos gestores e do conjunto de atores envolvidos com o Esporte e o Lazer que, em última instância, são os responsáveis pela chegada à população das ações de Governo, na área, garantindo a democratização e a equidade na sua distribuição, visando ampliar a participação política dos munícipes, promover seu bem-estar, qualificando a cidadania e promovendo a justiça social. (Cf. CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÁO JUNIOR, 2008).

Portanto, o que se propõe é a reflexão e a ação sobre determinada realidade buscando sua transformação, de modo a ampliar os níveis de liberdade dos envolvidos, mas não somente deles, pois se julga fundamental perspectivar a ampliação dos níveis de liberdade de toda a humanidade, em sua constituição histórica.

Nesse sentido, observa-se a importância de iniciativas centradas na ótica da gestão do conhecimento, onde a Informação e a Documentação, a Inovação Tecnológica, bem como, da produção de conhecimento acadêmico-científico sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer ganham relevância. Segundo informações extraídas de documento do Ministério do Esporte²⁶ é notória a carência de um sistema eficiente e eficaz para a gestão de conhecimento, informação e documentos. Concomitantemente, a gestão esportiva e de lazer, especificamente a de natureza pública, mostrou-se distante da postura de ter na informação e documentação parâmetros de seus atos administrativos, algo que muito paulatinamente começa a se afigurar no seu horizonte.

²⁶ Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/coletaneaCadernoII.pdf> , p. 22.

Do ponto de vista da intervenção social, as atividades de pesquisa, de informação e documentação e de inovação tecnológica materializam-se como atividades que auxiliam os atores governamentais no campo das políticas públicas. Nesse sentido, tal dinâmica qualifica o Estado em sua responsabilidade pela execução de políticas de Esporte e de Lazer voltadas para a consolidação dessas práticas como direitos sociais e, portanto, como política pública que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os segmentos etários – criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais – em uma perspectiva intergeracional, de ações contínuas que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social. (Cf. CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÃO JUNIOR, 2008).

INTRODUÇÃO

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

Karl Marx

A produção de conhecimentos sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer e a viabilidade do desenvolvimento de novas tecnologias visando à qualificação da gestão pública do setor, foram tematizadas nesta tese. O Esporte e o Lazer²⁷, ainda que fenômenos distintos, que contemporaneamente vêm sendo tratados pelo Estado brasileiro como equivalentes e no âmbito da produção científica da Educação Física em conjunto (STAREPARAVO, 2011), são compreendidos no âmbito desta como uma dimensão da questão social.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e forma de enfrentamento, comumente setorializadas e fragmentadas, às expressões multifacetadas da questão social na sociedade do capital, cujo fundamento, conforme Behring e Boschetti (2011), se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. Importante, ainda, ressaltar que

quando se fala em produção e reprodução social das relações inscritas num momento histórico, sendo a questão social uma inflexão desse processo, trata-se da produção e reprodução – movimentos inseparáveis na totalidade concreta – de condições de vida, de cultura e de produção de riqueza. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 52).

²⁷ No âmbito deste o **Esporte** é compreendido como uma prática social situada no quadro da cultura corporal surgida no âmbito da cultura europeia, por volta do século XVIII, com caráter competitivo, cuja execução repousa essencialmente sobre a ideia de luta contra um elemento definido: uma distância, uma duração, um obstáculo, uma dificuldade material, um perigo, um adversário. Ao valorizar o termo **Esporte Recreativo**, busca-se com adjetivação que em que em sua pedagogização deve-se fazer prevalecer o sentido lúdico caracterizado pela livre escolha, a busca pela satisfação e construção, pelos próprios sujeitos envolvidos, dos valores ético-políticos a se fazerem presentes em sua objetivação. “O Esporte Recreativo se realiza em limites temporais e espaciais do lazer como expressão de festa e alegria. Por meio dele o ser humano só, em pequenos grupos, ou em multidão, vivencia situações esportivas lúdicas e prazerosas.” (Cf. MANUAL DE ORIENTAÇÕES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE, 2005, p.5). Com relação ao conceito de **Lazer**, toma-se este como um “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia” (MASCARENHAS apud MANUAL DE ORIENTAÇÕES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE, 2005, p. 5).

Portanto, depreende-se que as políticas sociais e os direitos sociais, políticos e trabalhistas, ainda que inerentes ao capitalismo, “produto das contradições capitalistas, e necessárias para a manutenção do Modo de Produção Capitalista, representam também conquistas dos trabalhadores e setores subalternos, que podem diminuir, mas jamais eliminar as desigualdades” (MONTÂNHO, 2012, p. 285).

A questão social se expressa em suas refrações (Netto, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas para o seu enfrentamento (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), e, em assim sendo,

a luta por mecanismos de redistribuição de renda, por controle da exploração, por melhores salários, condições de trabalho e direitos trabalhistas [acesso às praticas de Esporte e Lazer], é, no curto prazo, necessária e urgente para o trabalhador, para o movimento social e sindical, para o partido político. (MONTÂNHO, 2012, p. 285).

No âmbito da contradição entre os interesses intrínsecos ao capital e àqueles oriundos do seio da ‘classe que vive do trabalho’, a questão social²⁸ não se encontra relacionada apenas à discussão sobre as desigualdades, mas, também, aos processos de resistência e de luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, acesso à cultura e a riqueza, socialmente produzidas.

Com relação às primeiras intervenções do Estado brasileiro no âmbito do esporte observou-se que estas ocorreram na década de 1940, quando o poder público passou a reconhecer e controlar as manifestações do esporte no interior da sociedade brasileira. Identificou-se, ainda, que inicialmente a atenção era voltada prioritariamente ao desenvolvimento das manifestações esportivas de alto rendimento (SATEREPARAVO, 2011; MEZZADRI, 2000; LINHALES, 1996), e que a dimensão do lazer, no período em que esteve sob a responsabilidade do Serviço de Recreação Operária (SRO), fora norteado, durante todo o seu ciclo vital, por uma compreensão funcionalista do fenômeno (RODRIGUES, 2006).

Quanto ao tema da Política Pública de Esporte e Lazer, notou-se que este alcançaria maior visibilidade, no âmbito acadêmico-científico, principalmente na última década

²⁸ Para acesso a uma discussão aprofundada sobre a ‘questão social’ ver, principalmente: Netto (2005); Yamamoto (2001; 2009); Behring; Boschetti (2011), Montaña; Duriguetto (2010); Montaña (2012); Machado (1998).

(STAREPARAVO, 2011), resultado de mudanças significativas na vida social dos brasileiros e da ação de diferentes atores do setor.

Com a alteração do quadro legal, na década oitenta, os fenômenos esportivo e de lazer passariam a ser reconhecidos, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como direito de todos e dever do Estado. Sendo assim, o Esporte e o Lazer entrariam, definitivamente, na pauta das políticas públicas e a questão que se colocava era o seu reconhecimento como direito social, não somente pela sua consignação na Carta Magna, mas, sobretudo, por um conjunto de ações que, a partir de 2003, foram realizadas visando garantir a efetivação desse direito, expressando, a estreita relação entre essas ações e a importância atribuída à Democracia no mundo contemporâneo²⁹.

Importante, também, reconhecer que as experiências de gestão democrático-popular, ao apresentarem novas propostas e desenhos para a formulação e implementação de políticas públicas para o setor, ao longo dos últimos vinte e poucos anos e em diversos municípios brasileiros, contribuíram de modo significativo para o desenvolvimento do setor, e foram fundamentais para se pautar a possibilidade da democratização da política de esporte e lazer, nos diversos âmbitos do Estado brasileiro, sobretudo na primeira gestão do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, quando da realização do Plano Plurianual, 2004-2007, ‘Brasil de Todos: participação e inclusão’.

Naquele momento histórico o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o Governo com o compromisso de transformar Brasil, melhorando a vida de todos os brasileiros. O enfrentamento de problemas históricos, como a necessidade de eliminação da fome e da miséria, e da construção de uma sociedade dinâmica e moderna, pela geração de empregos e riquezas, estabelecendo a justiça social formou o conjunto de objetivos consignados naquele documento.

Conforme consta da mensagem presidencial de apresentação Plano Plurianual, 2004-2007, os problemas fundamentais a serem enfrentados para sua realização eram:

²⁹ O Cientista Político Carlos Nelson Coutinho (2006), um dos principais intelectuais marxistas brasileiros, que privilegiou sua reflexão teórica articulada com sua prática militante, nos alerta sobre a necessária cautela quando da utilização da palavra “democracia”, na atualidade. O autor demonstra a disputa, no que ele chama de ‘a batalha das ideias’, entre as diferentes forças sociais para definir o que é democracia, tendo em vista que essa forma de regime político ser hoje reivindicada por praticamente todas as correntes ideológicas, da direita à esquerda. Nessa direção, julga-se importante registrar que, no âmbito deste estudo, a Democracia dever ser compreendida não como algo estático, mas como um processo no qual se constata, por um lado, a crescente socialização da participação política, contemplando a presença não só de formas de representação, mas também de institutos de democracia direta e participativa, e por outro, a garantia da coexistência das condições jurídicas e econômico-sociais viabilizadoras do efetivo cumprimento destas ‘regras’. (Cf. COUTINHO, 2006).

a concentração social e espacial da renda e da riqueza, a pobreza e a exclusão social, o desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania, a degradação ambiental, a baixa criação de emprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras. Programas sociais e de construção da cidadania são absolutamente necessários para gerar as condições de erradicação da pobreza, do analfabetismo, do trabalho precoce, da mortalidade infantil, da discriminação racial, da mulher, e das minorias, para garantir o acesso universal e de qualidade aos serviços de saúde, educação e cultura, e a condições dignas de moradia e transporte. Mas são insuficientes, porque o ataque apropriado à exclusão social e à má distribuição da renda exige também crescimento sustentado, com a geração de riqueza em escala suficiente para elevar o volume de investimentos e a massa salarial do País. (BRASIL, 2003, p. 14).

Promover um desenvolvimento sustentado e com equidade social demandaria grande união de esforços e a mobilização da sociedade brasileira. Coube ao Estado brasileiro, portanto, a utilização de instrumentos e recursos disponíveis para dar o impulso indispensável à retomada do desenvolvimento.

No âmbito do esporte e lazer os esforços iniciais possibilitaram a “criação”, pela Medida Provisória 103/2003 assinada Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Ministério do Esporte (ME) com o objetivo de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”, expressando a intencionalidade do governo em reconhecer a agenda do setor. A partir de então as ações ministeriais evidenciaram o propósito de tornar o espaço para o debate sobre os temas do esporte e lazer democráticos. Em janeiro de 2004, por decreto presidencial, instituiu-se a Conferência Nacional do Esporte, que viria a exercer importante papel no processo de formulação e implementação da Política Nacional de Esporte e Lazer do país, demonstrando, inclusive, a intenção de superar o hiato constitucional existente entre os direitos consignados na Constituição Federal e as Políticas Sociais em desenvolvimento, especificamente, com relação aos direitos de acesso ao Esporte e Lazer (KUNSLER *et al.*, 2009).

Em 14 de junho ano de 2005, o Conselho Nacional do Esporte aprovou o Documento “Política Nacional do Esporte”, PNE, expressão da síntese dos propósitos do então 1º Governo LULA para o esporte brasileiro, com o consignado nesse campo em dois anos e meio de gestão. Com efeito, envolveram-se na dinâmica da 1ª Conferência Nacional os segmentos integrantes da comunidade esportiva – atletas, clubes, federações, confederações, comitê olímpico e paraolímpico, gestores, estudiosos do fenômeno esportivo e do lazer – como também os

movimentos sociais e populares que se relacionam com essas práticas sociais a partir da compreensão de que elas integram o processo de desenvolvimento humano. Nunca se vivenciou tanto, no universo do Esporte e do Lazer, o princípio democrático de participação popular, superando-se na prática política da construção coletiva do saber, a dicotomia pensar/fazer. (CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÃO JUNIOR, 2008)

O tema da Conferência, Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano orientou as reflexões sobre a contribuição dos fenômenos esportivo e de lazer no processo de emancipação humana, permitindo questionar e, conseqüentemente, propor a inversão da lógica dominante no cenário nacional, qual seja, a do esporte de rendimento e a mercantilização das práticas esportivas e de lazer.

Sob o título “Uma nova Realidade para o Brasil” o então Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz, expressou a compreensão de que:

em um país de tantas desigualdades sociais e com escassos recursos financeiros, é preciso otimizar recursos, capacitar pessoas, introduzir tecnologia e, fundamentalmente, imprimir transparência às nossas ações. Só assim – afirmava – poderemos potencializar o que hoje representam esforços divididos e transformá-los em uma grande força mobilizadora. É nesta perspectiva que será construído o Sistema Nacional do Esporte e do Lazer para unificar uma ação conjunta de todos os atores desse segmento no território nacional. (POLITICA NACIONAL DE ESPORTE, 2005, p. 5).

Ao finalizar seu raciocínio na apresentação da PNE – lançada nacionalmente em solenidade realizada na cidade de São Paulo no dia 19 de agosto de 2005 – o Ministro de Estado do Esporte diz não ser a divulgação de mais uma política o nosso maior desafio, mas sim o de:

por meio da sua efetiva implementação, despertar a consciência nacional para agir frente ao potencial do esporte como fator de desenvolvimento humano e de fortalecimento da nação (...) é tornar o esporte uma política pública essencial, em sintonia com todos os setores, que transponha os limites de um governo e consolide-se como uma política de Estado.(POLITICA NACIONAL DE ESPORTE, 2005, p. 5).

Com efeito, a presença do Estado brasileiro nas questões do esporte é incontestável e está registrada na própria história da organização social e política do país. O embate entre liberalizantes e conservadores, no período de redemocratização do país, foi o responsável pelo surgimento da autonomia e da pluralidade como elementos de mudança. Contraditoriamente, mesclam-se aos traços deixados pela conservação de antigas práticas, clientelísticas e

patrimonialistas (CASTELLANI FILHO, 2007), com esforços para a democratização da política. Este cenário evidencia a importância da ampliação da participação dos novos atores sociais nos espaços decisórios criados pelo processo de redemocratização do país. Sendo assim, entende-se que a Conferência Nacional, pelo menos nas duas primeiras edições, e o Conselho Nacional de Esporte apresentavam como espaços nos quais a participação seria ampliada.

A localização dessas ‘arenas decisórias’ (FREY, 2000) possibilitou identificar, pelo menos, duas tendências. A primeira sintonizada com a ampliação da participação política de novos atores, como já mencionado, e a segunda relacionada à recomposição da ‘elite dominante’, responsável pela manutenção de práticas políticas questionadas anteriormente. Tal constatação permite afirmar a presença do contraditório nesse importante processo de reconfiguração da Política Nacional de Esporte e Lazer. Nota-se o constante movimento de ‘luta’ pela sua democratização.

Observa-se, portanto, que o ‘movimento’ ocorrido ao longo dos dois Governos do Presidente Lula, e no atual Governo da Presidenta Dilma, onde a confluência de demandas e de representações no campo político, resultante de uma arena bastante diversificada, de iniciativas e de concepções distintas em torno da questão do esporte e do lazer, resultou em disputas de projetos e de grupos que promoveria mudanças significativas entre os objetivos consignados na Política Nacional de Esporte, nas deliberações da I e II Conferências Nacional de Esporte e Lazer e os programas, projetos e ações materializadas³⁰. Importante destacar as contribuições significativas da SNDEL, por meio das ações de seus trabalhadores, em todo o processo de formulação e implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, demonstrando ser viável a gestão de políticas sociais de Esporte e Lazer garantindo a democratização e a equidade, visando ampliar a participação política dos municípios, promovendo o bem-estar, qualificando a cidadania

³⁰ Segundo Castelan (2010), as deliberações aprovadas nas Conferências estão presentes em algumas leis, documentos e no texto da Política Nacional do Esporte, porém não se materializaram nos gastos governamentais. Além de questionar o alcance das Conferências, como espaço democrático e de formulação de políticas públicas a autora registra que, sobretudo na primeira e na segunda Conferências, um grupo político contra hegemônico conseguiu registrar os interesses populares no campo do esporte e do lazer nos textos das leis que foram promulgadas após os eventos em questão. Fazendo valer o espaço democrático aglutinaram força política, pela mobilização de diversos atores sociais, e conseguiram, conjuntamente, indicar na letra da Lei a necessidade do reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais. No entanto, os avanços então registrados não tiveram força suficiente para se impor na concretização de políticas públicas, o que pode ser observado em documentos e pronunciamentos do, então, Ministro do Esporte, sobretudo após 2006. Outra fonte importante para verificação é a execução orçamentária, por meio da qual a autora percebeu que alguns interlocutores antigos e reacionários do campo Esportivo Nacional continuam interferindo na agenda da política nacional, não se restringindo ao campo esportivo, e extrapolando as deliberações da política de Estado, como é o caso da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil.

e promovendo a justiça social. Digno de destaque, ainda, foram o envolvimento e a participação dos referidos trabalhadores no processo de elaboração e realização da I e II Conferência Nacional de Esporte, cujos documentos finais permitem identificar o conjunto destes trabalhadores, bem como, os eixos norteadores da política que deveria ser implantada.

Ainda que os apontamentos anteriores indiquem o cuidado necessário à análise das políticas públicas de esporte e lazer, é inconteste que esses fenômenos socioculturais passaram a ser tratados como um ‘problema político’, demandando, portanto, intervenção governamental. A ‘Questão do Esporte e do Lazer’ tem sido problematizada e passou a compor a agenda política dos governos no Brasil, mobilizando agentes políticos que buscariam, então, responder às demandas da população brasileira por esporte e lazer de um modo que ainda não havia sido considerado no Brasil, qual seja como um direito social.

A criação do ME representou um marco da relação entre o esporte e o Estado no Brasil, já que pela primeira vez na história, o esporte alcançou status de Ministério permanente e autônomo, e sua estrutura administrativa, com quatro secretarias³¹, expressava, no âmbito formal, a intenção da democratização do acesso às manifestações da cultura corporal, do esporte e do lazer, reconhecidas na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Não obstante, os avanços registrados, criação do ME, seu desenho institucional, documentos legais (PNE, Documentos das Conferências, entre outros), não se demonstraram suficientes para a superação de barreiras que fragilizam o desenvolvimento de políticas efetivas para o setor de esporte e o lazer no Brasil. Starepravo (2011) identificou em pesquisas na área de políticas públicas de esporte e lazer as seguintes barreiras: a) olhar prioritário ao alto rendimento; b) práticas assistencialistas e o utilitarismo orientando as políticas de esporte e ao lazer; c) hierarquização de prioridades sociais, colocando o esporte e o lazer como últimas demandas a serem atendidas; d) carência e falta de acesso aos equipamentos esportivos e de lazer; e) falta de planejamento e pessoal especializado nos órgãos estatais responsáveis pelo esporte; f) formulação de políticas considerando a ótica do empirismo e da valorização do número de eventos e de pessoas atendidas.

Castellani Filho, Veronez e Lião Junior (2008), ao analisarem o desenvolvimento histórico das políticas públicas brasileiras voltadas para o Esporte e o Lazer identificaram a

³¹ Uma Secretaria Executiva e três secretarias nacionais de esporte: Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Lazer (SNDEL), e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR).

predominância de uma concepção de gestão de natureza essencialmente empírica o que denota a expressão sincrética do conhecimento sobre dimensão da realidade na qual a política deveria incidir. Segundo os autores, seria o próprio desenvolvimento de estudos e pesquisas dedicadas à compreensão destas práticas sociais e da produção de conhecimentos acadêmico-científicos a respeito do tema, o movimento reorientador da lógica de gestão até então prevalecente.

Nesse sentido, identifica-se no conhecimento científico e tecnológico, produzido historicamente pela humanidade, o potencial para a qualificação das ações de Governo, sobretudo, na definição do desenho da política pública a ser implantada. Nessa direção, o fomento à produção e difusão do conhecimento voltado para a gestão de políticas sociais de Esporte e Lazer ganhou significado na exata medida em que vislumbrava a requalificação e a formação continuada dos gestores e do conjunto de atores envolvidos com o Esporte e o Lazer que, em última instância, são os responsáveis pela chegada à população das ações de Governo na área, garantindo a democratização e a equidade na sua distribuição, visando ampliar a participação política dos munícipes, promovendo o bem-estar, qualificando a cidadania e promovendo a justiça social. (Cf. CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÃO JUNIOR, 2008).

Nesse aspecto particular, destaca-se a necessidade da explicitação de iniciativas centradas na ótica da gestão do conhecimento, onde a Informação e a Documentação, a Inovação Tecnológica, bem como, da produção de conhecimento acadêmico-científico sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer ganham relevância.

Tendo em vista o quadro contextual apresentado tomou-se por problema norteador dessa tese o seguinte questionamento: Como promover a aproximação dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento das pesquisas sobre políticas de esporte e lazer, dos responsáveis pela elaboração e gestão das mesmas, visando produzir conhecimentos e desenvolver tecnologias que possibilitem a qualificação da gestão pública, dos agentes envolvidos e, ainda, promover o avanço dos conhecimentos sobre a temática, demovendo as partes de suas posturas refratárias à construção de ações comuns?

O problema detectado diz respeito ao distanciamento daqueles responsáveis pelos estudos e pesquisas de políticas de esporte e lazer, dos envolvidos com a elaboração e gestão das referidas políticas, de um lado, e a necessidade da produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico de outro. O referido distanciamento tem sua gênese tanto no *ethos* dos estudos acadêmicos, em geral saturados de um ‘academicismo’ descomprometido com a realidade da

gestão, como também do sentido excessivamente pragmático de diversos gestores, por vezes arredios às elaborações teóricas e experiências oriundas de práticas já sistematizadas.

A partir da problematização apresentada, da consideração de dados preliminares obtidos no desenvolvimento de pesquisas anteriores e na consulta da literatura sobre o tema, a hipótese norteadora do trabalho é que, apesar das dificuldades comuns à relação proposta, não só é possível como necessária a aproximação e estabelecimento do diálogo entre as distintas esferas. Não obstante, julga-se fundamental ressaltar a importância da consideração e o respeito das diferenças próprias aos espaços e agentes sociais, sobretudo àquelas que dizem respeito às particularidades do funcionamento de cada espaço e os modos de ser e agir dos diferentes agentes, visando à superação de barreiras e a qualificação do trabalho coletivo.

Tendo em vista a hipótese levantada e a tarefa de procurar responder ao questionamento colocado, considerando, ainda, como exigência metodológica da investigação, foi estabelecido o seguinte objetivo:

Geral:

Criar estratégias de aproximação entre agentes responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas sobre esporte e lazer e os responsáveis pela elaboração, execução e avaliação das políticas do setor, e ao viabilizar a troca de conhecimentos e experiências buscar, a partir do trabalho coletivo, identificar, organizar e sistematizar informações confiáveis sobre os programas de esporte e lazer implantados no município e disponibilizá-las em uma interface amigável³², interativa e com ferramentas que permitam elaborar mapas e confrontar essas informações com outras dos diversos órgãos de governo, desenvolvendo, portanto, novas tecnologias que permitam qualificar a gestão pública, os agentes envolvidos e, ainda, fazer avançar o conhecimento sobre a temática.

Específicos:

- elaborar um estudo sobre o *Estado da Arte*, considerando as pesquisas que tematizaram as Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil no período de 2007 a 2012;
- estabelecer convênio com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia para a realização da pesquisa, considerando a participação dos trabalhadores e gestores dos programas, projetos e ações;
- garantir que aproximação dos agentes e a realização da pesquisa contribuam para a qualificação dos envolvidos, mantendo a autonomia dos mesmos;

³² Interface amigável é um conceito aplicado a interfaces de um sistema no qual a experiência produzida pelas mesmas promova ao usuário fácil manuseio e aprendizado.

- realizar eventos acadêmico-científicos visando à formação dos pesquisadores;
- criar um Banco de Dados Digital, considerando: a) caracterização dos espaços e equipamentos; b) acessibilidade; b) estado de conservação; c) segurança; d) usuários; e) recursos; e f) informações sobre os programas, projetos e ações.
- identificar e utilizar software que possibilite explorar de forma interativa as informações espacializadas na sua relação com as constantes do Banco de Dados Digital, em uma interface gráfica amigável que permita, ainda, elaborar mapas, a serem configurados no próprio sistema, incluindo *layers*, legendas e informações tabulares de outros órgãos de governo;
- elaborar Mapa da infraestrutura de Esporte e Lazer do Município de Goiânia, a partir do georreferenciamento dos espaços e equipamentos de Esporte e Lazer;

Para consecução dos objetivos propostos tomou-se o método crítico-dialético como parâmetro para trilhar o caminho para desvendar o processo de inscrição da política de esporte e lazer na história, recente, do município de Goiânia, tomado como referência para o desenvolvimento de um estudo piloto³³ para o desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfica. Tal proposta metodológica traz uma solução complexa e inovadora do ponto de vista da relação sujeito-objeto (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), uma perspectiva relacional. Para as autoras, a política social deve ser compreendida como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classe que envolve o processo de produção e reprodução do capitalismo e, portanto, deve-se recusar a utilização de enfoques restritos e unilaterais.

Nesse sentido, julga-se importante destacar que a política de esporte e lazer foi analisada em suas contradições, inerentes ao processo social do qual é parte, e considerada como elemento central na agenda de luta dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, caso se verifique ganhos para aqueles que compõem a classe ‘dos que vivem do trabalho’ (ANTUNES, 2003), por um lado, e a imposição de limites aos ganhos do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), por outro.

³³ Segundo Piovesam e Temporini (1995), o ‘estudo piloto’ diz respeito a uma realização de dimensões reduzidas relacionada à experimentação, ou melhor, adaptação de certos processos tecnológicos. Em geral serve de modelo e/ou campo de experimentação para métodos ou processos inovadores. A pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, segundo os autores, teria como principal objetivo possibilitar ao pesquisador o contato com seu objeto de estudo no contexto no qual ele se insere. Pressupõe-se que o comportamento humano é melhor compreendido em seu contexto social e, portanto, faculta ao pesquisador a descoberta de enfoques, percepções e terminologias próprias ao contexto/objeto e novas para ele, contribuindo, significativamente, para apreensão e compreensão do seu objeto de estudo.

Ou seja, a organização do trabalho no setor de esporte e lazer, garantindo condições dignas para a sua realização e vislumbrando a supressão do caráter dicotômico de sua manifestação, expressa na separação entre os que produzem conhecimento e os que o consomem, bem como, a implantação de políticas públicas que possibilitem o acesso aos bens produzidos pela humanidade, especificamente aqueles pertencentes à cultura corporal, pode contribuir tanto para a superação das condições causadas pela mercantilização das práticas esportivas e de lazer, quanto da referida configuração dual, no sentido do reconhecimento da elaboração do conhecimento e de sua ‘aplicação’ como faces distintas de uma mesma totalidade, responsável pela gestação de um novo gestor, dotado de competência técnica e política.

Portanto, o que se buscou foi apreender a Política de Esporte e Lazer do Município de Goiânia em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinada por múltiplas causas e considerada na perspectiva da totalidade concreta, esta tomada como princípio epistemológico (do conhecimento da realidade) e uma exigência metodológica, possibilitando a apreensão da realidade como um todo estruturado, no qual um conjunto de fatos pode ser compreendido (SACARDO, 2012).

Nesse sentido, além de descrever, mapear e retratar aspectos da referida política buscou-se reproduzir idealmente o movimento do objeto, extraíndo-lhe suas características e determinações, reconstruindo-o no nível do pensamento como um conjunto rico de determinações e identificar possibilidades de superação das contradições observadas e/ou organização da luta dos trabalhadores e/ou daqueles que vivem do trabalho (ANTUNES, 2003).

Para Kosik, o

“progresso da abstratividade para a concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade, do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto”. (KOSIK, 1986, p. 30).

Tal movimento, em espiral e garantido pelas sucessivas aproximações, demandou do pesquisador um processo de decisão sobre o que se deveria ou não abstrair, a definição do problema e os seus elementos essenciais, apresentados anteriormente. Sendo assim, observou-se a importância da observação da relação entre o lógico e o histórico, onde o segundo permitiu apreender o processo de mudança do objeto, sua gênese e seu desenvolvimento, e o primeiro por ser o “reflexo do histórico em forma teórica, reproduz a essência desse objeto e da história do seu

desenvolvimento no sistema de abstrações (pensamento). O histórico é primário em relação ao lógico, a lógica reflete os principais períodos da história” (KOPNIN, 1978, apud SACARDO, 2012, p. 26).

Nessa perspectiva, neste estudo procurou-se considerar a múltipla causalidade da política em questão, suas conexões internas, as relações entre as diversas manifestações e dimensões.

Do ponto de vista histórico, buscou-se relacionar a implantação dos programas com ‘expressões da questão social’ no período e ao longo de seu desenvolvimento. Do ponto de vista econômico, foram considerados os efeitos da economia sob as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora, bem como, a importância da luta pela redução da jornada de trabalho. Do ponto de vista político, o interesse esteve voltado à identificação das posições tomadas pelas forças políticas em confronto, considerando tanto o papel do Estado quanto à atuação de grupos de pressão representantes de classes e/ou frações de classe e cuja ação é determinada pelos interesses da classe que se situam ou representam (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Estas dimensões – história, economia, política e cultura – não podem e não devem ser entendidas como partes estanques que se isolam ou se complementam, mas como elementos da totalidade, profundamente imbricados e articulados. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 43).

Para além do referencial teórico inserido na teoria do conhecimento materialista histórico-dialético, apresentado, esta pesquisa pode ser caracterizada como um estudo piloto, no qual se articulou as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo (SEVERINO, 2007).

Os estudos de casos são utilizados para o reconhecimento de situações específicas, podendo levar a um conhecimento generalizável, e contribuir significativamente para a compreensão de situações análogas e a consequente aplicação de condutas compatíveis. A principal dificuldade na utilização dessa metodologia está relacionada à identificação adequada do que é particular, no caso, e o que pode se constituir em instrumental para o reconhecimento das questões enfrentadas em situações análogas. Considerado a partir de uma perspectiva qualitativa, a preocupação central esteve menos preocupada com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão. (MINAYO, 2006).

A articulação das técnicas de análise bibliográfica e documental possibilitou a realização de um estudo sistemático sobre o *Estado da Arte* das pesquisas sobre políticas públicas de esporte

e lazer. O seu desenvolvimento proporcionou uma melhor visão sobre utilização do geoprocessamento na gestão de políticas públicas e evidenciou a relevância social, científica e contemporânea do tema, oportunizando, ainda, a realização de um balanço da referida produção. Com relação à base operacional e técnica da investigação, a combinação de ‘três momentos’ ocorreram de modo complementar, pois estes se encontraram, se sobrepuseram e se entrecruzaram, estou me referindo às técnicas de análise bibliográfica, documental e de campo (SEVERINO, 2007), cujo desenvolvimento se deu num movimento espiralado, próprio e necessário à apreensão do objeto de estudo.

A análise bibliográfica teve, inicialmente, um caráter de estudo exploratório. A realização do estudo sobre o *Estado da Arte* proporcionou uma melhor visão sobre utilização do georreferenciamento na gestão de políticas públicas de esporte e lazer, permitindo, ainda, a realização de um balanço crítico da produção na atualidade e o reconhecimento do *campo* das políticas públicas de esporte e lazer. Complementarmente, possibilitou o levantamento e a análise de importante material bibliográfico que subsidiou a discussão sobre os equipamentos de esporte e lazer, necessária a organização da Planilha de Dados, utilizada na coleta de dados em campo visando à caracterização do espaço/equipamento e a definição dos atributos para o desenvolvimento do *Software*.

Importante, ainda, destacar que a análise bibliográfica nos acompanhou durante todo o trabalho investigativo – em todas as suas fases - revestindo-se, também, de um caráter analítico e interpretativo, necessário para apanhar o ‘movimento’ das políticas sociais no escopo mais amplo, do histórico social no qual se dá a produção acadêmico-científica sobre as políticas públicas de esporte e lazer, possibilitando a compreensão sobre as determinações que atravessam a vida social e influenciam as diferentes formas de gestão pública e de participação popular.

A pesquisa documental oportunizou o levantamento e análise qualitativa do ordenamento legal, de normas técnicas, documentos, convênios e contratos, projetos e programas que visavam subsidiar as ações governamentais no âmbito do município. Foram fundamentais para o desenvolvimento da *Matriz Lógica do Programa* e dos *Protocolos*, importantes componentes do Banco de Dados, necessários para a avaliação dos níveis de acessibilidade dos espaços e equipamentos de esporte e lazer de Goiânia, p. ex.

O levantamento de informações em campo se desenvolveu *in loco*, pela articulação das técnicas de entrevistas e observações, para as quais foram elaborados roteiros. O *roteiro de*

observações foi utilizado, também, para a organização de informações relevantes e que deveriam constar da *Planilha de Dados*.

As entrevistas foram gravadas, para posterior análise. Sua realização foi importante em, pelo menos, dois sentidos: o primeiro relacionado ao levantamento de informações sobre os programas, projetos e ações, considerados a partir do ponto de vista dos gestores. O segundo pela aproximação que proporcionou aos responsáveis pela formulação, implantação e avaliação da política de esporte e lazer municipal. A partir desse contato, e pela apresentação e discussão do projeto com membros da equipe da SEMEL, foi possível a realização da coleta das assinaturas nos termos de anuência e de consentimento e livre esclarecido, necessários para a realização da pesquisa, e o início do diálogo sobre a participação de alguns professores/trabalhadores da Secretaria na realização da pesquisa, o que viria a ocorrer em março de 2012, pela Portaria 002/2012, assinada pelo, então, Secretario Luiz Carlos Orro de Freitas, designando a criação de um grupo de trabalho para acompanhar e coordenar, representando SEMEL, o projeto de pesquisa e a inclusão da instituição à Rede Goiana de Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Posteriormente, para o desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica, foi necessária a realização de uma pesquisa descritiva-operacional, à qual se buscou integrar, sempre que possível, geotecnologias gratuitas e livres, visando compor um sistema *Web* para a visualização dos espaços e equipamentos de esporte e lazer. O Banco de Dados Geográficos (BDG) apresenta, hoje, a seguinte arquitetura: a) Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), com o suporte a dados geoespaciais para armazenamento dos dados pontualmente; b) servidor de dados matriciais por meio de imagens de satélite; c) ferramentas *desktop* da família *Mapserver*, Editor e *View* com intermediação com os dados geográficos armazenados no sistema; d) utilização do Quantum GIS (QGIS), um Sistema de Informação Geográfica de código aberto, interface necessária para a disponibilização e geração de geoinformações sobre a localização dos espaços e equipamentos de esporte lazer, elaboração de mapas e viabilização da interatividade via geoportal: www.rede-go-ppel.org; e) *download* e *upload* de dados geoespaciais em formato *shapefile*.

A organização da base de dados está relacionada à base territorial e viabiliza, portanto, o geoprocessamento e a geração de mapas temáticos por meio dos quais é possível visualizar espaços e equipamentos de esporte e lazer públicos, acessar informações sobre os programas, projetos e ações do setor; identificar sua distribuição espacial, em sua concentração/desconcentração; realizar correlações, análises e, portanto, o monitoramento e a

avaliação da política. Essas informações podem, p. ex., servir para avaliar o raio de atuação e abrangência dos programas, projetos e ações em relação à população atendida, entre outros estudos e verificações.

O mapeamento do território qualifica o processo de planejamento e gerenciamento e, indiretamente, os serviços públicos de esporte e lazer no município. Identificar a localização dos espaços e equipamentos de esporte e lazer por meio de um mapa, tendo acesso, ainda, a informações cadastrais sobre: programa, objetivos, pessoal alocado, matérias utilizados, número de munícipes inscritos e que são frequentes, fonte de financiamento e as características das ‘comunidades’ atendidas, em um meio de amplo acesso, como é o caso da Internet nos dias de hoje, além de facilitar a tarefa dos gestores de recursos públicos, qualifica a gestão das políticas públicas, mas também favorece o desenvolvimento de pesquisas e o controle social democrático das referidas políticas.

Ao expor a configuração dos capítulos um e dois novos apontamentos sobre aspectos teórico-metodológicos serão apresentados, pois se julgou importante valorizar o método de exposição, considerando pontos específicos a cada momento da pesquisa, tornando a leitura proveitosa, e as considerações sobre os procedimentos e as escolhas teóricas de fácil compreensão.

No **primeiro capítulo**, ENTRANDO EM *CAMPO...* SOBRE O *ESTADO DA ARTE* EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL, identifico e apresento os Grupos de pesquisa e o pessoal envolvido no seu desenvolvimento, tanto no âmbito da Educação Física, quanto da subárea na qual são desenvolvidos os estudos sobre as PPEL; situo a pesquisa sobre a temática no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Educação Física brasileiros, e outros programas, por meio da identificação das dissertações e teses defendidas. Essa estratégia visou apontar o lugar desses estudos no interior dos referidos programas, buscando desvelar a sua emergência e consolidação como objeto de investigação, o que foi observado também pelo esforço de identificação das áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa sobre a temática estudada, no período de 2007 a 2012. Foi possível, ainda, identificar algumas características e tendências gerais das teses, dissertações e artigos, sobre as PPEL, a partir da consideração dos seguintes aspectos: a) programas de pós-graduação onde foram realizadas; b) temática privilegiada; c) financiamento e principais agências financiadoras; fontes de pesquisas e metodologias (técnicas de coleta e tratamento dos dados) mais utilizadas, ou seja, aspectos que possibilitam a

caracterização das teses, dissertações e artigos e (re) conhecer abordagens dominantes ou emergentes, bem como, lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura.

Esta etapa da pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório que visou estabelecer o “estado da arte” das pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer, no Brasil, no período de 2007 a 2012, e identificar as obras que problematizaram a utilização de técnicas de geoprocessamento para qualificar o planejamento urbano e a gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Recorreu-se a abordagem bibliométrica para a análise da produção científica, por compreender que esta traz contribuições importantes ao permitir levantar evidências, tendências, potencialidades, modismos e padrões, possibilitando a reflexão sobre a produção científica em Educação Física, especificamente sobre as políticas públicas de esporte e lazer, e viabilizando a comparação entre a produção da Educação Física e outras áreas com padrões internacionais, fomentando a discussão sobre o atual processo de construção do conhecimento.

Como demonstrou Sacardo (2012) os indicadores bibliométricos sozinhos não são suficientes para a avaliação da qualidade acadêmica da produção científica, tendo em vistas os limites próprios a uma análise quantitativa. A autora recomenda que em investigações sobre a produção científica de determinada área de conhecimento, sejam utilizados outros instrumentos de análise, e defende a tese de que esses indicadores podem se tornar mais úteis do que já são, na medida em que são aprofundados em uma análise crítica ampliada, a partir da inter-relação dos indicadores quantitativos e qualitativos, numa abordagem crítico-dialética. Não obstante as ressalvas apresentadas identificou-se que para o momento e a intenção deste estudo abordagem demonstrou sua utilidade.

O critério para escolha do recorte temporal considerou a análise da produção acadêmico-científica brasileira recente, no âmbito da Educação Física, (CASTRO *et al.*, 2012; ALVES, *et al.*, 2011; SANTOS; BATISTA; ARAÚJO, 2007; GOMES, 2010; AMARAL; PEREIRA, 2009; STAREPRAVO; NUNES; MARCHI JR. 2009; MARCELLINO *et al.*, 2009; HÚNGARO *et al.*, 2008), por meio da qual se identificou a semelhança com este, sobretudo em relação aos objetivos, os procedimentos metodológicos, os períodos percorridos pelas pesquisas, bem como, as bases de dados e material empírico considerado pelos diversos pesquisadores.

Considerando a necessária apreensão de um panorama geral buscou-se compreender o cenário histórico mais amplo, em termos individuais e coletivos, de modo a enfrentar o desafio de mapear e de discutir a produção acadêmico-científica da Educação Física, visando localizar

aspectos e dimensões privilegiados em diferentes épocas e lugares, as formas e condições nas quais têm sido produzidas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e a organização dos grupos de pesquisa.

A confiabilidade de um levantamento que pretende caracterizar-se como ‘Estado da Arte’ depende, segundo Sposito (2009), do claro recorte do universo a ser investigado, das fontes disponíveis e do seu tratamento. Nessa direção, a decisão de circunscrever, neste momento, o levantamento em torno da produção acadêmico-científica ao nível da Pós-Graduação considerando os seus principais meios de produção e difusão, ou seja, a organização dos grupos, as teses e dissertações e os artigos publicados em periódicos, decorreu do pressuposto de que parte significativa, e sem muita visibilidade, da produção de conhecimento no país, sobre o objeto considerado, se desenvolveu e ainda se desenvolve no processo de formação de novos pesquisadores no interior da Pós-Graduação.

A fase de levantamento do material empírico se apresentou como uma atividade bastante complexa, tendo em vista a opção pelo levantamento de teses, dissertações, artigos em periódicos e grupos e linhas de pesquisa. Com vistas a facilitar o processo procedemos à seleção do material por etapas: 1) Teses e Dissertações; 2) Artigos; 3) Grupos e Linhas de Pesquisas.

As teses e dissertações foram selecionadas a partir duas importantes fontes de informações: o Banco de Teses do Portal da Capes³⁴ e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD)³⁵. A busca se desenvolveu em dois momentos complementares, o primeiro visando o estabelecimento do ‘estado da arte’ das políticas públicas e esporte e lazer, no Brasil, e envolveu o campo “Assunto” e os principais descritores utilizados foram: políticas públicas, esporte e lazer. No segundo momento o objetivo esta relacionado ao levantamento bibliográfico sobre geoprocessamento, georreferenciamento, esporte e lazer, para o qual também se considerou o campo “Assunto”, tomando-os como principais descritores. Estes serviram como filtro para se percorrer as referidas bases de dados, considerando o recorte temporal de janeiro de 2007 a junho de 2012, e foi possível localizar, para o desenvolvimento do ‘estado da arte’, 43 (quarenta e três) dissertações e 07 (sete) teses de doutorado³⁶, conforme tabela 1, abaixo. E para o levantamento bibliográfico, o ‘diagnóstico’ de como a área vêm produzindo conhecimentos sobre

³⁴<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>

³⁵<http://bdttd.ibict.br>

³⁶ Do total de teses e dissertações identificadas (50), não foi possível identificar a URL de 04 trabalhos, bem como, o resumo de 01 destes. A Tabela contendo a descrição do universo total da produção, no âmbito da Pós-Graduação sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer/ mestrados e doutorados, considerados nesse estudo está disponível no Apêndice A.

o geoprocessamento e a utilização de sistemas de informações georreferenciadas, identificou-se 3 (três) trabalhos³⁷, produzidos nas áreas de Educação Física, Arquitetura e Urbanismo e Turismo, que devidamente trabalhados no Capítulo 2, quando da apresentação do desenvolvimento do SIG-Esporte e Lazer, principal meta da pesquisa descritiva-operacional.

TABELA 1 - PUBLICAÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES – BRASIL, 2007 A 2012.

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Dissertação | 05 | 06 | 08 | 14 | 09 | 01 | 43 |
| Tese | 01 | 02 | - | 01 | 03 | - | 07 |
| Total | 06 | 08 | 08 | 15 | 09 | 01 | 50 |

Fonte: Elaboração própria - Dados extraídos do Banco de Teses do Portal da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Após o levantamento, para a catalogação, organização e análise dos dados foi construída uma planilha no Microsoft Office Excel 2007, com as seguintes entradas: 1) Número de chamada; 2) Nível: Mestrado ou Doutorado; 3) IES/Programa; 4) Ano de Defesa; 5) Autor; 6) Orientador; 7) Título do Trabalho; 8) Área/Linha de Pesquisa; 9) Órgão de Fomento; 10) Palavras Chaves; 11) Arquivo URL; 12) Área e subáreas das temáticas investigadas; 13) Referência teórica declarada; 14) Metodologia de pesquisa adotada – procedimentos básicos de coleta e análise de dados; 15) Resumo; 16) Observações.

Para o levantamento dos artigos de periódicos, disponibilizados on-line, foi necessário, inicialmente, a identificação dos periódicos nacionais voltados à publicação de pesquisas científicas sobre temas relacionados à Educação Física e Ciências do Esporte que veiculam as produções do campo em seu diálogo com as Ciências Humanas e Sociais, indexados no *Qualis* Periódicos da Área 21 – (Capes), pertencentes aos estratos A1, B1 e B2. Identificou-se que dentre as 48 (quarenta e oito) Revistas que veiculam a produção relacionada ao objeto em estudo, listadas no Apêndice B, apenas 09 (nove) veicularam trabalhos que abordaram a temática estudada no período investigado, como pode ser observado na Tabela 2, abaixo. Uma vez

³⁷ BANUTH, Erica. Turismo em áreas de represa: caracterização e evolução no município de Arealva (SP). Dissertação de Mestrado. São Paulo, SP: Universidade Anhembi Morumbi, Faculdade de Turismo, 2010.

NAKAGAWA, Carolina Teixeira. Reflexos sociais e impactos territoriais: tipologia e espacialização dos equipamentos de cultura e lazer. Dissertação de Mestrado. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

PINHEIRO, Eraldo dos Santos. Mapas e cenários do crescimento, da aptidão física e dos indicadores sociais georreferenciados de crianças e jovens sul-brasileiros: atlas do projeto Esporte Brasil (PROESP). Dissertação de Mestrado. Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação Física, 2009.

acessada a Revista utilizou-se do campo “Pesquisa” para, a partir da articulação das palavras-chave políticas públicas, esporte e lazer, localizar um total de 35 (trinta e cinco) trabalhos. Apesar da busca envolver as palavras-chave apresentadas acima, durante o levantamento alguns trabalhos foram levantados e descartados, pois o objeto central de estudo não era as políticas públicas de esporte e lazer. No Apêndice C encontra-se a relação de trabalhos selecionados.

Com relação à produção de artigos sobre geoprocessamento e a utilização de sistemas de informações georreferenciadas no campo das políticas públicas de esporte e lazer, o procedimento foi o mesmo, o seja, uma vez acessada a Revista utilizou-se do campo “Pesquisa” para, a partir da articulação das palavras-chave geoprocessamento, georreferenciamento, esporte e lazer, tentar artigos que abordassem a temática, tendo em vista o recorte temporal estabelecido, o que não foi possível por não haver produção sobre a temática por esse campo.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS POR PERÍODICOS – BRASIL, 2012.

| | Revista | Qualis | Nº de artigos |
|--------------------------------|--|---------------|----------------------|
| 1 | Revista Motriz | A2 | 06 |
| 2 | Revista Movimento | A2 | 13 |
| 3 | Revista Pensar a Prática | B1 | 01 |
| 4 | Revista Polis, Revista de La Universidad Bolivariana (Chile) | B2 | 01 |
| 5 | Revista Bras. De Ciências do Esporte | B1 | 08 |
| 6 | Revista Bras. de Ciência e Movimento | B2 | 02 |
| 7 | Revista Bras. de Educação Física | B1 | 01 |
| 8 | Revista de Salud Pública (Colômbia) | B1 | 01 |
| 9 | Revista da Educação Física – UEM | B2 | 02 |
| Número Total de Artigos | | | 35 |

Fonte: Elaboração própria – Dados extraídos do Portal de Periódicos Capes.

Para a identificação dos Grupos de Pesquisa recorreu-se as informações do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - DGP, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Neste momento o estudo careceu de um de caráter mais descritivo, para o qual o levantamento de dados secundários tornou-se necessário. A base de dados do Diretório é pública e contém informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no país. Inicialmente procurou-se identificar os grupos de pesquisa com produção na temática do estudo e, para tanto, recorreu-se a *Busca textual de grupos certificados na Base atual do diretório*³⁸. As palavras-chave utilizadas foram, novamente, políticas públicas, esporte e lazer.

³⁸ Disponível em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>.

Após a análise dos dados obtidos pela utilização de cada uma das alternativas de combinação dos descritores utilizados e, considerando, a produção acadêmica, a experiência e o conhecimento do pesquisador quanto aos grupos existentes e em funcionamento, optou-se pela elaboração de uma Tabela considerando as seguintes informações: a) grupos de pesquisa atualizados; b) área predominante do grupo (preferencialmente da Educação Física); c) relação com a temática das políticas públicas de esporte e lazer. Após a realização do levantamento identificou-se 27 (vinte e sete) grupos de pesquisa em funcionamento, relacionados no Apêndice D.

O CNPq vem realizando censos desde 1992 e divulgando informações quantitativas sobre os grupos de pesquisa em suas diversas dimensões. Essas informações estão disponibilizadas na página eletrônica do Diretório e podem ser acessadas por meio de diversas ferramentas, denominadas módulos. Neste estudo, utilizou-se o módulo Plano Tabular³⁹ considerando seguintes unidades de análise pelas quais ele se organiza: 1) Grupos; 2) Linhas de Pesquisa; 3) Pesquisadores; 4) Estudantes; 5) Pessoal Técnico; e 6) Produção Científica, Tecnológica e Artística (C,T&A).

O Plano Tabular organiza-se segundo configurações de montagem e de visualização, realizadas dinamicamente pelo usuário, por meio das unidades de análise e filtros de informação. As tabelas desse módulo são grandemente inclusivas e oferecem a possibilidade de cruzamento de variáveis gerando diversas combinações. Após o levantamento das informações no Diretório de Grupos, organizamos os dados de pesquisa em uma planilha do Microsoft Office Excel 2007, a partir das seguintes entradas: 1) Número de chamada; 2) Nome do Grupo; 3) Linhas de Pesquisa; 4) Instituição Certificadora; 5) Ano de Formação; 6) Área Predominante; 7) Unidade da Federação; 8) Região; 9) Número Pesquisadores; 10) Número de Estudantes; 11) Número de Técnicos; 12) C, T & A: artigo completo publicado em periódico especializado (circulação nacional); 13) artigo completo publicado em periódico especializado (circulação internacional); 14) Livro; 15) Capítulo de livro.

Prosseguindo com a descrição dos procedimentos metodológicos, importante destacar que para a análise dos dados coletados recorreu-se ao método da Análise de Conteúdo (AC). De acordo com Bardin (1979) e Franco (2005), este se constitui na elaboração de um plano de ação que interliga a teoria, a coleta, a análise e a interpretação de dados, visando apreender o real sentido da mensagem. Segundo Bardin (2010, p.30-31) método da AC possui duas funções práticas: uma heurística, que enriquece a tentativa exploratória e amplia as possibilidades de

³⁹ Disponível em : <http://dgp.cnpq.br/planotabular/>.

descobertas; a outra função é de administração da prova, na qual se formulam hipóteses que servem como diretrizes.

Os procedimentos metodológicos indicados por Bardin (2010, p. 75) para a organização da análise são: a pré-análise, momento no qual se dá a exploração do material, o tratamento dos dados obtidos, bem como sua interpretação; a codificação, momento de definição das unidades de registro e de contexto para, na sequência realizar análise, quantitativa e/ou qualitativa, dos dados coletados.

Bardin (2010, p. 76) alerta sobre o aspecto de ‘vai-e-vem’ entre a teoria e a técnica, hipóteses, interpretações e métodos de análises próprios da AC, que se expressa nas leituras flutuantes, na elaboração das hipóteses, que serão confirmadas ou não, a partir da leitura mais apurada dos dados coletados. Neste momento é possível confirmar ou refutar as hipóteses ou, ainda, elaborar outras, reiniciando o ciclo de investigação mais uma vez.

Ao operacionalizar a pré-análise foi possível, além de sistematizar as ideias iniciais para o desenvolvimento do plano de análise, selecionar os documentos para a composição do ‘*corpus*’, formular hipóteses elaborar um rol de indicadores, considerando a relação dialética entre eles, visando qualificar a interpretação final (BARDIN, 2010, p. 87).

Para a escolha e seleção do material empírico, primeira fase da pré-análise, considerou-se os objetivos deste estudo, ou seja, identificar temáticas e abordagens dominantes ou emergentes; os principais resultados das investigações realizadas, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura, a partir da análise de teses e dissertações relacionadas às políticas públicas de esporte e lazer e dos artigos publicado em periódicos, como já assinalado anteriormente.

Ainda com relação ao ‘*corpus*’, ou seja, o conjunto de documentos a serem analisados, a sua determinação considerou as regras sugeridas por Bardin (2010, p. 122-124):

a) Regra da exaustividade: definido o ‘*corpus*’ considerar todos os seus elementos e, caso necessário, justificar ausências. O procedimento para a operacionalização da pesquisa bibliográfica na Internet considerou: 1) busca em Bancos de teses e dissertações da [Unicamp](#), [Unesp](#), [USP](#), homepages de programas de mestrado e doutorado; Banco de resumos de teses e dissertações da [Capes](#); e [Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações](#), site do IBICT; 2) busca de artigos nas bases de dados [Periódicos Capes](#), [SciELO Nacional](#); 3) Localização de artigos ou periódicos em bibliotecas nacionais, uso de bases do [IBICT](#) e das Revistas on-line. Portanto,

buscou-se levantar todas as Teses, Dissertações e Artigos, conforme critério definido anteriormente, publicados no período de 2007 a 2012.

b) Regra da representatividade: considera-se que a amostra selecionada é representativa do universo inicial, pois as bases de dados consultadas e os periódicos selecionados são reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica pela qualidade.

c) Regra da homogeneidade: a seleção dos documentos obedeceu a critérios específicos: teses, dissertações e artigos, estes publicados em periódicos dos extratos alto e intermediários, no recorte temporal proposto, que abordem a temática da Política Pública do Esporte e do Lazer no Brasil.

d) Regra da pertinência: os documentos retidos foram adequados, pois as bases de dados consultadas e os periódicos selecionados possibilitaram o levantamento dos dados necessários à realização do estudo.

Os dados foram analisados por meio de Análise Categorical Temática. Segundo Bardin (2010, p. 131), o tema seria a “[...] unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura.” Para a autora, o tema “[...] enquanto unidade de registo, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida uma vez por todas, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas.” (BARDIN, 2010, p. 131).

Nesse sentido, a realização da Análise Temática possibilita a identificação de 'núcleos de sentido' cuja presença ou frequência de aparição permite ao investigador além da atribuição de sentido ao objeto analítico delimitado a identificação de motivações, atitudes, valores, crenças, tendências, etc. Portanto, a sua operacionalização demanda, inicialmente, o ‘recorte’ do texto em unidades de registo, podendo ser uma palavra, uma frase, um acontecimento, tal como foi estabelecido na pré-análise. Posteriormente, estabelecem-se as regras de contagem, pela organização de índices que auxiliam na quantificação. Finalmente, realiza-se a classificação e a agregação dos dados, escolhendo as categorias teóricas ou empíricas que orientam a especificação dos temas.

Para Thompson (2007, p. 364) as formas simbólicas são construções significativas que são interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e que as recebem, mas elas são *também* construções que são estruturadas de maneiras definidas e que estão inseridas em condições sociais e históricas específicas. Sendo assim, para a apreensão das maneiras como as formas simbólicas estão estruturadas e as condições sócio históricas em que elas estão inseridas

deve-se recorrer ao referencial metodológico amplo, composto por três fases ou procedimentos principais, que ele identificou como Hermenêutica de Profundidade (HP). Segundo o autor, as fases ou procedimentos devem ser vistos como dimensões analíticas distintas de um processo interpretativo complexo, e não como estágios separados de um método sequencial.

A primeira fase do enfoque da HP corresponde à análise sócio-histórica, cujo objetivo e permitir a reconstrução das condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Para o autor, nesse momento devem-se considerar algumas ‘características típicas’ dos contextos sociais, que são: a) situações espaço temporais específicas; b) campos de interação; c) instituições sociais; e d) meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão. O objetivo da primeira fase seria, segundo (THOMPSON, 2007, p. 369), reconstruir as condições e contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas de modo a identificar regras e convenções, relações sociais e instituições, distribuição de poder, recursos e oportunidades em torno dos quais se constituem campos diferenciados e socialmente estruturados.

Ao identificar que os objetos e expressões que circulam os campos sociais também são construções simbólicas complexas e que também apresentam estrutura articulada Thompson (2007, p. 369) descreve o que ele chama de segunda fase, qual seja, a análise formal ou discursiva, cujo interesse estaria voltado para a constituição interna das formas simbólicas, com seus elementos constitutivos e suas inter-relações, o que permitia a apreensão dos sentidos da mensagem construída e transmitida. Dentre as diferentes maneiras pelas quais o discurso pode ser estudado, julgou-se que a proposta de análise argumentativa seria a mais adequada para este estudo. Segundo Thompson (2007, p. 374) as formas de discurso, tomadas como construções linguísticas supra proposicionais, podem abranger cadeias de raciocínio que podem ser reconstruídas pela identificação de padrões de inferências que conduzem de um tema, ou tópico, a outro, de maneira que seja mais ou menos convincente, mais ou menos implícita. Segundo o autor, o objetivo é tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso. A reorganização de certos tópicos ou temas em conjuntos de afirmativas ou asserções, possibilita a identificação das relações entre estas e determinados operadores lógicos, ou quase-lógicos: implicação, contradição, pressupostos, exclusão, etc. (THOMPSON, 2007).

A terceira e última fase do enfoque da HP é o que o autor chamou de interpretação/reinterpretação, o que implicaria na organização de um movimento novo do pensamento, por sínteses, para a construção criativa de possíveis significados, considerando os

resultados obtidos, pelas análises sócias históricas e discursivas, em conjunto. O processo de interpretação, mediado pelos métodos do enfoque da HP, é simultaneamente um processo de reinterpretação, um movimento de pensamento que visa demonstrar as características distintas das formas simbólicas, pela análise da contextualização social e a constituição significativa, sem cair nas armadilhas do internalismo ou reducionismo (THOMPSON, 2007).

No segundo capítulo – A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM ESPORTE E LAZER FRENTE À EXECUÇÃO DE POLÍTICAS ASSOCIADAS AOS PARÂMETROS DE PLANEJAMENTO URBANO: O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS, apresento parte do resultado da consulta à literatura, especificamente daquela que versa sobre a utilização do Geoprocessamento em política de Esporte e Lazer. Aborda-se, ainda, o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, uma interface interativa que permite a visualização de informações confiáveis, dos espaços e equipamentos georreferenciados, elaboração de mapas, com legenda e informações tabulares disponibilizadas por outros órgãos de governo, e visa qualificar a participação, de munícipes, trabalhadores e gestores, orientar a tomada de decisão sobre temas importantes para a implantação da política do setor e subsidiar, ainda, seus processos de monitoramento e avaliação.

Tendo em vista as características do objeto e dos objetivos deste estudo, tomou-se com pilares, deste capítulo, a produção teórica da área, por um lado, e a prática dos trabalhadores da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, de Goiânia, por outro.

Ciente sobre a precedência da teoria do conhecimento sobre as técnicas particulares de coleta de informações, como mencionado anteriormente, julgou-se adequado ressaltar que a preocupação com a intervenção na realidade demandou o delineamento que se assume para o desenvolvimento da pesquisa, qual seja, a combinação entre pesquisa bibliográfica e estudo piloto. Não obstante, registre-se que os elementos essenciais sobre a opção teórica adotada e os procedimentos que serão aqui apresentados estão mais relacionados à intensão em situar, em esclarecer sobre o posicionamento e a orientação teórica no desenvolvimento do estudo, do que discorrer sobre o Materialismo Histórico Dialético, enquanto teoria do conhecimento, ou sobre procedimentos e técnicas adotadas, em suas qualidades e limitações.

Anote-se, ainda, que o projeto de pesquisa que deu origem a este foi submetido à aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, sob o protocolo nº 073/2012, e recebeu parecer favorável em junho de 2012.

A pesquisa bibliográfica esteve presente em todos os momentos do estudo, seja para situar o ‘estado da arte’ a respeito da temática, possibilitando melhor delineamento do objeto da investigação, seja para orientar quanto às definições, os conceitos e as categorias necessárias à análise e a discussão das informações levantadas, como mencionado anteriormente.

O outro ‘pilar’ de sustentação da pesquisa responderia à necessidade da consideração da prática dos envolvidos com o desenvolvimento da política, no âmbito do município. Trata-se de um estudo piloto, cujo objetivo esteve relacionado à promoção da aproximação dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas sobre esporte e lazer e os responsáveis pela elaboração, execução e avaliação das políticas do setor, e, ao viabilizar a troca de conhecimentos e experiências, buscar identificar, organizar e sistematizar informações confiáveis sobre os programas de esporte e lazer implantados no município e disponibilizá-las em uma interface amigável, interativa e com ferramentas que permitam a elaboração de mapas e a confrontação com informações dos diversos órgãos de governo, desenvolvendo tecnologias que permitam qualificar a gestão pública, os agentes envolvidos e o conhecimento sobre a temática.

A proposta investigativa configurou-se num estudo piloto, combinando o estudo sobre os interesses histórico-organizacional, porque se preocupou pela construção e organização da política pública de esporte e lazer desenvolvida por determinada instituição em um município, em um determinado período, e um estudo observacional, tendo em vista o interesse pelo trabalho desenvolvido por trabalhadores, responsáveis por determinados programas, durante determinado tempo.

No desenvolvimento deste estudo piloto foram consideradas algumas diretrizes da pesquisa participante. A referência a ‘diretrizes’ da pesquisa participante, e não da pesquisa participante propriamente dita, refere-se ao fato de que algumas das principais definições sobre a pesquisa, tais como: o tema, o objeto, os objetivos, os pressupostos, a escolha da unidade-caso, esboço das principais atividades, foram definidas previamente. O termo ‘diretrizes’ parece mais adequado, também, porque a *entrada em campo* ocorreu antecipadamente. Não obstante, é importante destacar que alguns dos pontos caros ao desenvolvimento da pesquisa participante foram observados, quais sejam: a interação entre pesquisador e os membros da situação investigada; o planejamento participativo de alguns momentos da pesquisa; a devolução dos dados ao grupo pesquisado, proporcionando um maior conhecimento de sua realidade e possibilitando uma atuação para a sua transformação.

Como bem observou Assis (2001) uma das posições comuns aos autores que tratam da pesquisa participante e/ou da pesquisa-ação é sobre o caráter flexível do seu planejamento. Nessa direção, tendo em vista às escolhas teóricas e procedimentos, já descritos anteriormente, as transformações ocorridas nos últimos anos e considerando, ainda, as condições objetivas encontradas esta etapa da pesquisa se desenvolveu a partir da organização dos seguintes momentos: 1) Reunião com Gestores da SEMEL para formalizar a realização do estudo: apresentação e discussão do projeto de pesquisa; 2) Constituição do Grupo de Trabalho, conforme Portaria 002/2012 SEMEL/Goiânia – Anexo B; 3) Solicitação, junto a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, da inclusão da SEMEL/Goiânia na Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer; 4) Realização do I Seminário de Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer: ‘O Método nas Ciências Sociais e a Avaliação de Políticas Públicas’; 5) do II Ciclo de Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer: ‘A utilização de *Survey* em Pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer’; 6) do II Ciclo de Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer: ‘Diálogos sobre a teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu, e suas contribuições aos estudos e pesquisas sobre Educação Física, Esporte e Lazer’; 7) Reuniões sistemáticas de trabalho: Gepelc/SEMEL; e 8) Reuniões para elaboração do Modelo Lógico e da Matriz Lógica do Programa Draulas Vaz.

Na sequência foram apresentados os critérios de escolha do objeto estudado e os diversos momentos da pesquisa. Portanto, foram descritas a delimitação do objeto e da coleta de dados que, compreendidas como as duas primeiras fases no delineamento do estudo piloto. A terceira e quarta fases, que tratam da análise e a interpretação dos dados e a redação do relatório, na prática já se está desenvolvendo com a apresentação deste.

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia – SEMEL, situada a Rua 261, nº 800 - Setor Universitário - Goiânia – GO. Criada pela Lei nº 7.747, de 13 de novembro de 1997, a referida Secretaria é a responsável pela implementação da Política Municipal de Esporte e Lazer, com a ‘missão’ de

[...] promover e apoiar as atividades de esporte e lazer, buscando a universalização do seu acesso a todos e a todas contribuindo assim, para o desenvolvimento sócio-educativo e a inclusão social, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da população de Goiânia. (GOIÂNIA, 2005).

Tendo em vista a perspectiva qualitativa desta etapa da pesquisa a escolha do município considerou os critérios de intencionalidade e de representatividade qualitativa (THIOLLENT, 1994). Nessa direção, pode-se considerá-la como uma amostra intencional, cuja definição considerou os seguintes parâmetros:

- **opção pelo serviço público municipal:** tendo em vista que o pacto federativo brasileiro, estabelecido com a promulgação da Constituição Federal de 1988, determina, como consta do art. 1º, que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e reafirma, no art. 18, que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos; considerando, ainda, que houve inovação quanto à descentralização do poder governamental, quando a Carta Magna deu ênfase aos governos locais, consagrando a autonomia dos municípios, concedendo-lhes prerrogativas como a ampliação das autonomias tributária e político-jurídica; e que além das competências de autogoverno e autoadministração estes teriam o direito de auto-organização, ou seja, dentro dos limites impostos pela Constituição, os municípios teriam o direito de instituir suas leis orgânicas; julgou-se a realização do estudo, ainda que no âmbito de um único município, investigando apenas uma unidade da federação, possibilitaria a identificação de elementos passíveis de generalização;
- **o perfil dos trabalhadores.** Optou-se por uma Secretaria Municipal na qual o coletivo dos trabalhadores apresentasse disposição para participação nos diferentes momentos da organização política do setor. Neste sentido, a identificação da participação do coletivo da SEMEL/Goiânia nas diversas etapas da I e II Conferência de Esporte; na organização e realização do Fórum Municipal de Esporte e Lazer; junto aos Grupos de Trabalhos que elaboraram a Minuta do Projeto de Lei para a Criação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia; o esforço para garantir a longevidade dos programas no município, e a disposição em trabalhar em conjunto com os membros do Gepelc/UFG foram fundamentais para a definição do caso.

Portanto, julgou-se que o perfil descrito atenderia inteiramente as necessidades colocadas pelo objeto de estudo, motivo pelo qual se buscou formalizar a realização da parceria para a

realização da pesquisa, em reunião que aconteceu em novembro de 2011, nas instalações da SEMEL, na qual o então Secretário Municipal de Esporte e Lazer, Luiz Carlos Orro de Freitas, após a apresentação e discussão do projeto de pesquisa, assinou os Termos de Anuência e de Livre Esclarecido, tomou as providências para que o projeto fosse apreciado e, posteriormente, discutido com os trabalhadores interessados em participar do processo. O referido Secretário determinou, ainda, que seu Assessor, Prof. Jorge Arantes, acompanhasse a realização do estudo, indicou que o mesmo participasse do grupo de trabalho e que colocasse a disposição os documentos que se fizessem necessário para o desenvolvimento da pesquisa.

Em março de 2012 foi solicitado Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, a inclusão da SEMEL/Goiânia na Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer – Anexo - C, tendo em vista a parceria firmada com a Secretaria, a designação, pela Portaria SEMEL/Goiânia 002/2012, de oito trabalhadores para participarem do desenvolvimento da pesquisa, em reuniões sistemáticas de trabalho a serem realizadas às segundas-feiras, no período vespertino, prioritariamente nas instalações do Gepelc/UFG.

Iniciamos a **Formação dos Pesquisadores** pela organização de Seminários visando à elaboração dos instrumentos de coleta de dados, a ampliação do conhecimento sobre os objetivos da pesquisa e, ao mesmo tempo, a preparação daqueles que se responsabilizariam pelo levantamento de informações. Realizamos reuniões de planejamento, cursos de formação de pesquisadores e oficinas específicas para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados.

O ‘I Seminário de Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer’ aconteceu no Auditório da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, em 26 de março de 2012, e contou com a colaboração do Prof. Dr. José Luis Solazzi, da Faculdade de Ciências Sociais – Campus Catalão; do Prof. Ms. José Alexandre da Silva Junior, da Faculdade de Ciências Sociais – Campus Samambaia; e do Prof. Wilson Luiz Lino de Sousa, Faculdade de Educação Física – Campus Samambaia; que abordaram, respectivamente, as temáticas: ‘O Método de Pesquisa nas Ciências Sociais e a Avaliação de Políticas Públicas’; ‘A Avaliação de Políticas Públicas’; e ‘Apresentação do projeto de pesquisa: A implementação do Sistema municipal de Esporte e Lazer de Goiânia’.

O ‘II Ciclo de Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer’ ocorreu nos dias 16 e 17 de abril de 2012, nas instalações da Faculdade de Educação Física e, como de praxe, a realização de uma Palestra aberta a toda a comunidade, no Auditório da Faculdade de Educação. Contamos com a presença do Prof. Dr. Lino Castellani Filho, da

FEF/UnB; do Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro, FEF/UnB; e do Prof. Ms. Pedro Avalone – FEF/UNB, para debater o tema: “A utilização de *Survey* em Pesquisas sobre Políticas Públicas”. No dia 16 de abril de 2012, as 19h, aconteceu a Palestra: “Eventos Esportivos Mundiais: impactos na área de Esportes, Lazer e Educação Física e as consequências na formação de profissionais na década do Esporte Brasileiro”, tendo como debatedores: Prof. Dr. Lino Castellani Filho FEF/UnB, Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro FEF/UnB, o Prof. Dr. Paulo Roberto Veloso Ventura - ESEFFEGO-UEG e PUC-GO e, como mediador, o Prof. Ms. Nivaldo N. David - FEF/UFG.

Dando continuidade ao projeto de ‘Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, realizou-se, em 11 de junho de 2012, das 14h às 17h30 Local: Sala do Gepelc/FEF/UFG, a “Reunião de Estudo” para debater as Teorias de *Habitus* e de *Campos*, de Pierre Bourdieu, visando identificar as contribuições do autor para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre Políticas Públicas. A abordagem inicial do tema foi realizada pelo Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges, FCS/UFG, e, na sequência, aberta a discussão com os demais presentes.

Vários foram os percalços para a realização desta etapa da pesquisa. Atraso no repasse de recursos pela FAPEG; à realização do movimento grevista na Universidade, comprometendo a participação e o trabalho de voluntários, colaboradores e pesquisadores; a realização do pleito eleitoral no Município, no segundo semestre de 2012, que comprometeu o levantamento de informações, sobretudo com Gestores e trabalhadores da SEMEL. As duas mudanças ocorridas no quadro diretivo da Secretaria entre 2012 e 2013, tendo em vista as alianças políticas formadas para a disputa local e, posteriormente, a realocação de quadros políticos, ainda que não tenham inviabilizado a pesquisa, que contou, sempre, com apoio dos quadros técnicos da instituição, dificultou o acesso às informações e documentos.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às diretrizes políticas do Ministério do Esporte. Se, com a realização da I e II Conferência Nacional de Esporte, os eixos da política estavam relacionados à democratização do esporte e do lazer, tomados como direito de todos e dever do Estado, a partir de 2006 ocorreriam mudanças significativas e a lógica dos eventos esportivos mundiais, que passariam a ser o eixo, reorientariam as ações, recolocaram no jogo político quadros que, até então, encontravam-se secundarizados enquanto forças políticas capazes de interferir na composição da agenda política do setor.

O fracasso da candidatura de Goiânia como sede da Copa do Mundo agravou ainda mais o quadro, provocando descontinuidade, inclusive, na oferta do Programa Segundo Tempo, principal programa do ME.

A conjuntura, brevemente descrita, causou reorganização de forças dentro da SEMEL, distanciamentos entre trabalhadores e, em certo sentido, desmobilização, provocando afastamento de parte dos participantes do projeto de pesquisa e dificuldades para com o levantamento de informações sobre alguns programas e projetos.

Nesse sentido, na referida alteração de ‘quadro’ dois aspectos carecem ser destacados: 1) redução do número de trabalhadores-pesquisadores dispostos a dar continuidade no trabalho de pesquisa; 2) desvalorização dos programas no âmbito da Gestão local, implicando na desarticulação e desestímulo dos que continuaram. Essa diferença de cenários tem relação direta com algo comum ao setor público, à alternância de poder, que somada às alterações dos eixos da PNE geraram insatisfação quanto à situação salarial, condições de trabalho, distância entre os locais de trabalho que, até então, estavam colocados como pauta de reivindicações e, tendo em vista a mobilização dos diversos atores do setor em vias de resolução. Posteriormente, passaram a motivos de abandono, tendo em vista a pequena probabilidade de sua resolução.

Ainda que as dificuldades tenham se apresentado, considerou-se a importância e a necessidade da participação dos trabalhadores-pesquisadores da SEMEL e que, apesar das mudanças no cenário, a instituição ainda oferecia condições para a realização da pesquisa, seja pela garantia de acesso ao conjunto de seus documentos, seja pela continuidade da parceria, facultando aos trabalhadores interessados a participação no processo de pesquisa.

Parte das informações levantadas junto à SEMEL foram sistematizadas em um Banco de Dados Digital, com o objetivo de racionalizar, unificar e aumentar a integridade e qualidade do registro e o armazenamento de procedimentos. Portanto, criou-se um banco de dados confiáveis a partir de informações sobre os espaços e equipamentos de esporte e lazer, que foram agrupadas da seguinte maneira: a) Identificação e Localização; b) Características e Composição; c) Acessibilidade, Estado de Conservação e Segurança; d) Usuários; e) Pessoal e Recursos Materiais; f) Fontes de Financiamento; g) Programas, projetos e ações; h) Divulgação dos Programas e Projetos.

Para organização do conjunto das informações foram desenvolvidos: uma Planilha de Dados, para caracterização dos espaços e equipamentos de esporte e lazer e preenchida a partir do levantamento de informações *in loco*, o Modelo e a Matriz Lógica do Programa Draulas Vaz.

Nas **considerações finais**, após o empenho na análise das informações, na organização do banco de dados, na construção, e disponibilização *on-line*, do Sistema de Informação Geográfica de Esporte e Lazer de Goiânia, destaco alguns resultados, indico algumas propostas e, como não poderia deixar de ser, aponto os limites desta pesquisa, reafirmando que, apesar de toda dificuldade encontrada, a possibilidade de apreensão do real e a busca de sua superação, em termos estruturais, sempre esteve presente: orientando as ações e reafirmando o compromisso.

CAPÍTULO 1 - ENTRANDO EM CAMPO... SOBRE O *ESTADO DA ARTE* EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER, NO BRASIL.

A proposição de um balanço da produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil ancora-se na convicção de que os estudos de tipo ‘Estado da Arte’ permitem, a partir de recorte temporal definido, conhecer e sistematizar a produção de conhecimento, reconhecer os principais resultados das investigações realizadas, identificar temáticas e abordagens dominantes ou emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura.

Tomando por referência a produção acadêmico-científica brasileira, no âmbito da Educação Física, no período de janeiro de 2007 a julho de 2012, (CASTRO *et al.*, 2012; ALVES, *et al.*, 2011; SANTOS; BATISTA; ARAÚJO, 2007; GOMES, 2010; AMARAL; PEREIRA, 2009; STAREPRAVO; NUNES; MARCHI JR. 2009; MARCELLINO *et al.*, 2009; HÚNGARO *et al.*, 2008), identificou-se que algumas das investigações realizadas apresentaram como eixo delimitador os estudos que contemplaram, na formulação de seus apoios teóricos, uma ‘dominante social’ (SPOSITO, 2009), ou seja a recorrência ao diálogo com a produção das áreas de Ciências Humanas e Sociais (Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Sociologia e os domínios a elas correlatos como o Serviço Social).

A exploração inicial dos estudos citados anteriormente permitiu, ainda, identificar semelhanças entre o ‘movimento’ que vem ocorrendo no campo da Educação Física e o desenvolvimento do campo dos estudos em Políticas Públicas. Arretche (2003), ao apresentar o Dossiê Agenda de Pesquisas Públicas, demonstrou ser incontestável o crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil. Em sua argumentação apresentou um conjunto de fatores que, segundo a mesma, foram fundamentais para a referida ampliação: a) multiplicação das teses e dissertações relacionadas às políticas governamentais; b) inserção de disciplinas de políticas públicas nos diferentes cursos de graduação e pós-graduação; c) criação de linhas de pesquisa especialmente voltadas a este campo do conhecimento; e d) linhas especiais de financiamento no interior das agências de fomento. Além disso, destaca a área de políticas públicas como uma das seis áreas temáticas da Associação Brasileira de Ciência Política, e a presença regular do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. A observação do desenvolvimento desse subcampo, no âmbito da Educação Física, apresentou, nos últimos anos, movimento correlato, sendo que o Grupo de Trabalhos Temáticos –

GTT, Políticas Públicas, do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE, foi o espaço acadêmico-científico no qual tal movimento pode ser constatado.

Considerando contexto histórico apresentado julgou-se relevante, inicialmente, a realização de um balanço da produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, no período de 2007 a 2012, a partir da identificação: a) das teses e dissertações relacionadas às políticas públicas de esporte e lazer; b) dos artigos publicados em periódicos, disponíveis para acesso on-line, do campo da Educação Física e pertencentes aos estratos A2, B1 e B2, no *Qualis* Periódicos da Área 21 (Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional) da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), referente ao triênio 2010-2012, que veiculam a produção científica da Educação Física em seu diálogo com as Ciências Humanas e Sociais; c) dos grupos de pesquisa que apresentaram afinidade com a temática do estudo; e d) da criação de linhas de pesquisa, especialmente voltadas aos estudos das políticas públicas de esporte e lazer.

Tal levantamento permitiu identificar temáticas e abordagens dominantes ou emergentes, os principais resultados das investigações realizadas, bem como, lacuna quanto à utilização de técnicas de geoprocessamento visando subsidiar o planejamento urbano e a gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Observou-se, portanto, um campo inexplorado, aberto a pesquisa e, por outro lado um acelerado desenvolvimento dos sistemas que se utilizam das técnicas de geoprocessamento, denominados Sistemas de Informações Geográficas (SIG), que permitem a captura, o armazenamento, a manipulação e a análise de dados referenciados geograficamente.

Do ponto de vista da intervenção social, as atividades de pesquisa, informação e documentação e de inovação tecnológica materializam-se como atividades que auxiliam os atores governamentais e não-governamentais no campo das políticas públicas. Nesse sentido, tal dinâmica qualifica o Estado em sua responsabilidade pela execução de políticas de Esporte e de Lazer voltadas para a consolidação dessas práticas como direitos sociais e, portanto, como política pública que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os segmentos etários – criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais –, em uma perspectiva intergeracional, de ações contínuas que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social. (Cf. CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÁO JUNIOR, 2008).

1.1 UM PRIMEIRO *OLHAR* PARA OS DADOS

O esforço empreendido esteve relacionado à realização de um balanço da produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, no período de 2007 a 2012. Portanto, neste capítulo buscou-se situar a pesquisa em PPEL no âmbito dos programas de pós-graduação, com especial atenção aos grupos de pesquisa, os pesquisadores e sua produção, os programas, informações extraídas a partir da análise das dissertações e teses defendidas nos diversos programas. Essa estratégia visou, ainda, identificar a valorização desses estudos pelos programas, e desvelar a emergência, e a possível consolidação, de um objeto de investigação, observado, também, por meio da identificação das áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa sobre a temática estudada.

Portanto, ao vislumbrar uma melhor apresentação dos dados da pesquisa optou-se pela apresentação das informações sobre os grupos de pesquisa para, então, lançar mão dos dados sobre a produção acadêmico-científica sobre as políticas públicas de esporte e lazer, inicialmente, pela apresentação e discussão dos dados referentes às teses e dissertações e, para finalizar, a apresentação e discussão dos dados sobre os artigos veiculados pelos periódicos. A análise foi fundamentada na literatura especializada e na documentação existente sobre o assunto.

1.1.1 OS GRUPOS DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Tendo em vista a importância que a pesquisa e o conhecimento científico apresentam na atualidade e a sua presença na formação inicial, e continuada, no Ensino Superior, julgou-se adequado apresentar um conjunto de dados sobre os Grupos de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, situando-os quanto às macrorregiões geográficas do Brasil, identificando o número de pesquisadores e de estudantes por grupo, bem como a sua produção bibliográfica, conforme dados extraídos do Plano Tabular – Censo 2010.

A produção de conhecimentos científicos é condição para o desenvolvimento sociopolítico e tecnológico e apresenta-se como componente fundamental na formação acadêmico-profissional em nível universitário (Del DUCA *et. al.*, 2011).

Para Kokobun (2006) o ensino de graduação e a pesquisa compartilham componentes comuns: por um lado são responsáveis pelo corpo de conhecimentos que caracterizam uma área,

e por outro, congregam os recursos humanos que atuam como sujeitos nos dois componentes. Segundo o autor, a condição essencial para justificar a criação e manutenção de um curso de graduação está relacionada à existência de um corpo de conhecimentos com densidade e profundidade, pois nele se assentaria o processo de formação superior. Por outro lado, a atividade de pesquisa constitui-se no meio pelo qual o referido corpo de conhecimentos seria lapidado, aperfeiçoado e renovado, realimentando o sistema de ensino superior.

Nessa direção, a pesquisa, como princípio educativo e de formação docente, deve estar alinhada com a formação reflexiva, para o questionamento crítico da realidade e para a produção e reprodução dos saberes. A pesquisa como uma condição educacional da formação deve buscar superar o imediatismo e as determinações do mercado, dos interesses meramente produtivistas e comerciais que, na atualidade, se fazem presentes no âmbito da Universidade demandando e orientando ações e políticas.

Segundo David (2011), embora a tendência produtivista e pragmática da ciência se faça presente na Universidade, favorecendo a dogmatização da pesquisa como produção e da própria ciência como resultados tecnológicos e produtos acabados, o que, segundo o autor, sacrificaria profundamente os compromissos sociais da Instituição, é fundamental formar pessoas, pesquisadores, profissionais críticos e assegurar o espaço de questionamento político, filosófico e pedagógico sobre as verdades que, em determinadas concepções, se apresentam como absolutas.

Pensar o ensino, a pesquisa e a extensão pressupõe, necessariamente, desenvolver ações demarcadas pelo princípio da problematização da realidade, da reflexão do já conhecido e da produção de conhecimentos inovadores como atividades fundantes da aprendizagem, da formação humana e da própria noção de Universidade. (DAVID, 2011).

Julga-se que o desenvolvimento dessa competência investigativa está, também, relacionado ao número e a qualidade de pesquisadores, de suas produções científicas e, especialmente, com o processo de formação e ampliação do número de grupos de pesquisa. Considerando a concepção de currículo enquanto construção humana, a garantia de condições materiais, políticas e culturais para o efetivo trabalho de produção acadêmico-científica em grupos de pesquisa, apresentam-se como valorização desses espaços como adequados e necessários para a formação acadêmica na universidade, contribuindo para a realização de atividades coletivas ou compartilhadas de produção de conhecimentos (Del DUCA *et. al.*, 2011).

A consolidação dos grupos de pesquisa no Brasil ocorreu na década de 90, tendo como uma de suas condicionantes o apoio de órgãos governamentais, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Del DUCA *et. al.*, 2011).

No caso específico da Educação Física, os primeiros grupos de pesquisa foram constituídos na década de 1980, como resultado de políticas de formação de mestres e doutores (Del DUCA *et. al.*, 2011). A formação dos professores pós-graduados se deu, basicamente, na Alemanha e nos Estados Unidos, e o retorno destes profissionais ao Brasil possibilitou o desenvolvimento dos primeiros cursos de Mestrado em Educação Física, nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, dando início ao processo de formação de uma “elite intelectual” responsável pelo desenvolvimento do Campo da Educação Física, no Brasil. (Cf. Del DUCA *et. al.*, 2011, p. 608).

Segundo Castellani Filho (2012), a primeira experiência de pós-graduação *stricto sensu* na Educação Física brasileira aconteceu em 1977, na Universidade de São Paulo - USP, o que lhe garantiria, inclusive, se colocar como referência hegemônica na formação dos profissionais da área até o final dos anos 1970. Ainda segundo esse mesmo autor, esse status seria questionado, na década de 1980,

quando o constructo epistemológico da formação [foi] colocado em xeque pela configuração de outra possibilidade de relação paradigmática não mais centrada no aporte bio-fisiológico da aptidão física, mas sim no de natureza histórico-social.” (CASTELANNI FILHO, 2012, p. 106).

Analisando as três décadas de existência dos Cursos de Pós-Graduação em Educação Física no Brasil, Kokobun (2006), identificou importantes transformações. Segundo o autor, paralelamente à titulação de mestres e doutores para atuarem na formação inicial, principal objetivo dos referidos cursos, houve ampliação no número de grupos de pesquisas, de produção intelectual, de congressos e eventos, e o debate acadêmico incorporara-se, definitivamente, aos modos de ser e fazer dos componentes desse campo de conhecimento.

Considerando o ritmo de crescimento da Pós-Graduação no Brasil, no período de 1996 a 2000, Kokobun (2006) identificou que o crescimento da Pós-graduação em Educação Física - PGEF acompanhou a taxa de crescimento do sistema nacional, mas em relação à produção intelectual apresentou números discrepantes. A produção bibliográfica em periódicos internacionais de impacto reduzira-se de 0,5 % para apenas 0,04 %, no referido período. Outra

constatação do autor, mais contundente, foi a de que 68 % dos docentes permanentes da PGEF não apresentaram a produção adequada, segundo os critérios estabelecidos pela Capes, para ‘trabalho anual na íntegra’, no período de 1998 a 2000. Dentre esses, a metade não apresentou qualquer produção.

Tal tendência seria revertida no período entre 2000 e 2004, quando o número de docentes permanentes da pós-graduação sem produção bibliográfica seria reduzido a 5 %, e o aumento de autores com trabalhos internacionais passaria de 10% para 19%, sendo que o número de artigos internacionais cresceria em 47 %. Os dados registrados levaram Kokobun (2006, p. 31) a inferir que os cursos de PGEF estariam passando por uma fase de crescimento quantitativo e qualitativo, mas que o trabalho a ser realizado ainda era insuficiente uma vez que a CAPES almejava “[...] que em espaço de tempo não muito longo, todos os orientadores da pós-graduação [conseguissem] produzir um artigo internacional de impacto por ano.”

Ainda segundo o autor, enfrentar esse desafio envolveria dois caminhos complementares:

de um lado, é necessário incrementar a inserção de autores brasileiros em periódicos de elevada reputação internacional, e de outro, como forma de coroar o amadurecimento definitivo da área, projetar os periódicos editados no país nesse mesmo circuito internacional. (KOKOBUN, 2006, p. 31).

Nesse período os grupos de pesquisa dos cursos de Educação Física que desenvolvem programas de pós-graduação em Educação Física alcançariam ampla visibilidade e significativa produtividade e, segundo Del Duca *et. al.* (2011), em função das exigências de qualidade colocadas por agências de fomento, os grupos de pesquisa se constituiriam em importantes ‘instrumentos’ capazes de gerar uma produção bastante significativa, atendendo aos critérios de legitimidade acadêmica, reconhecida por uma ‘elite intelectual’, vinculada aos critérios de cientificidade das ciências naturais e hegemônica no campo.

Ao analisar os programas de pós-graduação brasileiros, do ponto de vista de suas áreas de concentração e de sua vinculação com o corpo docente, das linhas e projetos de pesquisa, Manoel e Carvalho (2011), constataram a predominância do termo Educação Física na denominação da maioria dos programas pós-graduação brasileiros, diferentemente dos Estados Unidos, onde se privilegia o termo Cinesiologia. Ao analisar as áreas de concentração dos programas de pós-graduação, os autores anteriormente citados, identificaram a existência de três subáreas: biodinâmica, sociocultural e pedagógica. A biodinâmica compreenderia as atividades de pesquisa

vinculadas às subdisciplinas de bioquímica do exercício, biomecânica, fisiologia do exercício, controle motor, aprendizagem e desenvolvimento motor, além de alguns campos aplicados, como nutrição esportiva e treinamento físico e desportivo. As linhas de pesquisa na biodinâmica são orientadas pelas ciências naturais. A subárea sociocultural tematiza o esporte, as práticas corporais e a atividade física a partir das perspectivas sociológicas, antropológicas, histórica e filosófica. A subárea pedagógica investiga questões relativas à formação de professores, ao desenvolvimento curricular, aos métodos de ensino e à pedagogia do esporte, além de tratar de aspectos metodológicos, sociais, políticos e filosóficos da educação. As subáreas sociocultural e pedagógica definem suas linhas de investigação orientadas pelas ciências sociais e humanas (MANOEL; CARVALHO, 2011).

Segundo Manoel e Carvalho (2011), a subárea da biodinâmica se sobressai, tendo em vista a dimensão do corpo docente e a quantidade de linhas e projetos de pesquisa, sempre mais numerosos em comparação com as demais subáreas.

Além de contribuir para com a identificação dos traços constituintes desse campo acadêmico-científico, reconhecido por Educação Física, Manoel e Carvalho (2011) questionam os critérios de produtividade utilizados pela Capes para avaliação dos Programas de Pós-Graduação, ou seja, a quantificação do número de artigos em periódicos com alto fator de impacto publicados por docentes e discentes dos programas de pós-graduação. Para os autores, o uso desse critério para avaliar a qualidade da produção científica além de receber muitas críticas vem mostrando-se inadequado. Os autores, fundamentados no mentor dos indicadores bibliométricos Eugene Garfield (1983 *apud* MANOEL; CARVALHO, 2011, p. 393), argumentam que os fatores de impacto dos periódicos e a razão de citações são números que têm significado para cientistas da informação e que sua simples aplicação para outros propósitos, como avaliação acadêmica de um docente ou avaliação da qualidade da produção intelectual de um programa, pode gerar julgamentos equivocados.

Há diferenças expressivas nos fatores de impacto de periódicos de áreas diferentes que não implicam diferenças de qualidade entre eles. Algumas citações devem ser contextualizadas, tais como autocitações (um autor que cita seu próprio trabalho, ou citações feitas por pesquisadores que colaboram entre si) e citações feitas sem que haja qualquer apreciação do conteúdo do artigo citado. O uso indiscriminado desses fatores de impacto pode gerar distorções na avaliação de muitas áreas, geralmente naquelas relacionadas às ciências sociais e humanas; na educação física, não é diferente. (MANOEL; CARVALHO, 2011, p. 393).

Para Manoel e Carvalho (2010), essa hegemonia expressa à valorização atribuída as pesquisas orientadas pelas ciências naturais em detrimento daquelas fundamentadas pelas ciências humanas e sociais, além da dificuldade em problematizar a intervenção, particularmente no âmbito da escola. Para os autores, esse quadro se assemelha a realidade norte-americana, principal influencia de parte da ‘elite intelectual’, formada nas décadas de 70 e 80, e responsável pelos diversos Programas de Pós-graduação em Educação Física na atualidade.

Para Castellani Filho (2012) a explicação possível para a inserção dos programas de Educação Física no contexto da política de pós-graduação brasileira na *Grande Área da Saúde*, a critérios de excelência acadêmica com os programas de fisioterapia, terapia ocupacional, enfermagem e odontologia, estaria relacionado

ao processo de construção e desenvolvimento da Educação Física em sua estrutura acadêmica espelhado, 33 anos depois, na ainda hegemônica — ainda que ao lado de movimentos contra hegemônicos significativos — presença do paradigma biológico na configuração de sua compreensão de ciência, de pesquisa e de formação do pesquisador. (CASTELLANI FILHO, 2012, p. 106).

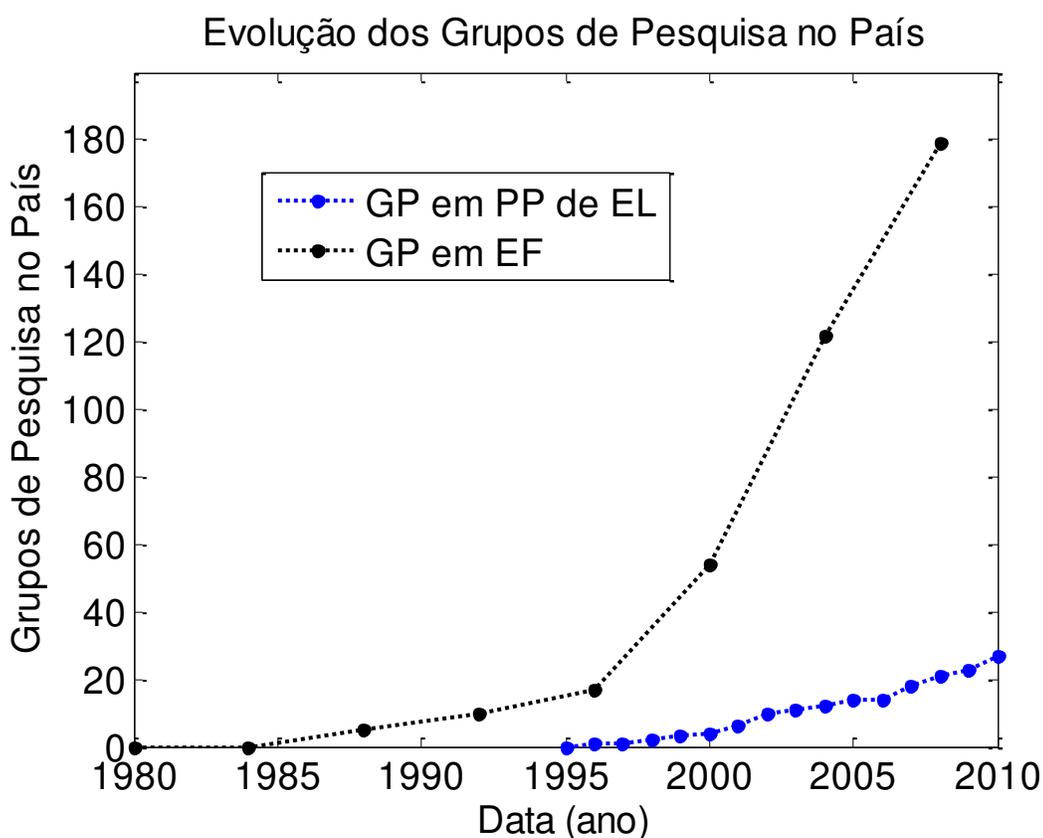
Ao avaliar o referido processo histórico e as atuais condições da pós-graduação em Educação Física Castellani Filho (2012, p. 107) identifica as “[...] dificuldades de fazer se não prevalecer, pelo menos serem ouvidas, as razões daqueles que pela área acadêmica da Educação Física trafegam pelos caminhos traçados pelas ciências humanas e sociais...”.

Os primeiros grupos de pesquisa em Educação Física no Brasil foram criados em Universidades Públicas na década de 1980. O primeiro grupo de pesquisa foi o da UFRGS em 1986 e em anos subsequentes surgiram outros grupos de pesquisa, sendo um na PUC/SP (1987), um na USP e dois na UNICAMP (1988). Dessas instituições, apenas a PUC/SP não possuía programa de pós-graduação em Educação Física. Ao considerar apenas os grupos existentes, desde sua formação até o ano de 2008, Del Duca *et. al.* (2011), identificou a existência de 3961 grupos de pesquisa na Grande Área da Saúde e de 387 grupos na área de Educação Física. Segundo os autores o crescimento do número de Grupos verificado até o final do ano 2000 (n = 86 grupos), o condicionante era à existência programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação Física nas instituições as quais estavam vinculados os grupos, o que correspondia a 75,6% dos grupos existentes. No período de 2000 a 2008, a quantidade de novos grupos de pesquisa aumentaria significativamente (n = 301 grupos), porém com tendência de aumento no

número de grupos de pesquisa nos cursos de Educação Física em geral (56,1%) e de estabilização naqueles com pós-graduação *stricto sensu* (43,9%).

O Gráfico número 1, abaixo, permite a visualização do crescimento do número de Grupos de Pesquisa no período de 1980 a 2010, bem como, o pico de crescimento destes a partir do ano 2000. Identifica-se, portanto, os distintos períodos de crescimento para os Grupos de Pesquisa da Educação Física em Geral e dos Grupos que tematizam as Políticas Públicas de Esporte e Lazer; e a significativa diferença entre os picos de crescimento, acentuado no primeiro caso e contínuo no segundo. Conforme De Duca *et. al.* (2011) tal crescimento está diretamente relacionado à valorização da pesquisa e da produção de conhecimentos, bem como, pelo seu financiamento.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO PAÍS - BRASIL, 2011.



Fonte: Adaptado de Del Duca *et. al* (2011)

Com relação aos grupos de pesquisa criados para o estudo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, no campo da Educação Física, verificou-se que até o fim do ano 2002 não existia nenhum grupo de pesquisa que abordasse a temática das Políticas Públicas. O levantamento

considerou os 98 grupos e as 272 linhas existentes e registradas no Diretório de Grupos de Pesquisa, do CNPq – Censo de 2002⁴⁰.

A consulta ao Censo de 2004 possibilitou a identificação de 268 Grupos de Pesquisas e 766 linhas de pesquisas, dentre os quais 03 criados para o desenvolvimento de estudos e pesquisa sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Interessante observar que o primeiro Grupo que consta como criado em 2001, cujo nome era “Grupo de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer”, não consta do Censo de 2002, mas consta do Censo de 2004. Este teria sido criado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, tendo como Líder o Professor Alberto Reinaldo Reppold Filho e por objetivo investigar o impacto das políticas públicas de educação física, esporte e lazer junto às populações alvo e instrumentalizar o poder público com informações que o habilitem a estabelecer ações efetivas nestes setores.

O segundo Grupo, “Grupo de Pesquisa em Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer”, foi criado na Unicamp em 2002, tendo por Líder a Professora Silvia Cristina Franco Amaral e por objetivo o estudo e a produção de conhecimentos, bem como, intervir na realidade sobre aspectos políticos e administrativos na área da Educação Física, Esporte e Lazer. Para tanto, os componentes do grupo participam de reuniões de estudo, realizam pesquisas individuais e coletivas. A aplicação e difusão dos conhecimentos aconteciam por meio da participação em eventos, elaboração de artigos científicos, parcerias com setores da administração pública e privada.

O terceiro Grupo identificado foi o “Grupo de Estudos de Políticas Sociais e Educação Física”, do IMES, criado em 2003, tendo por Líderes os Professores Edson Marcelo Húngaro e Carla Cristina Garcia, e por objetivos verificar como as Prefeituras da região do Grande ABC lidavam com as políticas sociais para a educação física, lazer e esportes. Importava analisar se nesta região - tradicional polo de lutas sociais onde, muitas vezes, elegeram-se candidatos ligados a partidos de esquerda – apresentava tendência contrária, ou não, ao que se assiste em todo o mundo e, especialmente no Brasil, ou seja, o desmonte dos direitos sociais, especificamente no que concerne às políticas para a Educação Física, o Esporte e o Lazer.

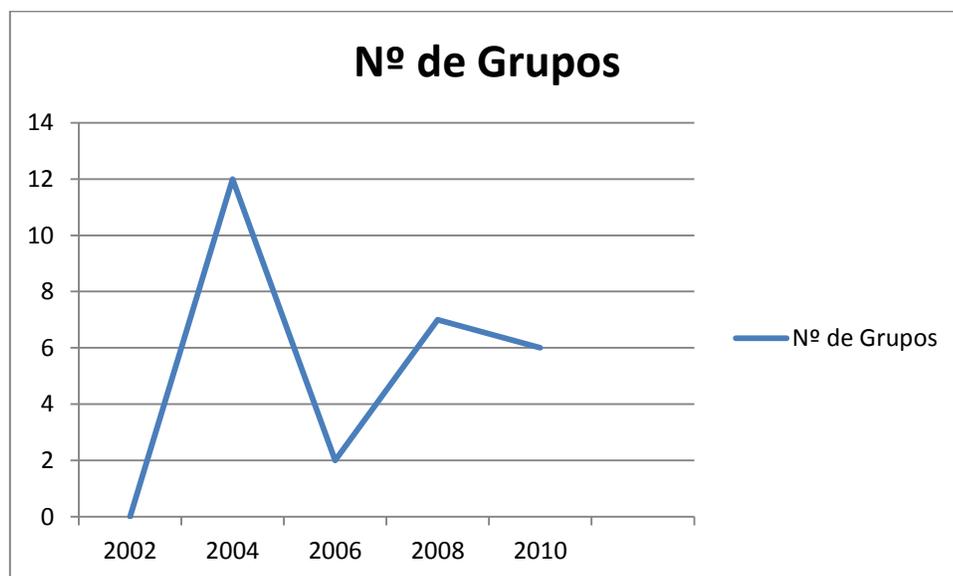
Identificou-se, ainda, o surgimento de linhas de pesquisa em Grupos já existentes, como por exemplo, a Linha “Lazer, Ecodesenvolvimento e Políticas Públicas”, do Grupo “NIEL – Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Lazer”, criado em 1996 na UFPE, tendo por Líderes as

⁴⁰ Disponível em <http://dgp.cnpq.br/planotabular/>. Acesso em 23/11/2012.

Professoras Tereza Luiza de França e Katia Brandão Cavalcanti. Ou ainda, a Linha “Políticas públicas para o esporte”, do Grupo Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade, da UFPR tendo por Líder o Professor Wanderley Marchi Junior.

A análise do Censo de 2010⁴¹ permitiu identificar que houve um aumento significativo do número de Grupos de Pesquisa que tematizam as Políticas Públicas de Esporte e Lazer a partir de 2003, conforme Gráfico nº 2, e o protagonismo e a predominância dos Grupos pertencentes ao Campo Acadêmico da Educação Física, conforme Figura nº 1, abaixo.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER - BRASIL, 2002 A 2010.



Fonte: Elaboração Própria – Dados extraídos do Plano Tabular – DGP/CNPq – Censos 2002 - 2010.

A identificação do substancial aumento do número de Grupos de Pesquisa, sobretudo no âmbito do Campo da Educação Física, permite registrar duas tendências. A primeira refere-se à consolidação de Grupos de Pesquisas existentes e a criação de novos Grupos e/ou linhas de pesquisas, a partir da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico na área do esporte – não relacionados com a dimensão do alto rendimento - e do lazer fomentados por uma ação do Ministério do Esporte - ME, a partir 2004, conhecida por Rede Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer – Rede CEDES. Os Centros foram

⁴¹ Disponível em <http://dgp.cnpq.br/planotabular/>. Acessado em 22/11/2012.

implantados em universidades públicas e o seu funcionamento subsidiado por recursos oriundos de convênios estabelecidos entre as Universidades e o Ministério do Esporte, com vistas à realização de estudos e pesquisas promotores do conhecimento científico desta área e fomentadores da qualificação da gestão esportiva e de lazer. Tendo em vista a importância dessa ação programática voltaremos a ela mais adiante.

A segunda tendência refere-se ao protagonismo e a predominância dos Grupos de Pesquisas junto ao Campo da Educação Física. Bueno (2008) ao problematizar a ‘evolução’ da Política Pública do Esporte no Brasil, e o predomínio do esporte de alto rendimento, identificou, por um lado, o crescimento da importância do esporte como fenômeno social ao longo do século XX, e por outro que os estudos sobre o tema, no Brasil, ficaram durante muitas décadas

relegado aos profissionais de Educação Física preocupados com a historicidade e desenvolvimento de sua ciência, bem como a jornalistas dedicados a uma ou outra modalidade, em geral, o futebol. Os estudos de caráter sociológico e a interface do Estado com o esporte ficou limitado aos estudos do direito esportivo. Apenas nos anos 1990 em diante, profissionais da área de Educação Física e de outras ciências sócias [sic] que também elegeram o tema do esporte, mostraram-se preocupados e interessados na ação estatal e se propuseram a desenvolver estudos tendo por objeto as ações e omissões do Estado na área esportiva. (BUENO, 2008, p. 02-03).

Como dito anteriormente, a Tabela nº 1 permite evidenciar esse fenômeno, observe-se:

TABELA 3 – NÚMERO DE GRUPOS DE PESQUISA POR ÁREA PREDOMINANTE. – BRASIL, 2002 A 2010.

| Área Predominante | | Nº de Grupos |
|--------------------------|---------------------------------------|---------------------|
| 1. | Educação | 8 |
| 2. | Educação Física | 27 |
| 3. | Economia | 1 |
| 4. | Planejamento Urbano e Regional | 1 |
| 5. | Saúde Coletiva | 1 |
| 6. | Sociologia | 2 |
| 7. | Turismo | 1 |

Fonte: Elaboração Própria – Dados extraídos do Plano Tabular – DGP/CNPq – Censos 2002 - 2010.

Dos 41 Grupos que tomam as Políticas Públicas de Esporte e Lazer como objeto de estudos, levantados junto ao Censo de 2010, identificou-se que 27 (65.85%) pertencem ao Campo

Acadêmico-Científico da Educação Física. Dentre eles 05 (18,51%) estão vinculados a Universidades Públicas com Pós-graduação em Educação Física. A Unicamp, com 03 Grupos, teve o curso de mestrado iniciado em 1988, e de doutorado em 1993. Os outros 02 Grupos estão vinculados à Universidade Federal do Paraná, Mestrado em 2002 e Doutorado em 2007, e a UDESC, com seus cursos iniciados em 1997 e 2009, respectivamente. Outros 05 Grupos (18,51%) estão vinculados a Universidades que possuem apenas o curso de Mestrado: 01 Grupo na UFSM com início de atividades em 2012; 02 Grupos na UnB, início de atividades em 2006; e 01 Grupo na UNIMEP, início em 2000. Os demais 16 Grupos (40,7%), 12 (75%) estão vinculados as Universidades Públicas, e 04 (25%) estão vinculados à Universidade Privadas, e não oferecem curso de pós-graduação.

Importante destacar outras tendências quanto à formação de novos grupos de pesquisa em Educação Física, que tematizam as Políticas Públicas. Verificou-se, por um lado, a estabilização do número de grupos oriundos de cursos com pós-graduação *stricto sensu* e, por outro, o aumento de grupos de pesquisa em cursos de Educação Física na sua totalidade. Tais tendências também foram identificadas no estudo de Del Duca *et. al.* (2011), e a partir dessas evidências, os autores concluíram que houve aumento da preocupação, na grande maioria das instituições de ensino superior que não possuem cursos de mestrado e doutorado em seus currículos, bem como, entre os diversos profissionais, estudantes e técnicos que reconhecem e se utilizam da estratégia de grupos de pesquisa para a qualificação da formação acadêmica. “Entretanto, é importante destacar que o crescimento do número de programas de pós-graduação *stricto sensu* não acompanha o aumento exponencial dos cursos de graduação em Educação Física”. (SANTOS & SIMÕES, 2008, *apud* Del DUCA *et. al.*, 2011, p. 614).

Ao constatar o crescimento dos Grupos de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, bem como, o protagonismo e o predomínio do Campo da Educação Física identificou-se, ainda, o seu dimensionamento no âmbito deste campo, ou seja, aquilo que Manoel e Carvalho (2011, p. 390) chamaram “[...] hegemonia expressa [pela] valorização atribuída às pesquisas orientadas pelas ciências naturais em detrimento daquelas fundamentadas pelas ciências humanas e sociais [...]”.

Os dados extraídos de o Plano Tabular – DGP/CNPq e apresentados nos quadros abaixo permitem evidenciar os fatos apontados pelos autores, anteriormente citados.

QUADRO 1 – DADOS GERAIS SOBRE GRUPOS DE PESQUISA DA EDUCAÇÃO FÍSICA – BRASIL, 2010.

| Área de conhecimento | Grupos | Linhas de Pesquisa | Pesquisadores | Estudantes | Técnicos |
|----------------------|--------|--------------------|---------------|------------|----------|
| Educação Física | 494 | 1.493 | 3.110 | 4.196 | 252 |

Fonte: <http://dgp.cnpq.br/planotabular/> Acesso em: 12/10/2012

QUADRO 2 – DADOS GERAIS SOBRE GRUPOS DE PESQUISA DA EDUCAÇÃO FÍSICA / POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – BRASIL, 2010.

| Área de conhecimento | Grupos | Linhas de Pesquisa | Pesquisadores | Estudantes | Técnicos |
|---|--------|--------------------|---------------|------------|----------|
| Educação Física / Políticas Públicas de Esporte Lazer | 27 | 94 | 289 | 301 | 14 |

Fonte: <http://dgp.cnpq.br/planotabular/> Acesso em: 12/10/2012

Observou-se que o número de Grupos de Pesquisas que tematizam as Políticas Públicas de Esporte e Lazer (27) correspondem a 5,46% dos Grupos cadastrados no Diretório de Grupos, do CNPq, na área predominante Educação Física (494). As linhas de pesquisa (94) correspondem a 6,29% das linhas existentes (1493). Ao considerar o pessoal envolvido, Pesquisadores, Estudantes e Técnicos, identifica-se que o total de pessoas vinculadas aos Grupos de Políticas Públicas de Esporte e Lazer (604) corresponde a 7,9% do total de envolvidos com o desenvolvimento dos Grupos de Pesquisa do Campo da Educação Física.

Ao analisar orientação acadêmica dos PPGEF no Brasil, por meio do levantamento da dimensão do corpo docente e pelo número de linhas e projetos de pesquisa relativos a cada subárea: biodinâmica, sociocultural e pedagógica, Manoel e Carvalho (2011) constataram que:

- a) o corpo docente corresponde aos professores permanentes (os envolvidos com atividades de pesquisa, de ensino – graduação e pós-graduação – e de orientação vinculadas a uma ou mais áreas de concentração) indicados pela instituição em seu relatório à CAPES. Em 2006 havia 293 docentes permanentes trabalhando em programas de pós-graduação no campo da educação física, sendo que maioria atuava na subárea biodinâmica (60,7% do total de docentes), e os demais atuavam nas subáreas sociocultural (22,52%) e pedagógica (ao redor de 17%).

- b) as linhas de pesquisa, que segundo os autores, constituem ótimos indicadores para análise da orientação acadêmica dos programas de pós-graduação, uma vez que permitem caracterizar os temas e problemas específicos com os quais o pesquisador se envolve, bem como, as bases teóricas e metodológicas eleitas como centrais à atividade de pesquisa. De um total de 135 linhas de pesquisa identificadas em todos os programas, 50% delas estão vinculadas à biodinâmica 33% à subárea sociocultural e 17% a subárea pedagógica.

O trabalho citado anteriormente é importante por permitir avaliar que os estudos sobre Políticas Públicas estão relacionados à dimensão, que os autores chamaram subárea sociocultural, correspondendo a uma fração dos 25%, aproximados, do pessoal, linhas e projetos desenvolvidos. Nessa direção, observa-se que há protagonismo e predominância dos estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer pelo Campo da Educação Física, mas que estes correspondem a uma minúscula parte da produção do Campo e, como desenvolveremos detalhadamente mais adiante, fomentado, predominantemente, por uma ação programática do Ministério do Esporte.

Este fato pode ser explicado, em parte, pelo que Lazzarotti Filho *et. al.* (2012, p. 11), identificaram como “[...] forma de fazer valer uma maneira de ver [...]”. Ao analisar a veiculação do conhecimento científico produzido pelo Campo da Educação Física em oito revistas brasileiras, tomando por base o ano de 2008 e por fundamento a teoria relacional de Bourdieu (2009), os autores identificaram que o Campo da EF está em pleno desenvolvimento, produz *modus operandi* fundados, ainda, na tônica da dicotomia entre as chamadas ciências duras e as ciências moles, e reproduzem a lógica interna de seus campos de origem, indicando teorias com pouco poder de refração e retradução para a Educação Física.

Para compreender como tais *modus operandi* se manifestam Lazzarotti Filho *et. al.* (2012), caracterizaram dois perfis identitários para as revistas analisadas:

Modus Operandum 1:

São, na maioria, revistas pertencentes ao estrato B2 e seus temas/objetos de pesquisa privilegiam o desempenho humano (aptidão funcional, limiar anaeróbico, treinamento esportivo, entre outros), a atividade física (exercícios, esportes, dança, lutas, jogos, entre outros), os aspectos morfofuncionais (massa corporal, frequência cardíaca, postura, entre outros) e a saúde (estilo de vida, qualidade de vida, entre outros). Além disso, estabelecem uma relação prioritária com referências internacionais

contidas em periódicos, com veiculação por meio de autoria compartilhada com quatro ou mais autores. (Lazzarotti Filho *et. al.*, 2012, p. 11).

Modus Operandum 2:

Revistas que estabelecem relação com as ciências moles, publicam menos artigos por ano, estão distribuídas entre os estratos B2 e B3 e cujos temas/objetos de pesquisa privilegiam aspectos pedagógicos da Educação Física (pedagogia do esporte, educação física escolar, currículo, formação docente, conteúdos, avaliação, entre outros) e aspectos socioculturais (sociologia do esporte, cultura esportiva, entre outros). Além de estabelecerem relação prioritária com referências nacionais, os documentos referendados são prioritariamente livros e capítulos de livros, com veiculação por meio de autoria individual ou com poucos autores. (Lazzarotti Filho *et. al.*, 2012, p. 11).

A análise realizada pelos autores, a partir dessa caracterização e considerando as citações nos estudos difundidos pelas revistas, permitiu a identificação da falta de reconhecimento intra e entre os grupos, enfatizando a dicotomia entre as ciências duras e moles. Ao recorrer a Bourdieu (2004, *apud* LAZZAROTTI FILHO, 2012, p. 11) os autores afirmam que esse tipo de visão, e de divisão, do campo “[...] representa tanto uma forma de ver quanto uma forma de fazer valer uma maneira de ver [...]”. Segundo os mesmos, os dois grupos de revistas disputam as formas autorizadas de produzir e veicular conhecimentos, constituindo formas de disputa pelo poder do campo, cujos efeitos ainda não seriam possível precisar.

Ao tomar por referência a variável ‘Macrorregião Geográfica’ Del Duca *et. al.* (2011) observaram que a partir de 2002 há um pequeno aumento na proporção de grupos de pesquisa na região sul, e nos anos subsequentes, aumento nos grupos de pesquisa nos cursos de Educação Física nas regiões nordeste e centro-oeste, mas infelizmente a histórica concentração do número de Universidades Públicas, Cursos de Pós-Graduação, Grupos de Pesquisa, etc., continuava a existir. Com relação aos grupos de pesquisa em Educação Física observou-se que, conforme Tabela 4, abaixo, dos 494 Grupos de Pesquisa cadastrados no DGP/CNPq em 2010, 376 (76,11%) estavam concentrados nas regiões sul e sudeste do país. Tomando por referência o oferecimento de cursos de mestrado e doutorado o número sobe para 88,46% dos cursos de pós-graduação em Educação Física em funcionamento. Esses dados confirmam as observações de Del Duca *et.al.* (2011) e revelam a manutenção do quadro de desigualdades anteriormente mencionado.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE GRUPOS, LINHAS DE PESQUISA E PESSOAL POR MACRORREGIÃO GEOGRÁFICA – BRASIL, 2010⁴².

| Região geográfica | Grupos | Linhas de Pesquisa | Pesquisadores | Estudantes | Técnicos |
|-------------------|------------|--------------------|---------------|--------------|------------|
| Centro-Oeste | 36 | 122 | 241 | 284 | 7 |
| Nordeste | 67 | 237 | 457 | 668 | 39 |
| Norte | 15 | 47 | 97 | 91 | 3 |
| Sudeste | 219 | 617 | 1.306 | 1.701 | 127 |
| Sul | 157 | 470 | 1.009 | 1.452 | 76 |
| TOTAIS | 494 | 1.493 | 3.110 | 4.196 | 252 |

Fonte: <http://dgp.cnpq.br/planotabular/> Acesso em: 12/10/2012

A localização do maior número de grupos de pesquisa em Educação Física nas macrorregiões sudeste e sul do país está diretamente relacionada à elevada concentração de cursos de graduação além, é claro, dos indicadores econômicos historicamente construídos nessas regiões. Tal situação parece refletir a própria história do Campo e a ampliação número de cursos, tanto os de graduação quanto os da pós-graduação, em Educação Física. Como demonstrou Del Duca *et. al.* (2011), foi nesse ‘cenário’, sul-sudeste e de implantação de cursos de pós-graduação, que surgiram os primeiros grupos de pesquisa em Educação Física. Ainda segundo os autores, a partir de 2004 observou-se, quanto à ampliação do número de grupos de pesquisa, tendência de estabilidade nas macrorregiões sul e sudeste, uma alteração importante nas macrorregiões nordeste e centro-oeste e discreta na região norte do país.

Apesar de existir políticas, junto às agências de fomento, visando minimizar distorções regionais e promover a criação de programas de pós-graduação em Educação Física nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil, observou-se que as desigualdades regionais persistem, sobretudo na oferta de vagas junto aos programas de pós-graduação, pois, segundo os dados do Plano Tabular - Censo de 2010, das 22 instituições brasileiras com programas de pós-graduação em Educação Física somente duas estavam na macrorregião do Centro-Oeste e uma na Nordeste (Del DUCA *et. al.*, 2011), o que *per si* influencia diretamente no número de grupos, linhas e pessoal envolvido com a pesquisa.

⁴² Em geral há dupla contagem no número de pesquisadores, estudantes e técnicos, tendo em vista que o indivíduo que participa de mais de um grupo de pesquisa foi computado mais de uma vez, conforme nota do Plano Tabular.

Com relação aos Grupos de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer nota-se que o aumento na proporção de grupos de pesquisa nas diferentes regiões não reproduziu a desigualdade anteriormente mencionada. Conforme dados apresentados na Tabela 5, abaixo, observa-se que dos 27 Grupos de Pesquisa cadastrados no DGP/CNPq em 2010, 13 (48,14%) estavam concentrados nas regiões sul e sudeste do país. É possível identificar que 12 (44,44%) dos grupos estavam concentrados nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, indicando movimento distinto da concentração para os grupos de pesquisa em geral. A distorção ocorre nos grupos de pesquisas das regiões sul e norte, com 3 (11,11%) e 2 (7,40%) dos grupos cadastrados, respectivamente. Nestes últimos casos as motivações são de escopos bem distintos, pois enquanto a região sul apresenta altos índices de produtividade no Campo de Educação Física, concentra importantes Universidades Públicas Federais, e número significativo de PGEF, a região Norte apresenta quadro totalmente adverso. Nessa direção é possível afirmar que o número reduzido de Grupos de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer na região Sul está relacionado à opção teórico-política dos pesquisadores daquela região e, no caso da região norte, na manutenção do quadro de desigualdade regional.

Julga-se importante mencionar que, conforme demonstrou Del Duca *et. al.* (2011), o financiamento, os programas e as ações políticas foram fundamentais para o desenvolvimento do Campo da Educação Física, e no caso do subcampo das Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer (STAREPRAVO, 2011), a ampliação do número dos grupos, linhas de pesquisa e pessoal envolvido, bem com a produção acadêmico-científica sobre o tema, estão diretamente relacionado a uma ação do ME, qual seja, o desenvolvimento da Rede Cedes, como já mencionado anteriormente e que será adequadamente apresentada no próximo subcapítulo.

TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DE GRUPOS, LINHAS E PESSOAL ENVOLVIDO COM PESQUISA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER POR MACRORREGIÃO GEOGRÁFICA - BRASIL, 2010⁴³.

| Região geográfica | Grupos | Linhas de Pesquisa | Pesquisadores | Estudantes | Técnicos |
|--------------------------|---------------|---------------------------|----------------------|-------------------|-----------------|
| <u>Centro-Oeste</u> | 06 | 17 | 60 | 66 | 01 |

⁴³ Em geral há dupla contagem no número de pesquisadores, estudantes e técnicos, tendo em vista que o indivíduo que participa de mais de um grupo de pesquisa foi computado mais de uma vez.

| | | | | | |
|-----------------|-----------|-----------|------------|------------|-----------|
| <u>Nordeste</u> | 06 | 27 | 71 | 61 | 08 |
| <u>Norte</u> | 02 | 08 | 23 | 03 | 00 |
| <u>Sudeste</u> | 10 | 32 | 110 | 116 | 03 |
| <u>Sul</u> | 03 | 10 | 25 | 55 | 02 |
| TOTAIS | 27 | 94 | 289 | 301 | 13 |

Fonte: <http://dgp.cnpq.br/planotabular/> Acesso em: 12/10/2012

Outra variável importante a ser considerada para a análise da valorização e ampliação do conhecimento acadêmico-científico do Campo da Educação Física e, mais especificamente do subcampo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, principal interesse deste estudo, diz respeito ao considerável aumento do número de pessoas (pesquisadores, estudantes e técnicos) envolvidas com a pesquisa no âmbito da universidade.

Para Del Duca *et. al.* (2011), parte da explicação está relacionada às políticas de incentivo à formação de mestres e doutores em Educação Física implementadas na década de 70. Ainda segundo aos autores, o número crescente de pesquisadores repercute, ao mesmo tempo, em ampliação do número de pessoas envolvidas com pesquisa e em maior desenvolvimento da produção científica, verificadas a partir da análise de artigos científicos, livros, capítulos de livros, eventos nacionais e internacionais. Outro aspecto levantado pelos autores, diz respeito ao reconhecimento da importância do conhecimento científico, por um lado, e a valorização econômica da pesquisa, por outro. Seria, portanto, a partir desse quadro, segundo Del Duca *et. al.* (2011), que agências de fomento, nacionais e internacionais, ampliariam o apoio financeiro visando custear a pesquisas e os recursos humanos, a partir de editais e em conformidade com critérios previamente estabelecidos, de modo a garantir relevância do estudo, bem como, a regularidade e a qualidade da produção científica.

Ao analisar os argumentos dos autores, anteriormente citados, identifica-se que de fato, a atual política de financiamento possibilitou a ampliação e qualificação do conhecimento acadêmico, atribuindo-lhe credibilidade, promovendo a aproximação entre grupos e linhas de pesquisa, ao viabilizar a interação entre os seus pesquisadores. No entanto, a contradição se manifestou, tanto nas estratégias de formação de novas alianças entre pesquisadores, em busca de recursos financeiros (Del DUCA *et. al.*, 011), quanto na visão reducionista sobre a pesquisa, tomada como um restrito processo de produção de conhecimentos orientada cientificamente em busca de um determinado resultado. Cogitar o investimento em pesquisa, no âmbito da

universidade, deve, sobretudo, almejar a superação da sua visão reducionista. Parece necessário superar esse conceito, pois a pesquisa na universidade deve assumir uma finalidade essencial e diferenciada das demais atribuições educacionais e sociais, é

preciso ter claro que a pesquisa e processo investigativo, trabalho construído com esforço e muita persistência: espaço de reflexão, sistematização e apropriação do saber, institui comportamentos e práticas questionadoras e integra-se aos conhecimentos inovadores e aos avanços produzidos socialmente pelo gênero humano. Em razão de sua importância na universidade e, conseqüentemente, na formação profissional superior, a pesquisa deve ser concebida como um espaço necessário a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento. (DAVID, 2011, p. 92)

A análise da produção bibliográfica do pessoal envolvido com a pesquisa em Educação Física, por um lado, e dos envolvidos com a pesquisa sobre Políticas Públicas de Esporte e lazer, por outro, permitiu quantificar, dimensionar e reconhecer as distintas opções para a difusão dos resultados de pesquisa, bem como, a ampliação e valorização desse subcampo nos últimos anos.

Ao observar os dados dos Quadros 3 e 4, abaixo, nota-se que 2.448 pessoas estavam envolvidos com a pesquisa em EF e, destas, 590 pessoas (24,10%) estiveram envolvidas com a pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Os pesquisadores do Campo da Educação Física foram responsáveis pela publicação de 12.748 artigos em periódicos de circulação nacional, 5.177 artigos em periódicos de circulação internacional, 595 livros e 3.652 capítulos de livros. Os pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer produziram 1.410 artigos para periódicos de circulação nacional, correspondendo a 11,06% do total da produção; 179 artigos para periódicos de circulação internacional, equivalente a 3,45% da produção; 242 livros, correspondendo a 40,67% da produção; e 1.258 capítulos de livros, atingindo o patamar de 34,44% da produção do Campo.

QUADRO 3 – PRODUÇÃO C, T & A DOS GRUPOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – BRASIL, 2010.

| Área de conhecimento | Total de autores | Artigos completos publicados em periódicos especializados | | Livros ou Capítulos de Livro publicados | |
|------------------------|------------------|---|------------------------------|---|---------------------|
| | | Circulação nacional (1) | Circulação internacional (2) | Livros | Capítulos de livros |
| Educação Física | | | | | |
| Produtividade | 2.448 | 12.748 | 5.177 | 595 | 3.652 |

Fonte: <http://dgp.cnpq.br/planotabular/> Acesso em: 12/10/2012

QUADRO 4 – PRODUÇÃO C, T & A DOS GRUPOS DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – BRASIL, 2010.

| Área de conhecimento | Total de autores | Artigos completos publicados em periódicos especializados | | Livros ou Capítulos de Livro publicados | |
|----------------------|------------------|---|------------------------------|---|---------------------|
| | | Circulação nacional (1) | Circulação internacional (2) | Livros | Capítulos de livros |
| Educação Física | | | | | |
| Políticas Públicas | | | | | |
| Produtividade | 590 | 1.410 | 179 | 242 | 1.258 |

Fonte: <http://dgp.cnpq.br/planotabular/> Acesso em: 12/10/2012

Esses dados permitem identificar, ainda, que os pesquisadores da Educação Física em geral têm privilegiado a produção de artigos e a internacionalização da produção, e os pesquisadores do subcampo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer tem optado pela publicação de livros, capítulo de livros e, em menor quantidade, periódicos nacionais e internacionais.

As evidências encontradas por Del Duca *et. al.* (2011) acompanham esta situação, pois os autores observaram, analisando a evolução da produção do Campo no período 2000 a 2008,

uma acentuada evolução nas publicações de artigos em periódicos de circulação nacional (...) e crescimento gradativo naqueles de circulação internacional (...), com tendência à redução de publicação de livros e capítulos de livros, tanto por pesquisadores quanto por estudantes, até o ano de 2008. (Del DUCA *et. al.*, 2011, p. 614-615).

Ao observar a história de desenvolvimento do Campo da Educação Física nota-se a importância que a produção de livros teve durante longo período e, com as mudanças nos critérios de avaliação dos Programas de Pós-graduação, pela Capes, (MANOEL; CARVALHO, 2011) uma significativa alteração nesta prática.

Del Duca *et. al.* (2011) a partir das evidências de sua pesquisa junto aos dados divulgados pelo Plano Tabular, do DGP/CNPq, avaliaram que a queda na produção de livros decorreria de, pelo menos, duas correntes de ideias. A primeira considerou

valorização exacerbada da produção de artigos científicos e, ao mesmo tempo, uma desvalorização do livro na avaliação dos programas de pós-graduação. Por conseguinte, os artigos foram utilizados como forma preferencial de compartilhamento de pesquisas e conhecimentos na área. A segunda corrente propõe que, na verdade, não houve uma redução do número de livros publicados nos últimos anos, mas sim dos livros que atendiam aos critérios de avaliação da

CAPES, mais rigorosos quanto à qualidade do material publicado. Ou seja, uma parcela dos livros publicados pela área não atingiram os níveis adequados de qualidade e por isso não foram considerados como produção técnica. (Del DUCA *et. al.*, 2011, p. 614).

Para Manoel e Carvalho (2011) foi ao final da década de 90, quando a avaliação da pós-graduação, pela Capes, passou a ter como referência a internacionalização, que a quantificação do número de artigos em periódicos com alto fator de impacto publicados por docentes e discentes dos diferentes programas também passaram a ser valorizados, ou exacerbadamente valorizados (Del DUCA *et. al.*, 2011). Nesse contexto os artigos

científicos tornaram-se os itens mais valorizados na avaliação, sendo classificados de acordo com os periódicos em que foram publicados, os quais, por sua vez, eram julgados com base em indicadores elaborados pelo *Institute of Scientific Information (ISI)*. Esse instituto gera, para cada periódico, um fator de impacto composto de vários elementos: da quantidade de vezes que uma revista é citada por outras, ao número e *idade* das referências bibliográficas contidas nos artigos de um dado periódico (...). Também foram consideradas outras bases, como MEDLINE, ERIC, Psychinfo, SciELO e LILACS. Entretanto, a falta de um fator de impacto aceito amplamente fez com que periódicos indexados nessas bases fossem menos valorizados em comparação àqueles que apareciam no *Journal of Citation Reports*, publicado pelo ISI. Assim, a produção dos docentes do programa era qualificada indiretamente, já que o critério adotado referia-se à indexação de um dado periódico e não à qualidade de artigos produzidos. (MANOEL; CARVALHO, 2011, p. 393).

A consideração dos apontamentos de Lazzarotti *et. al.* (2011), segundo os quais são possíveis à coexistência de distintos *Modus Operandi* na produção de conhecimentos no Campo da EF e a ênfase na dicotomia entre as ciências duras e moles, permite identificar, inclusive, valorização distinta sobre os formatos para divulgação da produção e a relação destas com outras variáveis, como por exemplo, as políticas de órgãos de fomento e/ou reguladores. Por exemplo, no caso específico da Rede CEDES o financiamento das pesquisas previa, nos recursos descentralizados para a sua realização, a publicação dos resultados no formato livro, diferindo, portanto, da política de internacionalização definida pela CAPES, contemporaneamente.

A realização da consulta à Base de Dados do Diretório de Grupos de CNPq possibilitou, ainda, o acesso a informações importantes sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. Constatou-se que o

Diretório mantém uma base corrente, cujas informações são atualizadas continuamente pelos líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e dirigentes de pesquisa das instituições participantes, e o CNPq realiza censos bi-anuais, que são fotografias dessa base corrente. (CNPQ, 2012).

Segundo Del Duca *et. al.* (2011) os dados presentes no Diretório são coletados, normalmente, por dois meios distintos, e que indicam responsabilização de agentes importantes no funcionamento dos grupos e no desenvolvimento das pesquisas. As informações referentes ao grupo (número de pesquisadores, estudantes, pessoal de apoio técnico e linhas de pesquisa) são adquiridas por meio de um questionário eletrônico padronizado, preenchido pelos líderes de cada grupo, indicando a responsabilidade destes para com a atualização, bem como pela definição quem são os pesquisadores e estudantes de seu grupo. Ainda que essa seja uma responsabilidade do líder

o Diretório do CNPq esclarece que devem ser considerados como pesquisadores os membros graduados ou pós-graduados da equipe de pesquisa, permanente e criativamente envolvidos com a realização de projetos e com a produção científica, tecnológica e artística do grupo. Caso esteja matriculado em curso de graduação ou pós-graduação “stricto” ou “lato sensu”, o membro deve ser incluído como estudante, desde que seu orientador seja um pesquisador do grupo. Estagiários de pós-doutorado devem ser considerados como pesquisadores do grupo (CNPq, 2012).

O cadastramento dos líderes dos grupos de pesquisa, bem como a respectiva certificação, é de responsabilidade das instituições participantes (universidades, institutos tecnológicos e empresas estatais, por exemplo) e os dados existentes nos censos se referem somente aos grupos certificados no momento do levantamento realizado pelo Diretório. Dados relativos à produção científica, tecnológica e artística são de responsabilidade de cada líder, pesquisador e estudante, que os informam em seus Currículos “Lattes”.

Com relação à Plataforma Lattes identificou-se um duplo aspecto. De um lado a responsabilidade dos membros dos grupos para com a manutenção dos dados da plataforma e de seus currículos atualizados, e de outro, um banco de dados de alta qualidade que permite identificar um conjunto amplo de informações, tanto sobre o pesquisador quanto sobre a sua produção.

Segundo Julia Lane, diretora do programa Ciência da Ciência e Política de Inovação, da Fundação Nacional da Ciência, dos Estados Unidos, em artigo⁴⁴ publicado na Revista *Nature*, a Plataforma Lattes é um exemplo de banco de dados, completo e altamente qualificado, que possibilita o acesso a cerca de 1,6 milhões de currículos, dos quais 8% são de doutores e aproximadamente 13% de mestres, além da identificação das 4 mil instituições cadastradas. Segundo a autora, a Plataforma Lattes criou incentivos adequados para que pesquisadores e instituições acadêmicas usassem o banco de dados. Ao incentivar e avaliar de forma completa as pesquisas acadêmicas, e por sua infraestrutura dinâmica e completa, é considerado um dos bancos de dados mais confiáveis do mundo na atualidade.

No entanto, a pesquisa sobre a produção dos grupos permitiu identificar alguns limites do Plano Tabular – DGP/CNPq, bem como algumas práticas que devem ser questionadas. Com relação a estas últimas, identificou-se que autocitações (um autor que cita seu próprio trabalho, ou citações feitas por pesquisadores que colaboram entre si) e citações feitas sem que haja qualquer apreciação do conteúdo do artigo citado, apresentam-se como condutas que já estão sendo questionadas do ponto de vista ético. Outro problema identificado diz respeito aos ‘artigos originais’ que relatam dados empíricos apenas replicando resultados já conhecidos, utilizando diferentes amostras e instrumentos ou, ainda, a transformação dos laboratórios de pesquisa em ‘linhas de montagem’, expondo à área a fragmentação. Segundo Manoel e Carvalho (2011) o uso indiscriminado dessas práticas além de gerar distorções na avaliação de muitas áreas, compromete o reconhecimento e a fidedignidade da utilização dos fatores de impacto para avaliação, seja pelas revistas ou na avaliação da pós-graduação.

Exemplo de um caso de distorção pode ser observado junto ao Plano Tabular, do DGP/CNPq. Conforme a Nota Técnica 1⁴⁵ - Unidade de Análise: Grupos, em geral há dupla contagem nas estatísticas referentes aos recursos humanos (pesquisadores, estudantes e técnicos), tendo em vista que o indivíduo que participa de n grupos de pesquisa foi computado n vezes, de modo a permitir comparações de indicadores específicos com aqueles de ordem geral.

Ao considerar as evidências de Lazzarotti *et. al.*(2011), de que a média, nas Revistas de Educação Física por eles estudadas, é de 3,32 autores por texto a distorção anunciada por Manoel

⁴⁴ Disponível em: <http://www.nature.com/nature/journal/v464/n7288/full/464488a.html>. Acesso em 20/12/2012.

⁴⁵ Disponível em <http://dgp.cnpq.br/planotabular/> . Acesso em 28/12/2012.

e Carvalho (2011) e encontrada no Plano Tabular – DGP/CNPq, citada anteriormente, assume proporções muito maiores.

Considerando a amostra de 35 artigos, publicados em periódicos nacionais voltados à divulgação dos resultados de pesquisas científicas que tematizam as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, levantados para o desenvolvimento deste estudo, e que será devidamente apresentada no Capítulo 5, observou-se que a média de autores é de 2,48 autores por artigo. Com relação à frequência observou-se que dos 35 artigos levantados, 14 tinham 2 autores; 8 deles apresentaram 3 autores; 3 artigos com 5 autores; 2 artigos com 4, 1 artigo com 6 autores; e, finalizando, 7 artigos com 1 autor cada. Notou-se, ainda, que os artigos que apresentaram número maior de autores foram publicados a partir de 2010, com maior incidência em 2011 e 2012, com dois artigos em cada ano. Vale destacar que no ano de 2012 considerou a produção até julho, tendo em vista o período estabelecido para a coleta de dados.

Tais evidências permitem inferir que o observado por Lazzarotti *et. al.* (2011), sobre as práticas científicas, sua relação com a determinação da autoria e a divulgação dos resultados em periódicos nacionais, se faz presente no subcampo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer (SATAREPRAVO, 2011), compromete os dados disponibilizados pelo Plano Tabular, sobretudo para a análise da produção dos Grupos de Pesquisa e, parece ser, em parte, resultante do ‘produtivismo acadêmico’, tão presente no cotidiano das universidades.

A repercussão de casos problemáticos sobre procedimentos éticos na pesquisa, no Brasil e no mundo, levou a Revista Pesquisa FAPESP⁴⁶, Edição 198 - Agosto de 2012, na matéria ‘Novos estímulos à ética na pesquisa’, a divulgar documento com recomendações para estimular boas práticas em universidades e instituições de pesquisa do país. O documento, apresentado no II Encontro Brasileiro de Integridade em Pesquisa, ‘Ética na Ciência e em Publicações’, aborda temas como o plágio e a necessidade de investir na competência linguística dos pesquisadores. Consta, ainda, da declaração o incentivo à participação de alunos e professores em reuniões nacionais e internacionais, em cursos sobre integridade científica e condutas responsáveis, bem como, sobre a oferta de oportunidades para que eles possam desenvolver competências linguísticas internacionais para a comunicação da ciência e seus resultados. Por fim, o documento

⁴⁶ Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/10/novos-estimulos-a-etica-na-pesquisa/>. Acesso em 20/12/2012.

sugere atividades que disseminem o papel da ética em publicações científicas e difundam parâmetros para declarar a autoria de artigos em trabalhos colaborativos.

A prática da pesquisa, a realização, ou não, de trabalho colaborativo a publicação científica e a relação com a definição da autoria tem suscitado debates e demanda questionamentos do ponto de vista ético.

Para Lazzarotti *et. al.*(2011) a autoria na ciência pode ser considerada uma forma de prestígio, pois gera reconhecimento e influi nos posicionamentos social e de autoridade. Ao agregar valor em torno de um autor, ou de um grupo de pesquisa, de um laboratório ou, ainda, de uma universidade, como uma forma de reconhecimento e validação do trabalho realizado, apresenta-se como forte indicador de capital científico e se constitui num poder específico, de um dado campo, que se materializa pela publicação de artigos, nas patentes, nos prêmios ou outros produtos relacionados à produção acadêmico-científica.

Ao investigar a questão, consultando a literatura recente sobre o tema e pela análise de 223 artigos veiculados em 8 revistas do Campo da Educação Física, no Brasil, no ano de 2008, Lazzarotti *et. al.* (2011), identificaram certa predileção pela autoria compartilhada. Os autores identificaram, ainda, que o mesmo fenômeno vem ocorrendo nas revistas de ciências da informação e na área da epidemiologia.

A autoria compartilhada entre grupos de pesquisa, envolvendo pesquisadores de uma mesma instituição e de instituições distintas, vem se tornando uma prática bastante frequente nas revistas brasileiras de Educação Física, o que parece acompanhar a tendência também presente em outras áreas, como apontam Matos e Job, Fraga e Molina Neto (2008). (LAZZAROTTI *et. al.*, 2011, p.04)

Baseados nas evidências encontradas os autores, anteriormente citados, identificaram, por um lado, a tendência ao desaparecimento do ‘pesquisador isolado’ e, por outro, tentativas de organização do trabalho coletivo “[...] em torno de um pesquisador-líder, até se chegar à denominada ciência acadêmica, como ciência organizada, estágio que prevalece na atualidade”. (LAZZAROTTI *et. al.*, 2011, p.04).

Identificou-se, também, uma contradição, um procedimento que tem gerado discussão sobre a determinação de parâmetros para identificação, clara e inequívoca, da autoria nas pesquisas e em seus produtos, qual seja o “efeito Mateus”, uma analogia utilizada inicialmente por Targino (2005, *apud* LAZZAROTTI *et. al.*, 2011, p.04), indicando a realização de ações por determinados pesquisadores, com poder de coerção, visando garantir a inclusão do seu nome na

autoria de artigos a serem publicados. Concluem que essas ações, de fato, criam uma distorção, ou efeito, por meio do qual os melhores sempre ocuparão os melhores espaços e o acesso às melhores oportunidades.

Interessante o desfecho proposto pelos autores para o questionamento sobre a definição da autoria nas pesquisas e/ou em seus produtos. Recorreram a Bourdieu (2004, *apud* LAZZAROTTI *et. al.*, 2011, p.04), para propor que o tema fosse interpretado, compreendido, de outra forma. Para os mesmos a teoria dos campos possibilitaria a compreensão do tal ‘efeito’

atrelado a uma “estratégia de subversão” para manter o alto nível de produção exigido pelos campos já consolidados, e, ao mesmo tempo, consiste numa “estratégia de preservação” para garantir que o próprio campo possa se legitimar ante a dominação consolidada, a partir de modelos estruturados definidos pela avaliação das “instituições” que interagem com o próprio campo. (LAZZAROTTI *et. al.*, 2011, p.04).

Ao refletir sobre proposta dos autores, ainda que esta tenha sido recebida com simpatia e vista com uma alternativa para o enfrentamento político da questão, dúvidas surgiram. Será que a alternativa proposta não estaria contribuindo, mais, com a manutenção desse ‘estado de coisa’ do que para a sua ‘subversão’, ou alteração? Ou seja, a adesão a estas práticas não estaria contribuindo para com a perpetuação da hipervalorização de uma determinada compreensão de ‘produção’, no âmbito acadêmico-científico, para a vitalização dos ‘campos já consolidados’, para a legitimação da ‘dominação’ e, portanto, dos ‘modelos estruturados’, e pré-definidos, de avaliação pelas instituições responsáveis pela sua realização? Qual a compreensão de Ética que engendra tal proposta? Melhor! Ao elaborar a proposta os autores consideraram dimensão ética na abordagem do tema?

Tal problematização demandou, inicialmente, o estabelecimento de uma concepção de Ética que orienta a reflexão, ora apresentada. Julgou-se oportuno recorrer às contribuições de Marilena Chauí (2003), que ao refletir sobre os constituintes do Campo Ético⁴⁷, observou que um

⁴⁷ Segundo Chauí (2003, p. 308) o campo ético é constituído pelo ‘agente livre’ e pelos valores e obrigações que formam as condutas e ações humanas. Na busca da compreensão dos elementos presentes numa conduta ou ação humana socialmente vista como ética, a autora, afirma a importância da identificação do sujeito que age com ética, e este devendo atender às seguintes condições: a) ser consciente de si e dos outros, isto é, ser capaz de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a ele; b) ser dotado de vontade, isto é, de capacidade para controlar e orientar seus desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a consciência) e apresenta capacidade para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis; c) ser responsável, isto é, reconhece-se como autor da ação, avalia os efeitos e consequências dela sobre si e sobre os outros, assumi as

conflito, como o da definição de autoria, em análise, pode ser resolvido se o agente, que se pretende ético, reconhecer os valores de sua sociedade como se tivessem sido instituídos por ele, como se ele pudesse ser o autor desses valores ou das normas morais, pois, nesse caso, ele será autônomo, agindo como tivesse atribuído a si mesmo as regras que orientam a ação. Portanto, a ação será ética se realizar a natureza racional, livre e responsável do agente que se pretende ético e, ao mesmo tempo, considerar e respeitar a racionalidade, a liberdade e a responsabilidade dos outros agentes. Nessa direção, a subjetividade ética é uma intersubjetividade socialmente determinada.

Consequentemente, embora toda Ética seja universal do ponto de vista da sociedade que a institui (universal porque seus valores são obrigatórios para todos os seus membros), está, em relação com o tempo e a história, transformando-se para responder às novas exigências da sociedade e da Cultura, pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo. (CHAUÍ, 2003, p. 307).

Observa-se, portanto, que desse ponto de vista a proposta de Lazzarotti *et. al.* (2001) se fragiliza, uma vez que definição da autoria pelos pesquisadores vinculados às práticas de pesquisa a partir do *modus operandum* das ‘ciências moles’, não estaria, necessariamente, vinculada à realização de trabalho coletivo, em grupo, em torno de um pesquisador-líder visando à efetivação de um ‘ciência organizada’, como resultado do reconhecimento de valores sociais como se tivessem sido instituídos por eles, como se eles pudessem ser os autores desses valores ou dessas normas e, por isso, agindo como sujeitos autônomos e atribuindo a si mesmo as regras que orientam esta ação. Pelo contrário, a constatação do ‘movimento’ de constituição do Campo da EF, seja pela incorporação das práticas de investigação científica, seja pelas disputas sobre concepções, de ciência, homem, mundo sociedade, educação física, etc., entre os diferentes sujeitos sociais que participam desse campo, ou ainda, pelas opções pelos diferentes *Modus Operandum*, indica a objetiva submissão de um ‘modo de ver e fazer’ a outro, hoje hegemônico.

consequências e responde por elas; d) ser livre, isto é, é capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constringem a sentir, a querer e a fazer alguma coisa. A liberdade, nesse sentido, não é tanto o poder para escolher entre vários possíveis, mas o poder para autodeterminar-se, atribuindo a si mesmo regras de conduta.

É conhecida no Campo a prática do ‘Trem da alegria’⁴⁸, da organização dos laboratórios se assemelhado às ‘linhas de produção’, práticas de autocitação, entre outras que por um lado podem garantir certo êxito, do ponto de vista da compreensão de avaliação vigente junto a algumas instituições, mas por outro podem comprometer, do ponto de vista ético e político.

As evidências de Lazzarotti *et. al.* (2011), sobre a existência de um ‘curto circuito’⁴⁹, ou ainda, sobre a mera reprodução de um *modus operandum* dos campos de origem, também indicam o comprometimento da proposta da definição da autoria compartilhada sem ser, de fato, o reconhecimento do resultado de um trabalho realizado coletivamente. Os autores concluem que parte dos problemas encontrados, atualmente, pode estar relacionada às práticas científicas utilizadas pelos pesquisadores do Campo, pelos modos de ver e de fazer, bem como pelos modos de fazer valer um determinado modo de fazer, como já afirmado anteriormente.

Com isso, percebe-se um campo em consolidação e em constante disputa pelas formas tradicionalmente usadas, no âmbito científico, na construção de objetos e temas de pesquisa, não demonstrando poder de refração aos campos de origem e mostrando pouco poder de retradução para o próprio campo da Educação Física. (LAZZAROTTI *et. al.*, 2011, p.04).

As evidências levantadas neste estudo permitem inferir que, no geral, o Campo da EF apresenta evidente tendência à internacionalização, valoriza a difusão dos resultados de pesquisa no formato de artigos, com publicação em periódicos (LAZZAROTTI *et. al.*, 2011), apoia práticas de pesquisa em laboratórios que, em geral, estão vinculados a universidades públicas e que oferecem curso de pós-graduação (Del DUCA *et.al.*, 2011). Notou-se, ainda, valorização, exacerbada, da subárea da biodinâmica (MANOEL; CARVALHO, 2011), que o financiamento das pesquisas ocorre por órgãos de fomento cuja direção política se afina com este ‘estado de coisa’, seja pela ocupação de cargos de direção por agentes que representam esses interesses, pela tendência resultante da sua localização na Área 21⁵⁰ da CAPES ou pela força que detém os

⁴⁸ Refere-se à prática de listar em um único trabalho um conjunto de autores que não necessariamente estiveram envolvidos na pesquisa realizada e da qual se pretende difundir os resultados, mas daqueles que se comprometem com o ‘grupo’ a mesma ação e, assim, garantir a pontuação exigida pela Capes.

⁴⁹ Fundamentados em Bourdieu (2004 *apud* LAZZAROTTI *et. al.*, 2011, p.), identificaram que o ‘curto circuito’ é um erro que acontece quando um campo, para o desenvolvimento de suas pesquisas, reproduz a *modus operandum* de outro, já consolidado, como se funcionasse sobre as leis desse outro campo.

⁵⁰ A Área 21 compreende as especialidades das seguintes áreas profissionais: Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. Os periódicos dessas áreas serão estratificados de acordo com suas bases de indexação. A classificação de periódicos é dividida em estratos indicativos da qualidade - A1; A2; B1; B2; B3; B4;

coordenadores dos programas de pós-graduação, tanto no interior de suas instituições quanto junto à Capes e outros órgãos de fomento.

Não obstante, também se identificou que o subcampo das pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer está em franco desenvolvimento. Prioriza o diálogo com as Ciências Humanas e Sociais, valoriza a difusão de resultados de pesquisa no formato livro, passou a valorizar a difusão dos resultados de pesquisas no formato de artigos científicos, veiculando-os em periódicos nacional e internacional, teve por fonte de financiamento de suas pesquisas, prioritariamente, uma ação programática do ME, qual seja, a Rede CEDES. A força política dos agentes que atuam nesse subcampo está relacionada, principalmente, ao campo político/burocrático (SATAREPRAVO, 2011), representado pelas Secretarias Municipais e/ou Estaduais de Esporte e Lazer ou, ainda, o próprio Ministério do Esporte, e a alguns espaços acadêmico-científicos, como por um exemplo o GTT de Políticas Públicas do CBCE (HÚNGARO *et al.*, 2008).

Conforme observaram Húngaro *et al* (2008) estudos e pesquisas tematizando as políticas públicas de esporte e lazer, mais especificamente àquelas realizadas quando do desenvolvimento do primeiro mandato do Governo Lula, 2003/2006, têm considerado como tema de importância e relevância para a ampliação e qualificação da pesquisa sobre Políticas Públicas Sociais de Esporte e Lazer a ‘criação’ do Ministério do Esporte, com a consequente ampliação da burocracia Estatal, e em, a realização das Conferências Nacionais de Esporte 2004, 2006 e 2010. Para os autores tais processos foram decisivos para a formulação da Política Nacional do Esporte e Lazer – PNE, e para a elaboração de princípios e diretrizes para a construção do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, marcos estruturantes da política pública para o setor, buscando balizar a ‘organização sistêmica’ para o conjunto dos agentes e das ações que guardam interlocução com o esporte e o lazer.

B5; C. Nessa direção, A1 (estrato 7), A2 (estrato 6) e B1 (estrato 5) são considerados os estratos superiores e têm como bases preferenciais de indexação o JCR e SCOPUS. Ainda no estrato 5 – B1 considera-se também a MEDLINE e o Scielo devido sua importância na divulgação internacional da produção científica. Já para os estratos intermediários (de B2 a B5) adotou-se as bases LILACS, CINAHL, EMBASE, ERIC, SPORT DISCUS e LATINDEXT devido sua importância para o desenvolvimento específico da área 21. Já o estrato mais inferior C possui como base de dados sem critérios específicos mas de instituições reconhecidas na área como por exemplo PHYSICAL EDUCATION INDEX, CAB ABSTRACT, PERIÓDICA, OPEN JOURNAL SYSTEMS, SCIENTIFIC CAMBRIDGE ABSTRACTS. A estratificação é atualizada anualmente pela comissão do *Qualis* Periódicos, a partir dos índices de impactos dos periódicos consultados. Disponível em: http://www.brjb.com.br/files/brjb_100_4201003_id2.pdf. Acesso em 22/12/2012.

1.1.2 A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

A proposta de realização de um balanço da produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, no período de 2007 a 2012, demandou, além da apreensão do contexto histórico da produção, atualização estatística e coleta de informações gerais sobre as teses, dissertações e os artigos publicados em periódicos, do campo da Educação Física e pertencentes aos estratos A2, B1 e B2⁵¹, que veiculam a produção científica da Educação Física em seu diálogo com as Ciências Humanas e Sociais. Neste sentido, julgou-se possível identificar a valorização desses estudos junto aos PPGEF, bem como, desvelar a emergência e a possível consolidação de um objeto de investigação, a partir da análise da referida produção e a sua presença junto às áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa sobre a temática estudada.

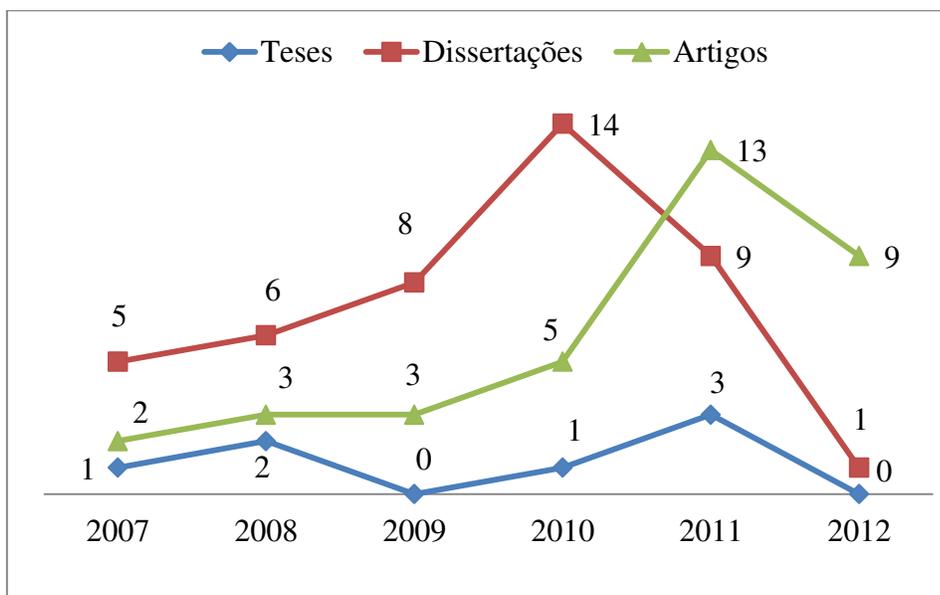
Para abordar o objeto de estudo buscou-se, inicialmente, identificar suas partes constitutivas estabelecendo conjunto categorial que possibilitasse sua descrição e a identificação de tendências e, para tanto, considerou-se os seguintes questionamentos: Qual a dimensão da produção acadêmico-científica, sobre o tema, no período estabelecido? Quem pesquisa: pessoas, grupos, programas e instituições? Quais as temáticas privilegiadas? Quais metodologias (técnicas de coleta e tratamento dos dados) utilizadas?

Considerando os critérios de busca apresentados anteriormente julgou-se importante destacar que a produção acadêmico-científica, referente ao período de 2007 a 2012, corresponde a 85 trabalhos, sendo: 07 Teses, 43 Dissertações⁵² e 35 Artigos, apresentada em sua sequência histórica no Gráfico 3, abaixo.

GRÁFICO 3 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE TRABALHOS, POR ANO, NO PERÍODO DE 2007 A 2012.

⁵¹ Referente ao *Qualis* Periódicos Capes, para o triênio 2010-2012.

⁵² Entre as Teses e Dissertações levantadas, disponíveis no Anexo A, somente a dissertação de Jéssika Paiva França, defendida em 2007 na Universidade Federal de Pernambuco, não estava disponível em base *on-line*.



Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao ano de publicação dos trabalhos observou-se tendência de crescimento, atingindo em 2010 o pico de produção de dissertações e 2011 para teses e artigos, demonstrando forte relação entre eles. Notou-se relação entre a produção acadêmico-científica sobre a temática e a efetivação da Política Nacional de Esporte - PNE, por um lado, e a organização dos grupos de pesquisa e o crescimento e fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação (Del DUCA *et al.*, 2001; SANTOS; AZEVEDO, 2009;) nas diversas regiões do Brasil, por outro.

1.1.2.1 SOBRE AS TESES E DISSERTAÇÕES

No período de 2007 a 2012 foram defendidas no Brasil um total de 07 teses e 43 dissertações, como pode ser observado numericamente na Tabela 7, pela sequencia histórica no Gráfico 3, e localizado por Nível, Instituição de Ensino Superior, Ano de Defesa, Autor e Título no Apêndice – A.

Ao observar a predominância dos estudos em nível de Mestrado, 50,58% da produção do período, sobre a produção de artigos, 41,17%, e teses 8,23%, notou-se semelhança com os dados apresentados por Castro *et al.*(2012). Os autores identificaram, ao analisar a produção de teses, dissertações e artigos de periódicos (da Educação Física, B1 e/ou B2), no período de 2000 a 2009, a mesma tendência de crescimento ao analisarem os 41 trabalhos levantados. Notaram oscilação da produção ao longo do período estudado, com picos produtivos nos anos de 2004,

2006, 2008, e a predominância dos estudos de Mestrado, 25 trabalhos correspondendo a 60% da produção, seguida dos 9 artigos, 21,95%, e das 7 teses, correspondendo a 7,07% da produção do período.

A comparação dos dados apresentados permitiu, ainda, identificar o significativo aumento no número de artigos produzidos, 9 no estudo de Castro *et. al.*(2012) e 35 levantados neste estudo, bem como, a qualificação destes, observada pela identificação do melhor posicionamento dos periódicos que veicularam tal produção junto ao *Qualis/CAPES*.

Ao considerar o ‘cenário histórico mais amplo’ e as condições para a produção das dissertações, das teses, dos artigos, da organização dos grupos de pesquisa e dos pesquisadores, identificou-se que ‘processo de globalização’ (NOGUEIRA, 2003) impôs, nos países da América Latina, alterações nas relações entre o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado, interferindo nos padrões de regulação Estatal. O avanço da democratização dos Estados na América Latina (BORON, 2002), com especial atenção a democratização do Estado brasileiro (NOGUEIRA, 2004), também deve ser considerado. Este é o contexto no qual se deu as reformas do Estado brasileiro e o surgimento das ‘ideias’ sobre as necessidades e dimensões destas, impactando a produção acadêmico-científica sobre o tema.

Tais apontamentos indicam que a reflexão sobre as ‘nascentes’ democracias em nosso continente e, sobretudo no Brasil, é inseparável da análise sobre a estrutura e a dinâmica do modo de organização, produção e reprodução da sociedade. Que os temas clássicos do discurso democrático – a soberania popular, a representação política, a divisão de poderes, o império do direito, o exercício das liberdades e as dimensões da igualdade - não podem desconsiderar suas bases e consequências econômicas e sociais.

Ao analisar a Política Social Brasileira - PSB, no período entre 1964 a 1992, Fagnani (1996) identificou três estratégias para a sua implementação: a Conservadora 1964/85; a Reformista 1985/88; e a Contrarreforma Conservadora 1987/92. O autor demonstrou, ainda, os avanços e retrocessos, as continuidades e descontinuidades, e a alternância de poder entre as ‘elites políticas’, como características marcantes da PSB ao longo período estudado. As evidências do estudo de Fagnani (1996) despertam interesse pela semelhança com observado no desenvolvimento das políticas de esporte e lazer, sobretudo com relação a: ampliação dos setores incorporados pela Política Social Brasileira⁵³; pelo ‘sopro democrático’ no período da ‘estratégia

⁵³ Fagnani (1996) identificou a incorporação de outros setores (saneamento público e habitação, p. ex.) para além daqueles presentes nas análises clássicas do *Welfare States* (educação, saúde, etc.). Complementarmente às

reformista⁵⁴; pela prevalência dos traços estruturais da ‘estratégia conservadora - 1964/85’, no período de implementação ‘contrarreforma conservadora’⁵⁵.

A influência das ‘ideias’ neoliberais e o impacto das reformas do Estado incidiram, de modo marcante, tanto no processo de formulação e implementação de políticas públicas setoriais para o esporte e lazer, quanto na formação da opinião pública de como estas deveriam ser. Silva; Silveira e Ávila (2007, p. 148), constataram que “[...] no âmbito das políticas públicas (...) um forte apelo midiático e ideológico no que tange à priorização do esporte [era] claro, [secundarizando o] direito social ao esporte como eixo central das ações de Estado e de suas relações com a sociedade civil”. Neste sentido, o componente discursivo segundo o qual o esporte é importante instrumento de atenuação das mazelas sociais foi recorrente, e tomado como principal vetor para a formulação da política.

Nota-se, portanto, que a provisão do bem-estar social fora transferida para a esfera privada e/ou pública não estatal, responsável pelo oferecimento de ‘serviços’ de esporte e Lazer. Ao Estado caberia prover somente os ‘serviços’ que não fossem objeto de interesse da iniciativa privada, o que denota, contraditoriamente, o abandono da compreensão da sua condição de direitos sociais e demarca, ainda, a atribuição de um novo sentido para as políticas públicas do

contribuições do autor, observou-se que consagração do direito lazer (e ao esporte) na Constituição Federal, de 1998, deu-se de modo formal, também. Somente a partir de 2003, com a criação do Ministério do Esporte, o tema entraria para Agenda Política Nacional, inicialmente pela sua valorização como um ‘direito social’, a partir de programas visando à universalização do acesso as práticas da cultura corporal, garantindo ao povo brasileiro a apreensão de um ‘patrimônio cultural da humanidade’; e posteriormente, a partir da valorização dos fenômenos esportivos e de lazer circunscritos ao seu ‘potencial’ para alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro, por um lado, e pela sua ‘qualidade’ na formação de talentos esportivos, por outro.

⁵⁴ Para Fagnani (1996, p. 85), o processo Constituinte introduziu avanços formais, visando corrigir iniquidades e ampliar direitos, mas não resistiu à ‘fissura’ na coalizão governista da Nova República, possibilitando a realização de um ‘pacto conservador entre elites’, negociado pelo alto, tendo no Executivo do período o apoio necessário, fenômeno que chamou de ‘sopro democrático’. Identifica-se semelhança com o ocorrido durante o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Esporte e de Lazer, ao longo dos últimos 10 anos. O ‘sopro’ refere-se ao período, 2003-2006, no qual se cogitou a democratização da Política; e o ‘pacto’, entre os ‘Senhores do Esporte brasileiro’ e representantes do Governo Federal, sobretudo membros do ME, visou garantir a reorientação da Política Nacional Esportiva, tendo por eixo orientador a realização, no Brasil, dos Megaeventos Esportivos, promovendo a inclusão do país no circuito internacional de eventos esportivos.

⁵⁵ Segundo Fagnani (1996, p. 60-61), são cinco os traços estruturais: regressividade dos mecanismos de financiamento; centralização do processo decisório; privatização do espaço público; expansão da cobertura e da oferta de bens e serviços; e reduzido caráter redistributivo. Com relação às Políticas de Esporte e lazer esses traços estruturais pode ser ‘lidos’ como expressões daquilo que Bresser-Pereira (1999) chamou de serviços não exclusivos do Estado. Para o autor, tais serviços devem ser financiados ou fomentados pelo Estado, por envolverem direitos humanos básicos (educação, saúde) ou porque implicam externalidades aferíveis (educação, saúde, cultura pesquisa científica), mas não apresentariam motivos para que não fossem privados, uma vez que não implicam no exercício do poder de Estado, não sendo necessário, portanto, ser controlados pelo mesmo. Observa-se, portanto, a continuidade, entre os Governos Cardoso, Lula e Dilma, da ‘tratamento’ dado aos ‘serviços não-exclusivos’ do Estado, dentre eles o esporte e o lazer, qual seja, privatização e, em certa medida, financiamento do seu oferecimento por ‘organizações públicas não-estatais’.

setor, que deixam de ser de caráter universalista passando para focalista. Dessa forma, o processo de implementação de políticas públicas de inspiração neoliberal vão tomando corpo, fundamentalmente, a partir da década de 90, quando é possível verificar que tendencialmente os ‘serviços’ vinculados aos direitos sociais, também em áreas como a educação, saúde e previdência social, por exemplo, passam a ser ofertados pela esfera privada. É nesse contexto que os direitos sociais vão se convertendo em direitos do consumidor, (BRACHT; ALMEIDA, 2003), expressando a ‘máxima’ da lógica que orientou, e vem orientando a formulação e implementação das Políticas Públicas, no Brasil.

A produção teórica do campo da Educação Física e das Ciências do Esporte permite identificar a influência das mudanças na concepção de Estado e a configuração de seu ‘papel’ na sua relação com o esporte e o Lazer. Evidencia, ainda, a continuidade de uma relação que é marcante desde a década 30, durante o período conhecido como Estado Novo, quando o Estado passou a intervir de forma contundente no âmbito esportivo. Essa intervenção é caracterizada, essencialmente, por um forte controle estatal, sustentado “[...] em princípios tutelares, corporativos e arbitrários”. (LINHALES, 1997, p. 220).

A política assim concebida, centralizadora e tutelada pelo Estado, permaneceu sem significativas alterações ao longo de um grande período. O discurso do acesso ao esporte sempre esteve vinculado a interesse mais abrangente, de seleção de talentos esportivos para o esporte de alto rendimento, (LINHALES, 1997), fortemente incentivado desde o período do regime da ditadura militar brasileira, visando à afirmação político-ideológica do país no plano internacional e, como se pode verificar, manifestando-se, hodiernamente, na configuração de Grandes Eventos Esportivos, realinhando interesses, reaproximando agentes e indicando o abandono da perspectiva da democratização das Políticas Públicas para o setor.

A análise dos trabalhos, a consideração do contexto histórico de sua produção e o diálogo com produção teórica do campo da Educação Física e das Ciências do Esporte, possibilitou a identificação de alterações na concepção de Estado, na configuração de seu ‘papel’ e na sua relação com o Esporte e o Lazer, permitindo evidenciar a continuidade de uma relação marcante desde a década 30, quando o Estado passou a intervir de forma contundente no âmbito esportivo. Essa intervenção era caracterizada, essencialmente, por um forte controle estatal, sustentado “[...] em princípios tutelares, corporativos e arbitrários”. (LINHALES, 1997, p. 220). Nessa direção, a política assim concebida, centralizadora e tutelada pelo Estado, permaneceu sem mudanças significativas ao longo do tempo.

O discurso do acesso ao esporte sempre esteve vinculado a interesse mais abrangente, de seleção de talentos esportivos para o esporte de alto rendimento, (LINHALES, 1997), fortemente incentivado desde o período do regime da ditadura militar brasileira, visando à afirmação político-ideológica do país no plano internacional e, como se pode verificar, manifestando-se, hodiernamente, na configuração de Grandes Eventos Esportivos, realinhando interesses, reaproximando agentes e indicando o abandono da perspectiva da democratização das Políticas Públicas para o setor.

As evidências quanto ao anteriormente indicado podem ser observadas em ações empreendidas pelos gestores do ME e/ou na forma pela qual eles abordaram, discursivamente, o tema. Com relação ao primeiro apontamento indica-se a consulta: aos Textos para Discussão - IPEA, Nº 1356 e Nº 1394⁵⁶; aos estudos elaborados no âmbito da Cooperação Técnica entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e o Ministério do Esporte⁵⁷; ao documento ‘Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil’⁵⁸; ao artigo Revista da CGU “A Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016: os desafios para o controle interno”⁵⁹. Observou-se importante articulação entre as diversas esferas e instituições que compõem o Governo Federal, indicando sintonia entre os Gestores do ME, dos demais Ministérios e a Presidência da República.

⁵⁶ O IPEA, Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos que visar fornecer suporte técnico e institucional às ações governamentais, passou, a partir de 2008, a financiar pesquisas que tematizam o Esporte, a partir dos campos econômicos e administrativos, por meio do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD).

⁵⁷ O documento “COPA 2014: Cidades-Sede e Oportunidades para o Desenvolvimento Urbano”, redigido por Neio Campos, Consultor do BID, e Ricardo Farret, é parte de uma série de estudos, elaborados no âmbito da referida Cooperação Técnica, intitulada “Grandes Eventos Esportivos e Planejamento de Desenvolvimento Urbano: Intercâmbio de Melhores Práticas” (BR-T1159), elaborados para subsidiar decisões na preparação da COPA 2014. Abordou os temas “eficiência energética”, “gestão de arenas multiuso”, “mobilidade urbana”, “mudanças climáticas” e “gestão de resíduos e reciclagem”. Disponível em: <http://www2.semam.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=3228210&folderId=3235061&name=DLFE-29558.pdf> Acesso em: 20 março 2013.

⁵⁸ O referido documento, que apresenta modelo econométrico utilizado para calcular os potenciais impactos econômicos resultantes da realização da Copa do Mundo no Brasil, foi elaborado Consorcio contratado pelo Ministério do Esporte em licitação de julho de 2009, especialmente pela empresa consorciada *Value Partners* Brasil Ltda, cujo objetivo era fornecer “suporte de gerenciamento ao Ministério do Esporte”. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>. Acesso em: 18 março, 2013.

⁵⁹ Na publicação da nona edição da Revista, em junho de 2011, encontra-se o artigo produzido por dois analistas de finanças e controle da CGU, engenheiros civis, discutindo o papel do controle interno e cita seus desafios na fiscalização da aplicação dos recursos públicos envolvidos na realização dos dois mais importantes eventos esportivos mundiais, que acontecerão no Brasil nos anos de 2014 e 2016. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/RevistaCgu/Arquivos/9edicao.pdf>> Acesso em 16 março, 2013.

Com relação ao discurso dos Gestores do ME observou-se, inicialmente, a reprodução das concepções difundidas por organismos multilaterais, em especial a ONU, que tomam o esporte como ‘ferramenta da paz’⁶⁰; posteriormente, e a partir da necessidade legitimação da realização dos Jogos Pan-Americanos, em 2007, e vislumbrando a possibilidade de realização de Megaeventos Esportivos no Brasil, nota-se a ênfase na afirmação do esporte como ‘forte indutor de desenvolvimento’⁶¹, ou como um ‘fator para o desenvolvimento econômico’⁶², capaz de, simultaneamente, ampliar a empregabilidade no país e criar as condições para do desenvolvimento das ‘cidades empreendedoras’⁶³, combinando “[...] a ação governamental e interesses privados (...) na invenção de lugares e na regeneração de espaços de desvalia”. (MASCARENHAS, 2012, p. 41).

Foi neste contexto que o circuito internacional de eventos esportivos impactou as decisões sobre o ‘eixo orientador’ da Política Nacional do Esporte, aglutinou forças e interesses. Segundo Castelan (2011), foi o momento no qual os Megaeventos Esportivos passaram a ser compreendidos como eixo orientador da pauta prioritária do Governo Federal, implicando no abandono das deliberações das Conferências Nacional de Esporte.

A busca pela identificação de ‘quem’ produziu as pesquisas e ‘onde’ estas foram produzidas, foi possível ratificar a estreita relação entre a expansão dos PPG no Brasil, sobretudo em Educação Física, a evolução dos Grupos de Pesquisa e o aumento do número de pesquisas fomentadas pela Rede Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer – Rede CEDES, do Ministério do Esporte - ME, a partir 2004, como se pode observar na análise dos dados apresentados a seguir.

Dos 50 estudos levantados, 22 foram produzidos junto aos Programas de Pós-Graduação em Educação Física, correspondendo a 44% da produção. Os Programas Pós-

⁶⁰ Cf. Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPaz.pdf>

⁶¹ Cf. Documento do BNDES. Disponível em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Esporte/index.html

⁶² Na Biblioteca do IPEA encontra-se conjunto, interessante, de textos produzidos visando analisar, e/ou avaliar, os impactos econômicos do esporte, em geral, e dos megaeventos esportivos, em particular. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1246&Itemid=68ispony

⁶³ Na avaliação do Deputado Estadual Marcelo Freixo (Psol), por trás da realização da Copa e das Olimpíadas existe um projeto de cidade (Cidade-Empresa) e o esporte e o futebol estariam sendo usados para legitimar a implantação deste, que visa, essencialmente, a elitização e mercantilização do espaço urbano. Segundo o Deputado a identificação de qual projeto está em desenvolvimento por trás da realização dos megaeventos esportivos seria de fundamental importância para os brasileiros, sobretudo porque tal projeto não contempla a perspectiva de uma cidade para todos. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/11611>.

Graduação em Educação foram responsáveis pela realização de 8 trabalhos, correspondendo a 16%; junto aos programas de Administração e Lazer⁶⁴ foram desenvolvidos 8 estudos, 4 cada um, correspondendo a 8% cada; no Serviço Social e na Geografia foram realizados 6 estudos, 3 em cada, correspondendo a 6% da produção. Junto aos Programas de Psicologia, Sociologia, Gestão Urbana, Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Arquitetura e Urbanismo foram desenvolvidos 2 estudos, 1 em cada programa, equivalendo, cada um, a 2% do total produzido no período. Não consta a área no estudo produzido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES.

Castro *et al.* (2012) identificaram as áreas de conhecimento nas quais as pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas, no período de 2000 a 2009: a) Educação; b) Educação Física, c) Ciências Sociais e Política; d) Administração Pública; e) Geografia; f) Psicologia; e e) Serviço Social. Segundo os autores o maior número teses foi desenvolvido junto aos Programas de Pós-Graduação em Educação (03) e Educação Física (03). Com relação às dissertações, observaram que a maior parte foi desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação em Educação (08) e Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Política (07). Observou-se, portanto, a ampliação das áreas de conhecimento nas quais os estudos, de mestrado e doutorado, estão sendo realizados, e o significativo aumento no número Dissertações, tendência já identifica por outros autores (STAREPRAVO, 2011; CASTRO *et.al.*, 2012), e que pode ser observado na Tabela 6, abaixo.

TABELA 6 – PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA POR ÁREA DE CONHECIMENTO E POR PERÍODO: 2000 A 2009 E 2007 A 2012.

| Período de 2000 a 2009 | | | Período de 2007 a 2012 | | |
|-------------------------------|---|---|------------------------|----|---|
| Área de Conhecimento | D | T | Área de Conhecimento | D | T |
| 1 Educação | 8 | 3 | 1 Educação | 7 | 1 |
| 2 Educação Física | 6 | 3 | 2 Educação Física | 20 | 2 |
| 3 Ciências Sociais e Política | 7 | - | 3 Sociologia | 1 | - |
| 4 Administração Pública | 1 | 1 | 4 Administração | 3 | 1 |
| 5 Geografia | 1 | - | 5 Geografia | 2 | 1 |
| 6 Psicologia | 1 | - | 6 Psicologia | 1 | - |
| 7 Serviço Social | 1 | - | 7 Serviço Social | 2 | 1 |
| | | | 8 Lazer | 4 | - |
| | | | 9 Gestão Urbana, | 1 | - |

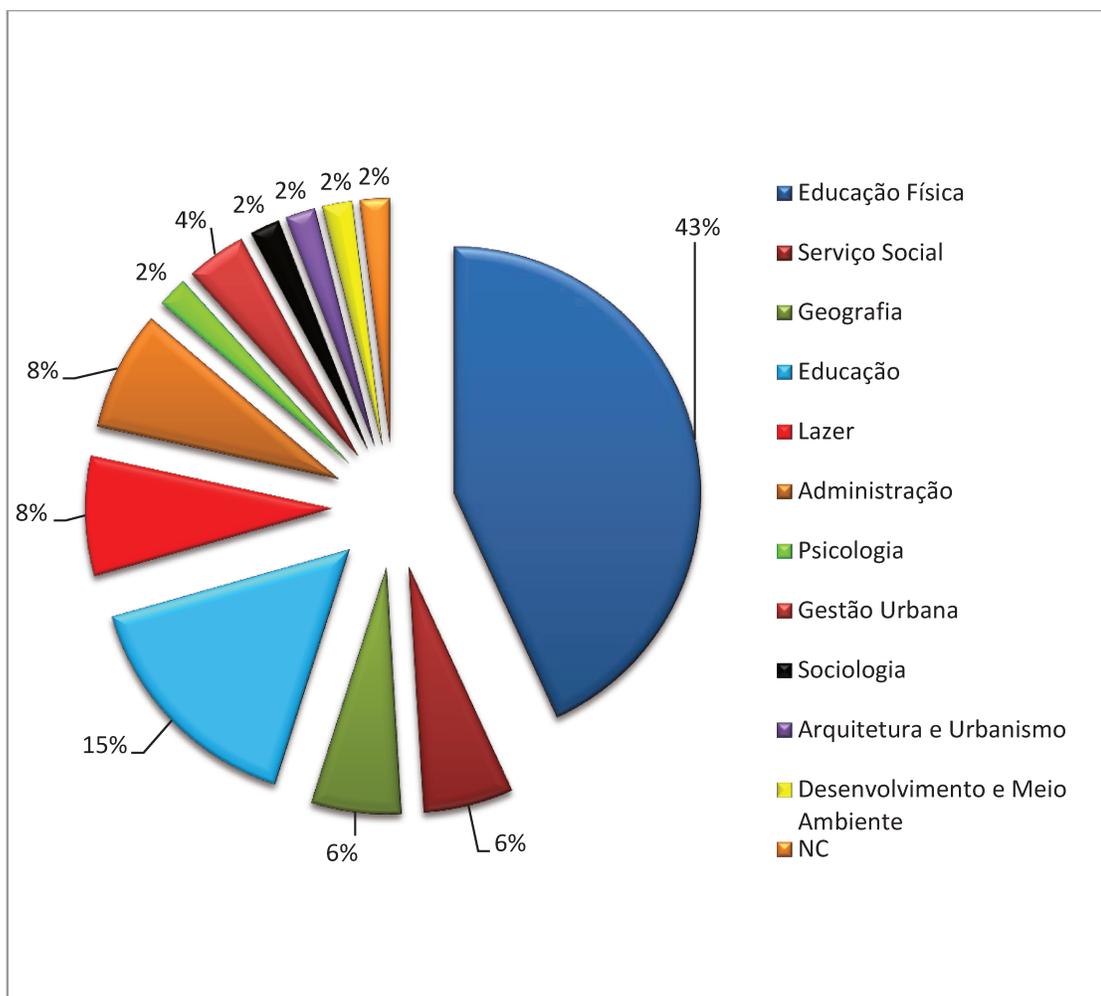
⁶⁴ Trata-se do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG.

| | | | | | |
|--|--------------|-----------|---|--------------|-----------|
| | | | 10 Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano | 1 | - |
| | | | 11 Arquitetura e Urbanismo | - | 1 |
| | | | NC | 1 | - |
| | Total | 25 | 7 | Total | 43 |
| | | | | | 7 |

Fonte: Adaptado de Castro *et al.* (2012).

Ao identificar o significativo crescimento no número de áreas do conhecimento que têm se ocupado da produção de conhecimentos sobre as políticas públicas de esporte e lazer foi possível ratificar, a partir de dados objetivos, o já mencionado outros autores em trabalhos acadêmico-científicos (MELO, 2007; BUENO, 2008), ou seja, o protagonismo e a predominância do *Campo* da Educação Física na produção sobre a temática no período estudado, constatado no levantamento dos primeiros estudos, das primeiras publicações, pelos primeiros Grupos de Pesquisa cadastrados no DGP/CNPq, e confirmando a tendência verificada por Castro *et al.* (2012), que se buscou demonstrar na Figura 4, abaixo.

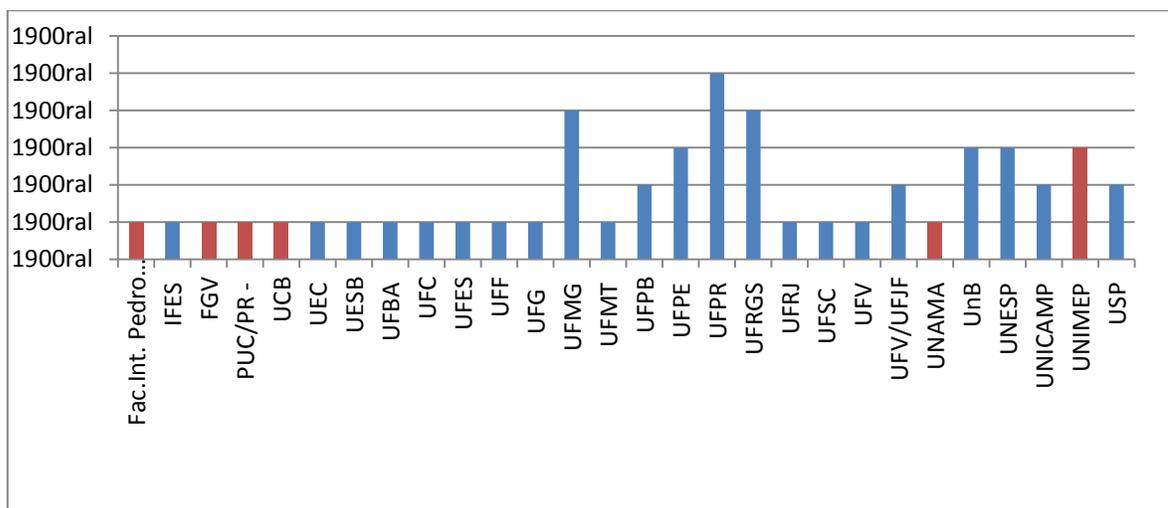
GRÁFICO 4 – DEMONSTRATIVO DA PREDOMINÂNCIA DO CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PRODUÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

As teses e dissertações levantadas foram desenvolvidas em 28 Instituições de Ensino Superior, das quais 22, 78,57%, pertencem à Rede Pública, e 6, 21,43%, à Rede Privada. Dos estudos levantados 41, 82%, foram realizados em instituições públicas e 9, 18%, em instituições privadas. Dos estudos realizados nas universidades públicas 32, 78,05%, foram desenvolvidos na Universidade Federais e 9, 21,95%, em Universidades Estaduais, dentre as quais destacam-se as paulistas, UNESP, UNICAMP e USP, com 78% dos estudos produzidos pelas Universidade Públicas Estaduais; dados que podem ser observado no Gráfico 5, abaixo, sendo que as Universidades Privadas têm destaque em vermelho.

GRÁFICO 5 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE ESTUDOS REALIZADOS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

Ao considerar os dados do estudo de Castro *et al.* ((2012), observou-se alteração significativa quanto as IES nas quais os estudos, de mestrado e doutorado, vem sendo realizados. Segundo os autores no período de 2000 a 2009 houve 07 defesas de doutorado e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) foi a instituição que apresentou o maior número de publicações de teses - 03 no total, seguida pelas instituições: Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal da Bahia, Universidade Gama Filho e Universidade de São Paulo -, com um trabalho de doutorado cada. Em relação às dissertações identificaram que a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) foi a instituição com o maior número de publicações de dissertações – 04 no total, seguidas pelas instituições: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com 3 trabalhos; Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Estadual de Campinas com 2 trabalhos.

São três as principais diferenças identificadas. A primeira refere-se à ampliação da produção em IES da Rede Pública Federal. A segunda refere-se à retração na produção, de teses e dissertações, do PPGEF da Universidade Estadual de Campinas, que passou de 5 trabalhos – 3 teses e duas dissertações, entre 2005 e 2006 (CASTRO, *et al.*, 2012) para 2 dissertações, no período de 2007 a 2012, sendo uma em 2008⁶⁵ e outra em 2011⁶⁶, conforme dados levantados. A terceira e última alteração refere-se ao significativo aumento na produção do PPGEF da

⁶⁵ “Na Rede, pelo lado de Fora? Gestão e políticas públicas de lazer na cidade matricial de Santo André”, com autoria de Eduardo Tadeu Costa, sob a orientação da Profa. Dra. Silvia Cristina Franco Amaral.

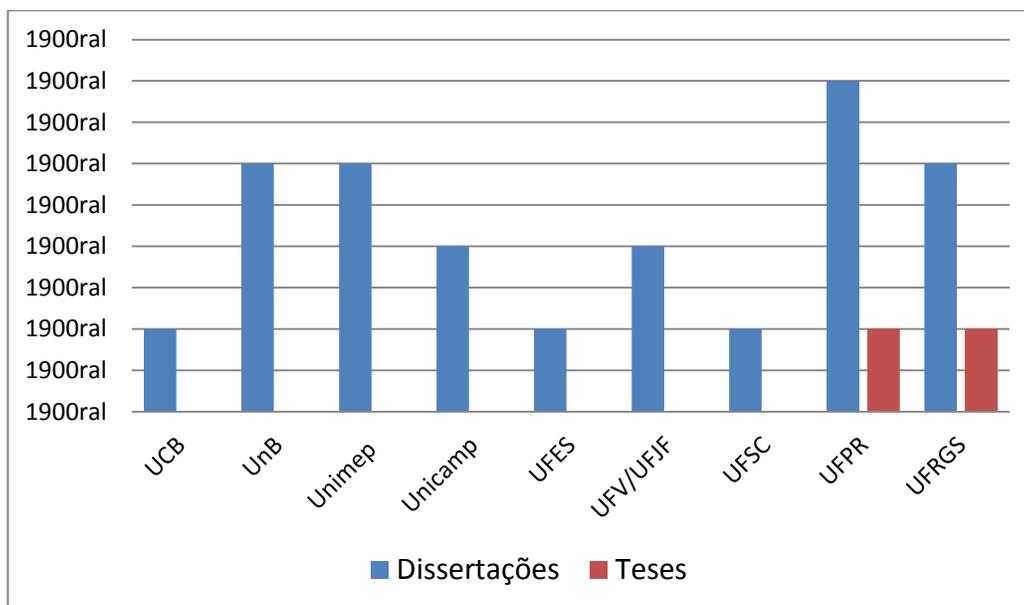
⁶⁶ “As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo Lula (2003-2010)”, com autoria de Lia Polegato Castelan, sob a orientação do Prof. Dr. Lino Castellani Filho.

Universidade Federal do Paraná – UFPR, que não aparece no estudo realizado por Castro *et al.* (2012), portanto, sem produção no período investigado pelos autores, e figura com destaque no período de 2007 a 2012, com a defesa de uma tese de doutorado e quatro dissertações de mestrado, como pode ser observado no Apêndice - A .

Importante, ainda, destacar que das 28 instituições identificadas como *lócus da* produção acadêmico-científica sobre as políticas públicas de esporte e lazer, no Brasil, apenas 5 delas (Fac. Int. Pedro Leopoldo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES; Fundação Getúlio Vargas – FGV; Universidade Estadual do Ceará – UEC; e a Universidade da Amazônia – UNAMA), 17,86%, não compõem o quadro da Rede CEDES, ou seja, das 28 IES que compõem a amostra 23, 82,14%, têm grupos de pesquisa que, em algum momento, foram financiados pela Rede CEDES, como pode ser observado confrontando os das expostos no Gráfico 7 e aqueles apresentados no Apêndice - E.

Ao correlacionar os dados das Teses e Dissertações defendidas em PPGEF, com as IES com grupos de pesquisas cadastrados no DGP/CNPq e que receberam fomento para pesquisa da Rede CEDES, observou-se que das 50 pesquisas realizadas no período de 2007 a 2012, sendo 43 Dissertações e 7 Teses, conforme Tabela 1 (p.09), 22 destas, 44%, foram realizados em PPGEF, sendo 20 Dissertações e 2 Teses, correspondendo 46,52% e 28,58%, respectivamente, do total da produção, como pode ser observado no Gráfico 6, abaixo.

GRÁFICO 6 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE DISSERTAÇÕES E TESES REALIZADAS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, COM PPGEF, NO PERÍODO DE 2007 A 2012 - BRASIL, 2013.



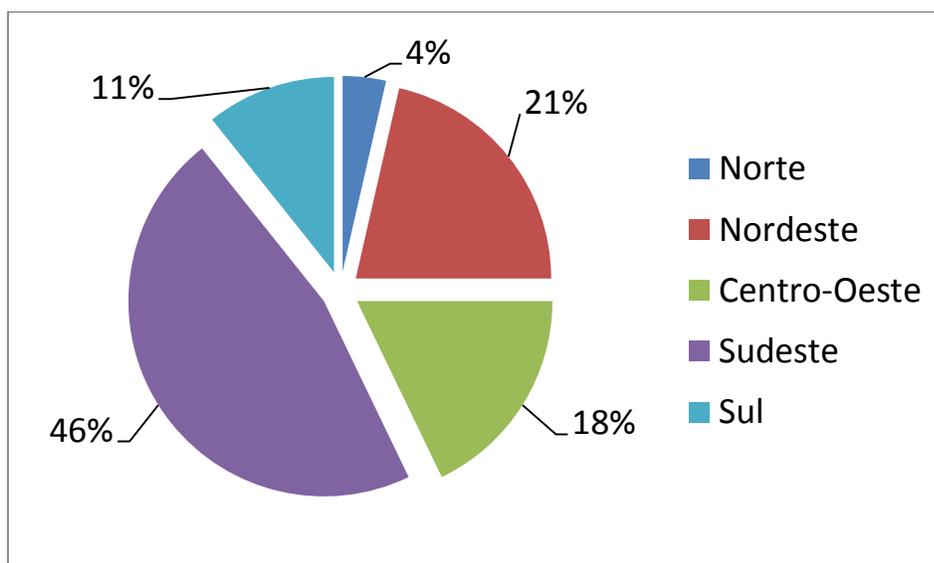
Fonte: Elaboração própria.

Observou-se, ainda, que dentre as pesquisas realizadas apenas duas foram produzidas em IES com PPGEF em funcionamento, UFPR e UFRGS, e em nível de doutorado. Quanto as defesa de Dissertações a Universidade Federal do Paraná – UFPR, foi a IES que apresentou o maior número – 4 no total, seguida de perto pelas Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, e Universidade de Brasília – UnB, com 3 dissertações defendidas em cada. A Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, e a Universidade Federal de Viçosa - UFV, com PPGEF em conjunto com a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, possibilitaram a defesa de 2 Dissertações cada, seguidas por Universidade Católica de Brasília – UCB, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, viabilizando 1 defesa cada.

Nota-se, portanto, que os PPGEF foram responsáveis por apenas 28% da produção em nível de doutorado, indicando forte retração se comparado aos dados levantados por Castro *et al.* (2012), que identificaram que os PPGEF foram responsáveis por 57% da produção doutoral, no período de 2000 a 2009. Observou-se estreita relação desta retração com o ‘redesenho’ da pós-graduação brasileira, investiu na expansão dos programas, alterou sistema de avaliação (SILVA, 2013), o que, no âmbito dos PPGEF, redundou uma expansão desequilibrada, no que se refere às regiões e mesorregiões do país (SILVA, 2013), mas, principalmente, com relação às áreas (ou subáreas) de conhecimento da Educação Física, como bem observaram Manoel e Carvalho (2011).

Considerando a distribuição regional das IES com PPG e produção de conhecimentos sobre o tema em estudo observou-se que estas estão distribuídas da seguinte forma: Região Norte 1 IES, correspondendo a 4% do total de IES; Região Nordeste 6 IES, 21%; Região Centro-Oeste 5 IES, 18%; Região Sudeste 13 IES, 46%; e Região Sul com 3 IES, 11%, demonstrando a manutenção da histórica concentração quanto ao número de IES e de PPG nas diversas regiões brasileiras, como pode ser observado na Gráfico 7, abaixo.

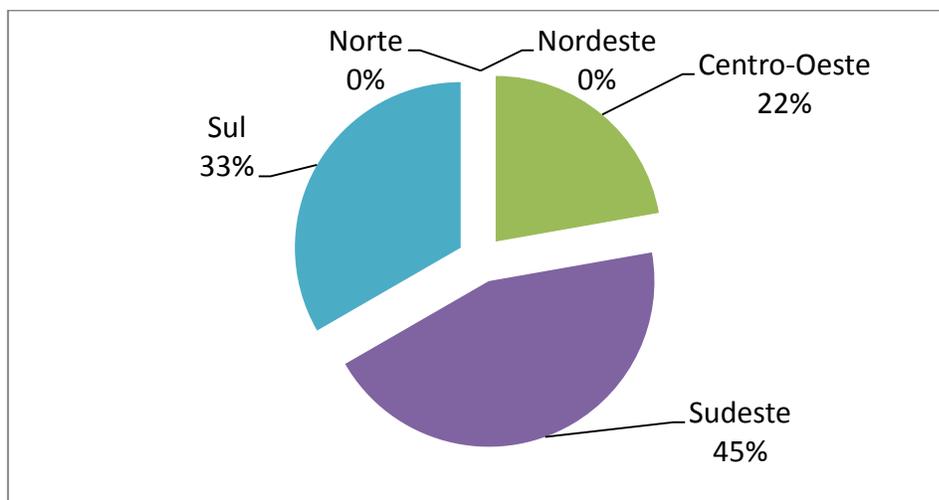
GRÁFICO 7– DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IES COM PPG E PRODUÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria

Ao analisar a distribuição regional das IES com PPGEF e produção de conhecimentos sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer notou-se que o quadro se agrava, no que diz respeito às desigualdades. Observou-se que não há programas nas Regiões Norte e Nordeste; que na Região Centro-Oeste apenas 2 IES, correspondendo a 22% do total de IES, oferecem, apenas, formação em nível de mestrado. Já na Região Sudeste encontrou-se a maior concentração de todas as regiões, com 4 IES, correspondendo a 45% do total, e se somado aos 33% da Região Sul, com 3 IES, configura o quadro de manutenção da histórica concentração nestas regiões brasileiras, como pode ser observado na Gráfico 8, abaixo.

GRÁFICO 8 - DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IES COM PPGEF E PRODUÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria

Os dados apresentados nas Figuras 5 e 6 demandaram a correlação com informações atualizadas sobre os PPGEF no Brasil e sua distribuição regional, de modo a permitir análises quanto a sua importância e valorização da produção acadêmico-científica sobre as políticas públicas de esporte e lazer.

Ao consultar os dados divulgados pela CAPES, em março de 2012, identificou-se que no Brasil, no período estudado, estavam em funcionamento 30 PPGEF. Destes, 27 programas estão efetivamente vinculados a área da Educação Física, 1 programa à Fonoaudiologia, da UNESP/Mar, 1 programa à Terapia Ocupacional, da UFSCar, e 1 programa à Reabilitação e Desempenho Funcional, da USP/RP, como pode ser observado no Apêndice F e na Tabela 7, abaixo.

TABELA 7 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IES COM PPGEF - BRASIL, 2013.

| Região | M | M/D | Total |
|--------------|---|-----|-------|
| Norte | 0 | 0 | 0 |
| Nordeste | 3 | 0 | 3 |
| Centro-Oeste | 1 | 1 | 2 |
| Sudeste | 8 | 8 | 16 |

| | | | |
|--------------|----|----|----|
| Sul | 3 | 6 | 9 |
| Total | 15 | 15 | 30 |

Fonte: Elaboração própria.

Os dados aqui levantados são idênticos aos encontrados por Silva (2013), que também identificou expansão na PPGEF no Brasil, inclusive com a criação de novos programas na região Centro-Oeste e os primeiros programas na região Nordeste.

O desequilíbrio da distribuição geográfica dos programas de pós-graduação em educação física, no contexto brasileiro, e a distinta valorização da produção pelas subáreas no interior dos referidos programas, resultante das atuais formas de avaliação da CAPES, que como demonstrou Silva (2013, p. 108), tem como princípio organizador a padronização de indicadores de produção comuns a todas as áreas, “[...] ou quando muito seguir os padrões das áreas congêneres no exterior, pois visa à comparabilidade internacional, têm influído para que as subáreas da Educação Física mais afinadas com essa lógica sejam privilegiadas [...]”.

Como bem observou o autor a

evidência do que estamos argumentando é que a área enfrenta dificuldades para ser classificada nas tabelas das áreas de conhecimento das agências de fomento (CAPES e CNPq, por exemplo), onde, em virtude dessa dificuldade a Educação Física é incluída como subárea na grande área de Ciências da Saúde, juntamente com a Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia. Dessa forma, as pesquisas que possuem orientação diferente da grande área da saúde, ficam prejudicadas, já que no Qualis periódicos da área da Educação Física não estão presentes os periódicos vinculados as áreas das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas classificados como Internacional A ou B. Com isso tanto os pesquisadores quanto a veiculação do conhecimento produzido na área saem prejudicados na busca de financiamentos junto às agencias de fomento, e conseqüentemente, limita o desenvolvimento da pós-graduação em Educação Física para outras áreas de concentração que não estejam afinadas com a área da Saúde. (SILVA, 2013, p. 108).

Tal como observou Silva (2013), também não foi possível precisar até que ponto a busca pela Pós-Graduação em outras áreas do conhecimento, por professores/pesquisadores da área de Educação Física, se dá pela restrita oferta de programas em Educação Física, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ou pela insatisfação destes para com o perfil dos PPGEF, ou, simplesmente, por opção.

Tendo em vista o quadro até aqui observado resolveu-se investigar o nível de desenvolvimento das áreas de concentração, as linhas de pesquisa existentes, e que demonstrassem relação direta, ou indireta, com a produção de conhecimento sobre políticas públicas de esporte e lazer. Tal opção está relacionada à compreensão de que as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação, sobretudo na forma de teses, revestem-se de singular importância para formação de novos pesquisadores, na qualificação da produção científica da área e, possivelmente, na qualificação das políticas de esporte e lazer brasileiras.

Semelhante é a posição de Silva (2013) sobre a importância das pesquisas desenvolvidas nos cursos de doutorado. Para o autor, tal produção é de grande importância tanto para a formação de novos pesquisadores e a qualificação da área, quanto para a qualificação das práticas pedagógicas no âmbito das instituições escolares, dado o seu objeto de estudo, Pesquisa sobre as Pesquisas em Educação Especial no Estado de São Paulo. Fundamentando-se em Saviani (2007), o autor afirma ser o doutorado

o *locus* de formação de pesquisadores, bem como a criação dos programas de doutorado representa um processo de consolidação desta formação, indicando o nível de maturidade científica atingido pela área, o que conseqüentemente habilita-a, a produção sistemática, constante e contínua de pesquisas, que envolvam os aspectos mais significativos da situação educacional. (SILVA, 2013, p. 11).

Portanto, é possível afirmar a relação entre o aumento da pesquisa, no Brasil, e o surgimento e a consolidação dos programas de pós-graduação, como já demonstrado por diversos autores. O que interessa, especificamente, nesse momento é a relação entre os PPG e o possível amadurecimento científico atingido por determinada área, expresso, segundo Silva (2013) pelo surgimento e a consolidação dos Programas com suas Áreas de Concentração – AC, e/ou Linhas de Pesquisa - LP. O entendimento do autor é de que as áreas de concentração e as linhas de pesquisa são eixos geradores e articuladores dos planos de cursos, dos projetos pedagógicos e das atividades de pesquisa e produção de conhecimento no âmbito dos PPG.

Nessa direção, o levantamento e a análise das áreas de concentração e linhas de pesquisa indicadas na constituição dos PPGEF, possibilitaria a identificação dos programas que desenvolvem estudos e pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, conforme indicado no Quadro 05, abaixo.

QUADRO 5 – DEMONSTRATIVO DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E/OU LINHAS DE PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EM IES COM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA COM PRODUÇÃO SOBRE O TEMA, CONFORME A REGIÃO GEOGRÁFICA UNIDADE DA FEDERAÇÃO.

| Região | UF | IES | AC e/ou LP |
|--------------|-------------------|----------|--|
| Sudeste | São Paulo | UNICAMP | Educação Física e Sociedade (AC) - Esporte, Lazer e Sociedade (LP) |
| | | UNIMEP | Movimento Humano, Lazer e Educação (AC) |
| | Minas Gerais | UFV/UFJF | NC |
| | Paraná | UFPR | Sociologia do Esporte e do Lazer (AC) |
| | Espírito Santo | UFES | Educação Física, Sociedade e Saúde (LP) |
| Sul | Rio Grande do Sul | UFRGS | NC |
| Centro-Oeste | Brasília | UCB | NC |

Fonte: Elaboração própria.

Na FEF/Unicamp o PPG é distribuído em três áreas de concentração. A área “Educação Física e Sociedade” busca investigar a produção do conhecimento no campo da Educação Física, do Esporte e do Lazer em múltiplas temáticas, orientadas pelas propostas teórico-metodológicas oriundas do campo das humanidades, da educação e da arte em suas diferentes abordagens. É composta por duas linhas de pesquisa, e a linha “Esporte, Lazer e Sociedade” apresenta como um de seus eixos centrais de pesquisa o interesse pela pesquisa sobre a Política de Esporte e Lazer⁶⁷.

Os dados levantados sobre o PPGEF da Unimep permitiu identificar que este se organiza em torno de uma única área de concentração, “Movimento Humano, Lazer e Educação”, que se constitui a partir de três linhas de pesquisa, cabendo à linha “Movimento Humano, Lazer e Educação” o desenvolvimento de pesquisas que tematizam as políticas públicas⁶⁸.

Na FEF/UFPR o Programa de Pós-graduação abrange estudos avançados e investigação na Área de Concentração de Exercício e Esporte e atende profissionais com diferentes formações na área da saúde ou afins, desde que os respectivos projetos de pesquisa se enquadrem em uma

⁶⁷ Disponível em: <http://www.fef.unicamp.br/feffposgraduacao/areasdeconcentracao/efs>. Acesso em julho de 2013.

⁶⁸ Disponível em: http://www.unimep.br/gdc_cursos_conteudo.php?cod=148&ct=1066. Acesso em julho de 2013.

das quatro linhas de pesquisa do programa. O tema das políticas públicas tem sido abordado pelo coletivo que se reuni em torno da linha Sociologia do Esporte e do Lazer, que visa analisar o contexto sociológico e histórico do esporte moderno⁶⁹.

O PPGEF da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, se organiza em torno de duas áreas de concentração, e o coletivo que se organiza em torno da linha Educação Física, Sociedade e Saúde o desenvolvimento de pesquisas que tematizem a educação física e o movimento corporal humano no contexto sociocultural da saúde e de políticas públicas⁷⁰.

Os dados apresentados são indicativos da possível ampliação do número de pesquisas sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer junto aos PPGEF, dada a existência de programas com área de concentração e/ou linhas de pesquisa potencialmente preparados para abordar a temática, ainda que no período investigado a produção de teses doutorado atingiu modestos 28% do total produzido nas diferentes áreas de conhecimento. A Equidade na produção de dissertações entre a PPGEF e outras áreas de conhecimento completa o quadro, como demonstrado na Tabela 8.

Os dados permitem identificar a importância das diversas áreas de conhecimento na formação de pesquisadores sobre a temática e a restrita amplitude para a formação doutoral no âmbito dos PPGEF, para os interessados nos estudos sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, quadro esse que vem se alterando para pior, tendo em vista o os critérios de avaliação impostos pelos programas para o credenciamento de professores-orientadores junto aos PPPGEF, sobretudo no eixo Sul-Sudeste, discussão que será abordada adiante.

Como mencionado, além dos PPGEF, com suas áreas de concentração e linhas de pesquisas que tematizam as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, identificou-se outros quatro programas que também trabalham com a temática, e apresentam linhas de pesquisas que fazem alusão à possibilidade de desenvolvimento de estudos sobre temática das PPEL, como pode ser observado no Quadro 6, abaixo.

QUADRO 6 – DEMONSTRATIVO DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E/OU LINHAS DE PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EM IES COM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO COM PRODUÇÃO, DECLARADA PELOS AUTORES, CONFORME A REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/>. Acesso em julho de 2013.

⁷⁰ Disponível em: <http://portais4.ufes.br/prppg/programas&progr=30001013025P8>. Acesso em julho de 2013.

| Região | UF | IES | AC e/ou LP |
|---------------|------------|------------|--|
| Nordeste | Paraíba | UFPB | Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Práticas Educativas |
| | | | Linha de pesquisa: Educação Políticas Educacionais |
| | Pernambuco | UFPE | Linha de pesquisa: Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação |
| | Ceará | UEC | Linha de Pesquisa: Avaliação de políticas públicas, programas e projetos institucionais |
| Sudeste | São Paulo | FGV | Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Transformações do Estado |

Fonte: Elaboração própria.

O Financiamento das teses e dissertações foi outro aspecto importante a ser observado e que permite avaliar o valor atribuído ao desenvolvimento das pesquisas sobre a temática pelos Programas de Pós-Graduação. Sendo assim, buscou-se identificar o número de estudantes/pesquisadores que receberam algum tipo de bolsa de estudos, como auxílio, no período em que estiveram vinculados aos PPG para o desenvolvimento de suas pesquisas. Identificou-se que dos 50 estudantes/pesquisadores regularmente matriculados junto às IES com PPG apenas 12, 24%, tiveram acesso ao financiamento. Nenhum em nível de doutorado, e dos inscritos em curso de mestrado, 43, apenas 12, ou seja, 28% destes tiveram financiamento por algum dos órgãos de fomento identificados. Interessante observar que 34% dos que tiveram acesso à bolsa de estudos cursaram pós-graduação nas Regiões Norte e Nordeste, onde não há PPGEF, e os demais realizaram seus estudos na Região Sudeste, 6, igual a 50%, e 2, 16%, na Região Sul, sendo que apenas 3, 25% dos que receberam bolsas de estudos, estiveram vinculados a PPGEF, 2 alunos-pesquisadores da UNIMEP e 1 da UFSC. Ou seja, dos 43 alunos-pesquisadores regularmente matriculados em PPG, no período estudado, apenas 3, 7% do total, estiveram vinculados a PPGEF e tiveram acesso a algum tipo de bolsa de estudos.

Silva (2013) ao comparar o financiamento das teses oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação Física, no período entre 1985 e 2009, observou que aproximadamente 50% dos autores receberam bolsas para a realização da pesquisa, e que o número de teses financiadas na área de Educação foram maiores do que as financiadas na área de Educação Física. Segundo o autor, esses dados “[...] vão ao encontro dos indicadores do SNPG, o qual conforme dados divulgados pelo PNPG (2011-2020), aproximadamente 50% dos alunos na pós-graduação estudam sem bolsas.” (SILVA, 2013, p. 206).

Ainda segundo o mesmo autor,

os dados podem estar indicando que o maior número de teses desenvolvidas com bolsa, a partir de 1991 esteja relacionado à maior aderência da temática, as políticas sociais de equidade, em particular as educacionais, a qual viabilizou p.ex., a criação do PROESP, que pode ser um indicativo para os dados mais elevados da Educação quando comparados aos da Educação Física. (SILVA, 2013, p. 11).

Importante mencionar que Silva (2013) referiu-se ao fomento das teses na área de Educação Física sem especificar a subárea à qual a temática do estudo esteve relacionada. Os dados levantados neste estudo demonstrou que nenhuma tese recebeu financiamento, e das 12 dissertações financiadas apenas 3 receberam algum tipo de financiamento. Portanto, dos 43 alunos-pesquisadores regularmente matriculados em PPG, no período estudado, apenas 3, 7% do total, estiveram vinculados a PPGEF e tiveram acesso a algum tipo de bolsa de estudos, número significativamente distinto dos aproximados 50% de estudos financiados observados no estudo de Silva (2013).

Avalia-se que um estudo mais específico sobre o financiamento das teses e dissertações poderá aprofundar as análises apresentadas e verificar, inclusive, as relações existentes entre os temas e problemas de pesquisa e o financiamento dos estudos desenvolvidos, no âmbito dos PPGEF.

A Tabela 8, abaixo, permite identificar os órgãos e o número de financiamento, bem como, a distribuição regional destes.

TABELA 8 – DEMONSTRATIVO DOS ORGÃOS DE FOMENTO, DO NÚMERO DE FINANCIAMENTOS E SUA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL POR NÍVEL DE FORMAÇÃO - BRASIL, 2013.

| Órgão de Fomento | Quantidade | Região | Nível | |
|------------------|------------|------------------------|-----------|----------|
| | | | M | D |
| Capes | 2 | Sudeste 1 / Nordeste 1 | 2 | 0 |
| CAPES - PROSUP | 1 | Sudeste | 1 | 0 |
| CNPq | 2 | Sudeste 1 / Sul 1 | 2 | 0 |
| FACEPE | 1 | Nordeste | 1 | 0 |
| FAPEMIG | 1 | Sudeste | 1 | 0 |
| Fapesp | 1 | Sudeste | 1 | 0 |
| Semec e Seduc | 2 | Norte 1 / Nordeste 1 | 2 | 0 |
| Particular | 2 | Sul 1 / Sudeste 1 | 2 | 0 |
| Total | 12 | Total | 12 | 0 |

Fonte: Elaboração própria.

Dando continuidade ao estudo sobre a formação pós-graduada em políticas públicas de esporte e lazer, procurou-se identificar dados sobre a formação inicial dos autores e autoras, como pode ser observado no Apêndice – G, a distribuição por gênero, de autores e orientadores das teses e dissertações que compõem a amostra deste estudo, bem como, a quantidade de orientações por orientador.

Ao analisar a autoria das teses e dissertações defendidas no período estudado identificou-se que entre os autores e autoras dos estudos realizados 37, correspondendo a 74% do total, tinham formação inicial em Educação Física, 4, correspondendo a 8%, em Turismo, e apenas 1, correspondendo a 2%, nas áreas de Economia, em Psicologia, em Serviço Social e em Administração e, finalizando a amostra, 5, equivalente a 10% do total, não possuíam currículo cadastrado na Plataforma Lattes/CNPq, impossibilitando a verificação da formação inicial.

Com relação ao gênero dos autores das teses e dissertações observou-se que as mulheres são maioria, 27, equivalente a 54% do total, e os homens 23, correspondendo a 46% do total. No entanto, quando observa a distribuição por nível de formação, mestrado ou doutorado, notou-se significativa diferença entre o número de mulheres que defenderam dissertações, 26, correspondendo a 60,46% do total de defesas, grande maioria, portanto, e o número de homens que defenderam teses, 6, correspondendo a 85,71% do total, como pode ser observado na Tabela 9, abaixo.

TABELA 9 – DEMONSTRATIVO DA AUTORIA DAS DISSERTAÇÕES E TESES, POR GÊNERO E POR NÍVEL DE FORMAÇÃO - BRASIL, 2013.

| Autoria | Nível | | | |
|--------------|-----------|-----------|-----|-------|
| | M | D | | |
| | F = 26 | M= 17 | F=1 | M = 6 |
| | F | M | | |
| Total | 27 | 23 | | |

Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao gênero nas orientações das teses e dissertações observou-se que no total os trabalhos acadêmico-científicos levantados do período de estudo foram orientados por homens, 28, correspondendo a 58,33% do total de orientações. Com relação as orientações de dissertações, inversamente aos dados obtidos para as autorias, o número de orientadores é significativamente superior ao de orientadoras, com 27 orientações realizadas por professores, correspondendo a 62,79% do total, 16 trabalhos orientados por professoras, correspondendo a 37,20% do total. Quanto as teses observou-se certo equilíbrio com, 4 estudos orientados por professores, correspondendo a 57,14%, e 3 orientados por professoras, correspondendo a 42,85%, como pode ser observado na Tabela 10, abaixo.

TABELA 10 – DEMONSTRATIVO DAS ORIENTAÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES, POR GÊNERO E POR NÍVEL DE FORMAÇÃO - BRASIL, 2013.

| Orientação | M | | D | |
|--------------|-----------|-----------|----------|-----|
| | | F = 16 | M= 27 | F=3 |
| | F | M | NC | |
| Total | 20 | 28 | 2 | |

Fonte: Elaboração própria.

Identificou-se um conjunto de 42 orientadores(as) e a grande maioria, 36, correspondendo a 85,71% do total, orientaram apenas um trabalho de pós-graduação. No âmbito de PGEF

identificou-se estreita relação entre a participação em Grupos de Pesquisa cadastrados no DGP/CNPq e o número de orientações, concentração Sul-Sudeste das IES e o enorme predomínio do gênero masculino na realização das orientações, como pode ser observado no Quadro 7, abaixo.

QUADRO 7 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE ORIENTANDOS POR ORIENTADOR, SEGUNDO IES, NÍVEL DE FORMAÇÃO E VINCULAÇÃO A GRUPO DE PESQUISA – BRASIL, 2013.

| IES | Orientador | Nº de Orientandos | Nível | | Grupo de Pesquisa |
|----------|------------------------------|-------------------|-------|---|---|
| | | | M | D | |
| UNIMEP | Nelson Carvalho Marcellino | 3 | 3 | 0 | GPL - Grupo de Pesquisas em Lazer (Líder) |
| UnB | Dulce M. F. de A. Suassuna | 2 | 2 | 0 | Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza - Necon |
| UFV/UFJF | Carlos F. F. da Cunha Junior | 2 | 2 | 0 | Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Física e do Esporte - GEPHEFE. (Líder) |
| UFPR | Fernando Marinho Mezzadri | 2 | 2 | 0 | Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade - (Pesquisador) |
| UFPR | Wanderley Marchi Júnior | 2 | 1 | 1 | Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade - (Líder) |
| UFRGS | Marco Paulo Stigger | 2 | 1 | 1 | Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física - (Líder) |

Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados até o momento permitem inferir que está em processo a formação de núcleos de formação pós-graduada em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, com destaque para as IES da UFPR, UNIMEP e UnB, e seus respectivos coletivos.

Não obstante, o crescimento da produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer não acompanhou a expansão dos PPGEF, e o crescimento da produção das outras subáreas (MANOEL; CARVALHO, 2011). A expansão dos programas observada por diferentes autores (KOKOBUN, 2006; MANOEL; CARVALHO, 2011; SILVA, 2013) parece não ter interferido na produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e

Lazer, viabilizando, assim, a consolidação de um objeto de estudo junto aos PPGEF. Nessa direção, parece provável que para a referida consolidação seja necessário ações políticas específicas, sobretudo pelo atual quadro de interesses representados tanto no âmbito dos programas, quanto junto aos órgãos de fomento e de controle da Pós-Graduação brasileira.

Dando continuidade ao estudo e visando desvelar a emergência e a possível consolidação de um objeto de investigação, julgou-se adequada a análise das teses e dissertações, de modo a identificar as temáticas privilegiadas, as palavras-chaves designadas pelos autores como descritores fidedignos de seus estudos, as metodologias, as fontes, técnicas de coleta e tratamento de dados. Como mencionado anteriormente, o estudo sobre a produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer demanda, como necessidade metodológica, a delimitação do objeto de estudo e a determinação da esfera do real no qual se situa a análise (SILVA, 2013). Sendo assim, optou-se pela análise das teses e dissertações desenvolvidas junto aos PPGEF, no período de 2007 a 2012, considerando, ainda, o contexto histórico social do qual estes são parte. Nessa direção, a identificação de interesses temáticos, opções teórico-metodológicas, escolhas sobre técnicas e procedimentos estão, por um lado, relacionadas a opções subjetivas e, por outro, determinadas por condições sócio-históricas.

O ‘cenário histórico mais amplo’ caracterizou-se pelo desenvolvimento do ‘processo de globalização’ (NOGUEIRA, 2003) que impôs, aos países da América Latina, alterações significativas às relações entre o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado, interferindo, sobretudo, nos padrões de regulação Estatal. Por outro lado, o avanço da democratização dos Estados na América Latina (BORON, 2002), com especial atenção à democratização do Estado brasileiro (NOGUEIRA, 2004), também deve ser considerado. Este foi o contexto no qual se deu as reformas do Estado brasileiro, bem como, o surgimento das ‘ideias’ sobre as necessidades e dimensões destas, impactando a produção acadêmico-científica sobre o tema. Outro fato histórico importante, como já mencionado, foi a ‘criação’ do Ministério do Esporte e o desenvolvimento da Política Nacional do Esporte.

A busca pela identificação das temáticas privilegiadas nos estudos levantados teve início pela análise dos resumos, compreendidos como uma ‘unidade de registo’, por meio do se buscou identificar ‘núcleos de sentido’ (BARDIN, 2010) cuja presença e/ou frequência de aparição permite ao investigador, além da atribuição de sentido ao objeto analítico delimitado, a identificação de motivações, atitudes, valores, crenças, tendências, para, a partir da organização de índices, que auxiliam na quantificação, na classificação e na agregação dos dados,

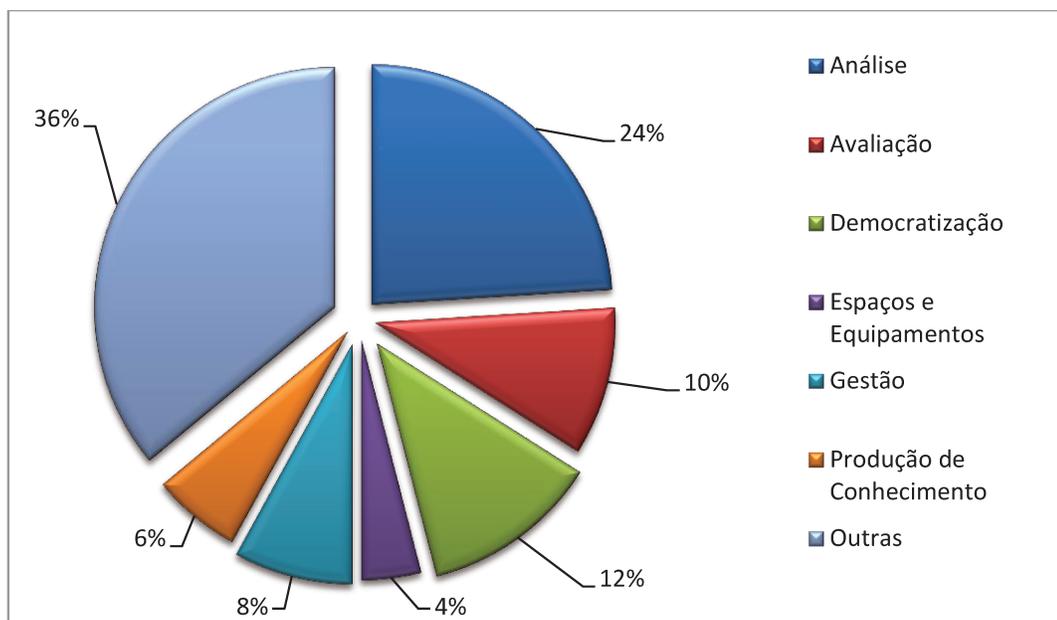
possibilitando, assim, a identificação dos temas. Posteriormente, buscou-se relacionar as temáticas identificadas nos resumos às palavras-chave e ao título, de modo a verificar a coerência, entre os mesmos, e a pertinência do desvelado.

Com relação às temáticas identificou-se o que Silva (2013. p. 165) chamou de ‘tendência à dispersão temática’, fenômeno que ocorre quando o número de temáticas identificadas é, circunstancialmente, alto em relação ao número de trabalhos acadêmico-científicos pertencentes à amostra. É o que se pode depreender do identificado pela análise do conjunto de teses e dissertações, ou seja, de um total de 50 trabalhos identificou-se 32 temas, com pode ser observado no Apêndice – H.

Após a identificação do conjunto e do seu detalhamento procedeu-se a agregação dos temas a partir da consideração da repetição de ‘unidades de registro’ identificadas e/ou dos ‘núcleos de sentidos’ depreendidos dos resumos, ou, ainda, pela identificação de objetivos e/ou motivações semelhantes. Por exemplo, considerou-se Análise, tanto o tema da pesquisa cujo objetivo era a análise de um programa federal de esporte e lazer, quanto àquela que visou analisar uma política de formação de quadros em âmbito municipal.

Assim procedendo foi possível identificar que as temáticas privilegiadas pelas teses e dissertações foram: Análise, 24% das pesquisas; Avaliação, 10%; Democratização, 12%; Espaços e Equipamentos, 4%; Gestão, 8%; Produção de Conhecimentos, 6%; outras, 36% ; como pode ser observado no Gráfico 9, abaixo.

GRÁFICO 9 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS TEMÁTICAS PRIVILEGIADAS PELAS TESES DISSERTAÇÕES NO PERÍODO DE 2007 A 2012 – BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

A predominância de pesquisas tiveram com tema a ‘Análise’, da gestão e/ou da organização e/ou da estrutura, das políticas e programas também foi identificada por Castro *et al.* (2012). Segundo os autores estes estudos representam 80% das dissertações, e 85,71% das teses produzidas no período estudado. Os autores identificaram, ainda, conjunto de investigações a partir dos temas: ‘participação’ e ‘envolvimento popular’, neste estudo as investigações foram agregadas ao tema ‘Democratização’. No estudo referido estas corresponderam a 16% das dissertações, e 14,28% das teses produzidas. Finalizando, os autores mencionados, identificaram que 4% das investigações tomaram por tema os espaços e equipamentos de esporte e lazer.

A apresentação da produção em sua sequência histórica, como apresentada na Tabela 10, abaixo, permite identificar a formação de interesses por determinados ‘núcleos temáticos’, bem como, a prevalência destes interesses. Nessa direção, a realização de número razoável de pesquisas pode propiciar aos pesquisadores um melhor domínio sobre as técnicas e os métodos, a compreensão dos nexos e os correspondentes pressupostos teóricos e metodológicos adequados à realização das pesquisas, e perceber, com clareza, as implicações filosóficas das diversas opções científicas, ou seja, ampliar o domínio sobre os fundamentos epistemológicos e ontológicos da investigação científica, que certamente resultará em pesquisas de melhor qualidade. (Cf. SILVA, 2013).

TABELA 11 – DEMONSTRATIVO DAS TEMÁTICAS PRIVILEGIADAS PELAS DISSERTAÇÕES E TESES, PÓS-AGREGAÇÃO E POR ANO DE DEFESA - BRASIL, 2013.

| Temáticas | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Análise | 2 | 1 | 5 | 1 | 3 | - | 12 |
| Avaliação | 1 | - | - | 1 | 1 | - | 5 |
| Democratização | - | 2 | - | 3 | 1 | - | 6 |
| Espaços e Equipamentos | 1 | 1 | - | - | - | - | 2 |
| Gestão | - | 2 | 1 | 2 | - | - | 4 |
| Produção de Conhecimento | - | - | - | 2 | 1 | 1 | 3 |
| Outras | | | | | | | 18 |
| TOTAL | | | | | | | 50 |

Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados na Tabela 11 permitem, ainda, identificar que o ‘núcleo temático’ Análise se destacou entre os demais, tanto pela sequência histórica da produção, quanto pela quantidade de pesquisas produzidas no período. Os ‘núcleos’ Democratização, Gestão e Produção de Conhecimento ocuparam o segundo lugar, mais pela semelhança na sequência histórica, do que pelo conjunto das pesquisas de cada núcleo. Cada um despertou interesse da comunidade acadêmica em tempo determinado, inicialmente o interesse recaiu pelos temas da gestão e da democratização e, posteriormente, o interesse pelo tema da produção de conhecimentos em políticas públicas de esporte e lazer.

Segundo Starepravo (2011), os estudos do tipo “Estado da Arte” sobre políticas públicas de esporte e lazer, no Brasil, relativos á temática Produção de conhecimento, anteriormente citada, são escassos,

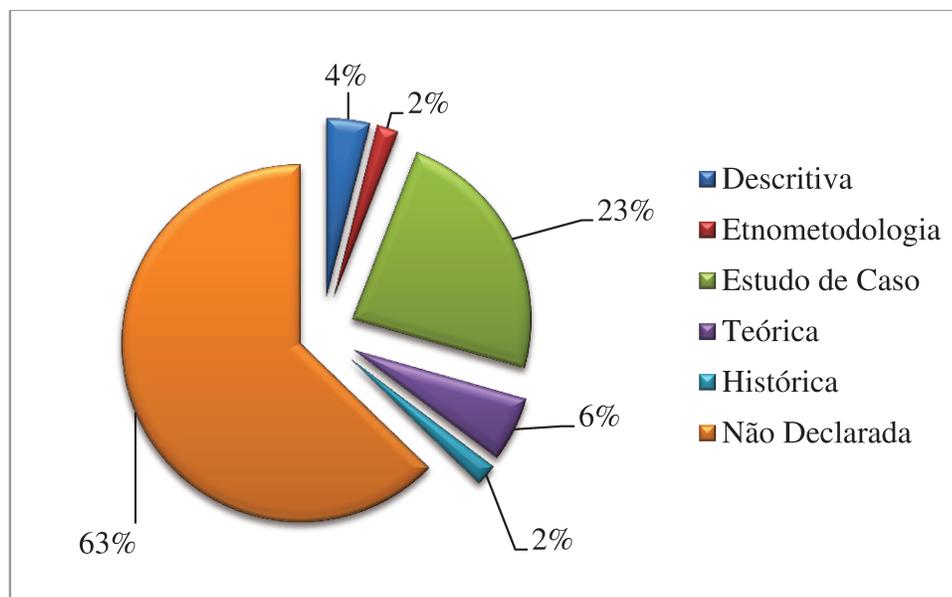
haja vista até mesmo a jovialidade da área, ainda em processo de consolidação. De qualquer forma, esses trabalhos nos dão um panorama das potencialidades e fragilidades da área, resgatando em parte a história da constituição do subcampo científico/acadêmico que tem por objeto de estudo as políticas públicas de esporte e lazer. (STAREPRAVO, 2011, p. 85).

Portanto, a identificação do ‘núcleo temático’ Produção de Conhecimento coincide com um momento em que o *campo* apresenta o volume necessário para a sua efetivação, bem como, demanda análises do já produzido e reflexões e orientações daquilo que se coloca como

necessário investigar, tanto do ponto de vista da relevância, social e acadêmica, quanto do ponto de vista ontológico e epistemológico.

No Gráfico 10, abaixo, apresenta-se dados percentuais sobre a metodologia descrita pelos autores, para a realização das pesquisas. Os procedimentos utilizados para a identificação metodologias foram semelhantes aos utilizados na identificação das temáticas privilegiadas, ou seja, recorreu-se aos resumos para a sua localização e descrição das opções metodológicas apresentadas.

GRÁFICO 10– DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO A METODOLOGIA UTILIZADA - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

Pode-se observar que a o estudo de caso foi a metodologia mais frequente entre as pesquisas realizadas, 23% do total. A pesquisa teórica ocupou o segundo lugar, com 6%, seguida da metodologia descritiva, com 4%, e a etnometodologia e a metodologia histórica com 2% cada. Mas o dado relevante identificado refere-se ao número de opções metodológicas não declaradas – ND. Duas questões se colocam. A primeira é a identificação da utilização do resumo como fonte de informações, demonstrando-se insuficiente para o levantamento de dados sobre os procedimentos metodológicos e outras informações relevantes. E a segunda refere-se à qualidade dos resumos do material empírico levantado. Nota-se a desatenção, ou despreparo, de autores e orientadores para com a elaboração dos resumos, não atendendo sequer as normas da ABNT.

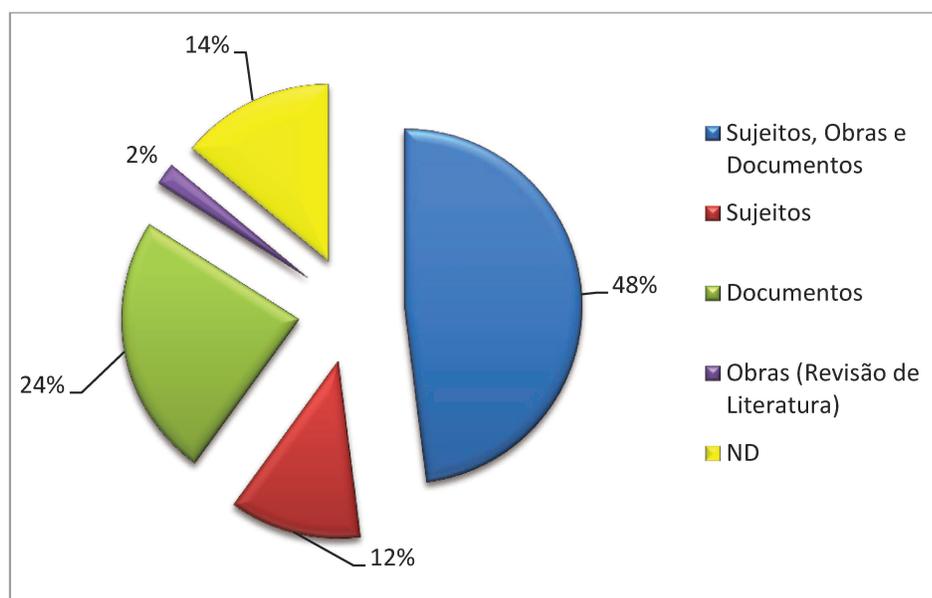
As informações sobre as fontes de coleta de dados utilizadas nas pesquisas analisadas estão dispostas na Tabela 12 e no Gráfico 11, abaixo. Na elaboração da Tabela optou-se pela exposição registrando o conjunto e a série histórica, e no Gráfico e exposição dos percentuais de cada fonte.

TABELA 12 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013

| Fontes de Coleta de dados | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|-------------------------------|----------|----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|
| Sujeitos, Obras e Documentos | 3 | 4 | 4 | 6 | 7 | 0 | 24 |
| Sujeitos | 1 | 2 | 1 | 2 | 0 | 0 | 6 |
| Documentos | 0 | 1 | 1 | 4 | 5 | 1 | 12 |
| Obras (Revisão de Literatura) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| ND | 2 | 1 | 2 | 2 | 0 | 0 | 7 |
| Total | 6 | 8 | 8 | 14 | 13 | 1 | 50 |

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 11 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

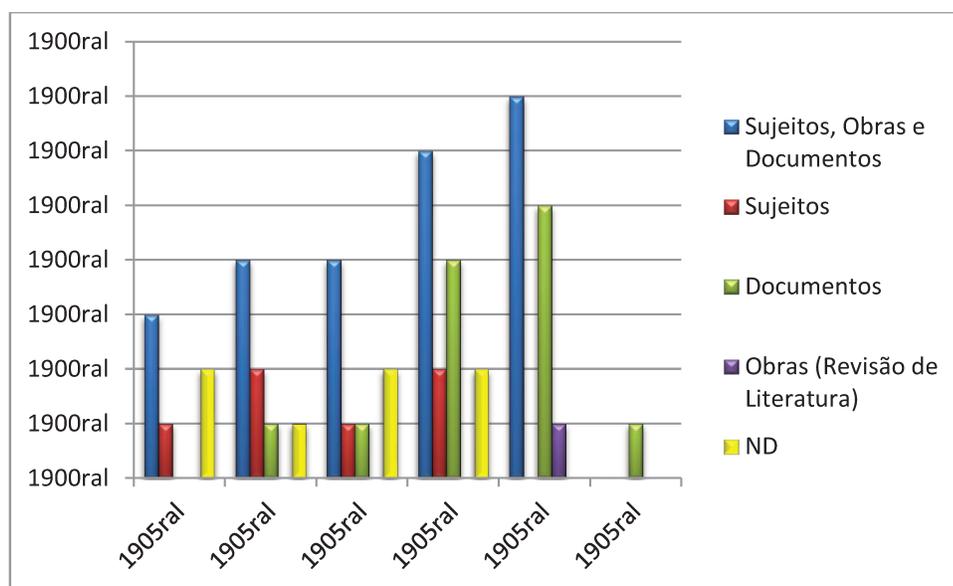
Pode-se observar que a maior incidência na seleção das fontes de coleta de dados, entre as teses e dissertações, foi a articulação entre a consulta aos Sujeitos, as Obras e aos Documentos, correspondendo a 48% do total. Observa-se que na realização das pesquisas os autores optam pela forma combinada, em geral complementar. Os sujeitos descritos foram: homens e mulheres; membros do Conselho e do representante do Executivo Municipal; servidores públicos; gestores e formadores; professores de EF; jovens; familiares, professores, voluntários e estudantes; agentes; dirigente e técnicos; Prefeito e Secretários Municipais; moradores; e usuários. Os principais Documentos descritos forma: Legislação; matérias jornalísticas; peça do Orçamento Federal; projetos básicos dos programas; relatórios; planejamentos; registros escritos; planos plurianuais, Política Nacional de Esporte – PNE; entre outros. Por último, temos as fontes do tipo Obras, ou seja, a produção teórica em forma de: artigos, livros, dissertações e teses.

A série histórica, apresentada na Tabela 14, permite identificar a evolução na seleção das fontes, tendo em vista a sua frequência em cada ano, bem como, a continuidade, ano a ano, na sua utilização. O Destaque é para a forma combinada, anteriormente descrita, presente em 5 dos 6 anos estudados e crescente ano após ano, chegando a ser a forma utilizada em 7 das 13 pesquisas realizadas em 2011.

Portanto, é possível inferir que a tendência das pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer é a utilização, de forma combinada, das fontes de dados: Sujeitos, Obras e Documentos, seguida da utilização, exclusiva, das fontes Documentais.

O Gráfico 12, abaixo, permite a visualização do conjunto das fontes de coleta de dados, utilizadas na realização das pesquisas, e a identificação da tendência de crescimento, tendo por referência a frequência o número de utilizações em cada período.

GRÁFICO 12 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

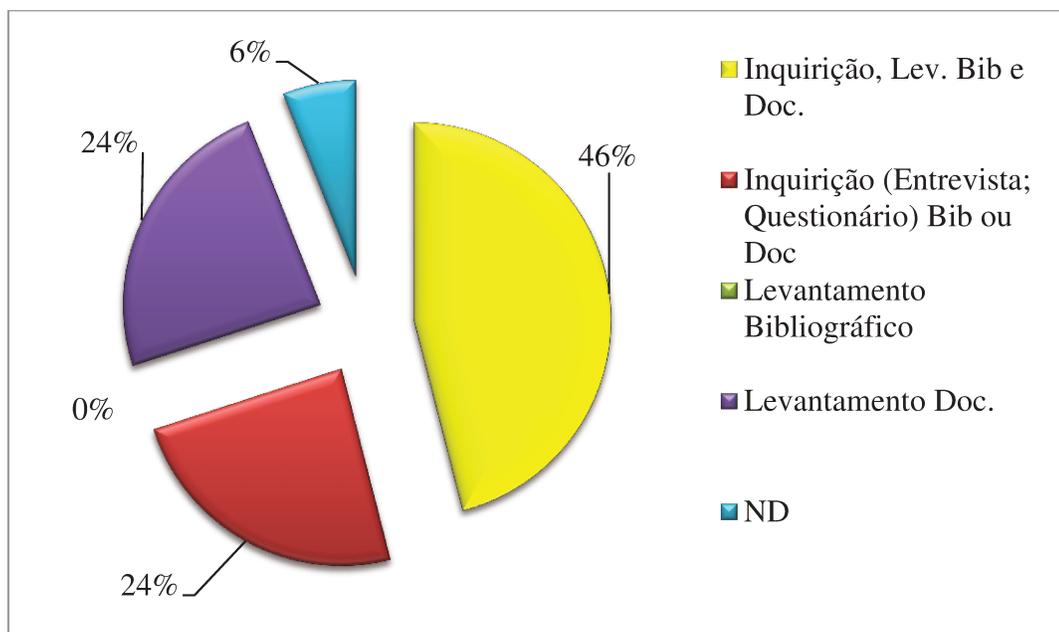
As informações sobre as técnicas de coleta de dados das dissertações e teses sobre as PPEL analisadas estão dispostas na Tabela 13 e no Gráfico 13. Novamente optou-se para na Tabela expor os dados referentes ao conjunto de tese e dissertações defendidas no período em sua série histórica, e no Gráfico os percentuais correspondentes a cada técnica.

TABELA 13– DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013.

| Técnicas de Coleta de Dados | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|--------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Inquirição, Lev. Bib e Doc. | 4 | 3 | 4 | 6 | 6 | 0 | 23 |
| Inquirição (Entr; Quest.) Bib ou Doc | 1 | 4 | 2 | 4 | 1 | 0 | 12 |
| Levantamento Bibliográfico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Levantamento Doc. | 0 | 1 | 1 | 4 | 5 | 1 | 12 |
| ND | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Total | 5 | 9 | 8 | 15 | 12 | 1 | 50 |

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 13 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS - BRASIL, 2013.

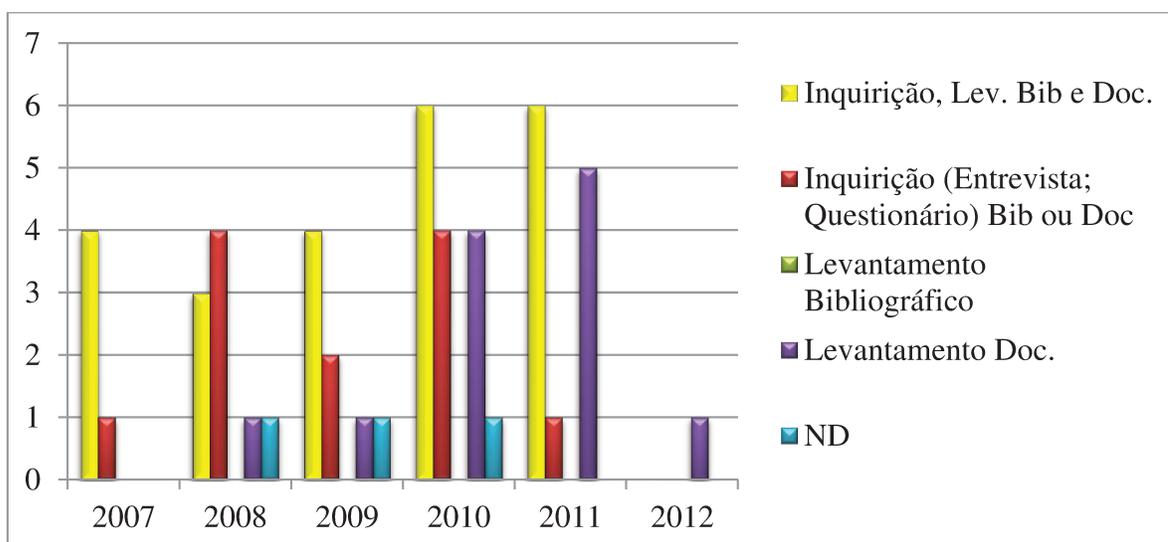


Fonte: Elaboração própria.

Ao observar a Tabela 12 e o Gráfico 13, acima, percebe-se que as técnicas de coleta de dados mais utilizadas, no período, foram: Inquirição, por meio da realização de entrevistas, em 64% das pesquisas, de questionários, em 14%; e grupo focal, em 2%. A Observação foi utilizada em 6% das pesquisas realizadas. O Levantamento bibliográfico foi descrito por 50% dos autores responsáveis pela realização das pesquisas como técnica utilizada para coleta de dados, e o levantamento documental foi utilizado em 58% delas. Nota-se a coerência entre os dados apresentados sobre as fontes de coleta de dados e as técnicas de coleta. A diferença fica por conta da elaboração, equivocada, dos resumos, como já mencionado.

Portanto, a tendência na opção pelas técnicas está diretamente relacionada à opção pelas fontes de coleta de dados, sendo uma a instrumentalização da outra. As sequências históricas registradas na Tabela 12 permite, ainda, identificar a contínua, ano após ano, utilização das mesmas pelos pesquisadores.

GRÁFICO 14 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

Os dados expostos no Gráfico 14, acima, permitem observar a evolução da utilização das técnicas de coleta de dados, na produção das teses e dissertações, e a identificação das tendências, tendo por referência a frequência em cada período.

Com relação às técnicas de tratamento dos dados coletados, utilizadas na produção das teses e dissertações, observou-se que 30% dos autores recorreram à técnica de análise qualitativa, 4% à utilização das técnicas quantitativas, e outros 4% à combinação quali-quantitativa. Ressalta-se que foram consideradas técnicas de tratamento de dados a descrição, ou a referencia de autores a: ‘pesquisa qualitativa’ ou ‘abordagem qualitativa’, muito comum na área de Educação Física. Talvez este fato esteja relacionado à importância que tiveram/têm autores como Minayo⁷¹, Lüdke; André⁷², Demo⁷³, Molina Neto; Triviños⁷⁴, Richardson⁷⁵, entre outros, junto a área de Educação Física. O destaque ficou por conta do altíssimo número de casos, 62% do total, em que houve omissão na descrição da utilização das técnicas de tratamento dos dados, ou, ainda, a indicação do ‘tipo de pesquisa’ ou da ‘abordagem’, como pode ser verificado na Tabela 14 e no Gráfico 15, abaixo.

⁷¹ MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento** — Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

⁷² LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

⁷³ DEMO, P. **Pesquisa e Informação Qualitativa** - aportes metodológicos. Campinas: Papirus, 2001.

⁷⁴ MOLINA NETO, Vicente; TRIVIÑOS, Augusto Silva (Orgs.). **A Pesquisa Qualitativa na Educação Física: Alternativas Metodológicas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Sulina, 1999.

⁷⁵ RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

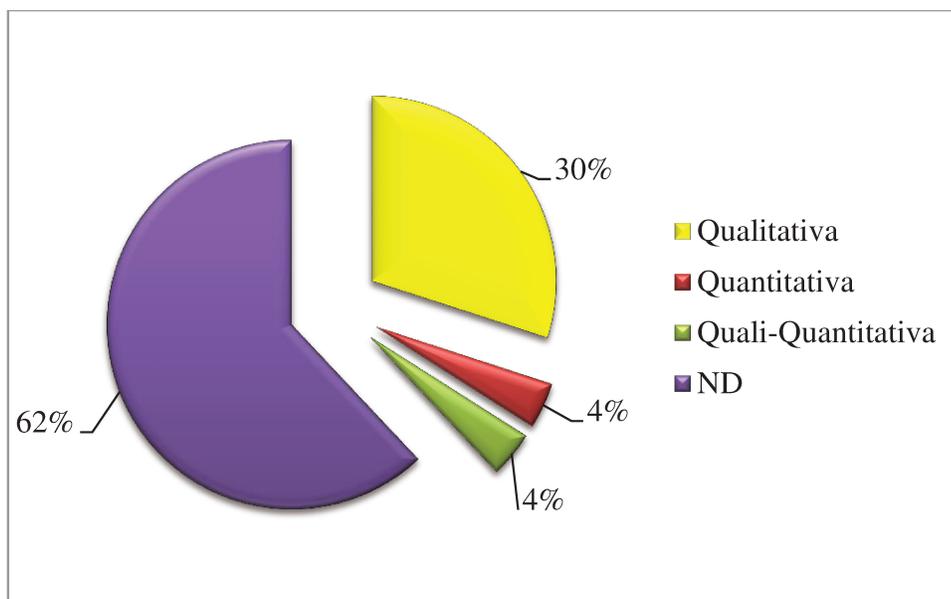
TABELA 14 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO A TÉCNICA DE TRATAMENTO DOS DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013.

| Técnica de Tratamento dos dados | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Qualitativa | 2 | 1 | 4 | 3 | 4 | 1 | 15 |
| Quantitativa | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Quali-Quantitativa | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| ND | 4 | 7 | 4 | 8 | 8 | 0 | 31 |
| Total | 6 | 8 | 8 | 15 | 12 | 1 | 50 |

Fonte: Elaboração própria.

A análise da sequência histórica permite apreender que nos anos, de 2010 e 2011, quando mais se produziu, teses, dissertações e artigos, estes últimos veículos em periódicos situados nos altos estratos, do *Qualis* da Educação Física, como pode ser observado no Gráfico 3, encontrou-se o maior número de resumos que não observaram, rigorosamente, os requisitos estabelecidos, pela NBR 6028, para a sua elaboração. Contradição? O período no qual os autores que realizam pesquisas sobre as políticas públicas de esporte e lazer mais produziram coincide com o período no qual se identificou elevada taxa de equívocos na elaboração de um importante elemento constituinte dos trabalhos acadêmico-científicos, o Resumo. Nessa direção, julga-se apropriada a realização de uma Pesquisa sobre as Pesquisas (SILVA, 2013) que problematizaram as políticas de esporte e lazer, no Brasil, de modo a verificar a qualidade da produção e os impactos destas na formação dos novos pesquisadores e/ou nas práticas dos profissionais durante o processo de intervenção.

GRÁFICO 15 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO A TÉCNICA DE TRATAMENTO DOS DADOS - BRASIL, 2013.



Fonte: elaboração própria.

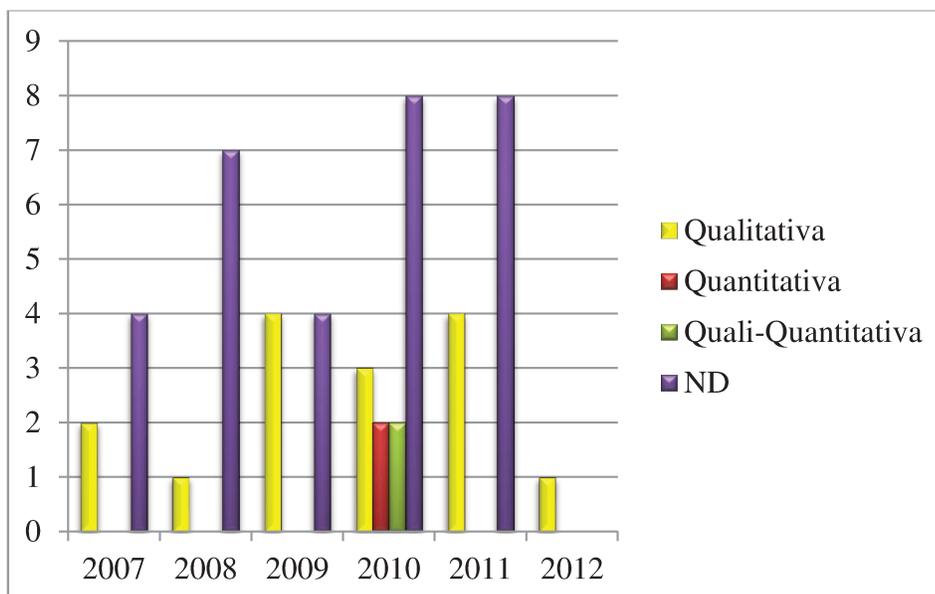
Os dados apresentados, sobre a utilização de metodologias, fontes de dados, de técnicas de coleta e de tratamento de dados, vão de encontro aos resultados obtidos por Castro *et al.*(2012). Ainda que os autores se refiram a alguns destes procedimentos de modo diferente, como se pode observar no trecho abaixo transcrito.

Em relação à metodologia dos trabalhos, notamos uma predominância de trabalhos de *natureza qualitativa*. Ou seja, do total de 41 trabalhos selecionados constatamos que 36 deles são qualitativos. Não encontramos nenhum trabalho de natureza quantitativa. Em relação às teses, 06 delas são de natureza qualitativa e 01 de natureza quanti-qualitativa. Em relação às dissertações, 22 delas são de natureza qualitativa e 03 de natureza quanti-qualitativa. (CASTRO *et al.*, 2012, p. 10, grifo meu).

Observou-se que os autores, anteriormente mencionados, demonstraram que 87,80% dos estudos por eles analisados são de ‘natureza qualitativa’, ou seja, a mesma tendência observada neste estudo.

O Gráfico 16, abaixo, permite analisar a evolução e as tendências na utilização das técnicas de tratamento de dados às quais os autores recorreram para a realização das pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer, tendo por referência a frequência de sua utilização no período.

GRÁFICO 16 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013.



Fonte: elaboração própria.

1.1.2.1.1 *Em síntese...*

O estudo da produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer demandou, tendo em vista a orientação teórico-metodológica assumida, a delimitação do objeto de estudo e a determinação da esfera do real na qual se situa a análise (Cf. SILVA, 2013). Portanto, optou-se por analisar as teses e dissertações desenvolvidas junto aos PPGEF, e de áreas afins, no período de 2007 a 2012, considerando, ainda, o contexto do qual estes são parte. Entende-se que os interesses temáticos, as opções teórico-metodológicas, as escolhas sobre as técnicas e os procedimentos estão relacionadas, por um lado, a escolhas subjetivas e, por outro, determinadas por condições sócio-históricas.

Importante registrar que esta opção teórico-metodológica fundamenta-se no entendimento de que realidade é uma totalidade concreta e dinâmica, e os objetos, singulares, são parte dessa totalidade e encontram-se imanentemente relacionados com o todo. Como demonstrou Silva (2013, p. 55), “[...] é nessa relação com o todo que justamente os objetos singulares encontram sua explicação e significado”.

Nessa direção, é importante assinalar que o contexto no qual se situou a produção acadêmico-científica analisada, sobretudo das teses e dissertações, está relacionado às condições históricas em que a área Educação Física e a produção dos discentes dos PPG vêm se

desenvolvendo. Portanto, julgou-se adequado considerar tanto os processos históricos nos quais se identificou alterações nas relações entre Estado, Sociedade Civil e Mercado, momentos nos quais se observou, inclusive, mudanças nos discursos sobre o acesso ao esporte e às práticas da cultura corporal, quanto ao processo de estruturação e desenvolvimento dos PPG, no Brasil.

Ao localizar e analisar a dimensão da produção acadêmico-científica no período de 2007 a 2012 identificou-se o substantivo aumento no número de dissertações e de artigos, com pico produtivo em 2010/2011, e a estabilidade no número de Teses defendidas, ano a ano, entre 2007 e 2012. Notou-se, ainda, a estreita relação entre a o crescimento do número de Grupos de Pesquisas, cadastrados no DGP/CNPq, o financiamento destes e de pesquisas pela REDE CEDES/ME e o crescimento da produção acadêmico-científica sobre as políticas de Esporte e Lazer. Observou-se que expansão dos PPG, no Brasil, incluso os PPGEF, oportunizou a ampliação da produção da área de Educação Física, mas esta não teve relação direta com a ampliação da produção sobre as políticas públicas de esporte e lazer, que, aliás, corresponde a uma ínfima parte da produção da área, como se tem buscado demonstrar ao longo deste estudo.

As teses e dissertações analisadas foram produzidas em áreas diversas, das quais se destacaram a Educação Física e a Educação. A primeira destacou-se, também, como Área Predominante – AP, dos Grupos de Pesquisa cadastrados no DGP/CNPq. Os dados anteriormente apresentados, mais a identificação de que a formação inicial dos autores e autoras, das teses e dissertações produzidas no período estudado, foi de 74%, demonstra, por um lado, o interesse da comunidade acadêmica da Educação Física sobre o tema, e por outro, a incapacidade dos PPGEF em dar conta dessa demanda, como se pode depreender a partir da análise dos dados apresentados ao longo do texto, e na síntese destes nos próximos parágrafos.

Com relação às Instituições de Ensino Superior nas quais os estudos foram realizados notou-se que a maioria pertence à Rede Pública. As Universidades Federais possibilitaram o desenvolvimento de 78,05% das pesquisas realizadas na Rede Pública, sendo que as demais foram desenvolvidas junto as Universidade Estaduais, em diversos estados. O Destaque foi para as Estaduais Paulistas (UNESP, UNICAMP e USP), que oportunizaram o desenvolvimento de 78% do produzido pelas IES Estaduais, no período considerado. Ainda com relação às IES observou-se: a ampliação da produção em IES da Rede Pública Federal; retração na produção, de teses e dissertações, do PPGEF da Universidade Estadual de Campinas; significativo aumento na produção do PPGEF da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

A análise da produção das teses permitiu identificar que apenas 28 % destas foram desenvolvidas em PPGEF. Com relação às dissertações os números melhoraram um pouco, chegando a 46,51% do total. No entanto, ao analisar a distribuição regional das IES com PPGEF e produção de conhecimentos sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, notou-se a manutenção da histórica de concentração dos programas e da produção no eixo Sudeste-Sul, ainda que se considere a criação de novos programas na região Centro-Oeste e os primeiros programas na região Nordeste.

O desequilíbrio na distribuição geográfica dos programas de pós-graduação em educação física, no contexto brasileiro, e a distinta valorização da produção pelas subáreas no interior dos referidos programas, apresenta-se como indicativo da busca pela Pós-Graduação em outras áreas do conhecimento por parte da comunidade científica da Educação Física. Necessário, ainda, considerar a possibilidade insatisfação desta para com o perfil dos PPGEF, na atualidade.

O estudo sobre o Financiamento das teses e dissertações possibilitou identificar que apenas 24% dos responsáveis pelo desenvolvimento das pesquisas tiveram acesso a algum tipo de financiamento. Nenhum dele em nível de doutorado, e no mestrado apenas 28%. Dos bolsistas de mestrado apenas 7% estiveram vinculados a PPGEF. Número muito diferente dos divulgados pelo PNPG (2011-2020), segundo o qual aproximadamente 50% dos alunos na pós-graduação recebem bolsas de estudos para a realização de seus cursos. (Cf. SILVA, 2013). Portanto, o financiamento, por meio de bolsas de estudos, para o desenvolvimento de pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer é, quase que totalmente, oriundo de PPG de outras áreas do conhecimento.

A busca pela identificação do perfil de autores e autoras possibilitou verificar que 74% tinham formação inicial em Educação Física, como já mencionado. Com relação ao gênero observou-se que as mulheres foram maioria, correspondendo a 54% do total. Quando se analisou a distribuição por nível de formação, mestrado ou doutorado, notou-se significativa diferença entre o número de mulheres que defenderam dissertações, correspondendo a 60,46%, e o número de homens que defenderam teses, 85,71%, ou seja, as mulheres foram maioria no mestrado e os homens no doutorado.

Com relação às orientações observou-se que os homens foram responsáveis por 58,33% do total de orientações. Com relação às orientações de dissertação observou-se que 62,79% destas foram realizadas por professores. Nas orientações das teses observou-se certo equilíbrio entre os

gêneros, 4 estudos orientados por professores, correspondendo a 57,14%, e 3 orientados por professoras, correspondendo a 42,85%.

Com relação às temáticas privilegiadas pelas teses e dissertações identificou-se o que Silva (2013, p. 165) chamou de ‘tendência à dispersão temática’, ou seja, fenômeno que ocorre quando o número de temáticas identificadas é, conjunturalmente, alto em relação ao número de trabalhos acadêmico-científicos pertencentes à amostra. Foi o que se pode depreender pela análise do conjunto de teses e dissertações, ou seja, numa amostra de 50 trabalhos identificou-se 32 temas. Não obstante, foi possível identificar importantes ‘núcleos temáticos’: o primeiro deles foi ‘Análise’, presente em 24% das pesquisas; ‘Avaliação’, em 10%; ‘Democratização’, em 12%; ‘Espaços e Equipamentos’, em 4%; ‘Gestão’, em 8%; ‘Produção de Conhecimentos’, em 6%.

Verificou-se estreita relação entre a produção acadêmico-científica e as demandas registradas contemporaneamente, demonstrando a relevância acadêmica e social desta. A identificação do ‘núcleo temático’ Produção de Conhecimento coincide com um momento no qual o campo apresenta o volume necessário para a sua efetivação, bem como, a demanda pela análise do já produzido se faz presente, bem como, as reflexões sobre a necessidade da construção de uma agenda de pesquisa.

Com relação à metodologia descrita pelos autores, para a realização de suas pesquisas, chamou a atenção o número de estudos nos quais não foi possível a identificação da opção metodológica. Diante disso pelo menos duas questões se colocam: a primeira está relacionada ao limite imposto pela utilização do resumo como fonte de informações (FERREIRA, 2002); e a segunda refere-se à qualidade dos resumos, do material empírico levantado. Notou-se a desatenção, ou despreparo, de autores e orientadores para com a elaboração dos resumos, uma vez que estes não atenderam, sequer, as normas da ABNT.

Sobre a seleção das fontes de coleta de dados é possível inferir que a tendência nas pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer foi a utilização, de forma combinada, das fontes de dados: Sujeitos, Obras e Documentos, seguida da utilização, exclusiva, das fontes Documentais. Com relação às técnicas de coleta de dados observou-se que as mais utilizadas foram: Inquirição, por meio da realização de entrevistas, em 64% das pesquisas, de questionários, em 14%; e grupo focal, em 2%. A Observação foi utilizada em 6% das pesquisas realizadas. O Levantamento bibliográfico foi descrito por 50% dos autores responsáveis pela realização das pesquisas como técnica utilizada para coleta de dados, e o levantamento documental foi utilizado em 58% delas. Nota-se a coerência entre os dados apresentados sobre as fontes de coleta de dados

e as técnicas de coleta. A diferença fica por conta da elaboração, equivocada, dos resumos, também quanto a esse quesito. Notou-se, portanto, que a tendência na opção pelas técnicas esteve diretamente relacionada à opção pelas fontes de coleta de dados.

Com relação às técnicas de tratamento dos dados coletados novamente o destaque ficou por conta do altíssimo número de casos, 62% do total, em que houve omissão na descrição da utilização dessas técnicas, ou, ainda, da indicação do ‘tipo de pesquisa’ ou da ‘abordagem’ utilizadas pelos autores. Nos estudos em que descrição foi identificada observou-se que 30% dos autores recorreram à técnica de análise qualitativa, 4% à utilização das técnicas quantitativas e outros 4% à combinação quali-quantitativa. Como mencionado foram consideradas ‘técnicas de tratamento de dados’ a descrição, ou a referência de autores a: ‘pesquisa qualitativa’ ou ‘abordagem qualitativa’, muito comum na área de Educação Física.

A busca por desvelar a emergência, e a possível consolidação, de um objeto de investigação a partir da análise da referida produção e a sua presença junto aos PPG, em áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa, possibilitou a identificar que, apesar de uma história relativamente curta, algo em torno de 27, se atualizarmos o levantamento realizado por Starepravo (2011), a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer, no Brasil, vem se consolidando. Portanto, a resposta ao questionamento sobre a consolidação de um objeto de estudos é positiva, ainda que limites importantes tenham sido identificados, principalmente juntos aos PPGEF.

Starepravo (2011) ao dialogar com um conjunto de autores (Linhales e Pereira Filho, 1999; Húngaro *et al.*, 2009; Amaral e Pereira, 2009) identificou os Pioneiros⁷⁶ e o que ele chamou de *percurso* da produção científica brasileira sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Para o autor os estudos do tipo “Estado da Arte”

sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil são escassos, haja vista até mesmo a jovialidade da área, ainda em processo de consolidação. De qualquer forma, esses trabalhos nos dão um panorama das potencialidades e fragilidades da área, resgatando em parte a história da constituição do subcampo científico/acadêmico que tem por objeto de estudo as políticas públicas de esporte e lazer. (STAREPRAVO, 2011, p. 85).

⁷⁶ “Correndo o risco de cometer injustiças com outros autores poderíamos afirmar que esse diálogo foi inaugurado por Eduardo Dias Manhães ao publicar, em 1986, o livro ‘Política de Esporte no Brasil’” (LINHALES; PEREIRA FILHO, *apud* STAREPRAVO, 2011, p. 76-77).

A análise das contribuições do autor, anteriormente mencionado, sobre a identificação de importantes espaços acadêmico-científicos para o debate sobre esta produção, entre eles o CONBRACE⁷⁷, o Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer⁷⁸ e o Encontro Nacional de Esporte e Lazer – ENAREL⁷⁹, este último com sua qualidade questionada no meio acadêmico (Cf. AREIAS, 2011), e os dados reunidos e apresentados permitem inferir sobre a existência de um processo de consolidação de um objeto de estudos, as Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Por outro lado, julga-se necessário a realização de pesquisas sobre as pesquisas (SILVA, 2013), pois apesar do aumento do volume de trabalhos publicados e de estudos críticos, não se identificou a configuração de uma agenda de pesquisa sólida e consistente (Cf. SANTOS, 2011).

Não obstante, o crescimento da produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer não acompanhou, no âmbito dos PPGEF, o crescimento da produção das outras subáreas (MANOEL; CARVALHO, 2011). A expansão dos programas, observada por diferentes autores (KOKOBUN, 2006; MANOEL; CARVALHO, 2011; SILVA, 2013), parece não ter interferido na produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, dificultando o acesso aos PPGEF de pesquisadores interessados nessa temática. Nessa direção, talvez seja necessário ações políticas específicas para a ampliação de vagas nos cursos de mestrado e doutorado em Educação Física, uma vez que o atual quadro de interesses representados tanto no âmbito dos programas, quanto junto aos órgãos de fomento e de controle da Pós-Graduação brasileira não ser muito favorável a essa ampliação.

⁷⁷ O Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), e o Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE), acontecem conjuntamente a cada dois anos, se constituindo como um dos principais eventos da área da Educação Física e Ciências do Esporte do país. As discussões sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer são organizadas pelo GTT - Políticas Públicas, desde 1999, e vem contando com ampla participação da comunidade acadêmica interessada no tema. (Cf. <http://www.cbce.org.br/br/gtt/politicas-publicas/>).

⁷⁸ O Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer é um evento anual, realizado desde 2001, dirigido ao público de gestores, acadêmicos e outros interessados na temática, visando à apresentação, reflexão e difusão sobre ações (programas) e políticas na área. (Cf. MARCELLINO; PAIVA, 2009).

⁷⁹ O Encontro Nacional de Esporte e Lazer – ENAREL, é evento anual, realizado desde 1989, cujo objetivo principal está relacionado à troca de experiências sobre trabalhos e pesquisas sobre os temas, no Brasil. Os três primeiros eventos ocorreram em Brasília-DF, e logo após o ENAREL passou a ser itinerante, sendo a cada ano realizado em um estado Brasileiro. (Cf. MARCELLINO; PAIVA, 2009).

1.1.2.2 SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA VEICULADA EM PERIÓDICOS

Os levantamentos denominados “Estado da Arte” ou “Estados do Conhecimento” apresentaram aumento significativo tanto no Brasil como em outros países, como demonstrou Ferreira (2002). Segundo a autora tais pesquisas são definidas como de caráter bibliográfico e visam, predominantemente, mapear e discutir a produção acadêmica, nos diferentes campos do conhecimento. Objetivam responder

que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 258).

Segundo Martins (2011) um dos estudos sobre o Estado do Conhecimento, amplamente divulgado na área da Educação é o de Soares (1989), no qual a autora sublinhou que

as pesquisas de caráter bibliográfico, com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinadas áreas do conhecimento (chamadas, usualmente, de pesquisas do ‘estado da arte’), são recentes no Brasil, e são sem dúvida, de grande importância, pois pesquisas desse tipo é que podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. (SOARES, 1989, apud MARTINS, 2011, p. 29).

Depreende-se, portanto, que nestes estudos objetiva-se analisar a produção bibliográfica de um determinado campo de conhecimento, a partir da definição de um evidente recorte, temporal e espacial. Estes apresentam, ainda, aportes que viabilizam tanto a análise crítica da produção, por evidenciar tendências, contribuições e lacunas, quanto às possibilidades de indução de pesquisas futuras, uma vez que explicitam aspectos e/ou dimensões que demandam aprofundamento e/ou correção de rumos ou, ainda, problemáticas inexploradas.

No campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer os estudos do tipo “Estado da Arte” são escassos, como observou Starepravo, 2011. Para o autor este fato pode estar relacionado à ‘jovialidade’ da área, ainda em processo de consolidação, e ressalta:

De qualquer forma, esses trabalhos nos dão um panorama das potencialidades e fragilidades da área, resgatando em parte a história da constituição do subcampo científico/acadêmico que tem por objeto de estudo as políticas públicas de esporte e lazer. (STAREPRAVO, 2011, p. 85).

O procedimento inicial para a realização deste balanço da produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, no período de 2007 a 2012, esteve atrelado, por um lado, a compreensão da importância dos estudos sobre o ‘estado da arte’, como mencionado nos parágrafos anteriores, e por outro lado sensação do não conhecimento dos estudos e pesquisas realizados na área de Educação Física sobre esse tema, associado, ainda, à intenção de avaliar o, possível, crescimento dessa produção (STAREPRAVO, 2011; SANTOS; 2011), considerado em seus aspectos quantitativos e qualitativos. Julgou-se que ordenar periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, permitiria avaliar as possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, e identificar duplicações ou contradições, bem como, lacunas e vieses.

Tendo em vista a importância que tomou a produção de artigos e a sua publicação em periódicos na atualidade (SILVA, 2013; MANOEL; CARVALHO, 2011; Del DUCA *et. al.*, 2011) optou-se por, inicialmente, levantar a produção sobre o ‘Estado da Arte’ em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, e partir destes identificar interesses temáticos, opções teórico-metodológicas, procedimentos e recortes temporais e espaciais utilizados. Identificaram-se os seguintes estudos:

- ✓ Húngaro *et. al.*, (2008), que analisaram os trabalhos apresentados no GTT de Políticas Públicas, em forma de comunicação oral, no 10º, 11º, 12º, 13º e 14º Conbraces, realizados nos anos de 1997 (Goiânia, GO), 1999 (Florianópolis, SC), 2001 (Caxambu, MG), 2003 (Caxambu, MG) e 2005 (Porto Alegre, RS);
- ✓ Santos, Batista e Araújo (2007) que analisaram produção de conhecimento em Políticas Públicas, Educação Física, Esporte e Lazer divulgada nos eventos científicos organizados pela Secretaria Estadual do CBCE em Pernambuco (SECBCE/PE), tomando como referência os trabalhos apresentados no GTT Políticas Públicas (GTT 10), no período de 2000 a 2006;

- ✓ Starepravo, Nunes e Marchi Jr (2009) analisaram os trabalhos apresentados no GTT de Políticas Públicas no Conbrace de 2007;
- ✓ Amaral e Pereira (2009), que analisaram a produção sobre o tema, no período de 1999 a 2009, veiculadas pelas Movimento, RBCE e Motrivivência, além da produção do GTT de Políticas Públicas, apresentadas nos Conbraces;
- ✓ Castro *et al.*, (2012) que realizar um mapeamento das teses, dissertações e artigos disponibilizados on-line que abordam políticas sociais de esporte e lazer no período de 2000 a 2009.

Observou-se que os trabalhos buscaram, por diferentes estratégias e opções teórico-metodológicas, analisar a produção acadêmica que problematizou as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, no Brasil, objetivando apreendê-la e, em certa medida, demarcar suas ‘fronteiras’. Ao longo da exposição dos dados levantados neste estudo buscar-se-á dialogar com as obras mencionadas.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 3, p. 56, foram localizados 35 Artigos publicados em periódicos pertencentes aos estratos A2, B1 e B2, referente ao *Qualis* da Educação Física, para o triênio 2010-2012, que veiculam a produção científica da área em seu diálogo com as Ciências Humanas e Sociais, devidamente relacionados no Apêndice – C. Na Tabela 15, abaixo, pode se observar o nome do periódico, o *Qualis* correspondente para o período e o número de artigos veiculados, tendo em vista o recorte temporal estabelecido para este estudo.

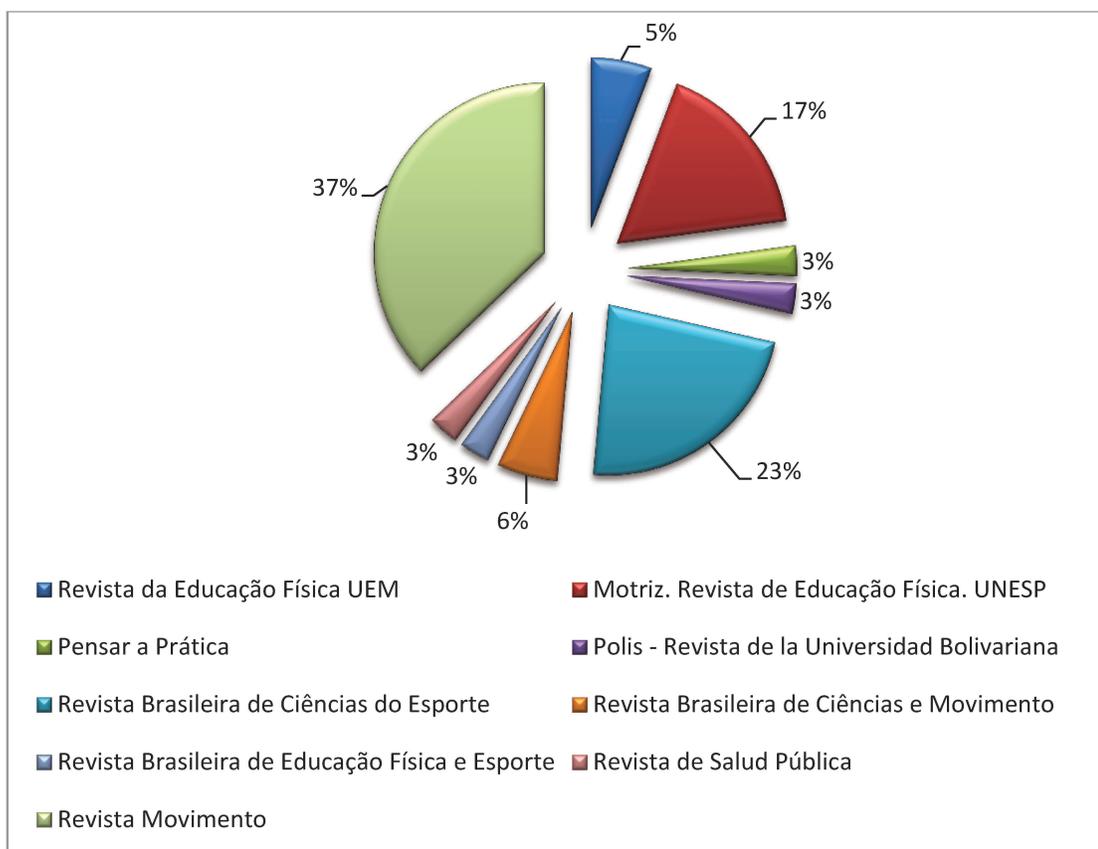
TABELA 15 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE ARTIGOS PÚBLICADOS POR PERIÓDICO, NO PERÍODO DE 2007 A 2012, E O RESPECTIVO QUALIS/CAPES – DA EDUCAÇÃO FÍSICA, PARA O TRIÊNIO 2010/2012 - BRASIL, 2013.

| | Revista | Qualis | Nº de artigos |
|---|--|---------------|----------------------|
| 1 | Revista Motriz | A2 | 06 |
| 2 | Revista Movimento | A2 | 13 |
| 3 | Revista Pensar a Prática | B1 | 01 |
| 4 | Revista Bras. de Educação Física | B1 | 01 |
| 5 | Revista Bras. De Ciências do Esporte | B1 | 08 |
| 6 | Revista de Salud Pública (Colômbia) | B1 | 01 |
| 7 | Revista Bras. de Ciência e Movimento | B2 | 02 |
| 8 | Revista Polis, Revista de La Universidad Bolivariana (Chile) | B2 | 01 |

Fonte: Elaboração própria. Dados disponíveis em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>

Identificou-se, portanto, que o número de revistas, que no período de realização da pesquisa, adequaram-se aos critérios estabelecidos e apresentaram produção sobre o tema, foi de 9, e o número de artigos levantados 35. É possível inferir, portanto, que a média de produção de artigos no período foi de 7 ao ano e que os periódicos de destaque foram: Revista Movimento, com 37% dos artigos resultantes de pesquisa científica publicados; a Revista RBCE, com 23% dos artigos publicados; e a Revista Motriz, com 17% artigos publicados, como pode ser observado no Gráfico 17, abaixo.

GRÁFICO 17 – DEMONSTRATIVO DA PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO, SEGUNDO OS PERIÓDICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA - QUALIS/CAPES PARA O TRIÊNIO 2010/2012 - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

Outros autores (AMARAL; PEREIRA, 2009; CASTRO *et al.*, 2012), também se dedicaram a análise da produção acadêmico-científica veiculada em periódicos, identificando limites e perspectivas. Julgou-se que a observação dos procedimentos e dos resultados encontrados pelos pesquisadores e pesquisadoras possibilitaria a identificação de continuidades e discontinuidades, com relação à pesquisa em PPEL e a sua difusão.

Amaral e Pereira (2009) ao analisarem a produção sobre o tema no período de 1997 a 2007 estabeleceram os seguintes critérios para definição dos periódicos a serem consultados:

que contemplassem os padrões de regularidade e periodicidade na circulação, além de serem considerados periódicos de impacto internacional, quanto ao formato, qualidade de conteúdo e composição do corpo editorial e consultores; que possuíssem uma abertura para as pesquisas apresentadas na área de educação física, esporte e lazer que dialogam e interagem com as humanidades, em especial com a subdisciplina das políticas públicas; caso alguma das revistas não atendesse ao primeiro critério mencionado, mas contemplasse o segundo e tivesse dedicado edições exclusivas à temática das políticas públicas, ela seria analisada. Foram selecionadas as revistas Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) e Motrivivência. (AMARAL; PEREIRA, 2009, p. 43)

Para a definição do conjunto dos artigos que seriam analisados as autoras definiram como critério de corte a identificação da falta de clareza quanto ao trato metodológico no corpo do texto, não sendo possível, portanto, considerá-lo como resultante de pesquisa. Na Tabela 16, abaixo, apresenta-se as Revistas e o quantitativo levantado e analisado pelas autoras.

TABELA 16 – DEMONSTRATIVO DAS REVISTAS E DO NÚMERO DE ARTIGOS LEVANTADOS E ANALISADOS POR AMARAL E PEREIRA (2009) - BRASIL, 2013

| Revista | Total de Artigos | Não encontrada referência à Pesquisa | Pesquisa |
|---------------|------------------|--------------------------------------|-----------|
| RBCE | 19 | 01 | 18 |
| Movimento | 11 | 00 | 11 |
| Motrivivência | 10 | 02 | 08 |
| Total | 40 | 03 | 37 |

Fonte: Adaptado de Amaral e Pereira (2009, p. 46).

Ao analisar os dados apresentados por Amaral e Pereira (2009) observou-se que o 3 revistas adequavam-se ao critério estabelecido pelas autoras, e que estas analisaram 37 artigos,

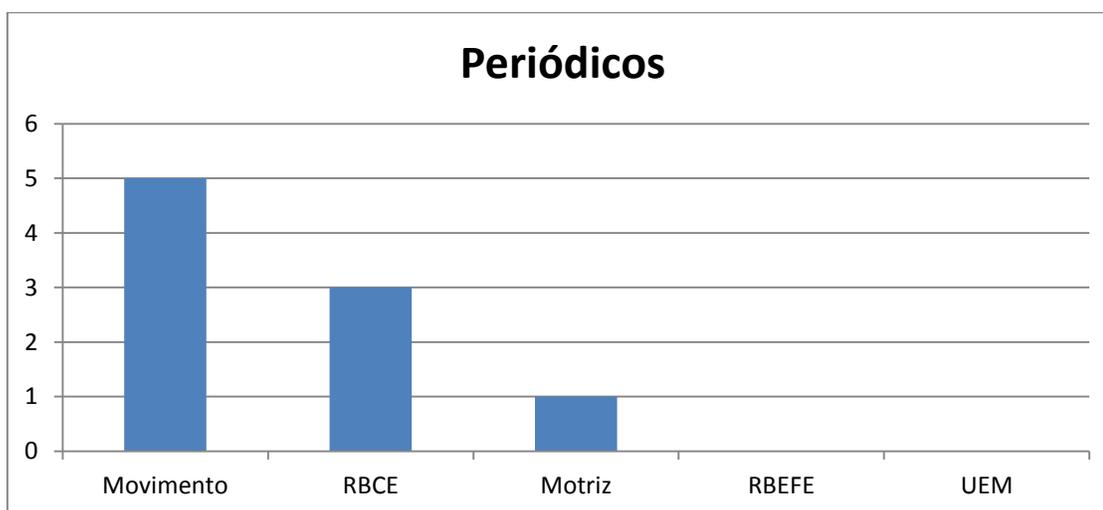
veiculados pelos periódicos de acordo com o recorte temporal estabelecido. Portanto, é possível inferir que a média de produção de artigos no período foi de 3,7 ao ano, e o destaque foi para a Revista RBCE, responsável pela publicação do maior número de artigos resultantes de pesquisa científica, como pode ser observado na Tabela 16, acima.

Castro *et al.*, (2012) ao realizarem um mapeamento das teses, dissertações e artigos disponibilizados on-line e que abordam o tema das políticas sociais de esporte e lazer, no período de 2000 a 2009, delimitaram a busca aos

periódicos nacionais voltados a publicar pesquisas científicas sobre temas relacionados à Educação Física e com classificação B1 e/ou B2. Assim, a busca ocorreu na Revista Motriz, Revista Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte e Revista da Educação Física/UEM. Utilizamos o campo de “Pesquisa” para, através das palavras-chave citadas acima, realizarmos as buscas. Encontramos 12 trabalhos. Apesar da busca envolver as palavras-chave apresentadas acima, durante o levantamento alguns trabalhos foram descartados, pois o objeto de estudo central dos mesmos não envolvia políticas públicas sociais de esporte e lazer. Portanto, analisamos (...) e 9 artigos de periódicos. (CASTRO *et al.*, 2012, p. 4)

Observou-se, ao analisar os dados apresentados pelos autores que foram 5 as revistas que se adequaram aos critérios estabelecidos, e 9 os artigos analisados. Os autores não identificaram publicação de artigos nos periódicos relacionados nos anos de 2000, 2001, 2002, 2006, e 2007. Portanto, é possível inferir que a média de produção de artigos no período estudado foi de 1 ao ano, e que o tema das PPEL não foi uma constante nas produções científicas. O periódico com maior número de artigos publicados, resultantes de pesquisa científica, foi a Revista Movimento, como pode ser observado no Gráfico 18, abaixo.

GRÁFICO 18 – DAS REVISTAS E DO NÚMERO DE ARTIGOS LEVANTADOS E ANALISADOS POR CASTRO ET AL. (2012) - BRASIL, 2013



Fonte: Castro *et al.*, (2012, p. 9).

Os dados levantados, quando comparados aos identificados nos estudos de Amaral e Pereira (2009), e de Castro *et al.*, (2012), consideradas as diferenças e semelhanças, permitem indicar um crescimento significativo da produção difundida por periódicos e o crescimento do número de Revistas que veicularam a produção sobre o tema. Percebe-se, ainda, o ‘movimento’ descrito por Silva (2013, p. 122), com relação à qualificação dos periódicos nacionais, visando à internacionalização da produção científica da área. Por outro lado, o ‘paradoxo’ mencionado por esse mesmo autor, qual seja, a diversificação epistemológica da área, ao invés de contribuir para o fortalecimento e amadurecimento da Educação Física tem servido

como ‘instrumento’ de luta no âmbito da área, como argumento para qualificar uma tendência (geralmente as empírico-analíticas) em detrimento das outras (principalmente, as fenomenológicas-hermenêuticas e crítico-dialéticas) (...). Esta disputa no nosso entendimento acirrou-se nos últimos anos, em virtude das modificações implantadas pela CAPES, na sistemática de avaliação dos programas, a partir do biênio 1997/1998. (SILVA, 2013, p. 122 – Grifo do autor)

Os dados apresentados no Quadros 3 e 4, localizados na página 46 deste, permitem aferir possíveis consequências do referido ‘paradoxo’. Observem-se alguns dos dados lá indicados: das 2.448 pessoas que estiveram envolvidas com a pesquisa em EF, 590 pessoas (24,10%) envolveram-se com a pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Os pesquisadores do Campo da Educação Física foram responsáveis pela publicação de 12.748 artigos em periódicos de circulação nacional, 5.177 artigos em periódicos de circulação internacional. Os pesquisadores

em Políticas Públicas de Esporte e Lazer produziram 1.410 artigos para periódicos de circulação nacional, correspondendo a 11,06% do total da produção; 179 artigos para periódicos de circulação internacional, equivalente a 3,45% da produção.

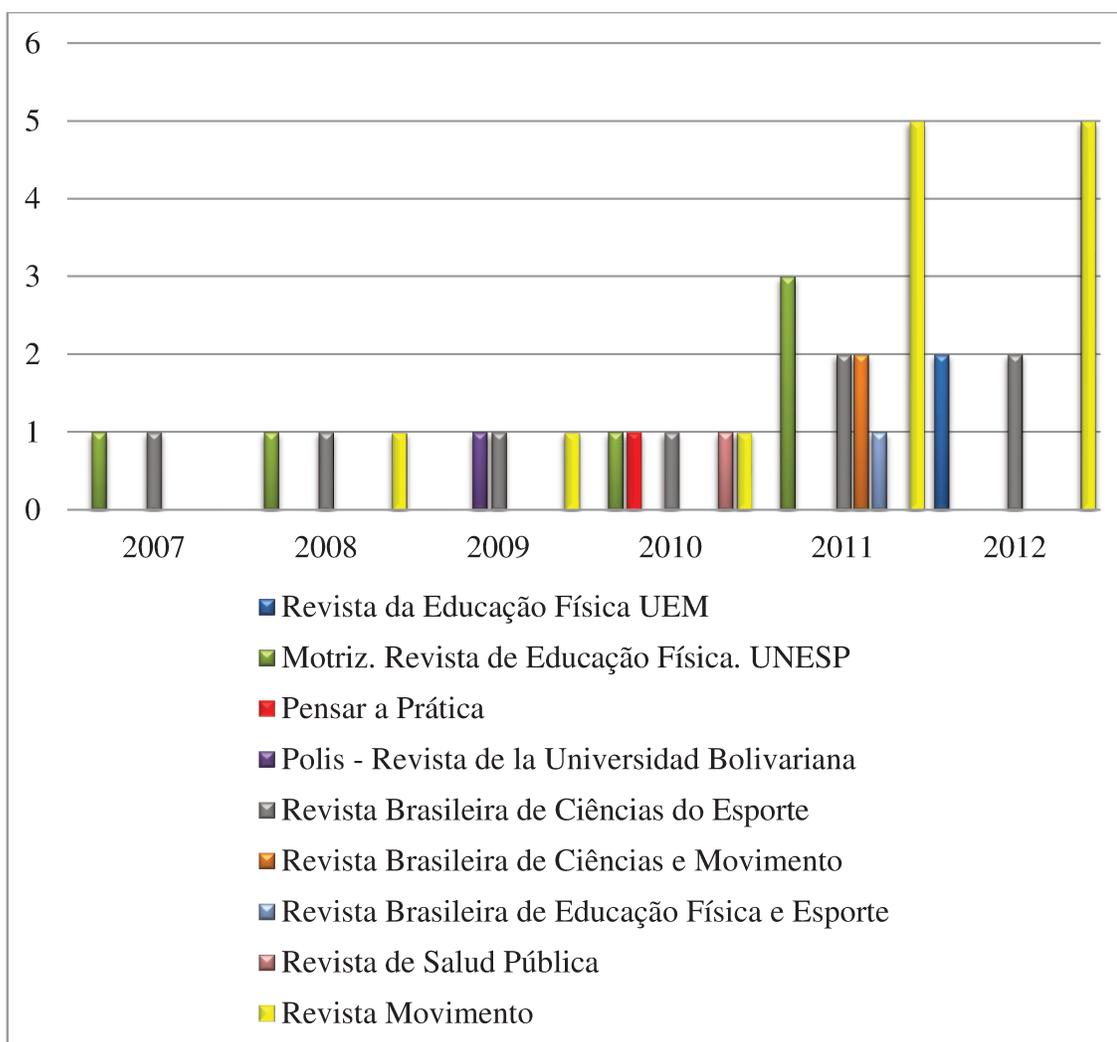
Parece estarmos diante dos resultados da ‘expansão desequilibrada’ dos PPGEF (SILVA, 2013) no que se refere às regiões e mesorregiões do país, mas principalmente com relação à valorização das subáreas de conhecimento da Educação Física, como bem observaram Manoel e Carvalho (2011).

Outro dado identificado em estudos sobre o tema (HÚNGARO *et al.*, 2008; AMARAL; PEREIRA, 2009; CASTRO *et al.*, 2012) refere-se ao rigor teórico-metodológico, tanto na produção de conhecimentos quanto na redação dos artigos que visam difundi-lo. Parte importante dos estudos se restringiram à descrição do campo empírico, apresentando clara dificuldade em “[...] dialogar com outras áreas como a ciência política, a sociologia e/ou áreas setoriais como a educação, assistência social, saúde [...]” (AMARAL; PEREIRA, 2009, p. 51); ou, ainda, aos Relatos de Experiência de “[...] Governo dos autores e, quase sempre, demonstrando os êxitos da experiência. Guardam muito pouco valor científico, já que são realizadas sem o necessário afastamento, tão caro a investigação crítica [...]” (HÚNGARO *et al.*, 2008, p. 101). Conforme as observações de Castro *et al.* (2012) apesar de existir um aumento no número de estudos que abordam a temática de políticas sociais de esporte e lazer esta temática não tem sido uma constante nas produções científicas.

As continuidades estiveram relacionadas, até o momento, a observação dos autores para com a fragilidade teórica e metodológica apresentada por parte importante da produção acadêmico-científica, seja aquela veiculada pelos periódicos científicos da área ou, ainda, as veiculadas pelos Anais dos eventos.

No entanto, observou-se uma pequena alteração no quadro apresentado pelos autores, quando da realização deste estudo. Identificou-se aumento no número de artigos produzidos, constância na sua produção, bem como, veiculação em periódicos melhor avaliados pelo *Qualis/CAPES*, como pode ser observado no Gráfico 19, abaixo.

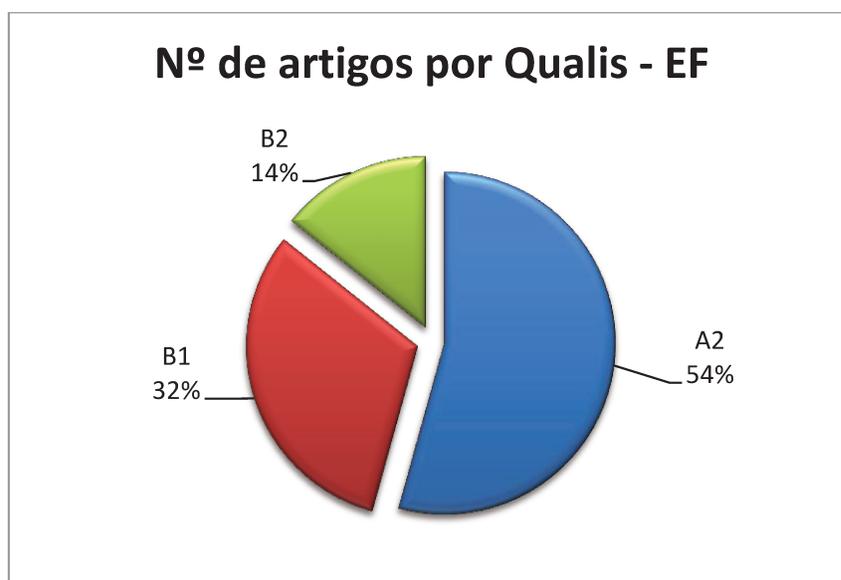
GRÁFICO 19 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO E DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, SEGUNDO OS PERÍODICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA - QUALIS/CAPES PARA O TRIÊNIO 2010/2012 - BRASIL, 2013



Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados no Gráfico 19, acima, permitiram verificar a qualificação da produção, uma vez que esta foi divulgada em periódicos de altos estratos, e notar uma pequena evolução no número e na constância dos artigos produzidos, com predomínio de sua publicação em periódicos A2, que pode ser observada no Gráfico 20, abaixo.

GRÁFICO 20 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO OS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA - QUALIS/CAPES PARA O TRIÊNIO 2010/2012 - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 17, abaixo, apresenta-se o número de artigos publicados, por ano, e a localização regional de sua produção, tendo em vista a IES, e/ou, Grupos de Pesquisas, aos quais estiveram vinculados os autores.

TABELA 17 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE ARTIGOS PÚBLICADOS, NO PERÍODO DE 2007 A 2012, POR ANO E POR REGIÃO - BRASIL, 2013.

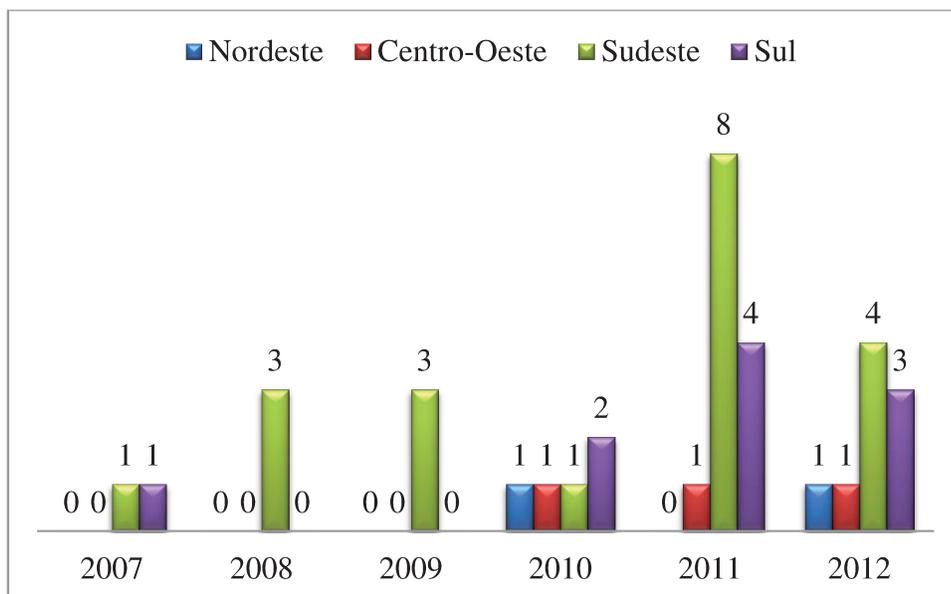
| Região | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|--------------|----------|----------|----------|----------|-----------|----------|-----------|
| Nordeste | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| Centro-Oeste | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Sudeste | 1 | 3 | 3 | 1 | 8 | 4 | 20 |
| Sul | 1 | 0 | 0 | 2 | 4 | 3 | 10 |
| Total | 2 | 3 | 3 | 5 | 13 | 9 | 35 |

Fonte: elaboração própria.

Os dados apresentados permitem identificar que a Região Sudeste teve o maior número de artigos produzidos, com 57% do total; a Região Sul ficou em segundo lugar com 29% da produção e as Regiões Centro-Oeste e Nordeste com 8% e 6% da produção, respectivamente.

No Gráfico 21, abaixo, é possível identificar a evolução dessa produção e, com relação à desigualdade regional, a sua ampliação.

GRÁFICO 21 – DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ARTIGOS PÚBLICADOS, NO PERÍODO DE 2007 A 2012, POR ANO E POR REGIÃO – BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

A tendência à concentração observada na produção dos artigos publicados em periódicos dos altos estratos, também foi identificada quanto à formação dos Grupos de Pesquisas, quanto à produção de teses e dissertações e, por fim, a concentração do PPGEF, o que, alias, é muito ilustrativo, ainda que a temática dos estudos não tenha sido, necessariamente, valorizada por estes.

Os dados apresentados por Húngaro *et al.*, (2008), são semelhantes ao encontrados neste, ainda que os artigos que os autores analisaram foram os apresentados junto ao GTT de Políticas Públicas do CBCE, quando da realização do Conbrace. Eles identificaram que a Região Sudeste foi responsável pelo maior número de trabalhos apresentados. As Regiões Sul e Nordeste também deram significativa contribuição á produção do GTT, e as Regiões Centro-Oeste e Norte, em menor escala, como pode ser observado na Tabela 18, abaixo.

TABELA 18 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE ARTIGOS APRESENTADOS JUNTO AO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO CBCE, POR ANO E POR REGIÃO - BRASIL, 2013.

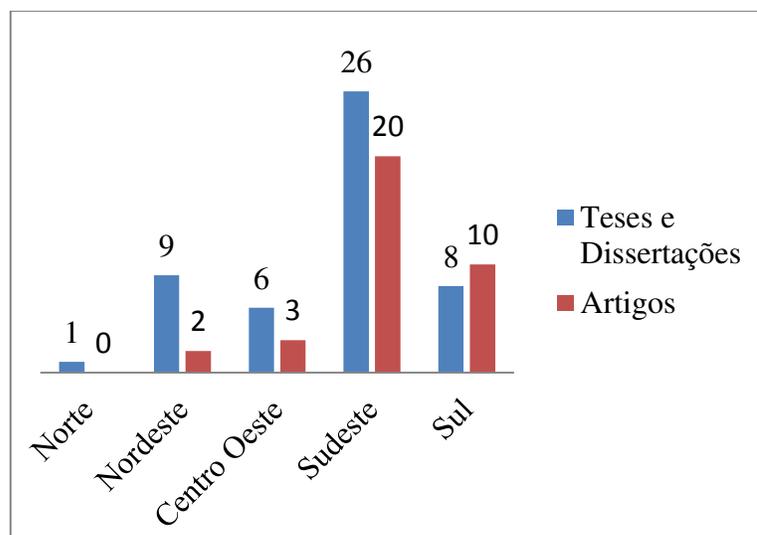
| Região | 1997 | 1999 | 2001 | 2003 | 2005 | Total |
|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Sul | 4 | 6 | 2 | 5 | 3 | 20 |
| Sudeste | 11 | 4 | 6 | 10 | 8 | 39 |
| Centro-Oeste | 1 | 5 | 1 | - | - | 07 |
| Norte | 1 | - | 2 | - | - | 03 |
| Nordeste | 7 | 4 | 5 | 1 | 3 | 20 |
| Total | 24 | 20 | 16 | 16 | 14 | 89 |

Fonte: Húngaro *et al.*, (2008, p. 103).

Infelizmente os demais autores não se dispuseram a verificar a produção a partir da regionalidade, o que seria fundamental para poder registrar possíveis tendências. Não obstante, a correlação com os demais dados já apresentados, sobre os grupos, as teses e dissertações, o financiamento das pesquisas, etc. é possível inferir que as desigualdades regionais estão aumentando, ainda que algumas ações pontuais tenham sido realizadas, como a abertura de PPGEF nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, como já mencionado.

No Gráfico 22, abaixo, apresenta-se o número de teses, dissertações e artigos produzidos e publicados, por ano e por região.

GRÁFICO 22 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS PÚBLICADOS, NO PERÍODO DE 2007 A 2012, POR ANO E POR REGIÃO – BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados permitem identificar estreita relação entre a produção das teses e dissertações e dos artigos, no período e por região. Evidencia-se o já mencionado por Silva (2013), com relação aos PPG serem um *locus* privilegiado para a produção de conhecimento, sobretudo no nível dos estudos doutorais.

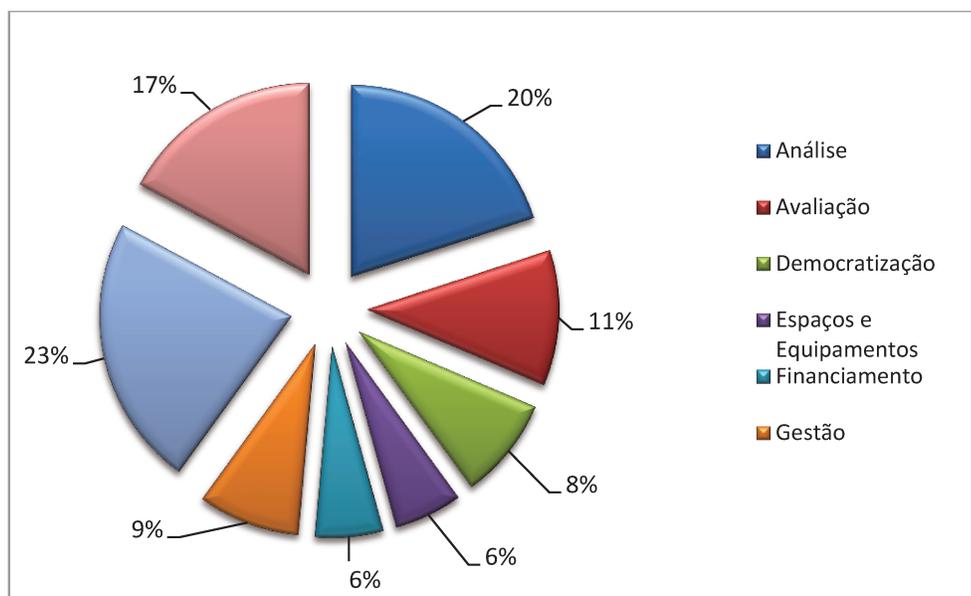
Dando continuidade a análise dos artigos procurou-se identificar um perfil para a autoria. A primeira observação foi de que apenas 6,17%, dos artigos tiveram apenas um autor. Observou-se, ainda, que o número total de autores/autoras e/ou coautores/coautoras envolvidos na produção dos 35 artigos analisados foi de 65. Com relação ao gênero identificou-se certo equilíbrio, pois 32, 49,23% do total, eram mulheres, e 33, 50,76%, homens. Ao considerar formação inicial destes identificou-se que 57, 87,69%, eram formados em Educação Física, 3, 4,61%, tinham formação em Ciências Sociais, e outros 3 pesquisadores, correspondendo a 1,53% do total cada um deles, com formações em Direito, Letras e Turismo, respectivamente. Não foi possível precisar a formação inicial de um autor, por ele não ter Curriculum Lattes. A titulação predominante foi a de mestre, com 34, 52,31% do total, e os doutores e doutoras compuseram a amostra com 31, 47,69%. Significativa maioria dos autores/autoras e/ou coautores/coautoras, 51 correspondendo a 78,46% da amostra, publicou um único artigo, sendo que 14, 21, 54%, mais de um artigo no período. Destacaram-se os autores: Aline Tschoke - UFPR, Silvia Cristina Franco Amaral – UNICAMP, e Wanderley Marchi Junior - UFPR, com 3 artigos cada; Simone Rechia - UFPR, com 4 artigos, e Nelson Carvalho Marcellino – UNIMEP, com 5 artigos publicados. Os dados relativos às autorias dos artigos analisados podem ser observados no Apêndice I.

A relação entre a produção de artigos e a de teses e dissertações, ou, entre orientandos e orientadores, ou ainda, entre membros de grupos de pesquisa, foi evidenciada novamente, sobretudo na identificação de pesquisadores/pesquisadoras com publicação conjunta e em maior número. Notou-se em alguns artigos um número maior de autores, cujos motivos e a prática merecem ser investigado, como já mencionado anteriormente, ao se questionar a lógica do *modus operandi*, de Lazzarotti *et al.* (2012).

Dando continuidade ao estudo e visando desvelar a emergência, e a possível consolidação, de um objeto de investigação, julgou-se adequado, também na análise dos artigos, procurar identificar as temáticas privilegiadas, as metodologias, as fontes, as técnicas de coleta e tratamento de dados. Para tanto, optou-se pela utilização dos mesmos procedimentos já utilizados, e descritos anteriormente, quando da análise das teses e dissertações.

No Gráfico 23, abaixo, pode-se observar o percentual das temáticas privilegiadas pelos autores dos artigos analisados.

GRÁFICO 23 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS TEMÁTICAS PRIVILEGIADAS PELOS ARTIGOS, NO PERÍODO DE 2007 A 2012 - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar os dados apresentados no Gráfico 23, acima, identificou-se que as temáticas privilegiadas nos artigos foram: Análise, presente em 20% das pesquisas; Avaliação, em 11%; Democratização, 8%; Espaços e Equipamentos, 6%; Gestão, 9%; Produção de Conhecimentos, 23%; outras, em 17% dos artigos analisados. Estreita semelhança às temáticas privilegiadas pelos autores das teses e dissertações, identificando-se, porém, pequenas alterações nas porcentagens. O Destaque foi para o crescimento de publicações sobre a produção de conhecimentos, por alguns nomeadas como estudos sobre o ‘estado da arte’.

A apresentação da produção em sua sequência histórica, como apresentada na Tabela 19, abaixo, permite identificar a formação de interesses por determinados ‘núcleos temáticos’, bem como, a prevalência destes interesses ao longo do tempo. Como já exposto anteriormente, julga-se que com o acúmulo de experiência, resultante da realização de pesquisas, maior domínio de técnicas e métodos, melhor compreensão sobre nexos entre os problemas de pesquisa e a realidade social, a clareza sobre as implicações filosóficas das diversas opções científicas, ou

seja, a ampliação do domínio sobre os fundamentos epistemológicos e ontológicos da investigação científica, podem resultar em pesquisas de melhor qualidade. (Cf. SILVA, 2013).

TABELA 19 – DEMONSTRATIVO DAS TEMÁTICAS PRIVILEGIADAS PELAS PELOS ARTIGOS, PÓS-AGREGAÇÃO E POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013.

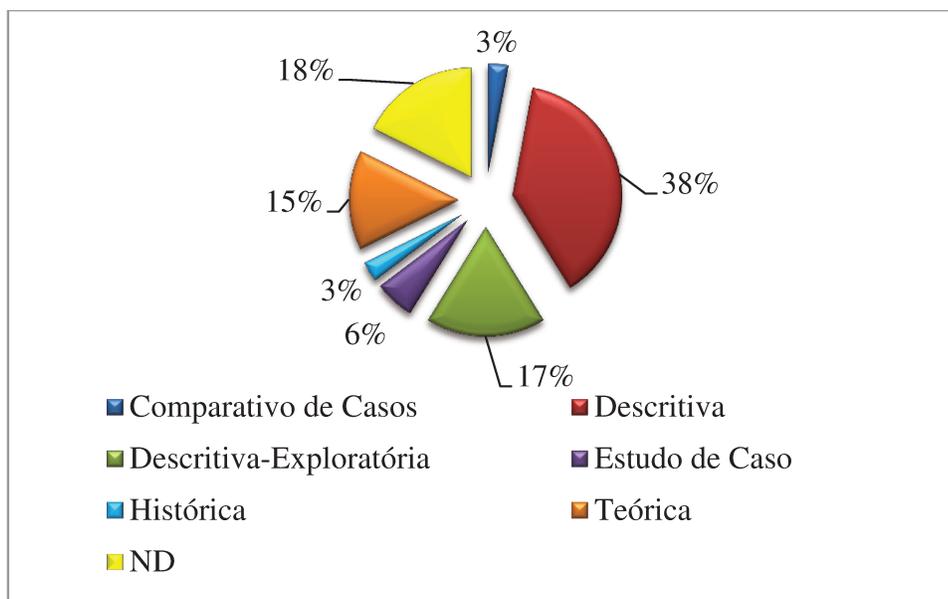
| Temáticas | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|--------------------------|------|------|------|------|------|------|-----------|
| Análise | - | - | 1 | - | 1 | 5 | 7 |
| Avaliação | - | - | - | 1 | 3 | - | 4 |
| Democratização | 1 | - | - | 1 | - | 1 | 3 |
| Espaços e Equipamentos | - | 1 | - | - | 1 | - | 2 |
| Financiamento | - | - | - | 1 | 1 | - | 2 |
| Gestão | - | 1 | - | - | 2 | - | 3 |
| Produção de Conhecimento | - | 1 | 1 | 3 | 3 | - | 8 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | 6 |
| Total | | | | | | | 35 |

Fonte: Elaboração própria.

Notou-se que, também nos artigos, o destaque do ‘núcleo temático’ sobre Produção de Conhecimento, aliás, com maior incidência do que a verificada junto às teses e dissertações. Realmente parece coincidir com o momento em que o *campo* apresenta um maior volume na produção demandando, portanto, estudos dessa ‘natureza’, como já mencionado.

No Gráfico 24, abaixo, apresenta-se dados percentuais sobre a metodologia descrita pelos autores dos artigos analisados. Os procedimentos utilizados para a identificação metodologias foram semelhantes aos utilizados na identificação das temáticas, ou seja, recorreu-se aos resumos para a sua localização e descrição das opções metodológicas apresentadas, procedimentos já utilizados e descritos quando da análise das teses e dissertações.

GRÁFICO 24 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO A METODOLOGIA UTILIZADA - BRASIL, 2013.



Fonte: elaboração própria.

Pode-se observar que a metodologia descritiva foi a mais frequente na descrição dos autores, correspondendo a 38% do total. A metodologia descritivo-exploratória e a teórica ocupam segundo e terceiro lugar, respectivamente, correspondendo a 17% e 15% do total. O Estudo de Caso, os Estudos Comparativos de Casos e as Pesquisas Históricas vêm em seguida com 6%, 3% e 3%, respectivamente. Chamou a atenção o conjunto de trabalhos nos quais a metodologia não foi descrita (ND), correspondendo a 18% do total, sobretudo porque os artigos analisados foram publicados em periódicos dos altos estratos, como já mencionado. Notou-se, novamente, a desatenção, ou despreparo, de autores para com a elaboração dos resumos, não atendendo sequer as normas da ABNT. Causou estranheza a publicação dos artigos nessas condições.

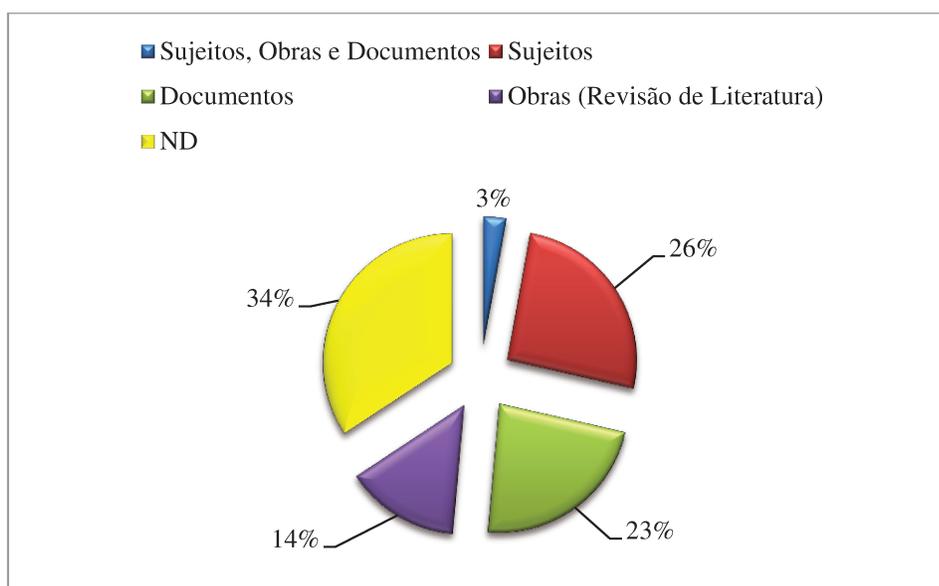
As informações sobre as fontes de coleta de dados utilizadas nas pesquisas analisadas estão dispostas na Tabela 20 e no Gráfico 25, abaixo. Na elaboração da Tabela optou-se pela exposição registrando o conjunto e a série histórica, e no Gráfico e exposição dos percentuais de cada fonte.

TABELA 20 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO, DOS ARTIGOS ANALISADOS - BRASIL, 2013.

| Fontes de Coleta de dados | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|-------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| Sujeitos, Obras e Documentos | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Sujeitos | 0 | 0 | 1 | 1 | 4 | 3 | 9 |
| Documentos | 0 | 0 | 1 | 2 | 3 | 2 | 8 |
| Obras (Revisão de Literatura) | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 | 5 |
| ND | 2 | 2 | 1 | 1 | 4 | 2 | 12 |
| Total | 2 | 2 | 3 | 6 | 3 | 9 | 35 |

Fonte: elaboração própria.

GRÁFICO 25 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS DESCRITA NOS ARTIGOS ANALISADOS - BRASIL, 2013.

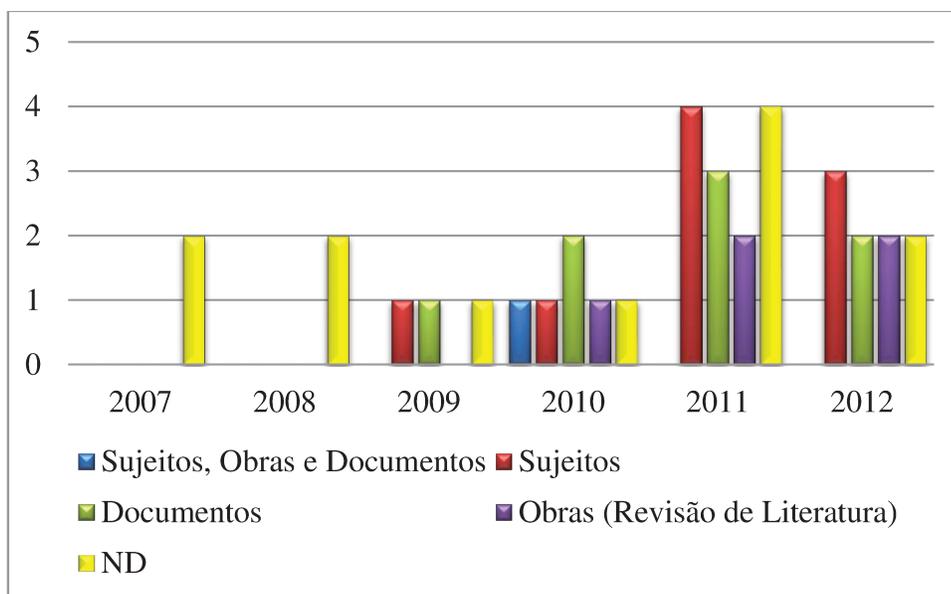


Fonte: elaboração própria.

Pode-se observar que os autores indicaram utilizar, para a realização das pesquisas que originaram os artigos, as seguintes fontes de coleta de dados: com maior frequência a consulta aos Sujeitos e aos Documentos, correspondendo a 26% e 23% do total, respectivamente. A Revisão de Literatura e a articulação entre a consulta aos Sujeitos, às Obras e aos Documentos, vêm em seguida com 14% e 3%, respectivamente. Finalizando, o conjunto os artigos nos quais as fontes de coleta não foram declaradas, ou, ainda, aqueles nos quais não foi possível identificar as fontes, que corresponderam a 34% do total.

O Gráfico 26, abaixo, permite a visualização do conjunto de fontes de coleta de dados, descritas, e a identificação da tendência de crescimento, tendo por referência a frequência e o número de utilizações em cada período.

GRÁFICO 26 - DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS FONTES DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria

As informações sobre as técnicas de coleta de dados indicadas pelos autores dos artigos sobre PPEL estão dispostas na Tabela 21 e no Gráfico 27. Novamente optou-se para na Tabela expor os dados referentes ao conjunto dos artigos publicados no período em sua série histórica, e no Gráfico os percentuais correspondentes a cada técnica.

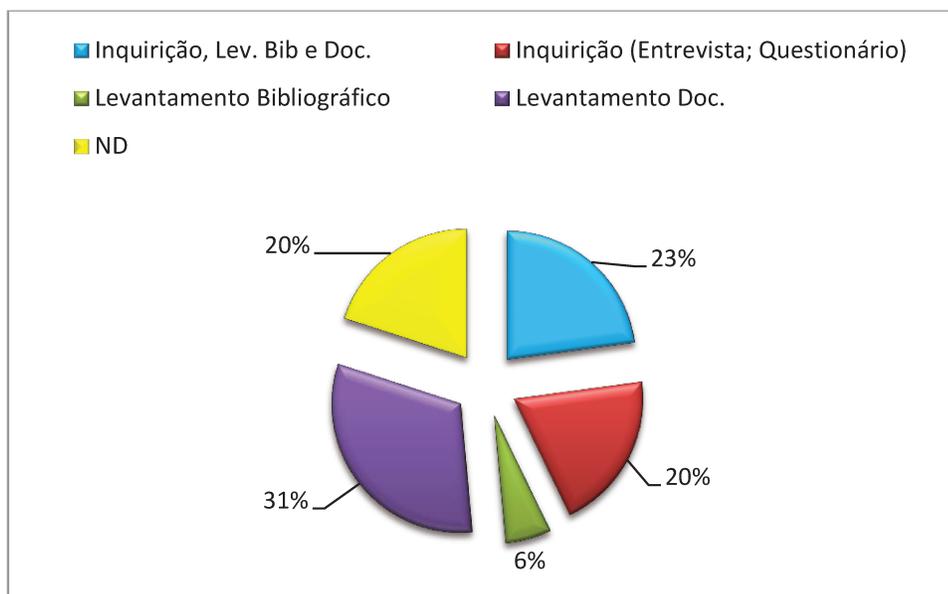
TABELA 21 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO, DOS ARTIGOS ANALISADOS - BRASIL, 2013.

| Técnicas de Coleta de Dados | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|---------------------------------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Inquirição, Lev. Bib e Doc. | 0 | 1 | 1 | 2 | 1 | 3 | 8 |
| Inquirição (Entrevista; Questionário) | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 3 | 7 |

| | | | | | | | |
|----------------------------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|
| Levantamento Bibliográfico | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| Levantamento Doc. | 1 | 1 | 1 | 1 | 5 | 2 | 11 |
| ND | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 7 |
| Total | 2 | 3 | 3 | 4 | 13 | 10 | 35 |

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 27 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DE ARTIGOS, SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS - BRASIL, 2013.

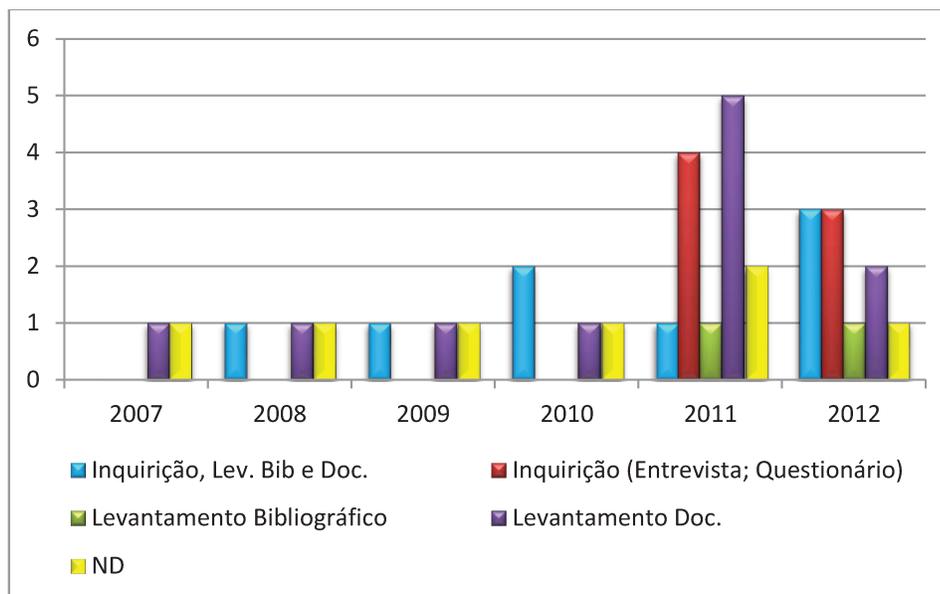


Fonte: Elaboração própria.

Ao observar a Tabela 20 e o Gráfico 27, acima, percebe-se que as técnicas de coleta de dados mais utilizadas, no período, foram: em primeiro lugar, com 31%, o levantamento de Documentos. Em segundo lugar, com 23%, a articulação das técnicas de Inquirição, Levantamento Bibliográfico e Documental. Em terceiro, com 20% a técnica de Inquirição, efetivada por meio da realização de entrevistas e/ou aplicação de questionários, seguido do Levantamento Bibliográfico, com 6%. Os casos em que as técnicas não foram declaradas, ou não foi possível identifica-las corresponderam a 20% do total.

Tal qual o evidenciado quando da análise das teses e dissertações, observou-se tendência pela articulação entre técnicas e fontes de coleta de dados. As sequências históricas registradas na Tabela 20 e no Gráfico 26 permitem verificar a frequência de utilização das mesmas, pelos pesquisadores, ao longo do período estudado.

GRÁFICO 28 - DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DOS ARTIGOS SEGUNDO AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaboração própria.

Os dados expostos no Gráfico 28, acima, permitem evidenciar a evolução da utilização das técnicas de coleta de dados e o uso recorrente da técnica de Inquirição, articulada ou não a outras técnicas, a contínua utilização do Levantamento Documental, com significativo aumento nos anos de 2011 e 2012, e a Não Declaração (ND) da técnica utilizada ao longo de todo o período estudado.

Os dados referentes às técnicas de tratamento dos dados, descritas pelos autores em seus artigos, estão expostos na Tabela 22 e nos Gráfico 29 e 30, abaixo.

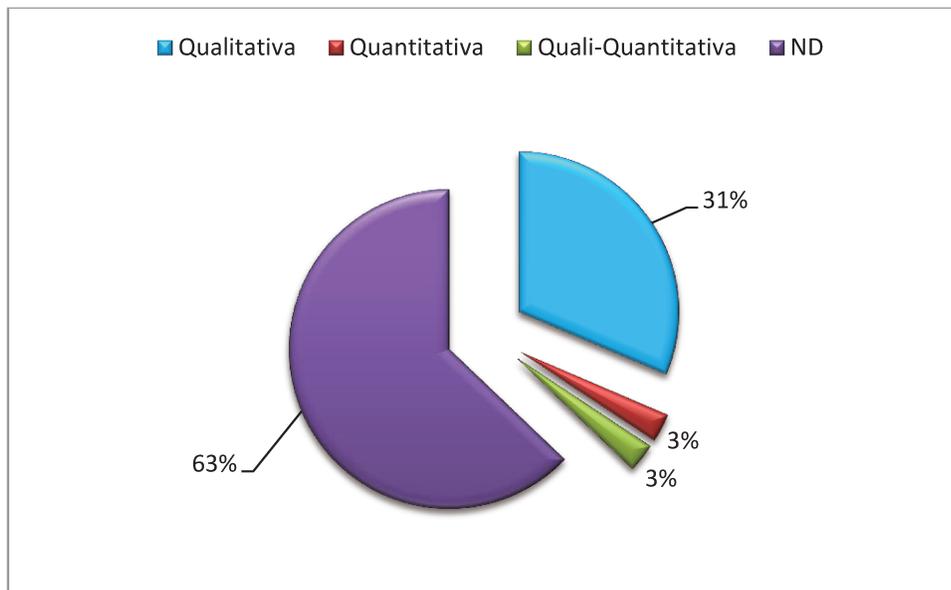
TABELA 22 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO SEGUNDO A TÉCNICA DE TRATAMENTO DOS DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013.

| Técnica de Tratamento de dados | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
|--------------------------------|----------|----------|----------|----------|-----------|----------|-----------|
| Qualitativa | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 3 | 11 |
| Quantitativa | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Quali-Quantitativa | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| ND | 1 | 2 | 0 | 3 | 10 | 6 | 22 |
| Total | 2 | 3 | 3 | 5 | 13 | 9 | 35 |

Fonte: elaboração própria.

Como se pode observar a técnica de tratamento de dados mais utilizada foi a qualitativa, registrada em 31% dos casos. A técnica de análise quantitativa foi utilizada em 3% dos estudos realizados no período, e a utilização articulada das técnicas qualitativa e quantitativa se deu em 3% das pesquisas. Tal qual o procedimento utilizado na análise das teses e dissertações, foram consideradas técnicas de tratamento de dados a descrição, ou a referencia de autores a: ‘pesquisa qualitativa’ ou ‘abordagem qualitativa’, ou qualquer outra referencia que estivesse relacionada à utilização de uma técnica de análise de dados. Novamente o destaque ficou por conta do altíssimo número de casos, 63% do total, em que houve omissão na descrição da utilização das técnicas de tratamento dos dados.

GRÁFICO 29 - DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DE ARTIGOS SEGUNDO A TÉCNICA DE TRATAMENTO DOS DADOS - BRASIL, 2013.



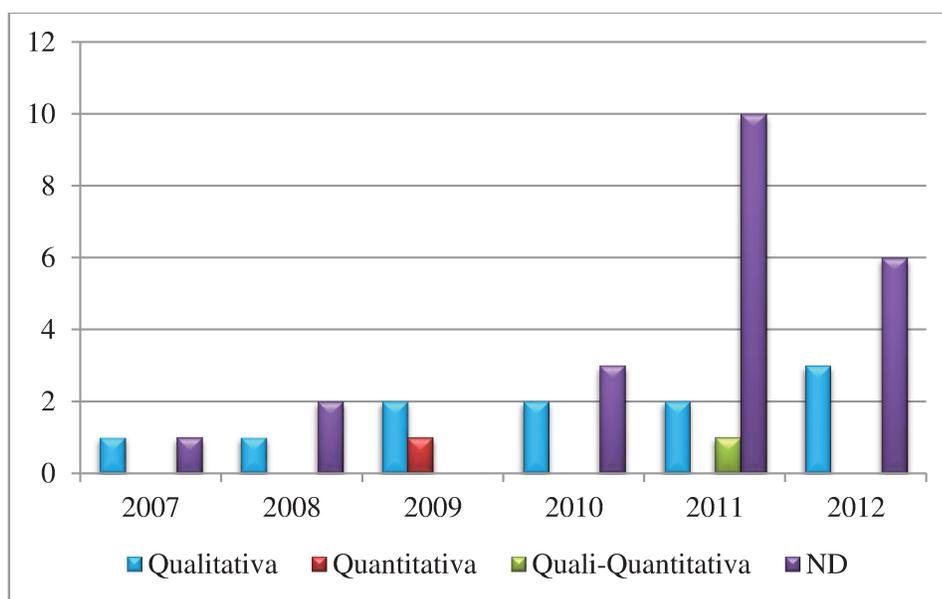
Fonte: elaboração própria.

Os dados apresentados são semelhantes aos resultados obtidos por Castro *et al.* (2012), ou seja, maior recorrência ao uso da técnica qualitativa para análise de dados. Os autores identificaram que dentre os 09 artigos analisados, em 08 deles, o que corresponde a 88,9% da amostra, os pesquisadores recorreram à utilização da técnica qualitativa para o tratamento dos dados; em 01 dos casos, correspondendo a 11,1%, os pesquisadores recorreram à articulação

quanti-qualitativa. Os mesmos não identificaram estudos de ‘natureza’ quantitativa em sua amostra.

Analisando os resultados encontrados em seu estudo Castro *et. al.*, (2012, p. 12) constataram que um conjunto razoável dos trabalhos analisados não demonstrou clareza em relação aos aspectos metodológicos, que houve “predominância de trabalhos de natureza qualitativa e a inexistência de trabalhos de natureza quantitativa. A combinação entre análise documental e pesquisa de campo foram as modalidades de pesquisa mais frequentes”.

GRÁFICO 30 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE ARTIGOS SEGUNDO AS TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS, POR ANO DE PUBLICAÇÃO - BRASIL, 2013.



Fonte: elaboração própria.

O Gráfico 30, acima, permite observar a evolução na utilização das técnicas de tratamento de dados, tendo por referência a sua frequência no período estudado, bem como, as tendências em seus usos quando da realização das pesquisas sobre políticas públicas de esporte.

1.1.2.2.1 *Em síntese...*

Ao localizar e analisar a dimensão da produção acadêmico-científica e compara-las aos resultados obtidos de Amaral e Pereira (2009), e de Castro *et al.*, (2012), consideradas as

diferenças e semelhanças quanto aos procedimentos e opções teórico-metodológicas, observou-se um crescimento significativo da produção difundida por periódicos, bem como, o crescimento do número de Revistas que veicularam a produção sobre o tema. Percebeu-se, ainda, o ‘movimento’ e o ‘paradoxo’ descritos por Silva (2013, p. 122), com relação à qualificação dos periódicos nacionais, visando à internacionalização da produção científica da área e a disputa política entre as subáreas, no âmbito do PPGEF. Parece estarmos diante dos resultados da ‘expansão desequilibrada’ dos PPGEF (SILVA, 2013) no que se refere às regiões e mesorregiões do país, mas principalmente com relação à valorização, ou desvalorização, das subáreas de conhecimento da Educação Física, como bem observaram Manoel e Carvalho (2011).

Outro aspecto identificado refere-se a crítica de um conjunto de autores (HÚNGARO *et al.*, 2008; AMARAL; PEREIRA, 2009; CASTRO *et al.*, 2012) quanto ao pouco rigor teórico-metodológico, tanto na produção de conhecimentos quanto na redação dos artigos que visam difundir-lo. No entanto, observou-se uma pequena alteração nesse quadro, identificou-se aumento no número de artigos produzidos, constância na sua produção, bem como, veiculação em periódicos melhor avaliados pelo *Qualis/CAPES*, ainda que se tenha observado algumas ausências quanto à descrição de procedimentos e/ou clareza nas opções teórico-metodológicas dos artigos selecionados.

A desigualdade regional também foi observada na produção dos artigos, A Região Sudeste teve o maior número de artigos produzidos no período, com 57% do total, e a Região Sul ficou em segundo lugar com 29% da produção, sendo que as Regiões Centro-Oeste e Nordeste foram responsáveis por 8% e 6% da produção, respectivamente. Não houve produção na Região Nordeste. Esses dados permitem inferir que as desigualdades aumentaram, se comparados aos dados sobre teses e dissertações, ainda que algumas ações pontuais tenham sido realizadas, como por exemplo a abertura de PPGEF nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, como já mencionado.

O exercício de identificação do perfil da autoria permitiu constatar que: o número total de autores/autoras e/ou coautores/coautoras envolvidos na produção dos 35 artigos analisados foi de 65; apenas 6 dos artigos levantados, correspondendo a 17%, tiveram apenas um autor; com relação ao gênero identificou-se certo equilíbrio, pois 49,23% eram mulheres, e 50,76%, homens. Ao considerar formação inicial observou-se que a significativa maioria pertencia à comunidade acadêmica da Educação Física. Com relação à titulação dos pesquisadores e pesquisadores observou-se que 52,31% tinham mestrado e 47,69% doutorado. A maioria dos autores/autoras e/ou coautores/coautoras, 78,46% da amostra, publicou um único artigo, e

21,54%, mais de um artigo no período. Destacaram-se os autores: Aline Tschoke - UFPR, Silvia Cristina Franco Amaral – UNICAMP, e Wanderley Marchi Junior - UFPR, com 3 artigos cada; Simone Rechia - UFPR, com 4 artigos, e Nelson Carvalho Marcellino – UNIMEP, com 5 artigos publicados. A relação entre a produção de artigos e a de teses e dissertações, ou, entre orientandos e orientadores, ou ainda, entre membros de grupos de pesquisa, foi evidenciada novamente, sobretudo na identificação de pesquisadores/pesquisadoras com publicação conjunta e em maior número. Notou-se em alguns artigos um número maior de autores, cujos motivos e a prática merecem ser investigado.

Os dados apresentados permitiram identificar estreita relação entre a produção das teses e dissertações e dos artigos, no período e por região, evidenciando-se o já mencionado por Silva (2013), com relação aos PPG serem um *locus* privilegiado para a produção de conhecimento, sobretudo no nível dos estudos doutorais.

Com relação às as temáticas privilegiadas nos artigos observou-se estreita semelhança para com as temáticas identificadas quando da análise das teses e dissertações, com pequenas alterações nas porcentagens de cada uma. O Destaque foi para o crescimento de publicações sobre a ‘produção de conhecimentos’, por alguns nomeadas como estudos sobre o ‘estado da arte’.

A metodologia descritiva foi a mais frequente na descrição dos autores, correspondendo a 38% do total e as metodologias descritivo-exploratória e teórica ocuparam segundo e terceiro lugar, respectivamente, correspondendo a 17% e 15% do total. Chamou a atenção o conjunto de trabalhos nos quais a metodologia não foi descrita (ND), correspondendo a 18% do total. Notou-se, novamente, a desatenção, ou despreparo, de autores para com a elaboração dos resumos, pois estes não atenderam sequer as normas da ABNT. Causou estranheza a publicação dos artigos nessas condições.

Com relação às fontes de coleta de dados observou-se maior frequência na consulta aos Sujeitos e aos Documentos, correspondendo a 26% e 23% do total, respectivamente. A Revisão de Literatura e a articulação entre a consulta aos Sujeitos, às Obras e aos Documentos, vieram em seguida com 14% e 3%, respectivamente. O conjunto os artigos nos quais as fontes de coleta não foram declaradas (ND), ou, ainda, aqueles nos quais não foi possível identificar as fontes, corresponderam a 34% do total, número avaliado como extremamente alto.

As técnicas de coleta de dados mais utilizadas, no período, foram: em primeiro lugar, com 31%, o levantamento de Documentos. Em segundo lugar, com 23%, a articulação das técnicas de

Inquirição, Levantamento Bibliográfico e Documental. Em terceiro, com 20% a técnica de Inquirição, efetivada por meio da realização de entrevistas e/ou aplicação de questionários, seguido do Levantamento Bibliográfico, com 6%. Os casos em que as técnicas não foram declaradas, ou não foi possível identifica-las corresponderam a 20% do total.

Tal qual o evidenciado quando da análise das teses e dissertações, observou-se tendência pela articulação entre técnicas e fontes de coleta de dados pelos pesquisadores, ao longo do período estudado.

Como se pode observar a técnica qualitativa, para o tratamento de dados, foi utilizada em 31% dos casos, e a técnica de análise quantitativa foi utilizada em 3% dos estudos realizados, e, por fim, utilização articulada das técnicas qualitativa e quantitativa presente em 3% das pesquisas.

Os dados levantados são semelhante aos resultados encontrados por Castro *et. al.*, (2012, p. 12), que constataram que um conjunto razoável dos trabalhos analisados não demonstrou clareza na descrição dos procedimentos e opções teórico-metodológicas, que houve “predominância de trabalhos de natureza qualitativa e a inexistência de trabalhos de natureza quantitativa. A combinação entre análise documental e pesquisa de campo foram as modalidades de pesquisa mais frequentes”.

CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM ESPORTE E LAZER FRENTE À EXECUÇÃO DE POLÍTICAS ASSOCIADAS AOS PARÂMETROS DE PLANEJAMENTO URBANO: O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

Há algo errado, tanto do lado das ciências como do lado da política. E não se trata de um mal sem transcendência. Toda a nossa vida diária esta sob o signo da baixa qualidade de nossos governos, o estilo primário e medíocre de fazer política, a indigência teórica da cooperação técnica internacional, e a carência das respostas das universidades aos problemas de governo. Proponho argumentar que tais deficiências originam-se do divórcio entre a política e as ciências, ou seja, entre a prática e a teoria.
Carlos Matus (2005, p. 25)

As palavras apresentadas na epígrafe, do economista de ideias avançadas e ampla e reconhecida experiência no campo do planejamento estratégico e nas ciências e técnicas de governo, o chileno Carlos Matus, traduzem o problema que deu origem a esta tese, e que se julgou necessário superar viabilizando a aproximação dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento das pesquisas sobre políticas de esporte e lazer, em geral oriundos dos ambientes universitários, dos responsáveis pela elaboração e gestão das mesmas, em geral vinculados aos órgãos executivos do poder público, visando produzir conhecimentos e desenvolver tecnologias que possibilitem a qualificação da gestão pública, dos agentes envolvidos e, ainda, promover o avanço do conhecimento sobre a temática.

O problema detectado diz respeito, portanto, ao distanciamento entre pesquisadores e trabalhadores responsáveis pela formulação, implementação e avaliação da política pública de esporte e lazer. O referido distanciamento tem sua gênese tanto no *ethos* dos estudos acadêmicos, saturados de um academicismo descomprometido com a realidade da gestão, como também do sentido excessivamente pragmático dos gestores, por vezes arredios às elaborações teóricas, como já afirmado anteriormente.

Carlos Matus demonstrou, ao longo de sua vida, intenção semelhante. Após concluir a graduação em Engenharia e obter o diploma de mestrado em Economia, com foco em financiamento de projetos, pela Universidade Harvard, exerceu, na década de 1960, prestigiadas funções governamentais e acadêmicas. Foi assessor do Ministério da Fazenda, professor

universitário no Chile e no México, além de consultor da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES). Em 1972 foi designado como Ministro da Economia, pelo presidente Salvador Allende, e em 1973 viria a presidir foi Banco Central do Chile. (AGGIO, 2002).

Segundo Aggio (2002) após o golpe de Estado instaurado pelo general Augusto Pinochet, Carlos Matus teve sua atuação política interrompida e foi preso, inicialmente na prisão em Dawson e depois em Ritoque. No cárcere dedicou-se intensamente ao estudo da atividade governamental e iniciou a sistematização de sua visão crítica sobre o planejamento normativo.

Como resultado de seu enfrentamento teórico às diretrizes do planejamento normativo Matus passou a defender a inseparabilidade entre os aspectos político e econômico e a necessidade de uma teoria da ação social como fundamento para método de planejamento situacional. A oportunidade como funcionário do governo do presidente Salvador Allende, fato político que confirmaria definitivamente sua ruptura com o planejamento normativo, foi fundamental para as elaborações teóricas do autor.

Denunciando não apenas as limitações das técnicas utilizadas no planejamento normativo, mas também as deficiências teóricas dos métodos preconizados, Carlos Matus (2005) procurou desenvolver um arcabouço teórico, combatendo a linearidade, o mecanicismo e o reducionismo das fórmulas tradicionais. Vinculando a noção de planejamento ao processo social, no qual se pretendia interferir, o autor buscou superar a ortodoxia positivista, hegemônica, a partir de uma proposta fundamentada nos conceitos de complexidade, indeterminação e incerteza.

Segundo Matus (2005), nos diversos países da América-latina a hegemonia da ortodoxia instrumentalista se materializava na elaboração de planos de desenvolvimento econômico que, em geral, desconsideravam o contexto social, político-econômico e cultural a partir do qual eram elaborados. Desconsiderando, portanto, aspirações democráticas de participação política e de controle social, o processo de planejamento era a própria expressão de sua natureza utópica, formalista, economicista, burocrática e centralizadora.

Acerca da precariedade dos sistemas de governo Matus (2005), ao analisar práticas governamentais Latino-americanas, considerou-as, em geral, tecnicamente frágeis, domésticas, informais e assistemáticas. Tendo em vista a escassa possibilidade de formação dos governantes para governar, o autor traçou o Projeto Escola Latino-Americana de Governo (ESCOLAG), no qual a teoria da ação social se apresentava como conteúdo curricular básico. Eram abordados, também, temas como 'organizações públicas' e 'reforma do aparelho administrativo público' que,

segundo o autor, deveria abranger dois aspectos: (i) a reforma da gestão pública, com base no emprego de métodos de governo e em substituição a improvisação e ao pragmatismo, e (ii) a reforma do aparelho público, com base numa estratégia vertical e radical de projeto organizacional.

A relação entre gestão pública e os métodos de governo orientados para resultados exigem “construir uma teoria da ação em jogos complexos de alta incerteza: uma teoria do jogo social”. (MATUS, 2005, p. 28).

Nesse processo de construção intelectual o autor identificou que os governantes deveriam necessidade aprofundar conhecimentos sobre: (i) a produção social como processo político, ou seja, como processo estratégico; (ii) a teoria das organizações públicas; (iii) a crítica da teoria econômica tradicional; e (iv) os sistemas de informação para apoiar a prática do governo. Esta última o interesse central nesta pesquisa.

Segundo Garcia (2000) Carlos Matus desenvolveu, na década de 90, intensa atividade docente, voltada para a capacitação de altos escalões de funcionários públicos, e assessorou vários governos latino-americanos, difundindo a metodologia do planejamento estratégico situacional (PES). Suas proposições receberam acolhimento favorável no Brasil, influenciando práticas de gestão no setor público e, entre 1996 e 1997, viria a colaborar com a criação da Escola de Governo da Fundação de Administração Pública - FUNDAP. Em 1998 participou de diversos seminários sobre teoria de governo e método PES junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

A originalidade e o valor da contribuição de Matus esta na articulação ampla base teórica que só se justifica por uma finalidade pratico-operacional: demonstrar, com lógica construtiva de grande rigor e amplitude, que é possível melhorar a qualidade dos processos governamentais apoiados em ciências e técnicas de governo, fundamentadas num teoria sobre a produção social.

“A elevação da qualidade do governo exige a teorização sobre a sua prática” (MATUS, 2005, p. 18). Essa foi à preocupação central do trabalho de Matus: elevar a qualidade da gestão dos governos na América Latina. Para o autor, isso só seria possível com a suficiente qualificação e o, necessário, treinamento formal dos governantes.

Importante instrumento na execução da política urbana o Estatuto da Cidade, como ficou conhecida a lei federal brasileira que regulamenta a referida política, dispõe em seu paragrafo único, do art 1º, que para todos os efeitos é a Lei Nº 10. 257 de 10 de julho de 2001 que “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana

em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.

Como demonstraram Barros, Carvalho e Montandon (In CARVALHO; ROSSBACH, 2010, p. 93), a República Federativa do Brasil é formada por quatro entes federados, que não mantêm relação de subordinação entre si. Os Municípios, ente local, mais próximo do cidadão; os Estados, que congregam vários municípios; o Distrito Federal, sede administrativa do País; e a União, que congrega os estados e o distrito federal. Cada um destes entes elabora suas próprias leis, executa suas políticas públicas, institui e arrecada tributos, seguindo a distribuição de competências feita pela Constituição Federal. Para alguns temas e políticas, a Constituição obriga a cooperação entre eles.

Segundo os mesmos autores, no caso do Direito Urbanístico a competência legislativa é concorrente, ou seja, exige a cooperação entre os entes federados. Portanto, a política urbana deve ser desenvolvida pelos Municípios, conforme atribuição da Constituição Federal, cabendo aos Estados legislar sobre a criação e regulamentação de regiões metropolitanas e à União a instituição das normas gerais para o desenvolvimento urbano.

Exercendo sua competência em matéria de Direito Urbanístico a União promulgou o Estatuto da Cidade. Esta lei, portanto, traz normas gerais, que devem ser observadas por todos os Municípios na ordenação de seu território e na elaboração e execução da política de desenvolvimento urbano. (BARROS; CARVALHO; MONTANDON In CARVALHO; ROSSBACH, 2010, p. 93).

O Estatuto da Cidade é, portanto, a lei federal que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. O primeiro dispõe sobre a responsabilidade do Município no desenvolvimento da política urbana, e a quem cabe garantir as funções sociais da cidade e o desenvolvimento dos cidadãos. Estabelece, ainda, que o Plano Diretor Municipal é o instrumento básico do ordenamento territorial urbano, devendo definir qual deve ser o uso e as características de ocupação de cada porção do território municipal, fazendo com que todos os imóveis cumpram sua função social. Já o segundo artigo, 183, trata da aquisição da propriedade pelo ocupante de imóvel urbano que o utiliza para sua moradia ou de sua família. Com este dispositivo se garante o direito de propriedade àquele que, de fato, dá a ela uma destinação compatível com sua vocação legal. (Cf. CARVALHO; ROSSBACH, 2010).

O artigo 2º do Estatuto da Cidade define as diretrizes que devem ser seguidas pelo Município ao elaborar sua política urbana, todas elas voltadas para garantir cidades justas, em

que todos, pobres e ricos, desfrutem dos benefícios da urbanização. Tendo em vista os objetivos deste subcapítulo optou-se por destacar o caput do referido artigo e os incisos I no qual se observa referência direta aos serviços públicos de lazer, II que destaca a necessidade de democratização da gestão e da participação dos diversos segmentos, IV cujo registro sobre a imperiosidade de se evitar, ou corrigir, distorções causadas pelo crescimento urbano e V que trata da oferta de equipamentos urbanos comunitários adequados aos interesses e necessidades da população. Note-se:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

- I. garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II. gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- IV. planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- V. oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

Ainda sobre o Estatuto da Cidade, julgou-se importante destacar o artigo 4º, que define um extenso conjunto de instrumentos para que o Município tenha condições de construir uma política urbana que concretize, de fato, a função social da propriedade urbana e o direito de todos à cidade. É explícita a menção sobre a necessidade de a política urbana ser objeto de um planejamento extensivo, considerando planos de ordenamento do território integrados entre si, em escalas nacional, estaduais, regionais, metropolitanas, municipais e intermunicipais. Especificamente no âmbito municipal, detalha que o planejamento municipal deve envolver o planejamento urbano, ambiental, orçamentário, setorial e o planejamento do desenvolvimento econômico e social, especificando também que a gestão orçamentária deve ser feita de forma participativa, aberta a todos os cidadãos. (Cf. CARVALHO; ROSSBACH, 2010).

Nota-se, portanto, indicativos importantes a serem considerados quando da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de esporte e lazer. A legislação é clara ao

imputar ao Governo municipal, no caso da política setorial mencionada da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a responsabilidade pelo desenvolvimento das funções sociais da cidade, concretizadas na garantia do direito a cidades sustentáveis, gestão democrática que se materializa na garantia da participação da população, de associações representativas dos vários segmentos do esporte e do lazer no processo de formulação, execução e acompanhamento dos programas, projetos e ações de esporte e lazer e, por decorrência, desenvolvimento urbano do município. Nessa direção, a SEMEL é compreendida, no âmbito deste estudo, como a Instituição municipal responsável por garantir a população goianiense o acesso ao saber sistematizado sobre o esporte e o lazer, tomando-os como um direito social.

Portanto, o Município, enquanto ente estatal, tem o dever de garantir, por meio de atividades administrativas, a efetividade dos direitos fundamentais, entre eles o direito social ao esporte e ao lazer. A Administração Pública deve ser reconhecida como função e/ou atividade-fim organizada com o objetivo de assegurar a justa distribuição e a coordenação do atendimento de aspirações individuais e sociais dos munícipes dentro de uma esfera coletiva.

Nessa direção, é fundamental que o esporte e o lazer sejam tratados como prioridade pelos responsáveis por políticas públicas setoriais, tendo em vista as qualidades destes como componentes indispensáveis na construção de qualidade de vida da população, ou seja, as atividades esportivas e de lazer apresentam-se com um meio para a conquista da dignidade da pessoa humana e devem, portanto, ser valorizados e ser tornados efetivos pelo Poder Público na vida cotidiana dos munícipes.

Portanto, política urbana para o lazer significa identificá-lo como seu objeto, planejar e preparar espaços públicos, inclusive criando espaços institucionais obrigatórios para [o esporte e o] lazer nos novos projetos de loteamentos das cidades, próximos ou junto com as áreas verdes. Além disso, os Municípios com menos de 20.000 habitantes - que são em uma quantidade imensa neste país - deveriam já estipular esboços de Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, de forma individual ou regional, mesmo que ainda não obrigados legalmente, para melhor planejar física, econômica e politicamente o seu desenvolvimento e crescimento urbano, contemplando desde logo espaços destinados ao lazer. Ainda, é importante destacar que vivemos época em que grande parte dos espaços/tempos das pessoas não são mais articulados e sincronizados entre si, sendo necessário que se planeje e organize as cidades pensando que futuro é hoje. (CHEMIN, 2007, p. 91).

Segundo Rechia (2009) a possibilidade de se potencializar experiências lúdicas no âmbito do tempo-espaço do lazer são diminutas nas cidades modernas, tendo em vista as transformações sociais ocorridas nos últimos anos,

entre as quais identificamos uma sensível limitação dos espaços destinados a essas experiências, uma forte fragmentação no tecido urbano, uma rígida separação de funções sociais institucionalizadas, ao aumento do tráfego e do nível de poluição ambiental e, conseqüentemente, aos problemas relacionados à saúde dos sujeitos que vivem nos grandes centros urbanos. Para Simmel (1998), essa nova configuração é decorrente das grandes mudanças estruturais do mundo moderno, sendo “a urbanização, a divisão social do trabalho e, acima de tudo, o advento da economia monetária” fatores determinantes desse processo. (RECHIA, 2009. p. 76 – grifo da autora).

A autora, a partir de seu diálogo com Pacheco (2006), ao se filiar à perspectiva de análise utilizada por ele, e os demais autores apresentados, recorre as palavra do autor para afirmar que os

grandes aglomerados urbanos ressentem-se da falta de espaços públicos para o usufruto do lazer em função do crescimento desordenado, do amplo processo de especulação imobiliária, da falta de políticas públicas e sociais e da ausência de um planejamento adequado das cidades. (PACHECO, 2006, p.173 apud RECHIA, 2009, p. 76).

A partir destas considerações Rechia (2009) argumenta sobre a relevância nas pesquisas que problematizam a “vida de qualidade” dos cidadãos brasileiros a investigação sobre o planejamento adequado de espaços e os equipamentos destinados às experiências no âmbito do esporte e lazer.

Se, associado a esse planejamento, forem realizados projetos de intervenção no campo da saúde, da educação e da cultura de forma inter-relacionada a longo prazo, poderá ser possível prevenir diversas doenças causadas pela imobilidade corporal, a qual pode gerar a incapacidade de viver, de sentir e de perceber as diferentes possibilidades da vida cotidiana de milhares de crianças que, com certeza, se tornarão adultos desmotivados e com pouca autonomia para experienciar a cultura de maneira ampliada na idade adulta e madura, reconhecendo o valor dessas práticas para o “bem viver” no ambiente urbano. (RECHIA, 2009. p. 76).

Para a autora citada acima, para a reflexão das questões levantadas se faz necessário à identificação, pela pesquisa, da função principal dos espaços públicos de esporte e lazer,

considerados a partir do planejamento dos modelos de equipamentos existentes. Segundo a mesma, o interesse de seu grupo de estudos, o GEPLC, esteve relacionado à demonstração da importância desses espaços públicos, os quais estariam se tornando cada vez mais raros nos ambientes urbanos. Outra consideração da autora refere-se à desvalorização dos espaços públicos em detrimento dos espaços privados, atrelados ao atendimento de interesses capitalistas.

Acredito que alguns resultados de nossas pesquisas podem colaborar com o debate referente à temática, fornecendo subsídios para políticas públicas que concretamente favoreçam a população, a partir da interpretação das formas dos usos dos espaços de esporte e lazer, pois potencializarão a relação entre os usos principais e derivados, gerando a combinação de usos, qual seja, contemplar e brincar, jogar e caminhar, passear e pensar, descansar e correr, conversar e silenciar, admirar e repudiar, entre outras infinitas combinações possíveis. (RECHIA, 2009. p. 77).

Em síntese, com Matus (2005) identificou-se que a elevação da qualidade do governo exige a teorização sobre a sua prática e que é possível melhorar a qualidade dos processos governamentais apoiados em ciências e técnicas de governo, fundamentadas em uma teoria sobre a produção social, bem como a importância dos sistemas de informação para apoiar a prática do governo. Analisando o Estado da Cidade evidenciou-se a responsabilidade do Município no desenvolvimento da política urbana, por meio da garantia das funções sociais da cidade e o desenvolvimento dos cidadãos. Por conseguinte, o Município, considerado como um ente estatal, tem o dever de garantir, por meio de atividades administrativas, a efetividade dos direitos fundamentais e dentre eles o direito social ao esporte e ao lazer. As considerações Rechia (2009) demonstraram a relevância das investigações sobre o planejamento de espaços e equipamentos destinados às experiências no âmbito do esporte e lazer, nas pesquisas que problematizam a “vida de qualidade” dos cidadãos brasileiros. Aspectos fundamentais na realização desta.

Ainda segundo a autora acima mencionada, a cidade ao produzir bens materiais e simbólicos possibilita, a partir da consideração da dinâmica desse processo, a apreensão e compreensão do fenômeno lazer. Portanto, a consideração da apreensão da categoria espacial indica a atenção para uma dimensão importante na compreensão da realidade, principalmente se considerarmos

que o espaço não é apenas um “palco inerte” onde os atores sociais desenvolvem suas ações, mas lugar do desejo e ligação dos tempos cujos significados se transformam a todo instante. Nessa relação dialética, tanto o espaço é

determinado pelo sujeito, quanto pode determinar suas ações, constituindo-se como um instrumento de dominação e de poder. (RECHIA, 2009. p. 78 – grifo da autora).

2.1 APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA QUE TEMATIZOU O GEOPROCESSAMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

A utilização da localização espacial e dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) como ferramenta importante para o planejamento de ações pelo setor público vem crescendo de modo significativo nos últimos anos, no Brasil.

A consulta à produção acadêmico-científica permitiu observar o registro desse movimento. Novamente recorreu-se ao levantamento de teses e dissertações e, para tanto, realizou-se busca junto ao Banco de teses e dissertações da [Unicamp](#), Banco de resumos de teses e dissertações da [Capes](#); e [Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações](#), site do IBICT. A busca envolveu o campo “Assunto” e os principais descritores utilizados foram: georreferenciamento; geoprocessamento; esporte e lazer; em suas possíveis combinações. Estes serviram como filtro para se percorrer as referidas bases de dados, considerando o período janeiro de 2007 a junho de 2012.

TABELA 23 - NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS SOBRE GEOPROCESSAMENTO / GEORREFERENCIAMENTO, ESPORTE E LAZER – BRASIL, 2007 A 2012⁸⁰.

| Descritores | Base de Dados | | | |
|-------------|---------------|-----------|------------|-------|
| | UNICAMP | BTD/CAPES | BDTB/IBICT | Total |

⁸⁰ Importante mencionar que se identificou duplicidade nas informações sobre as teses e dissertações junto aos bancos de dados da Capes e do IBICT. Ou seja, do número total indicado na tabela acima há que se considerar a duplicidade informações.

| | | | | |
|---------------------------------------|----------|-----------|-----------|-----------|
| Geoprocessamento / esporte | 0 | 4 | 4 | 8 |
| Geoprocessamento / lazer | 3 | 8 | 10 | 21 |
| Geoprocessamento/ esporte e lazer | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Georreferenciamento / esporte | 0 | 5 | 1 | 6 |
| Georreferenciamento / lazer | 0 | 6 | 2 | 8 |
| Georreferenciamento / esporte e lazer | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Total | 3 | 23 | 18 | 44 |

Fonte: Elaboração própria.

Dos trabalhos levantados optou-se por considerar somente àqueles que apresentassem afinidade teórico-metodológica e/ou procedimental, seja na abordagem dos temas esporte e lazer ou, ainda, pela proposta de desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas.

Importante registrar o ínfimo número de trabalhos, dissertações e teses, defendidos junto aos Programas de Pós-graduação em Educação Física. Dentre os levantados, abordando a temática, identificou-se somente a dissertação de mestrado de Eraldo dos Santos Pinheiro, apresentada em 2009 junto ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o título: “Mapas e cenários do crescimento, da aptidão física e dos indicadores sociais georreferenciados de crianças e jovens sul-brasileiros: atlas do projeto Esporte Brasil (PROESP).”

Esta evidência corrobora com o identificado, apresentado e discutido, no Capítulo 1, sobre o crescimento da produção no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Educação Física, da produção acadêmico-científica problematizando as políticas de esporte e lazer no Brasil, sobre o protagonismo e certo domínio na produtividade de pesquisadores com formação em Educação Física e, contraditoriamente, o pequeno espaço que estes têm encontrado junto aos primeiros. Ou seja, ainda que pesquisadores da EF tenham apresentado maior interesse e produtividade sobre o tema, estes não têm encontrado espaço junto aos Programas de Pós-Graduação em Educação Física para o desenvolvimento de suas pesquisas.

Com relação apresentação de trabalhos com afinidade teórico-metodológica e/ou procedimental, na abordagem dos temas esporte e lazer ou na proposta de desenvolvimento de um SIG, identificou-se na tese de doutorado de José Eduardo da Fonseca, defendida, em 2011, junto ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Medicina Preventiva e Social da

Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, área de concentração Epidemiologia, a proposição de utilização de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) para a organização de ações dos Programas de Saúde da Família.

Segundo o pesquisador no campo da Epidemiologia o geoprocessamento tem sido utilizado na análise, na avaliação da situação de saúde de populações e na identificação de áreas e grupos sob alto risco de adoecer. Após estudo detalhado sobre as diferentes experiências registradas na literatura da área, o autor desenvolveu uma metodologia visando à integração de dados requeridos pelo PSF com informações espaço-territoriais que possibilitassem a identificação e o mapeamento de áreas e populações de risco, visando à qualificação do planejamento e uma atuação mais direta dos responsáveis pelos serviços de saúde. Os resultados obtidos pelo pesquisador demonstram que a utilização de um Sistema de Informações Geográficas contribui para a construção de um “modelo de vigilância”, subsidiando planejamento de ações, de intervenção e monitoramento mais seletivo, com base em uma metodologia científica, visando identificar fatores de risco ou de proteção que não são disponibilizados pelos sistemas de informações de rotina, voltados para a área da saúde.

Na dissertação de mestrado de Marcos David Gonçalves, apresentada, em 2012, ao Programa de Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, identificou-se a proposição do desenvolvimento de Sistemas de Informações Geográficas para espacializar a ocorrência de taxas de criminalidade no Município de Goiânia. O pesquisador organizou em um Banco de Dados as seguintes informações: (i) dados gerais de ocorrência; (ii) dados sobre as vítimas; (iii) dados sobre os acusados. Paralelamente à formulação do banco de dados promoveu a espacialização dos mesmos, a partir de mapas temáticos elaborados com a utilização do *software* livre *Spring*. Os resultados encontrados na pesquisa demonstraram que a desigualdade existente na ocupação do espaço urbano goianiense tem relação com taxas de violência e criminalidade. Segundo o pesquisador, embora o temor da violência perpassasse por toda a sociedade, se pode observar, a partir dos dados levantados, que, em relação à mortalidade, as vítimas de fato estão concentradas em limites geográficos claros, informação que pode qualificar as políticas públicas de segurança no Município.

Fiori (2010) em *Cartografia e as Dimensões do Lazer e Turismo: o potencial dos tipos de representação cartográfica*, artigo publicado na *Revista Brasileira de Cartografia*, Nº 62/03, 2010, discutiu a importância da representação da informação no tempo-espaço em mapas temáticos. Segundo o pesquisador ao longo das últimas décadas houve crescimento exponencial de materiais

classificados como ‘mapas para o lazer e turismo’, mas sem a necessária discussão teórico-metodológica sobre o assunto. Segundo o mesmo, a maior parte dos trabalhos nessa linha de estudo tem se preocupado apenas com a temática cartografia-turismo-planejamento, não havendo um interesse mais consistente em relação ao mapa como objeto de orientação do público-usuário (visitantes e turistas), potencialmente leigos na semântica cartográfica.

Ainda no campo do Lazer e do Turismo, Mariana Mello Valin, em 2009, em sua dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, na área de concentração em Transporte, desenvolveu um aplicativo de baixo custo de operação e alto desempenho, capaz de articular a união entre gestão do espaço turístico e a difusão de informações sobre dispositivos que conferem acessibilidade aos locais reconhecidos como pontos de interesse turístico pela Prefeitura Municipal de Campinas. Para tanto, foi necessário desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfica para Web (SIG Web), baseado em *softwares* livres. O SIG Web intitulado “Acessibilidade aos Atrativos Turísticos de Campinas” reuniu informações sobre acessibilidade aos atrativos turísticos culturais e naturais do município, enfocando a possibilidade de acesso das pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida atais locais realizado por meio de transportes público urbano e particular. Segundo a pesquisadora, a verificação da existência ou falta de equipamentos de acessibilidade existentes nos pontos de ônibus e nos estacionamentos próximos aos atrativos turísticos apoiou-se na legislação vigente que embasa o direito de acesso das pessoas com deficiência ao transporte e aos locais de cultura e lazer.

No âmbito da Educação Física a produção acadêmico-científica demonstrou-se limitada, o que denota o pouco interesse da área, ao nível da pós-graduação, pelo tema. Os dois trabalhos tematizando a utilização do Georreferenciamento e/ou Geoprocessamento voltados à qualificação da política pública de esporte e lazer identificados são resultantes de pesquisas experimentais desenvolvidas no âmbito da graduação e veiculadas, uma em Anais de Evento e a em capítulo de livro organizado para difusão de produção sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer de um grupo de pesquisa.

Em GEOPROCESSAMENTO NA GESTÃO TERRITORIAL URBANA DE ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS DE LAZER E VAZIOS URBANOS EM JOÃO PESSOA-PB, Silva e Beppler, visando contribuir para o crescimento sustentável do bairro de Mangabeira, localizado na zona sul de João Pessoa-PB, apresentaram uma proposta de implantação de espaços públicos abertos de lazer, recreação e esportes em alguns vazios urbanos localizados em áreas que não

sofrem a influência dos espaços de lazer já existentes no bairro. Para tanto, realizaram as seguintes atividades de pesquisa: a verificação do nível de desatualização da base cartográfica, com relação aos vazios urbanos e praças públicas; a identificação e mapeamento dos espaços públicos abertos de lazer; a identificação das áreas desprovidas de espaços públicos de lazer; e o mapeamento dos vazios urbanos localizados no bairro. Utilizaram ainda, o *software* livre de SIG Terra View e desenvolveram uma metodologia utilizando um mapa digital relacionando as informações alfanuméricas a uma imagem de satélite da área do estudo, visando verificar a distribuição dos espaços de lazer e dos vazios urbanos e localizar àqueles aptos a serem transformados em áreas de lazer.

Para os autores, tendo em vista o

intenso processo de urbanização das cidades os espaços públicos abertos de lazer deveriam exercer a função de equilíbrio em uma sociedade, integrando e sociabilizando os habitantes, gerando assim, uma melhor qualidade ao ambiente construído e a vida das pessoas que nele habitam. (SILVA; BEPPLER, 2012, p. 01).

Ainda segundo os autores, a

preocupação demasiada do poder público em desenvolver as cidades no sentido de acompanhar o crescimento econômico e a produção dinâmica que atinge o centro urbano acaba gerando o esquecimento da importância dos espaços públicos abertos de lazer. Esse descuido se apresenta, inclusive, como um dos maiores desafios na tarefa de um planejamento apropriado. (SILVA; BEPPLER, 2012, p. 01).

Portanto, com a intenção de qualificar a vida na cidade, a partir do fundamental equilíbrio entre os serviços oferecidos à população e um planejamento que possibilite soluções adequadas para os problemas encontrados, Silva e Beppler (2012, p. 02) propuseram a utilização das tecnologias de geoprocessamento, “visando auxiliar nessa tomada de decisões cada vez mais essenciais para os gestores públicos na administração e planejamento das cidades: coletando, armazenando, analisando e integrando os mais diversos tipos de informações espaciais”.

Para a realização do trabalho os pesquisadores utilizaram o *software* de SIG Livre Terra View 3.4.0 para manipular os seguintes dados: (i) uma imagem *Quick Bird* 2005 do bairro de Mangabeira, cedida pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, georreferenciada no Sistema de

Referência SAD-69; (ii) a base cartográfica gerada no ano 2000, também cedida pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da Diretoria de Geoprocessamento e Cadastro.

Para a identificação dos espaços públicos abertos de lazer e dos vazios urbanos os Silva e Beppler (2012) consultaram a tabela de atributos existente e localizaram 12 parcelas territoriais urbanas classificadas como praças públicas. Observaram que os espaços públicos abertos de lazer a serem considerados no trabalho estavam todos classificados como praça pública, apesar de neste “grupo” também estarem presentes: parques, quadras poliesportivas, entre outros. Quanto aos vazios urbanos identificaram, inicialmente, 298 lotes. Entretanto, notaram uma desatualização quanto à classificação dos vazios urbanos, sendo constatada então, uma inconsistência nos dados da base cartográfica. Essa desatualização pôde ser observada pelo conhecimento, dos mesmos, sobre a existência de um complexo esportivo no bairro que na base cartográfica encontrava-se classificado como vazio urbano. Sendo assim, resolveram utilizar a imagem de alta resolução do satélite, *Quickbird*, para analisar a veracidade das informações quanto à atividade realizada na parcela, comparando assim a base cartográfica com a imagem de satélite da área estudada, a fim de confirmar ou não a presença dos vazios urbanos.

Concluída a análise chegaram ao número de 271 parcelas territoriais em que, realmente existiam vazios urbanos, ou seja, sem nenhuma atividade sendo exercida no local. Nas 27 parcelas restantes não foi possível confirmar a atividade desenvolvida, devido principalmente à presença de nuvens na imagem, fato que impossibilitou a verificação de todos os alvos.

Tendo em vista o quadro, a saída encontrada pelos pesquisadores, para a verificação completa das parcelas territoriais, foi à realização de visitas ao campo, visando confirmar as atividades realizadas nas respectivas parcelas. As visitas *in loco* serviram, também, para a verificação das 12 parcelas identificadas como praças públicas, já que havia a necessidade de se trabalhar com os espaços de lazer que realmente ofereciam condições básicas aos frequentadores. A partir do levantamento *in loco* os pesquisadores constataram que dos 27 vazios urbanos visitados apenas 14 realmente eram áreas ociosas. Em relação às praças públicas, observaram que apenas 1 das 12 praças pré-identificadas possuíam reais condições de lazer e recreação para a população.

Para seleção dos vazios urbanos aptos para implantação de áreas de lazer Silva e Beppler (2012), identificaram as áreas do bairro que estariam sob influência dos espaços de lazer existentes, definindo assim áreas contempladas e desprovidas, buscou-se identificar os vazios urbanos (incluindo campos precários e praças abandonadas), que possuem área mínima do

terreno superior a 600m², utilizando para tanto o parâmetro definido no Plano Diretor de Goiânia uma vez que não há na legislação de João Pessoa referencia para tanto, que tem como proprietário a Prefeitura Municipal de João Pessoa (informações retiradas da tabela de atributos da base cartográfica) e estão localizados em áreas que não sofrem influência dos três espaços públicos abertos de lazer identificados no bairro.

Segundo os pesquisadores o trabalho realizado se mostrou eficaz,

tendo em vista que conseguiu alcançar os objetivos propostos, especialmente o objetivo geral de indicar no bairro de Mangabeira, áreas ociosas (vazios urbanos) que possam ser utilizadas como espaços públicos abertos de lazer, recreação e esportes, solucionando assim, uma deficiência encontrada quanto à inexistência destes espaços em algumas partes do bairro. (SILVA; BEPLER, 2012, p. 09).

Em POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NAS CIDADES: gestão do espaço, utilizando ferramentas de geoprocessamento, Costa Neto; Sautchuk (2008) propuseram o uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para análises de localização dos núcleos do Programa Esporte e Lazer na Cidade, do Ministério do Esporte, nas Regiões Administrativas do Distrito Federal participantes do projeto.

Os pesquisadores iniciaram o trabalho pelo levantamento de dados sobre o programa PELC, do Ministério do Esporte, nos núcleos cuja responsabilidade pela avaliação era do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, da Faculdade de Educação Física da UnB. Informações sobre dados cadastrais dos responsáveis; endereço; número aproximado de atendidos; o endereço dos atendidos; se os atendidos recebem bolsas sociais dos governos locais e federal; além de outras, que foram utilizadas para avaliar o raio de atuação e abrangência dos núcleos, em relação à população atendida, foram associadas aos núcleos a partir de sua espacialização. Os dados foram georreferenciados com a utilização de um sistema de posicionamento global – GPS, e

transferidos para o sistema de informações geográficas (SIG), o ARCGIS 9.3, no laboratório de Geoprocessamento do UnicEUB, de modo que se compusesse a base de dados geográficos digitais da pesquisa. A base de dados é formada pelas informações: hidrografia, estradas e rodovias, vias urbanas, limites das Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal, limite do município de Valparaíso de Goiás, localização das escolas públicas e particulares das RAs, localização dos equipamentos de esporte e lazer até 1998. (COSTA NETO; SAUTCHUK, 2008, p. 38)

Com o auxílio das ferramentas de Geoprocessamento os pesquisadores avaliaram, em termos espaciais, a localização dos núcleos nas RAs do Distrito Federal e no município de Valparaíso em Goiás, assim como a disposição dos equipamentos de esporte e lazer nas suas proximidades. Depois de gerado o mapa de localização dos núcleos avaliados os mesmos observaram o grau de abrangência de cada um em relação à sua Região Administrativa ou município, e identificaram que na maioria dos casos, com exceção dos núcleos localizados no município de Valparaíso-Go, os mesmo localizavam-se num raio de 400 metros das quadras esportivas, praças ou escolas públicas existentes, informação o que deveria ser utilizada para qualificar as atividades desenvolvidas pelos núcleos. Em relação aos núcleos de Valparaíso, os pesquisadores informaram que a ausência de análise se deveu a falta de acesso aos dados cartográficos digitais do município.

Em vias de concluir os pesquisadores afirmam que a utilização do geoprocessamento pode gerar uma base de dados geográfica considerável, capaz de subsidiar os tomadores de decisões na área de gestão do esporte e lazer nas cidades, notadamente aqueles do Ministério do Esporte.

Os espaços públicos de esporte e lazer, como visualizados nos mapas, poderiam ser mais bem aproveitados pelas comunidades em que se inserem. Da mesma forma, dada à proximidade, é de supor que os núcleos do PELC poderiam utilizá-los, o que daria uma melhor condição e qualidade de atendimento aos cidadãos que os frequentam. É possível que esteja ocorrendo uma subutilização desses equipamentos por parte da população e mesmo pelos núcleos. (COSTA NETO; SAUTCHUK, 2008, p. 38).

Finalizando reconhecem que identificar a localização dos núcleos em um mapa, associando informações cadastrais de cada um às características das comunidades atendidas “em um meio de amplo acesso, como é o caso da Internet nos dias de hoje, facilita muito a tarefa não só dos administradores de recursos públicos, mas também de estudantes e pesquisadores da temática do esporte e lazer nas cidades.” (COSTA NETO; SAUTCHUK, 2008, p. 49).

A análise dos trabalhos levantados contribuiu para a identificação de questões importantes, tendo em vista o desenvolvimento deste.

Inicialmente observou-se a recorrente utilização dos Sistemas de Informações Geográficas e as diferentes tecnologias e ferramentas utilizadas, tanto para a espacialização de dados, quanto para a manipulação e visualização dos bancos e dados.

Observou-se, também, a valorização do processo de definição de critérios para o estabelecimento das informações que deveriam ser utilizadas na composição do Banco de Dados Digital, bem como, a importância atribuída à geração de mapas para visualização dos dados geoprocessados.

Outro aspecto importante diz respeito à definição de área de abrangência dos equipamentos de esporte e lazer, significativa para o desenvolvimento de metodologias de análise de políticas e de grande relevância neste estudo.

E por fim, mas não menos importante, a reprodução de procedimentos de pesquisa que distanciam os pesquisadores dos diversos sujeitos da pesquisa. É evidente que a busca pela aproximação entre os pesquisadores e os sujeitos detentores de informações e/ou responsáveis pelos documentos necessários ao desenvolvimento do estudo, ou ainda, aqueles que mantêm contato direto com a população atendida se quer foi considerada.

2.2 O GEOPROCESSAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER: ESTRATÉGIA PARA A QUALIFICAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

O termo Geoprocessamento indica a disciplina do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para manipular informações geográficas de forma a inter-relacionar informações de atributos e espaciais, gerando novas informações, em princípio desconhecidas e que serão importantes em procedimentos que demandam rapidez em seu processo de geração e podem orientar decisões (FONSECA, 2011; CAMPOS, 2010). Sua gênese está relacionada ao processo de desenvolvimento da tecnologia informacional, o que tornou possível o armazenamento e a representação de informações sobre localização espacial de pontos específicos em ambiente computacional (FONSECA, 2011).

Segundo Campos (2010) esta disciplina surge da necessidade do processamento de dados georreferenciados

processo que exige avanço na avaliação de dados gráficos. Portanto, na era digital, o geoprocessamento tem necessariamente como suporte a cartografia digital, somado ao processamento digital de imagens e os sistemas de informações geográficas para a confrontação de diferentes produtos temáticos ou mesmo para avaliações temporais do mesmo tema. (CAMPOS, 2010, p. 34).

Portanto, o Geoprocessamento demanda a utilização de conhecimentos oriundos de diversos campos científicos e a utilização de um conjunto de técnicas indispensáveis ao seu desenvolvimento, dentre as quais se destacam: a cartografia, a Geodésia, a Geografia, a Informática, a Ciência Espacial, o sistema de posicionamento global – (GPS), os Bancos de Dados, a Internet, bem como, o uso dos Sistemas de Informações Geográficas - (SIG), os programas de Processamento Digital de Imagens de Satélite ou Sensoriamento Remoto – (SR). (COSTA NETO; SAUTCHUK, 2010).

Algumas aplicações do geoprocessamento, para a qualificação da gestão urbana, estão relacionadas à manipulação de informações básicas sobre relevo, hidrografia, características geológicas, geomorfológicas, declividades ou áreas de ocorrências de doenças e área de expansão urbana, análise de infraestrutura, informações socioeconômicas, Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Zoneamento Econômico-Ecológico, cadastro técnico multifinalitário, análises de interesses ambientais, cadastro escolar, entre outros são apenas algumas das possibilidades de informações espacializadas que podem ser geradas através de mapas básicos e/ou temáticos com recursos do geoprocessamento. Aliás, muitos destes mapas podem ser encontrados e/ou gerados a partir da utilização de dados disponibilizados por institutos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia), a ANA (Agência Nacional das Águas) ou, ainda, conjunto de dados disponibilizados, via internet, por prefeituras, em geral aquelas que possuem e disponibilizam banco de dados com informações do município.

A utilização de técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento de informações geográficas vem influenciando de maneira significativa diversos setores do serviço público, que geralmente recorrem à organização de Sistemas de Informações Geográficas – (SIG), que possibilitam a realização de análises complexas por permitir a integração de dados de fontes diversas, a partir de bancos de dados georreferenciados (FONSECA, 2011).

De acordo com Fonseca (2011, p. 46) os Sistemas de Informações Geográficas são constituídos por um conjunto de ferramentas que realizam o tratamento computacional dos dados geográficos, armazenando sua geometria e atributos num banco de dados geográficos, monitorado por um sistema gerenciador de banco de dados (SGBD), que tem como objetivo armazenar e recuperar as informações de modo eficiente. Ainda segundo o autor, o SIG possibilita que informações coletadas sejam processadas em computador, de forma a representar os fenômenos do mundo real em estudo. Os SGBD, que monitoram o banco de dados, empregam

diferentes estruturas de organização da informação, chamadas de modelos de dados, sendo classificados em: hierárquicos, em rede, relacional.

Para Fonseca (2011) a escolha pela estrutura que organizará as informações, a partir das classificações apresentadas anteriormente, deve considerar a composição do Banco de Dados, a necessidade de associação de dados a atributos descritivos e a velocidade para acessar os dados.

Segundo o autor, ao se optar pela estrutura hierárquica admite-se que cada parte da hierarquia pode ser pesquisada, empregando-se uma chave que a descreve. Tal estrutura apresenta como vantagens a simplicidade de implantação e a rapidez no acesso aos dados armazenados, e a desvantagem estaria relacionada à dificuldade em associar dados a atributos descritivos. Já a estrutura em rede seria menos rígida que a hierárquica e a desvantagem está relacionada ao aumento de informações no banco de dados. A estrutura relacional não apresenta hierarquia, sendo que os dados são armazenados em tabelas bidimensionais, onde cada linha (registro) identifica o dado e cada coluna seus atributos (campo). Essa estrutura tem por característica apresentar grande flexibilidade, porque só envolve a eliminação ou inclusão de registros. Uma extensão dessa estrutura é a chamada relacional híbrida também conhecida por georrelacional. Nela é permitido gerenciar os dados espaciais, separando-os em duas partes. A primeira trata da representação geométrica e topológica das entidades espaciais e a segunda do manuseio dos atributos descritivos das mesmas. Apresenta as seguintes vantagens: os atributos descritivos não necessitam compor o banco de dados espacial, porém nele podem ser incluídos a qualquer tempo, até mesmo por Internet, e os atributos descritivos podem ser acessados, eliminados e atualizados, sem necessidade de alterar a geometria e topologia do banco.

Após tecer essas importantes considerações sobre a estrutura para organização das informações, sua relação com os dados geográficos e o sistema gerenciador do banco de dados, Fonseca (2011, p. 48) faz menção a um conjunto de estudos que tendo em vista a conformação do SGBD possibilitam, de modo distinto, o a visualização de informações e o manuseio de atributos, bem como, a relação entre estes.

Caso interessante citado pelo autor refere-se ao estudo de Campos et al. (2009), no qual os autores destacam que

os Sistemas de Informação Geográfica constituem importante instrumento dentro da Saúde Pública, como técnicas de análise da distribuição espacial dos agravos à população, podendo ser utilizadas nos estudos com portadores de doenças crônicas. Através das técnicas de geoprocessamento, analisou a

distribuição espacial da população de idosos do município de Botucatu, para melhor controle da distribuição de idosos portadores de doenças crônicas e de sua assistência pelos profissionais de saúde. Tais informações podem ser utilizadas como instrumentos importantes no gerenciamento das ações de saúde, fornecendo subsídios para o planejamento do serviço, considerando-se que a atividade de planejamento implica um conhecimento profundo da realidade e envolve aspectos econômicos, políticos, sociais e cognitivos. (FONSECA, 2011, p. 51).

O exemplo foi apresentado tendo em vista pontos em comum com o estudo em tela. São eles: a proposta de localização de espaço (no caso do exemplo da população idosa) por ponto geográfico; apresentação de informações em banco de dados; utilização das informações visando qualificar o atendimento e as ações do setor público; fornecer subsídios para o planejamento, considerando a importância do conhecimento profundo da realidade, em seus aspectos econômicos, políticos e sociais.

A recente popularização das técnicas de geoprocessamento tem feito surgir algumas confusões na utilização dos termos Geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas, que vêm sendo utilizados como sinônimos quando, na verdade, dizem respeito a coisas diferentes.

Segundo Pina e Santos (2000) o Geoprocessamento é um termo mais amplo, que engloba diferentes tecnologias visando o tratamento e a manipulação de dados geográficos, por meio da utilização de programas computacionais. Dentre as tecnologias mencionadas pode-se destacar:

o sensoriamento remoto, a digitalização de dados, a automação de tarefas cartográficas, a utilização de Sistemas de Posicionamento Global - GPS e os Sistemas de Informações Geográficas - SIG. Ou seja, o SIG é umas das técnicas de geoprocessamento, a mais ampla delas, uma vez que pode englobar todas as demais, mas nem todo o geoprocessamento é um SIG. (PINA; SANTOS, 2000, p. 14).

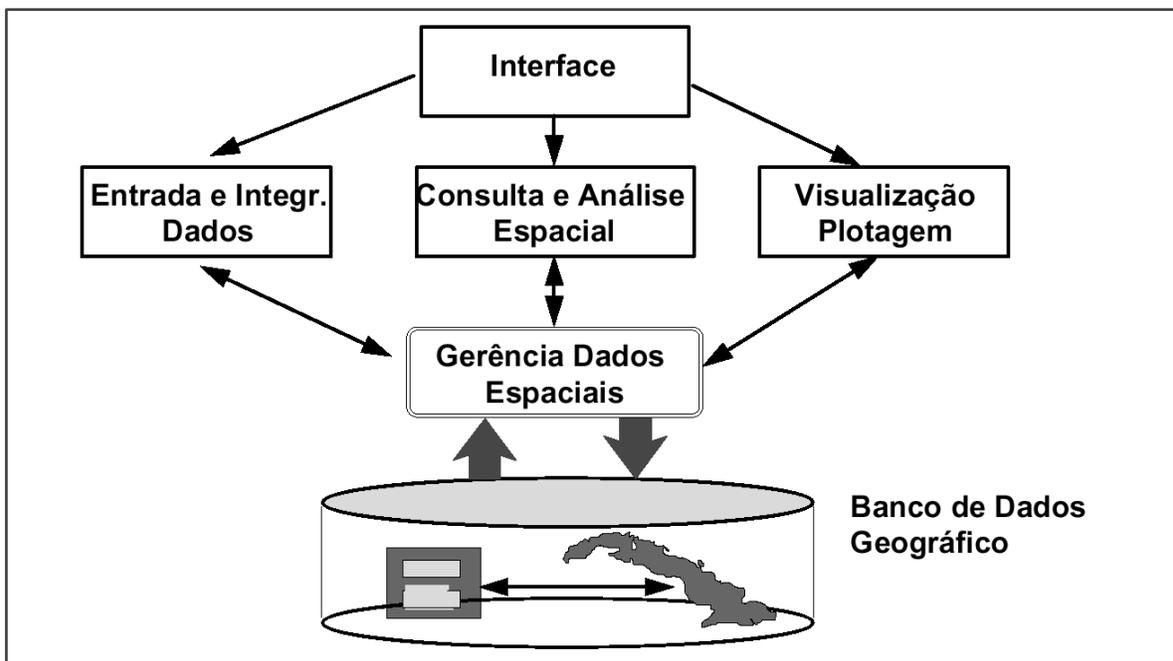
Segundo as autoras os Sistemas de Informações Geográficas - SIG são sistemas computacionais, usados para o entendimento dos fatos e fenômenos que ocorrem no espaço geográfico. A sua capacidade de reunir uma grande quantidade de dados convencionais de expressão espacial, estruturando os e integrando-os adequadamente, torna-os ferramentas essenciais para a manipulação das informações geográficas.

O uso das referidas tecnologias vêm influenciando de maneira crescente diversas áreas de estudo, em especial àquelas que as utilizam na análise de recursos naturais, monitoramentos,

cartografia, transporte, comunicação, energia, planejamento urbano e regional. Observa-se a valorização do potencial crescente pela redução de custos, a ampliação de bases e conhecimentos específicos e a estrutura de armazenamento de dados. (FONSECA, 2011).

Para Pina e Santos (2000), as análises espaciais e espaço-temporais, capazes de deprender e explicar os mecanismos que definem a interação espacial do binômio sociedade-natureza, a partir da integração de diversos dados, geográficos e alfanuméricos, das mais variadas origens, qualificam os SIGs.

FIGURA 1 – ARQUITETURA DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS – BRASIL, 2013.



Fonte: Câmara et al. (1996, p. 21).

A consulta à literatura especializada permitiu identificar que a tecnologia de SIG integra operações convencionais de bases de dados como captura, armazenamento, manipulação, análise e apresentação de dados, com possibilidades de seleção e busca de informações e análise estatística, à visualização e análise geográfica oferecida pelos mapas.

Como ressaltaram Pina e Santos (2000) é justamente essa capacidade que distingue os SIG dos demais Sistemas de Informação, tornando-os úteis tanto para organizações no processo de entendimento de ocorrência de eventos, predição e simulação de situações, quanto para o planejamento de estratégias. Segundo as autoras os Sistemas de Informações Geográficas

permitem a realização de análises espaciais complexas através da rápida formação e alteração de cenários que propiciam a planejadores e administradores em geral, subsídios para a tomada de decisões. A opção por esta tecnologia, busca melhorar a eficiência operacional e permitir uma boa administração das informações estratégicas, tanto para minimizar os custos operacionais como para agilizar o processo decisório. (PINA; SANTOS, 2000, p. 15).

Ainda segundo as autoras, anteriormente citadas, são três as funções principais de um SIG: (i) armazenamento, manejo e integração de grande quantidade de dados referenciados espacialmente; (ii) prover meios para realizar análises relacionadas especificamente a componentes geográficos dos dados; (iii) organização e o manejo de grandes quantidades de dados e a forma como estas informações podem ser facilmente acessadas por todos usuários.

Quando da utilização de um Sistema de Informações Geográficas as

operações mais comuns são a pesquisa de dados e a busca de informações de acordo com algum critério de seleção (por exemplo, pela localização, proximidade, tamanho, valor), e a análise espacial que envolve modelagem e análise de padrões espaciais e de relacionamento de dados (...) Um SIG precisa ser ágil para exibir dados em mapas de boa qualidade (...) Entretanto, para diferentes propósitos, outras formas de apresentação dos dados (gráficos e tabelas) algumas vezes são necessárias para uso combinado com os mapas. (PINA; SANTOS, 2000, p. 17).

Tendo em vista a complexidade e as dificuldades presentes no processo de formulação, implantação e avaliação de políticas públicas de esporte e lazer e a importância de mecanismos que possibilitem a geração de informações confiáveis, que possam orientar a tomada de decisão, subsidiar o planejamento de ações, os processos de monitoramento e avaliação das políticas, uma das propostas nessa tese foi a organização de um Banco de Dados espacializados, intitulado SIG-Esporte e Lazer. É importante destacar que se trata de uma interface amigável, interativa e de eficácia comprovada em outras áreas, como a Segurança Pública, p. ex., já testadas em outras capitais visando o combate e a prevenção da violência urbana. (Cf. MEDEIROS, 2009).

Identificou-se que a implementação de um SIG é um processo complexo, demandando quantidade considerável de recursos e tempo, este último de médio e longo prazo. Nesse sentido, ao optar por trabalhar com essa tecnologia deve-se ter em conta a necessidade de uma equipe multidisciplinar, tempo e recursos para tanto. Portanto, para a viabilização desta pesquisa foi muito importante: (i) contar com a colaboração de um coletivo do Grupo de Estudos e Pesquisa

em Esporte, Lazer e Comunicação – GEPELC, que auxiliou na revisão da literatura, na coleta de informações e levantamento de documentos, na problematização e discussão do material empírico selecionado e na organização das atividades acadêmico-científicas e de formação de pesquisadores; (ii) a formalização da parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL, que oportunizou a participação de alguns trabalhadores, como pesquisadores e, em alguns momentos, como sujeitos da pesquisa, e possibilitou o acesso às informações necessárias para a organização do Banco de Dados Digital; e (iii) a assessoria da Geoplano⁸¹, responsável pelo georreferenciamento dos espaços e equipamentos de esporte e lazer, do levantamento de dados em campo (preenchimento da Planilha de Dados e registro de imagens), adequação de toda a Planilha de Dados e dos dados municipais para o formato *shapefile*, programação do *software* QGISCloud, publicação das imagens através do serviço imageshack.us, para *upload* direto no sistema QGISCloud, abastecimento do *software* com os dados municipais, e auxílio na elaboração dos mapas temáticos.

O *software* utilizado inicialmente foi o I3GEO, um sofisticado programa *on line* de geração de mapas. Seu nome é um acrônimo de “Interface Integrada para Internet de Ferramentas de Geoprocessamento”, e a sua utilização possibilita o acesso a uma significativa base de dados, confiáveis, de informações geográficas do país, uma vez que é desenvolvido por programa governamental e utilizado por vários Ministérios, como o do Meio Ambiente e o da Educação, por exemplo. Com o objetivo de difundir o uso do geoprocessamento como instrumento técnico-científico e implantar uma interface genérica para acesso aos dados geográficos existentes em instituições públicas, privadas ou não-governamentais, o I3Geo está licenciado sob GPL e pode ser utilizado e incorporado por qualquer instituição interessada sem custos. Adotando padrões internacionais de interoperabilidade, o I3Geo incorpora funcionalidades que facilitam o acesso remoto a dados, permitindo o estabelecimento de redes cooperativas. Operações que normalmente são encontradas apenas em programas para computadores pessoais, que operam em

⁸¹ A Empresa de Consultoria em Planejamento Urbano e Ambiental – GEOPLANO foi contratada, com recursos oriundos do projeto aprovado junto à FAPEG, para prestação de consultoria para desenvolvimento e aquisição de *Software* de Geoprocessamento contendo: Sistema de Informação Geográfica (SIG-ESPORTE E LAZER). Entre as responsabilidades da contratada estavam: (i) a utilização das técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma; (ii) a disponibilização de equipe tecnicamente capacitada para a realização de pesquisas e desenvolvimento do projeto no âmbito da matéria da consultoria devida; (iii) a nomeação um coordenador desta equipe, responsável pela administração das atividades.

instalações locais, estão disponíveis no I3Geo, tais como geração de gráficos, análise de dados tabulares, operações espaciais, etc. (Cf. GEOPLANO, 2009).

Mas, infelizmente, a necessidade de alteração do *software* foi colocada, inicialmente pela intenção de se privilegiar a interatividade no uso da interface, na produção e organização de informações e imagens e, posteriormente, pela impossibilidade do seu uso decorrente de problemas ocasionados pela atualização do mesmo, realizada por técnico do Ministério do Meio Ambiente, de modo a atender novas diretrizes estabelecidas pelo Consórcio Internacional *Open Geospatial* (OGC – *Open Geospatial Consortium*), atual responsável por desenvolver as especificações para utilização de interfaces espaciais são disponibilizadas livremente para uso geral. A referida modificação, inviabilizaram o acesso dos programadores ao código aberto do sistema, ocasionando a impossibilidade de utilização dos dados já coletados e disponibilizados via interface, ocasionando a perda de todo o trabalho de programação já realizado pela equipe da Geoplano. Segundo membros da equipe, este é um dos riscos em se trabalhar com *softwares* livres, ou seja, as atualizações, que muitas vezes chegam a alterar em 100% a versão anterior, inviabilizam o uso da mesma por comprometer a utilização de bases de dados já elaboradas e tornar inoperante o trabalho de programação realizado.

Dadas às contingências e a necessidade readequação do projeto, identificou-se uma interface mais moderna do que a escolhida no passado, QuantumGis, cujas vantagens estão relacionadas a possibilidade a elaboração de mapas, com a configuração dos mesmos no próprio ambiente virtual, incluindo planos de informação (*layers*), legendas e informações tabulares de outros órgãos de governo. Outra função importante diz respeito à possibilidade de publicação dos mapas, mantendo assim a possibilidade de difusão dos mesmos e do Banco de Dados Digital de forma pública, sendo que as informações continuariam sendo alimentados por um gestor com *login* e senha, mantendo o controle e, portanto, o nível de confiabilidade das informações disponibilizadas no ambiente virtual.

Na consulta ao Manual do Usuário⁸² *Version 1.4.0*, ‘*Enceladus*’, identificou-se que o Quantum GIS (QGIS) é um Sistema de Informação Geográfica de código aberto. Trata-se de um programa SIG, que tradicionalmente são programas proprietários de alto custo, pensado a partir de uma perspectiva de uso viável a qualquer pessoa com acesso básico a um computador pessoal. O QGIS funciona atualmente na maioria das plataformas: Unix, Windows e OS X. O Programa é

⁸² Disponível em: http://portal.mda.gov.br/terralegal/pages/download/file/qgis1.4.0_manual_do_usu%C3%A1rio_0.1c.pdf

desenvolvido usando a plataforma do Qt (<http://www.trolltech.com>) e C + +. Isso significa dizer que o QGIS é um programa rápido de usar e tem uma agradável, e fácil interface gráfica do usuário (GUI). Portanto, o QGIS é um programa SIG de fácil utilização, liberado sob a licença GNU *General Public License* (GPL). O desenvolvimento do programa sob esta licença possibilita ao usuário o acesso a um programa de SIG, sem custos.

Inicialmente os termos ‘código aberto’, ‘liberado de licença’ associados à possibilidade de ‘modificação do código fonte’, ‘sem custos’ e ‘livremente modificado’ dava a entender estarmos diante de uma interface que atenderia plenamente as demandas do projeto em desenvolvimento. Melhor inclusive, pois o programa permite a elaboração de mapas, configurados no próprio ambiente virtual, incluindo a utilização de planos de informação (*layers*), legendas e informações tabulares de outros órgãos de governo.

Não obstante, a utilização de um *software* gratuito impôs restrições e limitações às quais não tivemos possibilidade nem meios técnicos para superá-las, tais como: (i) inserção de simbologia (ícones) própria para cada tipo de equipamento e/ou espaço de esporte e lazer; e a inserção de arquivos (pdf.), como a Matriz Lógica de Programas, p.ex.

Importante destacar, ainda, o procedimento utilizado na construção do Banco de Dados Digital, pois se julga ser este o diferencial entre os estudos realizados. Neste caso são dois os aspectos a serem considerados: (i) a proposta de caracterização dos espaços e equipamentos de esporte e lazer (Planilha de Dados) e a organização e sistematização de informações sobre os Programas, projetos e ações (Matriz Lógica); (ii) e a proposição, consideração e valorização da participação dos trabalhadores da SEMEL de Goiânia no processo de pesquisa, buscando ao mesmo tempo superar a dicotomia entre trabalho intelectual e manual e despertar o interesse e a valorização do uso da tecnologia entre aqueles que dela farão uso, e que serão responsáveis pelas mudanças, necessárias, em suas próprias práticas, tendo em vista a possibilidade de qualificação do trabalho, da gestão da política e a necessidade de produção de informações confiáveis, para a atualização do Sistema.

2.2.1 A ARQUITETURA DO BANCO DE DADOS DIGITAL - BDD: A PLANILHA DE DADOS, O MODELO E A MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA DRAULAS VAZ

A Base de Dados de um Sistema de Informações Geográfica em por objetivo representar, por meio de componentes gráficos e não-gráficos, algum fenômeno existente no mundo real, em algum momento, e corresponde, portanto, a uma abstração da realidade.

Segundo Pina e Santos (2000) a base de dados dos SIG é uma coleção estruturada de dados digitais espaciais que têm como característica básica o fato de serem compostos por duas componentes distintas. A primeira é a Gráfica (mapas), que possibilita descrever a localização, as feições geográficas e os relacionamentos espaciais entre estas, ou seja, “a descrição gráfica do objeto como simbolizado num mapa, pode incluir coordenadas, códigos e símbolos que irão definir os elementos cartográficos específicos de um mapa”. (PINA; SANTOS, 2000, p. 41).

A segunda refere-se às componentes não-gráficas, ou alfanuméricas (tabelas), que possibilitam a descrição de fatos e fenômenos, sociais e/ou naturais, representados no mapa. “É também chamada textual ou atributiva, representa as características, qualidades, ou relacionamentos de feições na representação cartográfica.” (PINA; SANTOS, 2000, p. 41).

As componentes gráficas e não-gráficas dos dados espaciais têm características distintas, por isso exigem técnicas particulares para o seu levantamento, tratamentos e definição do modo de visualização, o que certamente poderá otimizar o seu gerenciamento.

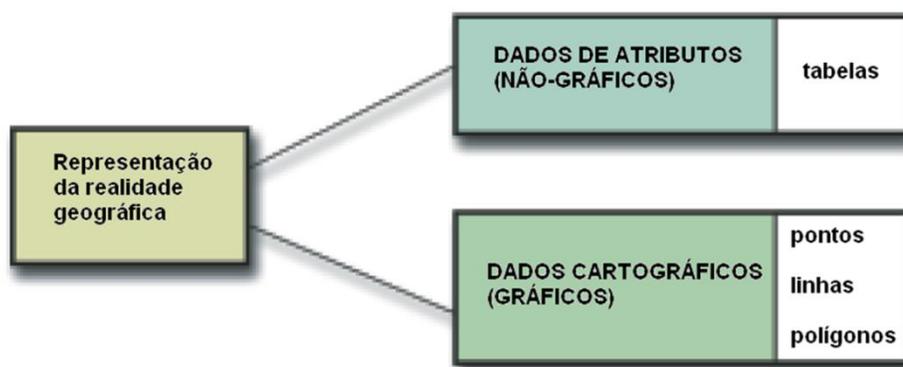
Em grande parte dos programas de SIG, as duas componentes ficam armazenadas em bases de dados distintas, em que os dados gráficos são manuseados diretamente pelo programa de SIG e os não-gráficos são gerenciados por Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (SGBD) convencionais. A integração entre as duas componentes dos dados espaciais é uma característica básica dos SIG e se dá através de códigos comuns aos registros nas duas bases, chamados geocódigos. (PINA; SANTOS, 2000, p. 41).

Portanto, um dado espacialmente referenciado possibilita a visualização de dois tipos de informações, gráficas (mapas), ou de localização e não-gráficas (atributos), que podem ser melhor visualizados na Figura 2. As primeiras, gráficas ou cartográficas, são dados de localização, são coordenadas de pontos (nós) bi ou tridimensionais, linhas (segmentos) ou áreas (polígonos). As segundas, não gráficas ou atributos, são dados descritivos ou não-localizados, são características (feições) ou atributos de pontos, linhas ou áreas, que podem ser obtidos de uma variedade de fontes.

Uma das principais características de um SIG é a facilidade na integração de dados. A o inventário, entrada e visualização destes envolve, por um lado, a sua digitação e, por outro, a

digitalização de mapas ou a transferência eletrônica de bancos de dados pré-existentes. Neste processo deve se considerar a conferência, conversão, reformatação, correção e edição, visando remover erros existentes nos dados originais ou introduzidos durante a captura destes.

FIGURA 2 – INFORMAÇÕES DOS DADOS ESPACIAIS – BRASIL, 2013.

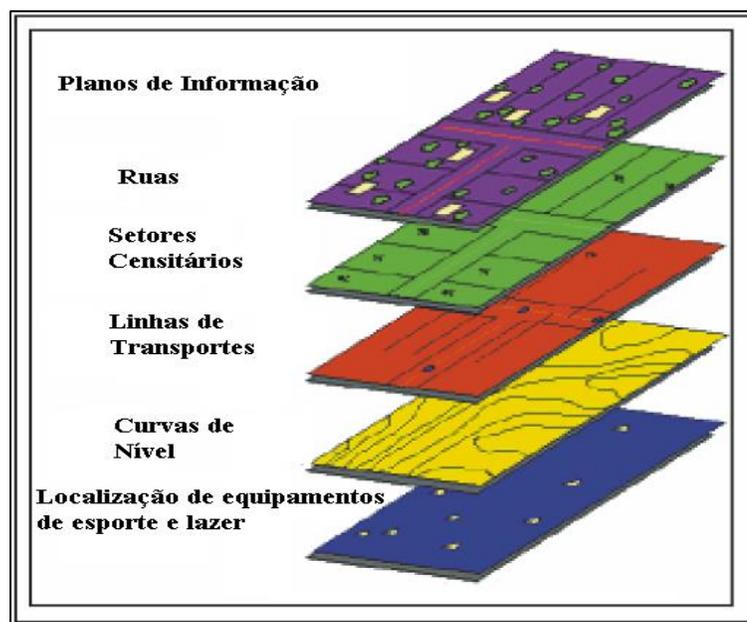


Informações dos dados espaciais, adaptada de Scholten & Stillwell, 1990.

Fonte: Pina e Santos (2000, p. 16).

A Figura 3, abaixo, permite visualizar a proposta da Geoplano para a organização de dados gráficos em planos de informações, no BDD do SIG – Esporte e Lazer.

FIGURA 3 – PLANOS DE INFORMAÇÃO CONSIDERANDO A LOCALIZAÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER – BRASIL, 2013.



Fonte: Adaptado de Pina e Santos (2000), por Geoplano.

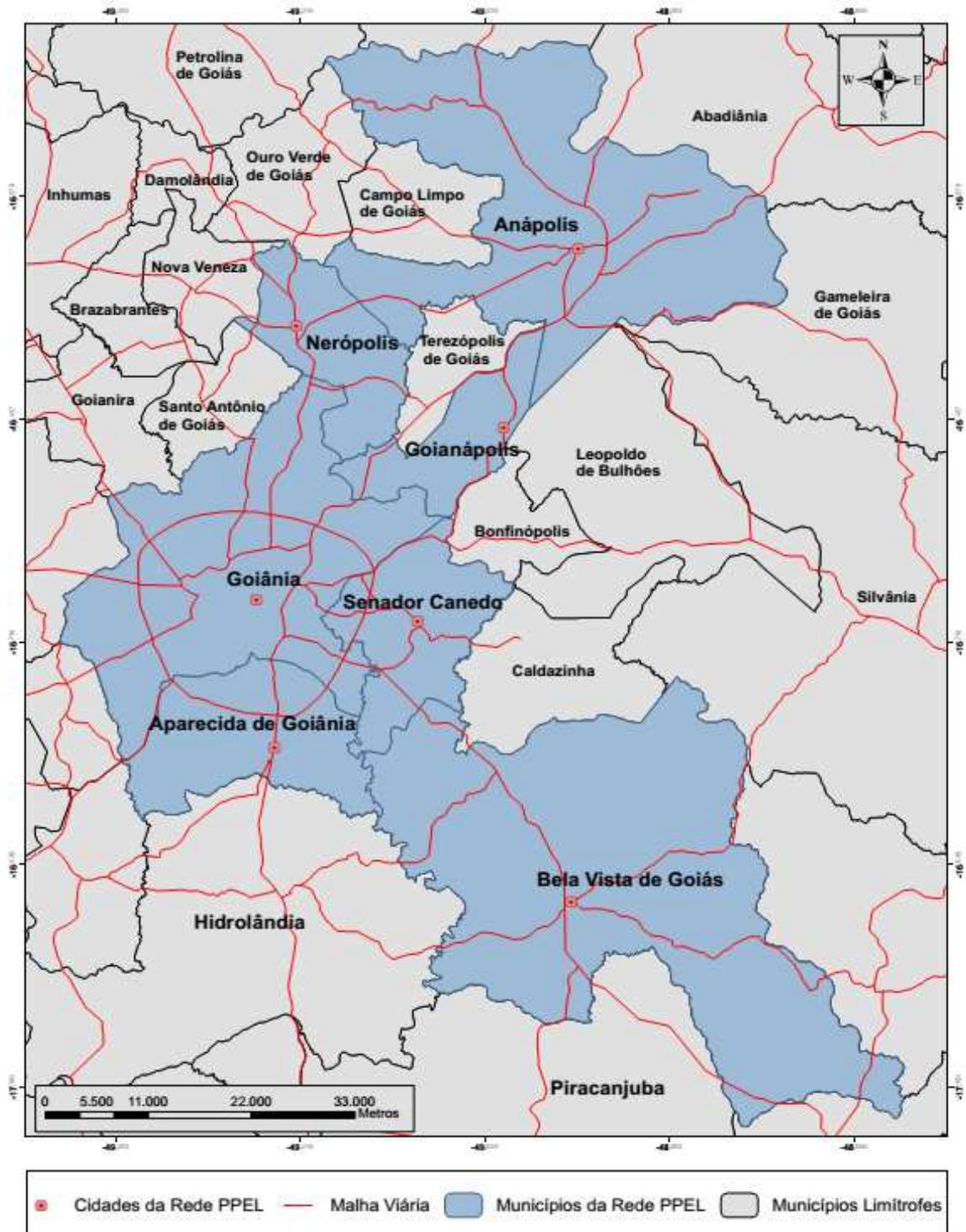
Portanto, no processo de implementação do Sistema de Informações Geográficas – (SIG), de Esporte e Lazer foram considerados dois momentos, complementares. A primeira, fase de implantação, correspondeu às etapas de inventário, análise e suporte à decisão, e a segunda fase foi a de atualização, a ser desenvolvida no processo.

Nessa direção, as atividades a ser realizadas: o inventário, a espacialização dos dados relacionados aos equipamentos e espaços de esporte e lazer e a disponibilização dos dados georreferenciados, além de metodologia diferenciada, como já mencionado, teve responsabilidade diversa. À Geoplano coube desenvolvimento da proposta de estruturação do BDD e a arquitetura do software, ao coordenador da pesquisa e os pesquisadores a responsabilidade pelo levantamento, sistematização e proposta de configuração do documento que viabilizasse visualização das informações no ambiente virtual, ou seja, o desenvolvimento da metodologia para a elaboração da Planilha de Dados, do Modelo e da Matriz Lógica dos Programas.

A primeira etapa consistiu no levantamento de informações *in loco* referentes aos espaços e equipamentos de esporte e lazer. Foi necessária, inicialmente, a demarcação dos municípios circunvizinho em um mapa municipal impresso, de modo a possibilitar a visualização, inicial, destes.

FIGURA 4 - MAPA DE GOIÂNIA, CONSIDERANDO ALGUNS MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS E MEMBROS DA REDE GOIANA DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER - BRASIL, 2014.

Municípios da Rede PPEL/UFG 2014.



Fonte: SIEG / Elaboração: GEOPLANO 2014.

Para a operacionalização do inventário foram necessárias duas ações. A primeira, de ordem administrativa, e se refere ao contato com os Gestores públicos e a solicitação, formal, dos endereços dos espaços e equipamentos de esporte e lazer. O bom relacionamento com os gestores, trabalhadores e pesquisadores da SEMEL, construído ao longo do tempo, pela participação conjunto em processos democráticos de definição da política (I e II Conferência de Esporte e Fórum Municipal de Esporte e Lazer⁸³) e, fundamentalmente, na realização das atividades de pesquisa e de formação, facilitou tanto a autorização para a coleta de informações *in loco*, quanto no acesso dos endereços dos espaços e equipamentos de responsabilidade do município. A participação na pesquisa levou os trabalhadores da SEMEL a iniciar o processo de cadastramento e levantamento dos endereços que seriam necessários, os quais ainda não estavam sistematizados. A realização de outros estudos permitiu identificar que esse tipo de informação não é muito fácil de obter junto as Secretarias, e/ou outros órgãos responsáveis pelo esporte e lazer, em âmbito municipal. Os motivos são de ordem variada, mas em geral tem relação com a não sistematização das informações, e/ou a precariedade das instalações das Secretarias, e/ou a dificuldade dos trabalhadores na utilização de tecnologias, entre outras.

A segunda atividade de ordem técnica, realizada por pessoal especializado visou: a) delimitação pontual em mapas impressos dos locais; b) a obtenção das coordenadas UTM, pela utilização de GPS, de cada equipamento; c) preenchimento da Planilha de Dados; e d) o registro de imagens. Na figura abaixo é possível visualizar, esquematicamente a atividade.

FIGURA 5 – O PROCESSO DE REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO – BRASIL, 2013.

⁸³ Em 2012 o coordenador desta pesquisa viria a ser eleito o Coordenador Executivo do Fórum Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia.

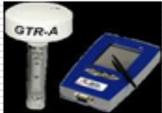
Inventário



Aquisição de dados primários relativos aos equipamentos e espaços de esporte e lazer

- Coleta de dados fisiográficos (questionários) em campo com referência espacial, coordenadas, adquiridas por:

→ **GPS GTR-A BT**
(Sistema de Posicionamento Global)

Fonte: Elaborado por Geoplano, 2009.

Os desafios que se colocavam para a implantação de um SIG, naquele momento, estavam relacionados a:

- ✓ Geração, sistematização e catalogação de informações;
- ✓ Integração de diferentes tecnologias de informação;
- ✓ Disponibilização de dados ao público;
- ✓ Ferramentas web para disponibilização e interação com público na geração e visualização de dados geoespaciais sobre os espaços, equipamentos e dos programas de esporte e lazer;
- ✓ Disseminação da cultura de SIG, principal desafio para uma maior contribuição das ferramentas geoespaciais às políticas de P&D e para sua maior utilização como suporte à tomada de decisões em políticas públicas de esporte e lazer.

Ao final da etapa, com a organização e sistematização das informações obtidas, foi possível a identificação da quantidade de espaços e equipamentos⁸⁴, sua delimitação pontual em mapas impressos, sistematização inicial do banco de dados (Planilha de Dados) e criação do banco de imagens.

⁸⁴ Tendo em vista o grande número de espaços e equipamentos existentes, e disponíveis para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de esporte e lazer, no âmbito do município optou-se por georreferenciar todos e sistematizar informações daqueles em que a SEMEL desenvolve atividades.

2.2.1.1 SOBRE A EDIFICAÇÃO DO BDD: A PLANILHA DE DADOS

A compreensão do processo de realização do inventário, especialmente, sobre a importância da espacialização dos espaços e equipamentos de esporte e lazer, demandou elaboração de uma Planilha de Dados visando: nas colunas 1, 2 e 3 identificá-los e localizá-los; nas colunas 4, 5 e 6 caracterizá-los e descrever sua composição; nas demais colunas descrever os níveis de: acessibilidade, estado de conservação e segurança; identificar seus usuários; identificar o pessoal responsável pela sua conservação e funcionamento, bem como, os recursos materiais utilizados; as fontes de financiamento dos programas, projetos e ações; principais características dos programas, projetos e ações; formas de divulgação dos programas, projetos e ações; e a existência de normas de funcionamento.

Para o desenvolvimento da planilha foram utilizadas técnicas de análise bibliográfica e documental. Quando da realização do levantamento bibliográfico os principais autores identificados/consultados foram: Requixa (1980), Stucchi (in BRUHNS, 1997, p. 105 - 122); Rechia (2003; 2005), Marcellino (2006; 2007), entre outros.

A coleta de informações e o levantamento de documentos, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia, ocorreram em distintos momentos. Inicialmente, entre agosto e dezembro de 2009, e as informações identificadas junto aos documentos, em conjunto com a análise do resultado da revisão de literatura, originaram a primeira versão da Planilha, que visou, essencialmente, a identificação, localização e classificação dos espaços equipamentos, sendo que esta foi testada quando da coleta de informações do Município de Goianópolis/GO, no mesmo ano. No decorrer da pesquisa novas aproximações e reflexões orientaram a sua qualificação, para em 2011, ser finalizada, validada, pela sua utilização no Inventário realizado junto ao Município de Nerópolis. Posteriormente foi utilizada para o registro de informações quando do início da realização do Inventário junto ao Município de Goiânia. Vale registrar que no período entre março e junho de 2013, novas ações visando à sistematização de informações ocorreram para, então, dar origem a outra versão do BDD. Tendo em vista as dificuldades encontradas, novas atividades de pesquisa foram realizadas entre agosto e dezembro de 2013, com a mesma finalidade.

| PLANILHA DE DADOS | | | | | | | | | | |
|-------------------|-------------|--------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|---|---|--|---|---|--|
| 1) EQUIPAMENTO | 2) ENDEREÇO | 3) COORDENADAS UTM | 4) CARACTERÍSTICAS | | | 5) ACESSIBILIDADE | | | | |
| | | | 1. Específicos 2. não-específicos | Características do Específico | Polivalentes: Composição | NEEs e/ ou Pessoas com Deficiência. ⁸⁵ | Horários Disponíveis | Tempo Disponível | Cobrança de taxas | Meio de transporte |
| | | | | 1. Especializados 2. Polivalentes | 1 campo de futebol 2 quadras 3 piscinas 4 pista de caminhada 5 pista de skate 6 playground 7 outros: _____ | 1. Sim adaptada 2. Não adaptada | 1. Manhã 2. Tarde 3. Noite 4. Intermediários 5. Sempre disponível 6. Não é disponível | 1. Todos os dias da semana. 2. Somente nos finais de semana. 3. Feriados e Férias | 1. Sim, frequentemente 2. Sim, em eventos especiais. 3. Não | 1. Transporte público fácil acesso. 2. Estacionamento Público. 3. Difícil acesso transporte público. 4. Estacionamento privado. |

| PLANILHA DE DADOS | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|---|--|
| 6) EST. CONSERVAÇÃO | | | | | | | | 7) SEGURANÇA | | |
| Iluminação | Arborização Marquises, bancos, quiosques e tendas | | Mobiliários (quadras, piscinas, etc.) | Parques Infantis | Lixeiras | Instalações Hidro – sanitárias - Comuns | Instalações Hidro – sanitárias - NEEs e portadores de deficiência | No local | No trânsito | |
| 1. Adequada e conservada 2. Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1. Adequada e conservada 2. Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1. Adequada e conservada 2. Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1. Adequada e conservada 2. Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1. Adequada e conservada 2. Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1. Simples e conservada 2. Simples e não conservada. 3. Coleta Seletiva e conservada. 4. Coleta Seletiva e não conservada 5. Inexistente | 1. Adequada e conservada 2. Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1. Adequada e conservada 2. Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1. Muito segura 2. Segura apenas em determinados horários. 3. Insegura 4. Segura apenas com a Presença da PM. | 1. Seguro - Sinais, faixa de pedestre. 2. Inseguro - Não tem nenhuma sinalização | |

⁸⁵ Existência ou não de barreiras arquitetônicas, ausência de rampas, irregularidades no calçamento...

| 8) USUÁRIO | 9) MATERIAIS (Bolas, redes, colchonetes...) | 10) PROJETOS E/OU PROGRAMAS | | 11) DIVULGAÇÃO PROJETOS | 12) PRESENÇA DE ANIMAIS |
|---|--|---|---|--|---|
| | | Realização | Responsável | | |
| 1. Moradores da região. 2. Moradores de outras regiões. 3. Moradores da região e de outras regiões. | 1. Disponível sempre 2. Disponível somente no projeto e/ ou programa. 3. Nunca é disponível e pertence ao usuário. | 1. Frequentemente 2. Raramente 3. Nunca | 1. Público - Municipal 2. Público – Estadual 3. Público - Federal 4. Parceria entre as esferas públicas. 5. Parceria Pública Privada. 6. ONGs. 7. Associação de Moradores. 8. Instituições Religiosas. | 1. Muito divulgado 2. Pouco divulgado 3. Divulgação inexistente. | 1. Permitido 2. Não permitido com placas de aviso. |

Inicialmente identificaram-se nove tipos distintos de espaços e equipamentos de esporte e lazer, produto oriundo, sobretudo, da revisão de literatura. A partir da análise documental e de visitas técnicas a alguns dos espaços e equipamentos e, fundamentalmente, quando da realização da consulta sobre os ícones⁸⁶ adequados para a identificação e visualização dos espaços e equipamentos em ambiente virtual, identificou-se um número maior do que previsto inicialmente, o que pode ser verificado na Tabela 23, abaixo. A primeira coluna diz respeito ao conjunto oriundo do levantamento inicial.

TABELA 234 – TIPOS DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER – BRASIL, 2013.

| Tipos de Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer | |
|---|------------------------------------|
| 1. Parque | 1. Academia (Fitness Center) |
| 2. Praça | 2. Academia (ao ar livre) |
| 3. Campo | 3. Clube Associativo |
| 4. Quadra | 4. Parque |
| 5. Ginásio | 5. Praça |
| 6. Estádio | 6. Escola |
| 7. Teatros | 7. Ginásio |
| 8. Museu | 8. Quadra |
| 9. Parque | 9. Quadra Coberta |
| | 10. Campo de Futebol |
| | 11. Piscina |
| | 12. Pista de Skate |
| | 13. Pista de Caminhada |
| | 14. Ciclovia |
| | 15. Zoológico |
| | 16. Parque Mutirama |
| | 17. Parque Aquático e/ou Balneário |
| | 18. Museu |

⁸⁶ Em: <http://mapicons.nicolasmollet.com/category/markers/sports/>

Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados na tabela acima permitem constatar que, inicialmente, o conjunto de espaços e equipamentos está circunscrito ao número de 09 diferentes tipos. No decorrer da pesquisa esse número passou para 19, e a opção pela utilização destes na organização de um banco de dados está relacionada à compreensão da importância em se garantir a continuidade de novos estudos e dar suporte técnico para pesquisas desenvolvidas por outros pesquisadores e/ou grupos, de modo a, num futuro próximo, possibilitar o georreferenciamento e outro e novos espaços e equipamentos, públicos e privados, procurando dar conta da complexidade da oferta de bens e serviços em esporte e lazer, contemporaneamente.

Durante a realização do Inventário a decisão mais difícil foi esteve relacionada à opção pela caracterização dos equipamentos de esporte e de lazer. Aliás, a própria expressão utilizada já expressa uma opção teórica. A alternativa estava relacionada ao uso do termo ‘instalações desportivas e recreativas’, que ao ser eleita indicaria outra opção teórico-metodológica para a análise dos fenômenos esportivos e de lazer.

Observou-se que no Brasil o único pesquisador utilizar o termo foi Fernando Telles Ribeiro, responsável por algumas publicações⁸⁷ sem impacto na produção acadêmico-científica. Por outro lado, identificou-se, também, que o termo é corrente entre especialistas de países Ibero-Americanos, que se reúnem, anualmente, no Congresso Ibero-americano de Instalações Desportivas e de Lazer - Cidyr⁸⁸. Tal utilização tem maior relação com o idioma do que com as opções teórico-metodológicas.

Apesar da compreensão da necessidade do estabelecimento de diálogo com a produção acadêmico-científica dos referidos especialistas e da importância da difusão das pesquisas sobre o tema internacionalmente, optou-se pela utilização dos termos Equipamentos de Esporte e Lazer por julgar a produção nacional, de grande relevância acadêmico-científica, se diferencia não apenas pela utilização de termos, mas, fundamentalmente, pela crítica aos fenômenos esportivos e

⁸⁷ 1975 - Planejamento e Construção de Ginásios Esportivos MEC - Brasília.

2004 - Rio de Janeiro: Cidade Olímpica do Futuro - Capítulo do Atlas do Esporte Brasileiro - Cadastro de Informações Técnicas e Administrativas em Esporte.

2004 - Planejamento de Instalações Esportivas - Capítulo do Atlas do Esporte Brasileiro.

⁸⁸ Informações atualizadas sobre o 5º Congresso, que será realizado em Zaragoza/ES, em março de 2014, estão disponíveis em: <http://cidyr.org/>.

de lazer, e, especialmente, pela proposição, de parte de sua *intelligentsia*, do seu reconhecimento como direito social e dever do Estado.

Portanto, o preenchimento da quarta, quinta e sexta coluna da Planilha de Dados demandaria a compreensão das diferenças entre: equipamentos - a) específicos ou b) não-específico; quando específico - a) especializado; ou b) polivalente; e quando polivalente qual a sua composição.

Fez-se necessário, então, a consulta aos textos que problematizaram a temática e que possibilitassem a caracterização dos espaços e equipamentos (STUCHI, 1997; REQUIXA, 1980), e a realização de oficinas de formação, visando à qualificação dos responsáveis pela coleta de informações em campo.

O correto preenchimento da Planilha de Dados, necessário para a diferenciação dos espaços e equipamentos existentes, demanda o domínio de alguns conceitos, tais como:

- **equipamentos não-específicos:** ao contrário do primeiro, refere-se a apropriação de espaço e/ou edificação arquitetada para o atendimento de outras funções da cidade, mas que, em algum momento de sua existência são apropriados para o desenvolvimento de atividades e/ou políticas de esporte e/ou lazer;

Estes equipamentos caracterizam-se por oferecer atividades esportivas e/ou de lazer, dirigidas a um público de interesses bem definidos. São equipamentos importantes no mundo urbano, porque devido a suas características podem adequados com relativa facilidade, adaptáveis que são aos espaços já construídos.

- **equipamento específicos:** trata-se de edificação erigida visando o desenvolvimento de atividades de esporte e lazer. Os equipamentos específicos podem ser tanto públicos como privados. Aqueles gerados pelo poder público são: parques e jardins, centros culturais desportivos, bibliotecas, museus, teatros, para exemplificar alguns. Já os equipamentos específicos gerados e mantidos pela iniciativa privada são: teatros, cinemas, discotecas, clubes, associações de classe, entidades de bairro, entre outros (REQUIXA, 1980).

- **equipamento específico especializado:** são edificações destinadas a atender uma programação especializada, ou uma faixa de interesses culturais específicos e cuja composição apresenta quantidade limitada de instalações. Exemplos de equipamentos especializados: quadras; campo de futebol, teatros, auditórios, cinemas, academias de ginástica, bibliotecas, campos de golfe, entre outros.

- **equipamento polivalente:** trata-se de edificações destinadas ao atendimento de diferentes interesses culturais, por meio de programação diversificada. Sua composição é diversificada, em geral contém: quadras poliesportivas, piscinas, campo de futebol, salas de dança, ginástica, teatros, biblioteca, videoteca, entre outras. Podem ser classificados a partir de suas dimensões e capacidade (STUCHI, 1997). Os *equipamentos polivalentes de*

dimensões e capacidade média podem receber até 2.500 pessoas/dia, em atividades permanentes, e até 5000 pessoas simultaneamente, em eventos especiais ou finais de semana. Sua programação é composta por atividades permanentes, temporárias e eventuais, segundo o público e os seus interesses culturais. Sua localização é, em geral, em áreas urbanas e o atendimento acontece durante os dias da semana, em período integral, e com ênfase nos fins de semana. Exemplos de equipamentos polivalentes de dimensões e capacidade média: Centros Culturais, Clube do Povo. Os *equipamentos polivalentes grandes* são projetados para o atendimento em massa. É organizado por uma programação diversificada, com atividades: permanente, temporária e de eventos, amplamente diversificada segundo o público e os diferentes interesses culturais. Suas instalações são de grandes dimensões e grande capacidade. Localiza-se, geralmente, em região importante de um estado ou de uma grande cidade, porém pode também se localizar em regiões periféricas dos centros urbanos, tendo em vista as dimensões da área necessária para abrigá-lo. Sua composição pode variar conforme os interesses culturais predominantes, as atividades e a frequência: regional, estadual, ou nacional. Exemplos: Parques (em escala regional, estadual ou nacional); Parques Temáticos ou Ecológicos; Parques Aquáticos Clube de Campo.

Como observou Requixa (1980), no processo de construção de equipamentos de lazer é importante considerar a utilização de materiais duráveis, ecologicamente corretos, visando à garantia de sua sustentabilidade, da acessibilidade universal, com finalidade do atendimento do interesse público e de localização estratégica, tendo em vista que democratizar significa tornar acessível a todos.

Na elaboração da Planilha de Dados foi importante, também, a consideração da produção de Rechia (2003; 2005), e parte da produção de seu grupo de pesquisa⁸⁹, especialmente a dissertação⁹⁰ de mestrado de Rodrigo de França: “Diálogos entre oferta e demanda: uma análise da relação entre poder público e as associações de moradores/usuários e amigos de parque e bosques da cidade de Curitiba”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, orientada pela Profa. Dra. Simone Rechia.

Estes estudos foram importantes para a sistematização de informações a serem registradas na Planilha de Dados sobre: ACESSIBILIDADE: Necessidades Educativas Especiais e/ ou Pessoas com Deficiência - existência ou não de barreiras arquitetônicas, ausência de rampas, irregularidades no calçamento⁹¹; Horários Disponíveis; Tempo Disponível; Cobrança de Taxas; Meio de Transporte. Com relação ao ESTADO DE CONSERVAÇÃO, procurou-se observar:

⁸⁹ Disponível em <http://geplecufpr.blogspot.com.br/> .

⁹⁰ Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0Bz9qwf6iJjIOWNiODk0NDItMzQ2NC00YmFkLThmYTEtNGNiYWY0NDA5ZTc2/edit>

⁹¹ Tendo em vista a complexidade do assunto e a existência de legislação foi necessária à elaboração de um protocolo para a verificação das condições de acessibilidade dos espaços e equipamentos de esporte e lazer. Apêndice – M.

Iluminação; Arborização, Marquises, Bancos, Quiosques e Tendas; Mobiliários (quadras, piscinas, campos, pistas, equipamentos de ginástica); Parques Infantis; Lixeiras; Instalações Hidro – Sanitárias (comuns); Instalações Hidro – Sanitárias (para pessoas com NEEs e portadores de deficiência). Com relação a SEGURANÇA: no local e/ou no transito. Caracterização do USUÁRIO. Identificação dos MATERIAIS (Bolas, redes, colchonetes...) utilizados. Características dos Programas e/ou Projetos, quanto a sua continuidade ou descontinuidade e a estrutura de governo responsável (Federal, Estadual ou Municipal). Quanto à periodicidade e qualidade da DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS. E, finalizando, existência de normas para acesso de animais.

As informações registradas na Planilha de Dados, quando da realização da coleta de informações *in loco*, subsidiaram a elaboração do Formulário de Caracterização do Espaço ou Equipamento de Esporte e/ou Lazer, visualizado na Interface – SIG - Esporte e lazer.

Outro conjunto de informações que compõem o BDD, visando à descrição das condições dos espaços e equipamentos de esporte e lazer, diz respeito ao conteúdo do Protocolo para a qualificação do nível de Acessibilidade, que pode ser visualizado no Apêndice - M, como já mencionado. Na sua elaboração considerou-se a norma da ABNT – NBR 9050/94 de Acessibilidade a Edificação, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. O seu preenchimento demanda assinalar as condições de adaptado ou não adaptado para os seguintes itens: 1. Pisos; 2. Área de circulação; 3. Rampas; 4. Corrimãos; 5. Portas; 6. Elevadores; 7. Corredores; 8. Estacionamento; 9. Rebaixamento de calçada para travessia de pedestres; 10. Telefones públicos; 11. Bilheterias; 12. Sanitários; 13; Espaços físicos reservados (teatros e cinemas); 14. Sinalização de degraus.

2.2.1.2 OUTRAS CONSIDERAÇÕES ACERCADA EDIFICAÇÃO DO BDD: DO MODELO À MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA DRAULAS VAZ

A consulta à literatura permitiu identificar que os estudos realizados, visando à utilização e/ou o desenvolvimento de Sistemas de Informações Geográficas, recorrem às técnicas de coleta de informações, (entrevistas, enquetes, questionários, fichas de cadastros, entre outras) comuns nas práticas de pesquisa. Em geral, os *sujeitos* da pesquisa, ou informantes, são consultados segundo ‘critérios rigorosos’ para garantir a fidedignidade das informações levantadas. Observou-se a preocupação com a necessária ‘distância’ entre o pesquisador e o pesquisado,

sendo que este último é acessado segundo os procedimentos próprios à concepção de ciência e conhecimento científico que orienta o trabalho do pesquisador.

Ao questionar a relação entre pesquisador e objeto, a proximidade e o distanciamento entre pesquisador e grupo pesquisado (VELHO, KUSCHNIR, 2003), não se almejou desconsiderar os percalços, os anseios, os conflitos e/ou os dilemas éticos e as reflexões que o pesquisador está sujeito a passar e/ou realizar, sobretudo quando no trabalho de pesquisa se considera a realidade complexa e multifacetada (VELHO; KUSCHNIR, 2003) ou a totalidade concreta (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) da qual seu objeto é parte constituinte. Problematiza-se, aqui, a postura edificada em nome desse ‘distanciamento’, podendo ter como um de seus resultados a hierarquização no processo de construção do conhecimento, colocando no topo da pirâmide os intelectuais e abaixo destes os responsáveis pelo levantamento dos dados de pesquisa e os sujeitos da pesquisa, considerados (meros) informantes. Pode-se caracterizar, também, o descomprometimento para com a realidade pesquisada, por parte dos intelectuais ou pesquisadores, ou ainda, no sentido inverso, a hipervalorização do pragmático, da ‘prática’, por parte dos demais participantes, por vezes arredios às formulações teóricas, situação na qual se evidencia a dicotomia trabalho intelectual/manual e sua principal consequência, a alienação.

O trabalho de Fonseca (2011), já mencionado anteriormente, pode ser tomado com um exemplo para reflexão sobre o tema abordado. O pesquisador visou desenvolver uma metodologia que permitisse a integração de dados requeridos pelo PSF, com informações espaço-territoriais para identificação e mapeamento de áreas e populações de risco, para planejamento e atuação mais direta dos serviços de saúde. Tomou com área de estudo um Programa Saúde da Família do município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, e buscou, entre outras ações, integrar o banco de dados do PSF (incluindo o Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB) e o sistema de gerenciamento para aplicação em saúde, valendo-se de ferramentas de um Sistema de Informações Geográficas, por ele elaboradas.

Ao descrever os procedimentos e instrumentos utilizados na coleta de informações, visando à criação de seu Banco de Dados, o autor assim se refere:

os instrumentos para a coleta de informações, utilizados para elaboração do Banco de Dados, foi desenvolvido com formatação similar ao formulário impresso que é utilizado pela equipe de saúde do PSF e, assim, minimizar a chance de erro e melhorar a qualidade da coleta dos dados. As informações necessárias foram recolhidas, a partir das fichas de cadastro e de acompanhamento existentes na USF, e analisadas a partir dos relatórios de

consolidação de dados. Foi utilizado (sic) os programas Excel e Access para tratamento e manipulação de tabelas e banco de dados. (FONSECA, 2011, p. 57).

Esclareceu, ainda, o pesquisador que as informações coletadas foram recolhidas em fichas de cadastramento e de acompanhamento e analisadas a partir dos relatórios de consolidação dos dados. Para a coleta dos dados referentes ao cadastramento das famílias, ele recorreu a Ficha A – frente e verso, abordando os seguintes temas: frente - informações coletadas na primeira visita que o Agente Comunitário de Saúde faz às famílias de sua comunidade sobre demografia e perfil, da família e de seus membros, individualmente; e no verso - buscava-se identificar a situação de moradia, e outras informações adicionais, que permitissem à equipe de saúde conhecer as condições de vida das pessoas da sua área de abrangência e melhor planejar suas intervenções.

Ao mencionar a necessidade de tratamento das informações do banco de dados da saúde o pesquisador assim se refere:

A partir das fichas eletrônicas e em papel elaboradas para a coleta dos dados que compõem o Banco de Dados, foi elaborada a camada de endereços, gerada de um cadastro imobiliário e atualizada com as **informações fornecidas pelos agentes do PSF**, procedimento este conhecido como Geocodificação de Endereços ("*Address Matching*"). A partir do georreferenciamento das residências das famílias cadastradas que residem na região de abrangência do PSF Santa Rita - Avencas e utilizando o programa de cartografia digital *AutoCad Map 2004* para vetorização e retificação da base cartográfica digital. Utilizando o *ArcGis 9.2*, *Idrisi 32* e *Surfer 8.0* foram confeccionados mapas temáticos, com o propósito de visualizar a distribuição espacial das variáveis a serem utilizadas na caracterização espacial do território. (FONSECA, 2011, p. 57 – Grifo nosso).

Ainda que o pesquisador tenha afirmado que sua intencionalidade estava relacionada ao desenvolvimento de metodologia para integração de dados do PSF e informações espaço-territoriais, “possibilitando a identificação e o mapeamento de áreas e populações com predisposição a riscos, a fim de se obter subsídios ao planejamento e às ações efetivas dos serviços de saúde (FONSECA, 2011, p. 19), a menção aos trabalhadores e usuários do Sistema de Saúde sempre esteve relacionada, quando da exposição de sua pesquisa, à posição daqueles como responsável pelo levantamento de informações, informante ou beneficiário, seja do produto de sua pesquisa, o SIG e os Mapas Temáticos que poderiam ser gerados, ou pela qualificação de seu processo de trabalho via melhora da ações de planejamento, como mencionado.

A relação sujeito-objeto foi evidenciada nas passagens extraídas do texto, e a busca pelo referido ‘distanciamento’ foi marcante tanto no trabalho de Fonseca (2011) quanto nos demais trabalhos levantados, bem como, a prevalência da concepção da relação entre pesquisador e objeto evidenciada.

Ao apresentar esse questionamento não se buscou, aqui, discutir ou questionar os pressupostos epistemológicos apresentados, no que diz respeito aos critérios de cientificidade que fundamentaram as pesquisas, ou as formas pelas quais se conceberam a relação sujeito/objeto no processo cognitivo do conhecimento, o que permitiria a identificar concepções de causalidade, ciência, homem, história, realidade, etc., ou a abordagem metodológica⁹² utilizada, ainda que se reconheça a importância dessa ação. O que se pretendeu foi enfatizar o distanciamento entre o pesquisador e os trabalhadores do PSF, a quem se destinaria parte dos ‘produtos’ da pesquisa, prática recorrente nos estudos levantados.

Para além do problema quanto ao distanciamento entre pesquisadores e trabalhadores responsáveis pela formulação, implementação e avaliação da política pública nos diversos setores, observou-se, ainda, que o acesso às informações confiáveis, ferramenta poderosa e essencial nos dias atuais, se dá de modo distinto e em conformidade com a capacidade e a experiência na produção destas, pelos diferentes órgãos e/ou esferas de Governo.

Como bem demonstrou Fonseca (2011), no âmbito da Saúde Pública, as informações sobre população, natalidade, mortalidade, morbidade e apresentam-se nos dias de hoje como recursos imprescindíveis para a gestão, uma vez que subsidiam a produção de evidências sobre a situação sanitária e suas tendências, fundamentais para a tomada de decisão no momento de definições sobre as políticas a serem executadas.

Segundo o autor, os avanços observados na disponibilidade, quantidade e qualidade de dados e informações sobre saúde foram muito significativos, principalmente nas últimas duas décadas, sendo que a principal fonte de informações em saúde, hoje, no Brasil é o Ministério da Saúde, por meio do DATASUS, a partir dos seguintes bancos de dados: (i) Sistemas de Informações sobre Mortalidade (SIM); (ii) Nascidos Vivos (SINASC); e (iii) Informações Hospitalares (SIH/ SUS), entre outros.

⁹² De acordo com Sánchez Gamboa (apud SILVA, 2012), o método é uma teoria de ciência em ação, que pressupõe critérios de cientificidade, concepções de objeto e de sujeito, modos de estabelecer essa relação cognitiva e que necessariamente remetem às teorias do conhecimento e às concepções filosóficas do real, que se consubstanciam nas diversas abordagens empregadas nas construções científicas e na produção do conhecimento.

Criados por diferentes órgãos e/ou instâncias de governo os referidos sistemas além de organizar, processar e disponibilizar as informações são reconhecidos pela fidedignidade das mesmas. Estas características demonstram os avanços concretos no campo da produção da informação em saúde.

Como exemplos destes avanços pode-se destacar

a micro-espacialização de problemas de saúde e de avaliação de intervenções; utilização mais ágil e oportuna da informação; produção de indicadores capazes de cobrir todo o ciclo de organização das ações de saúde a partir da identificação de problemas; consolidação progressiva da informação, partindo de níveis menos agregados para mais agregados. (FONSECA, 2011, p. 35).

No âmbito do setor de Esporte e do Lazer não se identificou programas, projetos ou ações visando à produção de informações confiáveis sobre as políticas públicas. Os poucos estudos encontrados referem-se a experiências bem particulares, conforme dados apresentados anteriormente. Por outro lado, a hegemonia da concepção de gestão de natureza essencialmente empírica (CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÃO JUNIOR, 2008), e a prevalência de intervenções governamentais caracterizadas, essencialmente, pelo forte controle estatal, sustentadas por princípios tutelares, corporativos e arbitrários (LINHALES, 1997), não só evidencia a dificuldade na geração das informações como o baixo nível de confiabilidade das mesmas, entre outros problemas relacionados à situação indicada.

Notou-se, ainda, que a prática da avaliação dos programas de esporte e lazer por ser recente não está consolidada, indicando, por um lado, a relevância das ações e projetos sobre a temática e, por outro, a dificuldade na localização de estudos e pesquisas que apresentassem e discutissem metodologias, indicadores, práticas e instrumentos para o monitoramento e a avaliação dos programas, projetos e ações de esporte e lazer.

Sendo assim, julgou-se indispensável evidenciar, desde o início, as ações e orientações necessárias para garantir a realização desta pesquisa, bem como, a busca da superação do problema de pesquisa identificado.

Considerou-se ímpar esse momento da pesquisa, no qual se desenvolveu o trabalho coletivo visando à elaboração dos instrumentos para o levantamento, organização e difusão das informações relevantes, com vistas à qualificação dos programas, projetos e ações do setor. Após a elaboração dos instrumentos foram desenvolvidas atividades objetivando sua validação e, na sequência, a utilização dos mesmos para a composição do Banco de Dados.

A realização destas atividades e etapas de trabalho oportunizou, por um lado, a aproximação e a convivência entre os pesquisadores e, por outro, a retomada do projeto de pesquisa, objetivando rediscuti-lo no grupo e o estabelecimento de novas prioridades e metas, entre outras atividades que certamente contribuíram para a qualificação das relações entre os representantes da Universidade, os trabalhadores da SEMEL e os da Geoplano. Claro que dificuldades, conflitos, percalços se fizeram presente, mas, tendo em vista a escolha pelo método exposição, inicialmente apresentar-se-á aspectos relacionados à elaboração e execução da proposta de intervenção para, posteriormente, abordar, criticamente, os problemas enfrentados no processo.

Um aspecto importante e que se julga necessário destacar, nesse momento, refere-se à compreensão da importância do processo de desenvolvimento da pesquisa, tomado com um princípio educativo. Ou seja, optou-se pelo desenvolvimento de uma proposta teórico-metodológica para a realização do estudo que possibilitasse a concretização de um processo de pesquisa no qual estivesse presente a alternância entre o ensinar e o aprender, a ocupação da direção do processo de ensino, tendo em vista o conhecimento acumulado, a experiência e a qualidade da informação a ser repassada, portanto, a experimentação do processo de ensino-aprendizagem na perspectiva do trabalho como princípio educativo⁹³, ainda que em um momento histórico marcado pela flexibilização das relações de trabalho, pela terceirização e pauperização da classe trabalhadora e fragmentação do trabalho vivo.

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo”. Trata-se, como enfatiza Gramsci, de não socializar seres humanos como “mamíferos de luxo”. É dentro desta perspectiva que Marx sinaliza a dimensão educativa do trabalho, mesmo quando o trabalho se dá sob a negatividade das relações de classe existentes no capitalismo. A própria forma de trabalho capitalista não é natural, mas produzida pelos seres humanos. A luta histórica é para superá-la. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p. 65).

No processo de elaboração da referida proposta foram consideradas as observações de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), quanto à imensa dificuldade em fazer com que o trabalhador

⁹³ Para a apropriação da discussão sobre a concepção do trabalho como um princípio educativo, por autores brasileiros, ver especialmente: Frigotto (1987); Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005); Kuenzer (1999); Saviani (2007).

explorado compreenda o conceito de trabalho como princípio educativo, tendo em vista que o trabalho que aliena só seria educativo, e interessante, aos que se beneficiam da exploração do trabalhador. Portanto, não pode ser educativo o trabalho que aliena e causa sofrimento, e do qual se busca, de diversas formas e estrategicamente, afastar-se.

Ainda que ciente das dificuldades a serem enfrentadas, colocou-se no horizonte a possibilidade da experiência proporcionar o amadurecimento dos trabalhadores-pesquisadores envolvidos, sua qualificação profissional, no que diz respeito à qualificação da sua prática social e a organização dos mesmos, tendo em vista a necessidade de se lutar por melhores condições de trabalho e do estabelecimento de um plano de carreira no âmbito da SEMEL. A proposta de enfrentar, buscando superar, a dicotomia trabalho intelectual/manual, valorizando o trabalho com o esporte e o lazer, bem como, os trabalhadores-pesquisadores envolvidos, se colocou como possibilidade concreta.

Relacionada à concepção indicada, do processo de pesquisa tomado em seu princípio educativo, está à perspectiva proposta para a realização do trabalho científico, concebido como uma das formas de objetivação privilegiadas na contemporaneidade, tendo em vista o modo de organização social vigente. Como esclareceu Netto (In CARVALHO; NETTO; 2000), fundamentado em Lukács,

na atualidade são três as formas privilegiadas de objetivação nas quais os procedimentos homogeneizadores superam a cotidianidade: o **trabalho criador**, [ou seja, o trabalho posto como objetivação não alienada], a arte e a **ciência**. Essas três objetivações mais altas constituem esferas que se destacaram das objetivações cotidianas graças a um longo processo histórico de complexa diferenciação, adquirindo autonomia e legalidade próprias – processo que, em si mesmo, é o da constituição do ser social. (NETTO, In CARVALHO; NETTO, 2000, p. 70 – Grifos nosso).

Outro aspecto valorizado está relacionado à formação e a preparação do grupo de trabalho, bem como, as definições sobre os procedimentos e as escolhas metodológicas. Portanto, considerou-se relevante retomar, de modo intencionalmente articulado, atividades desenvolvidas ao longo da pesquisa, algumas das quais, inclusive, já apresentadas anteriormente e relativas ao trabalho do pesquisador, ao processo de qualificação da equipe de pesquisa, a construção do modelo e matriz lógica dos programas, e alguns dos resultados analíticos oportunizados pela conclusão do estudo piloto. A formulação da sequência adotada e resultante de reflexões oportunizadas pelas sucessivas aproximações ao objeto de estudo, num movimento espiralado, no

qual aspectos, informações e afirmações já colocadas são retomadas em novas dimensões, visando o aprofundamento e a qualificação da discussão.

A retomada destas atividades, neste momento, está relacionada à compreensão que esta etapa da pesquisa se colocou como privilegiada, tendo em vista a possibilidade, concreta, da qualificação da relação entre os pesquisadores, representantes da Universidade, da SEMEL e da Geoplano. Houve, em cada um dos momentos abaixo descritos, alternância no domínio do conhecimento a ser base e/ou fundamento do trabalho a ser realizado, na organização da pesquisa, na qualificação dos instrumentos de levantamento de informações, na experiência necessária à sua validação, ou não, na forma adequada para o levantamento e a confiabilidade das mesmas, entre outros.

A primeira ação a ser destacada, neste momento, refere-se à formação de pesquisadores. Na proposta inicial, quando da realização do I Seminário de Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, julgou-se importante a problematização de aspectos caros a abordagem da temática da avaliação de políticas públicas. Naquele momento optou-se por, inicialmente, apresentar o projeto de pesquisa, elaborado pelo coordenador da pesquisa e professor da universidade. A intenção era criar as condições para a discussão do projeto, garantir o direito a participação dos envolvidos no ‘redesenho’ da pesquisa, caso essa demanda se fizesse presente no processo. Na sequência o ‘O Método de Pesquisa nas Ciências Sociais e a Avaliação de Políticas Públicas’ seriam abordados, de modo muito competente pelos professores convidados. Finalizando esse momento, a ‘Avaliação de Políticas Públicas’, a partir de um enfoque quantitativo, foi abordado nesta primeira experiência conjunta entre os diversos pesquisadores.

O que se observou foi, de um lado, o interesse dos participantes na discussão dos temas propostos, a participação dos mesmos, por meio de questões e/ou problematizações de aspectos comuns ao seu cotidiano, à sua prática social. Por outro lado, a falta de leitura, a estrutura formal de uma palestra, bem como, a forma como se organizou o ambiente de estudo dentro da universidade não favoreceu o diálogo, a aproximação ou o estabelecimento de um vínculo entre os participantes. Esperava-se, ainda, que a atividade de formação gerasse a postura de inquietação frente ao objeto de estudo, que aflorasse a indignação com relação à conjuntura dos programas ofertados pelo poder público constituído no município, entre outras, o que não aconteceu. Houve, sim, uma pequena aproximação entre os pesquisadores, o estabelecimento, inicial, de um diálogo sobre as demandas para a qualificação dos serviços públicos de esporte e lazer.

Não obstante, a relação hierarquizada se fez presente. A preferência pela ocupação das cadeiras do fundo da sala, a ‘postura de aluno’, o receio em expor os pensamentos e as experiências estiveram presentes. Por outro lado, a constante referência aos textos e autores clássicos, a exposição didática como se fosse uma aula, a ocupação da frente da sala e a busca pela interlocução com os presentes marcou a participação dos representantes da Universidade. Dificílimo superar esta situação, ou seja, criar um ambiente participativo no qual os diversos participantes manifestam seu conhecimento sobre o tema, buscando construir conjuntamente indicadores para a análise conjuntural sobre a temática.

Logo na sequência, menos de trinta dias da realização da primeira atividade, realizou-se o ‘II Ciclo de Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer’, no qual estiveram presentes quatro professores doutores e dois mestres, com reconhecido domínio sobre o tema, como já mencionado anteriormente. Nesta etapa vislumbrava-se a elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação de programas sociais de esporte e lazer. As atividades realizadas estavam diretamente relacionadas à reflexão proposta por Nogueira⁹⁴ (2005), leitura indicada visando qualificar a participação no evento.

A fim de motivar a participação de todos os envolvidos optou-se pela exposição e problematização de dois programas implementados pelo ME: (i) Programe Segundo Tempo e (ii) Programa Esporte e Lazer da Cidade. A estratégia surtiu o efeito desejado, pois tendo em vista a experiência dos trabalhadores da Secretaria na implantação de um dos programas no município e a participação deles em diferentes etapas das Conferências de Esporte e Lazer, o diálogo foi profícuo. Questionamentos, posicionamentos e críticas afloraram.

Não obstante, parte das considerações apresentadas para a avaliação da participação dos pesquisadores na primeira experiência de formação cabe aqui também, sobretudo com relação à leitura sugerida. O salto qualitativo está relacionado à maior adesão pelos trabalhadores de SEMEL e o oportuno diálogo estabelecido entre estes agentes e os palestrantes, dada a capacidade de cada um em trazer a tona os conhecimentos do outro e a valorização tanto da experiência, quanto do domínio do conhecimento científico. O resultado foi interessante e a aproximação entre os envolvidos com a pesquisa ficou evidente.

Dando continuidade ao processo de formação e de trabalho na realização da pesquisa realizou-se um conjunto de reuniões, na sala do Grupo de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e

⁹⁴ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da Gestão Democrática. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Comunicação FEF/UFG, com o objetivo de elaborar a Matriz Lógica dos Programas de Esporte e Lazer de Goiânia, pois já estava identificada a necessidade da produção de informações confiáveis sobre os referidos programas.

Visando qualificar e organizar as reuniões a proposta de elaboração coletiva da uma pauta sempre esteve no horizonte. Tendo em vista as necessidades de qualificação do grupo e da discussão em todos os encontros houve indicação de leituras, visando orientar e qualificar as discussões nas reuniões. Inicialmente recorreu-se aos textos sobre: avaliação de políticas e programas públicos⁹⁵ e a Nota Técnica de Como Elaborar Modelo Lógico de Programa: um roteiro básico⁹⁶. Observou-se diferença quanto à participação dos membros do Gepelc e dos trabalhadores da SEMEL, sobretudo com relação ao domínio dos textos indicados. Os primeiros apresentavam dificuldades para com a relação entre o conteúdo do texto e as atividades realizadas, tanto em sua prática social quanto no processo de desenvolvimento da pesquisa. Já os trabalhadores da Secretaria em geral não apresentavam a leitura dos textos indicados, mas a partir da exposição dos demais pesquisadores presentes nos encontros conseguiam contribuir para com o debate, recorrendo, via de regra, a casos concretos de sua experiência profissional. No início houve rigorosa observância do horário de início das reuniões, por todos os envolvidos, e a forma com a qual lidavam com as atividades e as propostas de trabalho denotava a satisfação dos mesmos em se fazer presente.

Importante destacar que para os trabalhadores da SEMEL a sua participação estava garantida pela Portaria 002/2012, como já mencionado, e, portanto, sentiam-se em plena atividade de formação em serviço. Os demais, membros do Gepelc, davam andamento às suas pesquisas, seja de conclusão de curso ou, ainda, projetos financiados por agências de fomento. Era visível, portanto, a grande motivação dos pesquisadores.

O tempo dedicado, as dificuldades para com a realização das leituras e a complexidade da tarefa, a elaboração da Matriz Lógica dos Programas, levou a reorganização do cronograma de atividades.

Dando continuidade ao projeto de ‘Formação de Pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer’ a Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, o Grupo de Estudos em Esporte, Lazer e Comunicação, da Faculdade de Educação Física da UFG, em parceria com o curso de Especialização em Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Sociais,

⁹⁵ Costa e Castanhar (2003).

⁹⁶ Ferreira; Cassiolato; Gonzales (2007).

da mesma Universidade, promoveram uma Reunião de Estudo para debater a Teoria de *Habitus* e de *Campos*, de Pierre Bourdieu, buscando identificar possíveis contribuições para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre as políticas de Educação Física, Esporte e Lazer. Foi uma tarde agradável e de muito aprendizado. Houve participação de outros membros do Gepelc, vinculados a outras linhas de pesquisa, professores a FEF/UFG não vinculados ao referido grupo de pesquisa. Houve o cuidado com a preparação do ambiente e a disponibilização de lanche, sucos, água, café, de modo a oportunizar um longo período de discussão sem necessitar interromper o período de trabalho. Observou-se melhora significativa nas relações interpessoais, nada mais.

Há que se considerar que as atividades próprias à formação de professores, desenvolvidas no âmbito das Universidades, necessitam ser repensadas e adequadas quando o objetivo estiver relacionado à formação em serviço ou de pesquisadores cujas práticas sociais estejam relacionadas aos serviços públicos de esporte e lazer.

Com a reorganização do cronograma para a organização da Matriz Lógica dos Programas da SEMEL outras reuniões foram realizadas. Continuaram acontecendo na sala do Gepelc, às segundas-feiras, sempre no período vespertino. A desmotivação tornava-se evidente, sobretudo nos atrasos e ausências, por um lado, e continuidade do descompromisso para com a leitura dos textos indicados, por outro. A conjuntura política na SEMEL, ou melhor, no município, contribuía, em parte, para com a desmobilização dos envolvidos com a pesquisa, principalmente daqueles vinculados à Secretaria. Por se tratar de ano eleitoral mudanças nos quadros, inclusive de secretário, alterações de horários de trabalho e de responsabilidades para com as campanhas, de prefeito e vereadores, se colocaram como principais obstáculos para a concretização da tarefa assumida.

Tendo em vista as dificuldades optou-se pela aproximação aos quadros da Geoplano para dar andamento ao processo de concepção do Sistema de Informações Geográficas e a realização de estudos e pesquisas voltados a este fim.

Com a alteração do Secretário Municipal de Esporte e Lazer, tendo em vista o andamento da disputa eleitoral, foi necessário retomar procedimentos para garantir a continuidade da parceria com a Secretaria e da própria pesquisa. Reuniões com o novo Secretário, os Diretores e parte de seus Assessores foram realizadas, mas, naquele momento, com a possibilidade de exibir uma primeira versão do *software* já em funcionamento. Muito interessante o resultado, pois os envolvidos puderam avaliar de modo muito objetivo o quanto seriam beneficiados com o produto

da pesquisa. Observou-se, também, que os pesquisadores vinculados ao órgão demonstravam-se muito a vontade para o diálogo sobre as necessidades que se colocavam para continuidade da pesquisa, procurando contribuir com sugestões e indicações sobre o trabalho e os procedimentos para o levantamento das informações necessárias à elaboração da Matriz Lógica. O segundo semestre de 2012, foi marcado pela dificuldade para a organização do grupo de trabalho, por um lado, e as demandas surgidas da disputa eleitoral, por outro. Avanço tímido!

Vários foram os percalços para a realização desta etapa da pesquisa no período destacado. Atraso no repasse de recursos pela FAPEG; realização do movimento grevista na Universidade, que acabou comprometendo, inclusive, a participação e o trabalho de voluntários, colaboradores e pesquisadores vinculados ao Gepelc; a realização do pleito eleitoral no Município, no segundo semestre de 2012, comprometendo o levantamento de informações, sobretudo com Gestores e trabalhadores da SEMEL.

As duas mudanças ocorridas no quadro diretivo da Secretaria entre 2012 e 2013, tendo em vista as alianças políticas formadas para a disputa local e, posteriormente, a realocação de quadros políticos, ainda que não tenham inviabilizado a pesquisa, que contou, sempre, com apoio dos quadros técnicos da instituição, dificultou o acesso e, portanto, implicou em algumas dificuldades com relação ao cronograma inicialmente construído.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às diretrizes políticas do Ministério do Esporte. Se, com a realização da I e II Conferência Nacional de Esporte, os eixos da política estavam relacionados à democratização do esporte e do lazer, tomados como direito de todos e dever do Estado, a partir de 2006 ocorreram mudanças significativas e a lógica dos eventos esportivos mundiais, que passou a ser o eixo, reorientou as ações para a implantação da política, recolocando no jogo político (MATUS, 2005) quadros que, até então, encontravam-se secundarizados, enquanto forças políticas, na composição da agenda política do setor. Soma-se a isso o fracasso da candidatura de Goiânia para sediar a Copa do Mundo, agravando ainda mais o quadro, provocando descontinuidade na oferta do Programa Segundo Tempo, principal programa do ME, p.ex.

A conjuntura, brevemente descrita, causou reorganização de forças dentro da SEMEL, distanciamentos entre trabalhadores e, em certo sentido, desmobilização dos mesmos, provocando afastamento de alguns dos participantes no projeto de pesquisa e dificuldades para com o levantamento de informações sobre alguns programas e projetos.

Nesse sentido, na alteração do quadro dois aspectos carecem ser destacados: 1) redução do número de trabalhadores dispostos a dar continuidade no trabalho; desvalorização dos programas no âmbito da Gestão local, o que implicou na desarticulação, e desestímulo, dos que continuaram. Essa diferença de cenários tem relação direta com algo comum ao setor público, alternância de poder, e, neste caso, também com as alterações dos eixos da PNE, agravando aspectos, situação salarial, condições de trabalho, distância entre os locais de trabalho que, até então, estavam colocados como pauta de reivindicações e, tendo em vista a mobilização dos diversos atores do setor em vias de resolução. Posteriormente, passaram a motivos de abandono, tendo em vista a pequena probabilidade de sua resolução.

Ainda que as dificuldades tenham se apresentado, considerou-se a importância e a necessidade da participação dos trabalhadores da SEMEL e que, apesar das mudanças no cenário, a instituição ainda oferecia condições para a realização da pesquisa, tendo em vista pela garantia de acesso ao conjunto de seus documentos e a continuidade da parceria, facultando aos trabalhadores interessados o prosseguimento na participação no processo de pesquisa.

No início de 2013, tendo em vista nova alteração no quadro diretivo da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, considerando o resultado da disputa eleitoral, foi necessário, novamente, retomar os procedimentos para garantir a continuidade da parceria: (i) agenda com o novo Secretário, os Diretores e parte de sua nova equipe de Assessores; (ii) apresentação da versão inicial do *Software* já em funcionamento; (iii) retomada do diálogo com os trabalhadores que participaram das etapas anteriores. Observou-se, novamente, que os pesquisadores vinculados ao órgão sentiam-se muito a vontade, em estando nas dependências da SEMEL, para o diálogo sobre as necessidades para continuidade da pesquisa, apresentando, inclusive, novas sugestões e indicações para o levantamento das informações necessárias à elaboração da Matriz Lógica.

Tinha início uma nova fase no relacionamento entre os agentes, visando à realização e conclusão da pesquisa, na qual se sobressaía à intenção de organização do setor, da qualificação dos programas, da busca pela identificação/atribuição de sentido ao trabalho realizado pelo órgão público e das práticas sociais de seus trabalhadores.

Foram realizadas algumas visitas visando o estabelecimento do diálogo sobre temas específicos da pesquisa e, conseqüentemente, um novo cronograma de reuniões foi elaborado, considerando a realização dos encontros nas instalações da SEMEL e a participação voluntária dos trabalhadores.

Na nova proposta os primeiros encontros seriam para se discutir o papel da SEMEL e as demandas da pesquisa para, então viabilizar a elaboração da Matriz Lógica dos Programas.

Após discussão inicial chegou-se ao consenso de que a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer deveria ser compreendida como uma Instituição Pública Agência destinada a atender os interesses da população no campo do esporte e do lazer, na viabilização do acesso dos munícipes ao saber sistematizado sobre estes importantes fenômenos socioculturais, e não como uma agência a serviço de interesses corporativistas ou clientelistas, o que certamente neutralizaria o seu papel no processo de democratização mencionado.

A busca pela compreensão das dimensões e da importância de uma política de esporte e de lazer demandou uma reflexão sobre a proximidade desta para com os objetivos de uma política educacional, em outras palavras, julgou-se que uma proposta para o esporte e lazer deveria considerar, como fundamento, o aspecto educacional dos fenômenos e o seu desenvolvimento em outros tempos, outros espaços e com outros recursos. Nessa direção, a política municipal para o esporte e apresentar-se-ia como uma ‘escola’ para todas as faixas etárias, pois o lazer, compreendido como um fenômeno da modernidade, que se materializa no tempo e espaço das vivências lúdicas, possibilita a apropriação e organização da cultura, como destacou Mascarenhas (2004).

Portanto, estava em discussão uma proposta cujo objetivo era viabilizar aos munícipes o aproveitamento de seu tempo livre, pelo acesso a um amplo repertório de práticas da cultura corporal, podendo ser orientado por diferentes profissionais, nos diversos espaços urbanos, com vistas à apropriação crítica da cultura esportiva e de lazer e promover a sua autonomia quanto à seleção e prática destes importantes fenômenos socioculturais.

Nestes momentos iniciais surgiram apontamentos e diálogos sobre questões importantíssimas, provocadas pelos temas abordados nas reuniões e problematizados a partir da experiência recente na ‘formação de pesquisadores’, mas não só, pois os pesquisadores além da experiência de anos de trabalho participaram das Conferências, Municipal, Estadual e Nacional acumulando conhecimentos significativos sobre a temática. Iniciavam, portanto, uma reflexão crítica sobre sua própria prática social, ao retomar momentos e questões importantes, tais como: o período no qual se desenvolveu o orçamento participativo; a importância das formações em serviço realizadas nos anos de 2009 e 2010; a necessidade do planejamento e a partir deste a elaboração do plano de ensino; a definição de formas de registro: dos inscritos, dos frequentes, das atividades realizadas, entre outras; definição de critérios de avaliação: das atividades de

ensino, dos projetos e programas; a observância da prioridade do esporte educacional e de participação; a necessidade de se organizar para reivindicação de direitos: qualificação do espaço de trabalho; espaço para realização do planejamento; acesso a uma formação em serviço; reestruturação da SEMEL, criação do Conselho e do Fundo Municipal de Esporte e Lazer, como previsto pela Lei que criou o Sistema Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia.

Também estiveram presentes questionamentos e apontamentos críticos sobre a ‘desconstrução do Estado’, (NOGUEIRA, 2005), a partir da problematização de ações e mecanismos de privatização, descentralização, cortes e redução funcional, que redundaram tanto na desorganização do aparelho estatal quanto na diminuição de sua vitalidade para o enfrentamento dos problemas que se colocavam. Considerando a desvalorização do Estado aos olhos dos munícipes, dada a sua dificuldade em dar respostas aos problemas surgidos, cogitou-se a necessidade de promover uma melhor comunicação entre a forma organizacional (Secretaria Municipal) e a população e, para tanto, a importância do estabelecimento de rotinas na implantação dos programas, a incorporação de elementos democráticos ao processo de formulação, implementação e avaliação da política, não apenas para adquirir maior transparência, legitimidade e responsabilidade, que são muito importantes, mas também para que as suas decisões pudessem refletir as necessidades e expectativas de todos: munícipes, trabalhadores do Sistema e, claro, dos gestores.

Julga-se importante as considerações de Nogueira (2005) acerca da valorização da participação diante da ‘reforma adaptativa’ do Estado brasileiro. Segundo o autor,

não se trataria apenas de garantir a rotinização de formas permanentes de ‘participação’, coisa que muitas vezes se revela paralisante e contraproducente, mas de possibilitar a circulação de valores, procedimentos e critérios democráticos no interior da organização burocrática [SEMEL] para forçá-la a decidir de modo ampliado, a reduzir a prepotência dos técnicos e dos superiores, a abrir-se para as formas eficazes de controle externo ou a partir ‘de baixo’. (NOGUEIRA, 2005, p. 43 – Grifos do autor).

Notou-se que havia, por parte dos trabalhadores-pesquisadores, a preocupação com a governança (capacidade de implantar políticas públicas) e a governabilidade (condições institucionais de legitimação), ou seja, com o desempenho estatal e suas formas de gestão, não obstante, identificou-se, também, que os mesmos se preocupavam com a garantir dos avanços em

termos de eficiência (menor custo das ações estatal), mas sem abrir mão de critérios sociopolíticos (resultados sociais, fortalecimento da democracia, revigoração da vida pública).

Retomava-se, portanto, o projeto de realização de um estudo e, concomitantemente, a disposição em verificar em que grau ele nos ajudaria a compreender nossa realidade e a enfrentar com mais consistência, e consciência, os problemas da avaliação de políticas públicas de esporte e lazer. Nesse sentido, nós, os trabalhadores-pesquisadores, demonstrávamos nossa disposição em participar de um esforço coletivo e, de antemão, nos colocávamos na mesma posição, isto é, sem imposições ou organização hierárquica respaldada por conhecimentos prévios sobre a produção de conhecimentos e/ou sobre prática política do setor no município. Ficou decidido, também, que recorreríamos à produção acadêmico-científica com vistas a compreender melhor a realidade e responder aos problemas identificados.

Reafirmava-se, portanto, a perspectiva de se adotar a pesquisa como princípio educativo, tendo em vista intenção de se tomar a investigação como uma prática de criação, e desenvolver o desejo de conhecer, de realizar e descobrir e, por meio dessa prática intencional, “possibilitar ao homem ir à busca da essência do que se apresenta como aparência imutável, ou seja, de despertar ou recuperar o poder de elucidação e transformação humana”. (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2009, p.11).

A concepção da pesquisa como princípio educativo articula a produção do conhecimento a um projeto político-pedagógico, a uma concepção de educação que expressa, como campo, a luta entre projetos distintos de sociedade. Tal qual, a produção do conhecimento sofre influência direta da concepção de educação adotada, que por sua vez revela um projeto de sociedade da qual compartilha. Assim, não podemos esquecer que a concepção de ciência eleita promover inflexões na educação. Esta relação entre educação e produção de conhecimento científico pode ser útil tanto aos projetos de dominação quanto aos de emancipação. Na contramão, portanto, de uma suposta neutralidade da ciência e da prática educativa, a pesquisa como princípio educativo diz respeito a uma ação do pensamento (sensível e racional), inserida na totalidade social e cuja construção do sentido está revelada. (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2009, p.11).

Colocava-se como fundamental esclarecer aos trabalhadores-pesquisadores, que as investigações realizadas, assim como os trabalhos de iniciação científica que desenvolvíamos, eram balizadas por premissas que consideravam a produção do conhecimento científico como engendrado pelas relações sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2001). Tratava-se de advertir que a construção do conhecimento é individual, coletiva e social; é trabalho, sempre em construção,

ligado aos interesses dos indivíduos, dos grupos, das instituições, no campo e na cidade. (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2009).

Portanto, depreende-se que a pesquisa se fundamenta na investigação como uma prática criativa, intencional e comprometida, visando diferenciar essência de aparência ou falseamentos do real, que se pretende transformar a partir da identificação e superação das contradições existentes. Tratava-se, portanto, de compartilhar com os trabalhadores-pesquisadores a possibilidade apreensão e compreensão dos processos essenciais de produção e reprodução do modo de organização capitalista, e a sua interferência nas suas práticas sociais. Conjecturou-se o “[...] despertar (ou para a recuperação) do poder de elucidação, intervenção e transformação do real por meio da pesquisa, como parte significativa de um processo político, ético e estético de formação humana”. (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2009, p.11).

Os contatos iniciais, as análises realizadas, os problemas levantados, as intenções de pesquisas delineadas demandaram reorganização do projeto de pesquisa, do cronograma e a atividades investigativas a serem realizadas. Ficou estabelecido, consensualmente, que muito do trabalho a ser realizado ocorreria nas dependências da SEMEL, ainda que se reconhecessem os limites do espaço físico, a qualidade inferior dos equipamentos, se comparados aos existentes no Gepelc, entre outras. Na sala do grupo de pesquisa seriam realizadas reuniões que envolvessem maior número de pessoas, e vinculadas aos estudos de textos, pesquisas bibliográficas e/ou revisão de literatura.

Após a realização do conjunto de reuniões mencionadas e as escolhas realizadas as atenções e ações se voltaram à discussão sobre a necessidade elaboração de uma Matriz Lógica para cada um dos Programas da SEMEL. Optou-se, então, por priorizar o Programa de iniciação esportiva Draulas Vaz, tendo em vista a sua continuidade ao longo das diversas gestões da Secretaria.

Para tanto, duas ações foram estabelecidas: a primeira com vistas ao levantamento de informações sobre o Município de Goiânia, tendo em vista este ser o *locus* de desenvolvimento do programa estudado e, por outro lado, se constituir na Área de Estudo carecendo ser caracterizada, segundo procedimentos próprios aos estudos sobre Geoprocessamento; a segunda, o levantamento de documentos e referências teóricas que orientassem na elaboração de Matriz Lógica dos Programas,

2.2.1.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Pesquisa foi realizada no Município de Goiânia, capital do estado de Goiás, fundada em 24 de outubro de 1933, por Pedro Ludovico Teixeira. O Rio Meia Ponte e seus afluentes, entre os quais se destaca o Ribeirão João Leite, constituem a rede hidrográfica do município (GONÇALVEZ, 2012) pertencente à Mesorregião do Centro Goiano e à Microrregião de Goiânia, situado a 201 km de Brasília e apresentando uma área de 732,802 Km² (IBGE⁹⁷), com uma população estimada em 1.302 mil habitantes, como pode ser observado na Tabela a seguir.

TABELA 25 - DISTRIBUIÇÃO DE ÁREAS NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA E POPULAÇÃO RESIDENTE - BRASIL, 2014.

| Macrozonas | Área (km ²) | População Residente | População % |
|-----------------------------|-------------------------|---------------------|-------------|
| Macrozona Construída | 441,399 | 1.297.076 | 99,6 |
| Macrozonas Rurais | 279,600 | 4.925 | 0,4 |
| Total | 721,019 | 1.302.001 | 100,0 |

Fonte: IBGE – Censo 2010. Dados organizados pela Prefeitura de Goiânia - SEPLAM/DPESE/DVPEE/DVESE.

FIGURA 6 – MAPA DE GOIÂNIA – BRASIL, 2014.

⁹⁷ Código UF: 52, UF/GO, Código Município: 5208707, Área: 732,802 (Km²). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.php?nome=Goi%E2%80%9E&codigo=&submit.x=37&submit.y=16>. Acesso em janeiro de 2014.



Fonte: IBGE/ cidades.ibge.gov.br (2013).

O Produto Interno Bruto (PIB) do município é de R\$ 27.668.222,00 mil (IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/SEGPLAN/Governo de Goiás⁹⁸) com especial destaque ao Setor de Serviços, como pode ser observado no Quadro abaixo.

QUADRO 8 - PRODUTO INTERNO BRUTO (VALOR ADICIONADO) MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – BRASIL, 2014.

| Variável | Goiânia | Goiás |
|---------------------|------------|------------|
| Agropecuária | 30.426 | 5.977.907 |
| Indústria | 4.129.417 | 11.623.682 |
| Serviços | 19.169.996 | 27.151.019 |

Fonte: IBGE (2013), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA⁹⁹.

⁹⁸ Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=1295 .

⁹⁹ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=520870&search=goias|goiania|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>.

Observou-se que a Zona Urbana (ZU), correspondendo a 14,0% do território do município, concentra aproximadamente 49,8% da população total. A relação entre dimensão territorial e concentração populacional, nas demais Zonas são as seguintes: Zona de Expansão Urbana (ZEU) 38,0% do espaço e 51,7% de habitantes; e Zona Rural (ZR), com 48,0% do território e apenas 0,4% da população total do município. (GOIÂNIA, 2005).

TABELA 26 - POPULAÇÃO DE GOIÂNIA POR REGIÃO - BRASIL, 2014.

| REGIÃO | POPULAÇÃO |
|-----------------|------------------|
| Campinas-Centro | 221.464 |
| Leste | 172.436 |
| Sul | 221.925 |
| Sudoeste | 223.027 |
| Oeste | 152.189 |
| Noroeste | 164.283 |
| Norte | 146.677 |
| Total | 1.302.001 |

Fonte: IBGE - Censo 2010. Elaboração: SEPLAM / DPESE / DVPEE

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Goiânia, 0,832, é considerado alto, segundo os critérios estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Seu valor o segundo maior de todo estado de Goiás (em 242 municípios), o terceiro de toda Região Centro-Oeste do Brasil (em 446) e o 111º de todo Brasil (em 5.507). Ao considerar apenas os dados referentes às condições de educação, o valor do índice elava-se para 0,933 (Alto), enquanto o do Brasil é 0,849. Considerando outros índices é possível verificar a relação entre o desenvolvimento humano em Goiânia e a média nacional, por exemplo: (i) longevidade: 0,751 (Brasil 0,638); (ii) renda é de 0,813 (Brasil 0,723). Portanto, a cidade possui a maioria dos indicadores elevados e/ou semelhantes à média nacional, conforme dados do PNUD. Outros indicadores¹⁰⁰ importantes auxiliam na elaboração de um perfil para o município: a) taxa alfabetização adulta: 96,78%; b) incidência da pobreza: de 3,64%, o limite inferior da

¹⁰⁰ IBGE- Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros (2003). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rn&tema=mapapobreza2003> . Acesso em janeiro de 2014.

incidência de pobreza é de 2,92%, o superior é de 4,35% e a incidência da pobreza subjetiva é de 4,35%.

Goiânia foi considerada a capital brasileira mais arborizada e, por isso, recebeu o título de ‘Capital verde do Brasil’ e cidade com a melhor qualidade de vida¹⁰¹. Se no início de 2005 o número de parques o município era de 06, atualmente conta com uma área verde composta por 30 parques e bosques distribuídos pela cidade. Julia Krause, diretora-executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), quando da reunião preliminar da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP9), em março de 2007, sugeriu às outras capitais brasileiras a seguirem os passos da AMMA, e elogiou os três projetos implantados pela instituição em Goiânia: Plante a Vida; Atividades de educação ambiental – Ecomóvel; e Telefone Verde.¹⁰²

Goiânia é a metrópole brasileira com o menor número de favelas do país. O termo favela parece não se aplicar ao município pela topografia aplainada e, portanto, a quase inexistência de morros. No entanto, segundo dados do IBGE em 2009 existiam 141 áreas irregulares, chamadas de invasões. Segundo especialistas, tal situação é maquiada em Goiânia, já que as famílias moradoras em locais como esses são retiradas dos locais e colocadas nas periferias da cidade¹⁰³.

Segundo Relatório da ONU-Habitat¹⁰⁴ para o biênio 2010/2011, estudo que foi divulgado no 5º Fórum Urbano Mundial da ONU, Rio de Janeiro - Brasil, em março de 2010, a cidade de Goiânia foi novamente considerada a cidade mais desigual da América Latina, com índice Gini¹⁰⁵ superior a 0,6. Observando o ranking geral, de todas as cidades analisadas no mundo, Goiânia estaria à frente, apenas, das cidades sul-africanas de Buffalo City, Johannesburgo e Ekurhuleni.

A análise dados divulgados pelo Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre levantamento do número de pessoas residentes, por classe de rendimento nominal mensal do Município de Goiânia, permitiu constatar a contradição

¹⁰¹ Conforme dados divulgados pela Agência Municipal do Meio Ambiente de Goiânia – AMMA. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/amma/institucional.shtml> . Acesso em janeiro de 2014.

¹⁰² Para maiores informações sobre os projetos: <http://www.goiania.go.gov.br/html/amma/> .

¹⁰³ Ver: ‘Capital tem 141 áreas semelhantes a favelas’. Ministério Público de Goiás. Disponível em: <http://archive.is/H81A> .

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=584> .

¹⁰⁵ O Coeficiente de Gini, formulado pelo matemático italiano Conrado Gini, “[...] é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza”. (IPEA 2004), Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid%3D28&Itemid=23. Acesso em janeiro de 2014.

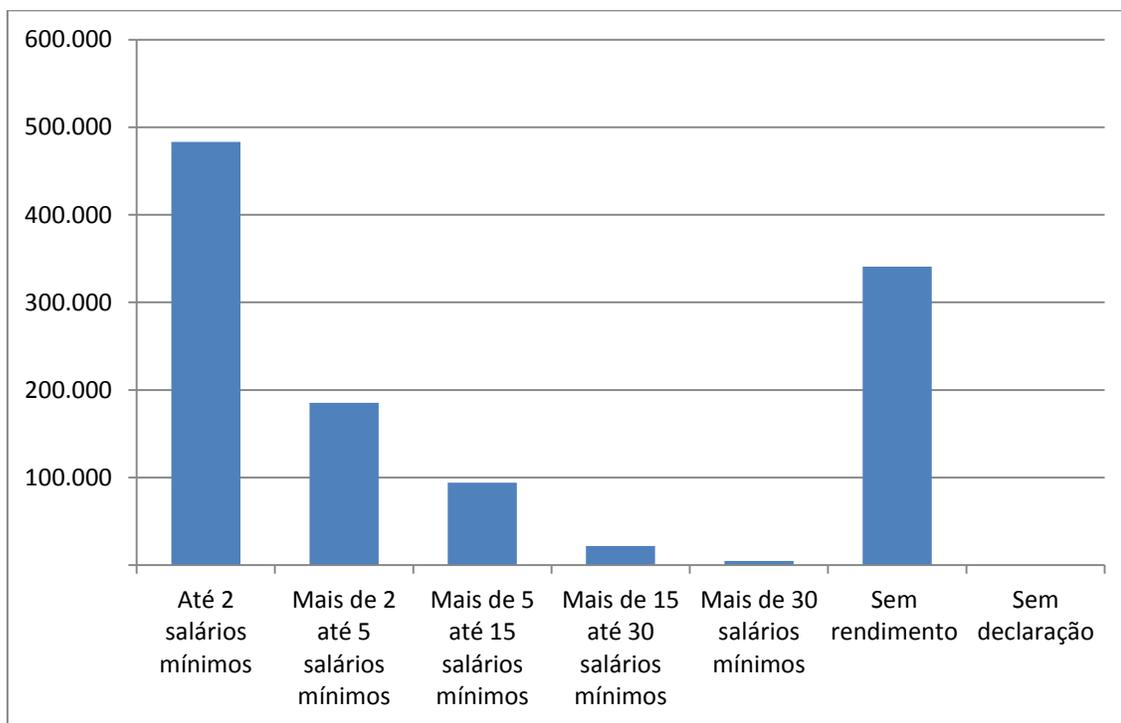
evidenciada pelo referido relatório. Verificou-se que dos 1.130.559 habitantes da amostra, 483.271 mil percebem de $\frac{1}{4}$ até 2 salário mínimos. Somados aos 340.800 habitantes sem renda chega-se ao número chega a 824.071 habitantes situados na zona de risco social. Na Tabela 27, abaixo, é possível verificar a estratificação mencionada e no Gráfico 31, na sequência, o número de pessoas residentes em Goiânia, por classe de rendimento nominal mensal.

TABELA 27 - NÚMERO DE PESSOAS RESIDENTES, POR CLASSE DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL, GOIÂNIA - BRASIL, 2014.

| Rendimento | Total |
|--|------------------|
| Até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo | 7.186 |
| Mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo | 13.605 |
| Mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo | 211.600 |
| Mais de 1 a 2 salários mínimos | 250.880 |
| Mais de 2 a 3 salários mínimos | 97.957 |
| Mais de 3 a 5 salários mínimos | 87.294 |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos | 78.961 |
| Mais de 10 a 15 salários mínimos | 15.374 |
| Mais de 15 a 20 salários mínimos | 14.483 |
| Mais de 20 a 30 salários mínimos | 7.390 |
| Mais de 30 salários mínimos | 5.029 |
| Sem rendimento | 340.800 |
| Sem declaração | - |
| Total | 1.130.559 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: SEPLAM / DPESE / DVESE / DVPEE.

GRAFICO 31 - NÚMERO DE PESSOAS RESIDENTES EM GOIÂNIA, POR CLASSE DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL – BRASIL, 2014.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: SEPLAM / DPESE / DVESE / DVPEE.

Segundo estudos do Observatório das Metrópoles, a história da desigualdade social é antiga na cidade, e teve seu início desde o início do povoamento nas mais diferentes regiões de Goiânia. Sua região noroeste, por exemplo, foi formada a partir de três invasões na Fazenda Caveiras. Logo na primeira, foi originado o Jardim Nova Esperança, e depois outros bairros. A população de baixa renda é predominante nesta região, e tal ocupação gerou uma série de conflitos sociais, políticos.

Conforme dados apresentado no documento elaborado pela Equipe Técnica da Urb-AI Goiânia (GOIANIA, 2005), identificou-se que 13,3% da população dos municípios vizinhos de Goiânia trabalham ou estudam fora de seus respectivos municípios. Isso significa um contingente de 112.493 pessoas. Destas, 80,4% (mais de 90 mil pessoas) dirigem-se a cidade polo, ou seja, para Goiânia, exercendo pressão sobre a capital quanto demanda por serviços públicos e trabalho. Tendo em vista o exposto, identifica-se que qualquer iniciativa do poder público, visando à implementação de suas políticas, deve considerar a possibilidade da gestão compartilhada entre os municípios, espaço esse que carece ainda de muita articulação e desprendimento político e pessoal por parte dos gestores públicos. (Cf. GOIÂNIA, 2005).

Segundo Moysés (2005) os motivos para os deslocamentos, em geral trabalhar e estudar, são mais intensos nos municípios com alto nível de integração com a dinâmica da região.

Nesse sentido, nota-se que os municípios de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo (ambos com integração muito alta) e Goianira (com integração alta), são os municípios, cujos moradores mais se deslocam para fora do município para trabalhar e/ou para estudar, ou seja, 33,11%, 36,46% e 25,69% respectivamente. Pode-se afirmar que mais de 90% dos deslocamentos desses municípios se dirigem para o polo metropolitano. A média de deslocamento na Região Metropolitana, envolvendo todos os 11 municípios é de 80%, ou seja, grande parte da população procura o polo metropolitano para resolver suas demandas por trabalho e educação, sem contar com outras necessidades tais como, saúde, assistência social, cultura. (MOYSÉS, 2005, p. 15-16).

A Região Metropolitana de Goiânia foi definida pela Lei Complementar Estadual nº 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei Complementar Estadual nº 54 de 23 de maio de 2005. A Grande Goiânia compreende 13 municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade, mais os 7 municípios da Região de Desenvolvimento Integrado, que são: Bonfinópolis, Brazabrantas, Caldazinha, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás.

O perfil da população de Goiânia vem acompanhando os fenômenos demográficos observados na Região Metropolitana que, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁰⁶, conta com 2.335.609, em uma área territorial de 7.397,203 km², com densidade demográfica de 315,74 hab./km². O Produto Interno Bruto – PIB, da RMG é de R\$ 27,868 bilhões, e o PIB per capita é de R\$ 13.069,31 (IBGE/2008).

Alguns indicadores permitem mensurar a condição social dos municípios da Área Metropolitana. Identificou-se a existência de mais de 300 mil pessoas consideradas pobres (que percebem até ½ salário mínimo), representando 17,3% da população metropolitana (RMG e RDIG juntas). Deste contingente, a proporção de pobres é mais acentuada nos seguintes municípios: Goiânia com 44,6%, Aparecida de Goiânia com 25,4%. Nos municípios de Trindade, com 7,7%, e Senador Canedo, com 5,6%, a proporção identificada foi bem menor. Como observou Moysés (2005, p. 19) chama a atenção “[...] o fato de 70% dos pobres, (...) no espaço metropolitano institucionalizado, estarem concentrados nas duas cidades mais populosas, mais ricas e com mais ofertas de emprego, Goiânia e Aparecida de Goiânia”.

¹⁰⁶ Conforme documento: ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM DATA DE REFERÊNCIA EM 1º DE JULHO DE 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/POP2011_DOU.pdf . Acesso em janeiro de 2014.

FIGURA 7 – MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - BRASIL, 2014.



Fonte: Instituto Mauro Borges/Segplan.

A cientista social e pesquisadora, bolsista do INCT/Observatório das Metrôpoles (Núcleo Goiânia), Marina Lemes Landeiro explorando os resultados do Índice de Bem-estar Urbano - IBEU¹⁰⁷ da Região Metropolitana de Goiânia, segundo a avaliação da RMG,

segundo o IBEU Local, pode ser inicialmente entendida como consideravelmente positiva: mais de 50% das áreas de ponderação possuem condições intermediárias (0,51 - 0,8) e quase 40% delas possuem condições superiores (0,81 - 1). No entanto, encontramos nuances e **importantes desigualdades internas** que, da nossa parte, merecem maior atenção. (LANDEIRO, 2013, p. 04 – Grifo nosso).

2.2.1.2.1.2 A SEMEL COMO UNIDADE DE ESTUDO

No âmbito da gestão pública a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL, criada pela Lei nº 7.747, de 13 de novembro de 1997, é a responsável pela implementação da Política Municipal de Esporte e Lazer, cuja ‘missão’ é

promover e apoiar as atividades de esporte e lazer, buscando a **universalização do seu acesso** a todos e a todas contribuindo assim, para o desenvolvimento socioeducativo e a inclusão social, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da população de Goiânia. (FREITAS, 2010 – Grifo nosso).

É de competência da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer promover e estimular a prática das várias modalidades esportivas e executar projetos no sentido de democratizar o acesso ao lazer de Goiânia, bem como:

- Promover e estimular a prática das várias modalidades esportivas;
- Desenvolver estudos e pesquisas de aprimoramento e difusão dos esportes;
- Criar sistemas de lazer e recreação às classes menos favorecidas;
- Promover a expansão, o aprimoramento e a infra-estrutura de Esporte e Lazer do município;
- Administrar, controlar e fiscalizar o funcionamento de instalações desportivas;

¹⁰⁷ RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Índice de Bem-Estar Urbano IBEU**. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles, 2013. Nesta obra os autores apresentam a metodologia empregada para desenvolver o Índice de Bem-estar Urbano e analisam, de modo descritivo, os resultados, considerando três escalas: (i) regiões metropolitanas; (ii) municípios metropolitanos e (iii) áreas de ponderação (áreas marcadas por contiguidade física e semelhanças demográficas e sociais). Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/IBEU_local_Goiania.pdf

- Estimular e viabilizar parcerias com associações de bairros e demais entidades comunitárias;
- Promover e coordenar a realização de eventos esportivos e de lazer;
- Coordenar e orientar campanhas educativas.

Segundo informações disponibilizadas na página eletrônica do órgão público a Secretaria tem projetos em andamento, tais como:

a Construção de 14 Centros de Esporte e Lazer, construção de 08 Praças da Juventude (quadras poliesportivas cobertas, pistas de caminhada, pista de skate, academias popular, parques infantis, entre outros) e ainda 02 Praças do PAC II (que terá estruturas esportivas e culturais como o espaço Mais Cultura, com auditório para 120 lugares, salas multiuso, biblioteca, e parceria para o funcionamento de outros órgãos da Prefeitura, como o CRAS – Centro de reabilitação e de assistência social), Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, entre outras¹⁰⁸.

Nos últimos anos duas ações empreendidas pela SEMEL criaram as condições para a efetiva democratização das políticas de esporte e lazer no município.

A primeira foi à realização do Fórum Municipal de Esporte e Lazer, visando democratizar a formulação e a implantação das políticas do setor. Com o propósito de promover ações que possibilitassem criar o Sistema Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia, conforme deliberações da I e II Conferência Nacional do Esporte e Lazer, os gestores, os atletas, os trabalhadores, entre outros atores do setor, se mobilizaram para a criação desse importante espaço público.

A primeira seção, realizada em 22 de fevereiro de 2008 na Câmara Municipal, contou com a participação de representantes de 80 entidades esportivas, atletas, técnicos e treinadores, promotores e patrocinadores de eventos esportivos, professores das Faculdades de Educação Física e Gestores Públicos. O objetivo estabelecido ficou relacionado à elaboração de um projeto de lei, a ser encaminhado aos órgãos competentes para a sua análise e aprovação. Tal documento deveria abordar:

- Financiamento do Esporte e Lazer;
- Criação do Conselho e do Fundo Municipal de Esporte e Lazer;
- Tombamento dos Campos de Várzea;
- Destinação de área pública para destinação da Casa e Museu do Esporte.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/semel/institucional.shtml>.

Tornou-se evidente a intenção de envolver os diversos atores que se interessam pelo tema nos diferentes níveis de Governo e da sociedade civil, na discussão sobre a necessidade de se assegurar, formalmente e nas ações de governo, o direito constitucional ao acesso às práticas de esporte e lazer, por todos os cidadãos.

Marco significativo de uma possível mudança estrutural, no âmbito do fazer político municipal, o Fórum Municipal de Esporte e Lazer, aprovou um plano de ‘lutas’ e apontou para a necessidade da atuação conjunta dos diversos atores do setor e da valorização da cooperação como princípios para orientar suas ações.

Visando cumprir o objetivo para o qual foi criado, organizou-se grupos de trabalho, criados na primeira seção do Fórum, para garantir a elaboração da minuta do projeto de lei. Tarefa que foi concluída em 2008, e após tramitar em várias Secretarias, foi apresentada à apreciação do Legislativo e sancionada em 29 de janeiro de 2010.

A segunda ação diz respeito à criação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia. Em 29 de janeiro de 2010, foi sancionada a Lei Complementar que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia composta pelos seguintes capítulos: I Das disposições Iniciais; II Do Esporte e Lazer; e III Do Sistema Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia; IV Do Incentivo ao Esporte e Lazer; V Do Tombamento dos Campos de Futebol de Várzea; e VI Das Disposições Finais.

Uma análise inicial do documento e do processo de sua constituição permite algumas inferências:

- objetiva democratizar, descentralizar, captar recursos e estreitar as relações público-privadas na consecução das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, atendendo as recomendações finais da II^o Conferência Nacional de Esporte;
- indica a necessidade da priorização das ações de estímulo às práticas esportivas educacionais em detrimento ao esporte de rendimento; como previsto pela Constituição Federal de 1988;
- estimula a diversidade de políticas e práticas socioculturais que reforçaram, no Brasil contemporâneo, uma vasta rede social de direitos como conquistas individuais e coletivas, atendendo, portanto, ao indicado pela Constituição Federal de 1988;
- prevê ações intersetoriais: com a educação, a cultura, a saúde, o meio ambiente, o turismo, entre outras áreas;
- indica a necessidade da priorização das ações de estímulo às práticas esportivas educacionais em detrimento ao esporte de rendimento; indicado pela Constituição Federal de 1988;

- valoriza as manifestações de esporte e lazer, destacando-se as brincadeiras infantis populares e o futebol em campos de várzea;

Observou-se, ainda, que a aprovação de nova legislação indicou as estruturas e a sua principal finalidade, qual seja estimular o funcionamento do Sistema de forma integrada, a partir de uma concepção moderna, participativa e democrática.

Tal estrutura é composta da seguinte maneira:

- ✓ O Fórum Municipal de Esporte e Lazer: instância de discussão e incentivo à participação político-social de entidades, técnicos, professores esportivos, patrocinadores e atletas quanto aos assuntos que envolvem o esporte e o lazer;
- ✓ O Conselho Municipal de Esporte e Lazer: órgão de representação coletiva e de composição paritária, com atribuições de formulação, discussão, deliberação e fiscalização das políticas do setor;
- ✓ A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia: órgão integrante da Prefeitura de Goiânia responsável pela execução da Política Municipal de Esporte e Lazer no Município;
- ✓ O Fundo Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia: unidade orçamentária própria, de captação de recursos públicos e privados e de gestão pública de financiamento dos diversos projetos e ações esportivas;
- ✓ A Conferência Municipal de Esporte e Lazer: evento articulado às suas congêneres de natureza estadual e nacional, destinado a avaliar a cada dois anos as políticas do setor e apontar perspectivas e prioridades em horizontes históricos definidos, de curto, médio e longo prazos.

Ainda com relação ao documento, outros aspectos importantes para a estruturação do Sistema foram nele consignados. São eles:

- ✓ **Agentes e Competências:** há a indicação da I estrutura do sistema indicando as instituições, entidades e organizações, bem como suas atribuições e responsabilidades.
- ✓ **Gestão e o Controle Social:** há a orientação de se conduzir a gestão por mecanismos democráticos e de participação popular, garantindo, ainda, a transparência e o controle social. Os mecanismos de controle do Sistema seriam: 1) os Conselhos de Esporte e Lazer; 2) as Conferências de Esporte e Lazer (nas instâncias nacional, estadual e municipal); 3) Fórum para debates e discussões sobre políticas públicas e sobre o Sistema de Esporte e Lazer;
- ✓ **Financiamento:** a necessidade de um marco legal que defina os objetivos e metas e a previsão do orçamento adequado à gestão social, democrática e pública do esporte.
- ✓ **Recursos Humanos e Formação:** procurou-se garantir o caráter multiprofissional (diversas profissões) e multidisciplinar (diversas áreas do conhecimento) dos quadros,

ações para a sua qualificação, contínua, bem como, a necessidade de formação de novos profissionais qualificados.

Observou-se que o cenário político-econômico foi favorável à implementação de uma política municipal de esporte e lazer, uma vez que o representante do Governo Federal, no caso o Ministro do Esporte, e o do Governo Local, o Secretário de Esporte e Lazer, eram, na época, quadros do mesmo partido. O ‘movimento’ para a criação do Sistema, ainda que abandonado na esfera federal, ganhou força em Goiânia junto as diversos segmentos e atores do setor, inclusive entre os quadros do referido partido.

A realização de Conferências, Audiências Públicas, Fóruns, com ações orientadas pela organização por Grupos de Trabalhos (GTs), ratificariam a utilização da ‘mobilização Política dos atores do setor’, como principal estratégia do poder público para viabilizar a implementação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer naquele período.

Pelas características das políticas públicas de esporte e lazer da SEMEL, na Prefeitura de Goiânia só existem alguns Cargos compatíveis às funções os quais são: Analista em Cultura e Desporto (cargo técnico de nível superior); Assistente de Atividades Culturais e Desportivas (cargo técnico de nível médio) e ou Agente Social Esportivo (cargo técnico de nível fundamental). Apesar das várias e reiteradas solicitações para realização do concurso público específico dos diversos Secretários, no período entre 2007 a 2013, este nunca foi realizado.

Conforme informações levantadas com o entrevistado número 2, o Secretário Luiz Carlos Orro de Freitas solicitou, em 2008, a autorização ao Prefeito de Goiânia Iris Rezende para realização de concurso público para o provimento de cargos acima citados, para as funções de Professores de Educação Física visando garantir a execução dos Programas, Projetos e ações da Secretaria. Foi negada a solicitação de concurso. No entanto, foi autorizada a convocação de 10 Profissionais em Educação – PE, da reserva técnica do concurso da Secretaria Municipal de Educação - SME, sendo empossados naquele mesmo ano. Após questionamentos dos empossados¹⁰⁹, foi realizada uma consulta da SME à Procuradoria Geral do Município a respeito

¹⁰⁹ Os aprovados alegaram terem prestado concurso para o cargo de Profissional em Educação II, regência de professores e que estavam assegurados pelo Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Municipal, que lhes garantiriam vantagens não existentes na SEMEL, como: (i) aposentadoria em regime especial de magistério (25 anos para as mulheres e 30 anos para homens); (ii) gratificação de regência; (iii) gratificação de difícil acesso; (iv) férias de 30 dias anuais e 15 dias de recesso letivo; (v) possibilidade de aumento da carga horária (dobra ou suplementação de C.H.); (vi) maior opção de locais de trabalho e melhores condições de trabalho da Rede Municipal de Ensino, com mais de 200 Escolas e 100 Centros Municipais de Educação Infantil; (vii) trabalho diferenciado do Esporte

da legalidade da posse dos mesmos na SEMEL, visto que prestaram concurso no Cargo de PE-II e deveriam ser regidos pelo Estatuto do Magistério do Município. A PGM manifestou pela incorreção da convocação de PE-II para a SEMEL, e determinou que os 10 Profissionais fossem realocados e lotados na SME.

Após tal situação e, por não ter havido concurso específico para os profissionais integrarem o quadro de servidores da SEMEL, foi autorizado à chamada da reserva técnica do concurso público da Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Administração, do concurso realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, para preenchimento e lotação desses cargos para a SEMEL, com disposição de 50 Analistas em Cultura e Desporto e mais 30 funcionários administrativos. Todos os convocados da lista tomaram posse e iniciaram as atividades em 2009. Alguns Analistas (aproximadamente 15) desistiram das funções de execução dos programas e conquistaram a disposição de retorno para a Secretaria Municipal de Saúde ou outros Órgãos Municipais e, outros, pediram exoneração dos cargos no decorrer de 02 anos.

Em 2011, foi autorizada nova chamada para o cargo de Analista em Cultura e Desporto, para provimento do déficit, no total de 15 analistas em cultura e desporto que foram empossados e lotados nos programas.

Identificou-se a necessidade da realização de um concurso público específico para a SEMEL, visando a complementação de seu quadro de funcionários, especificando de modo claro e objetivo nos Editais os Cargos existentes na estrutura administrativa da Prefeitura que atendam as necessidades da pasta (Analista em Cultura e Desporto; Assistente de Atividades Culturais e Desportivas; Assistente de Atividades Administrativas e Agentes Sociais de Cultura e Esporte), bem como, as funções necessárias ao exercício das atividades e suas respectivas cargas horárias a serem cumpridas.

Conforme mencionado pelos entrevistados 1 e 3, além da realização do concurso específico para a SEMEL, e o esforço na garantia das condições adequadas para a realização do trabalho, há que se rever a redistribuição dos Quadros Administrativos, bem como a definição das atribuições, funções e atividades a serem executadas, pois a inoperância e inatividade são patentes.

Educacional e de rendimento com crianças e adolescentes; (viii) Perspectiva de progressão horizontal e vertical na carreira assegurados pelo Estatuto e Plano de Carreira.

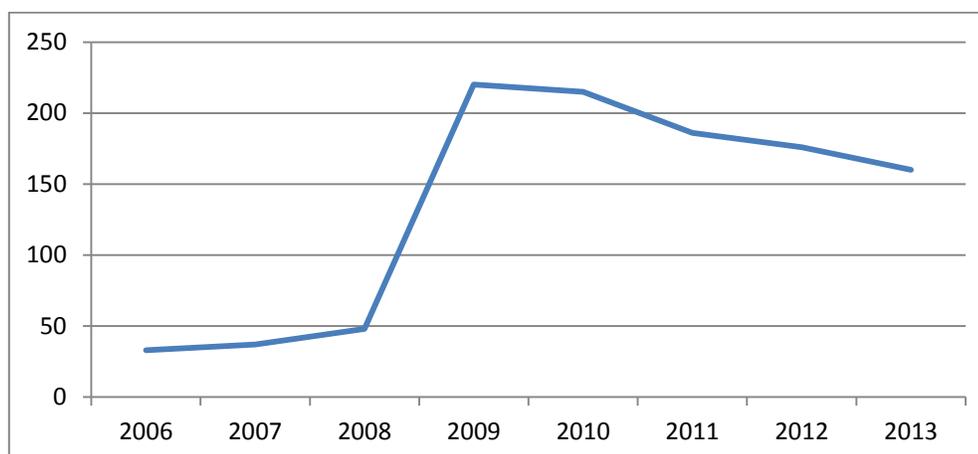
No Quadro 8 e no Gráfico 32, apresentados na sequência, é possível verificar o crescimento do quantitativo de funcionários lotados na SEMEL, bem como, a evolução desse número ano a ano.

QUADRO 8 - NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, POR ANO - BRASIL, 2014.

| Ano | Total |
|------------|--------------|
| 2006 | 33 |
| 2007 | 37 |
| 2008 | 48 |
| 2009 | 220 |
| 2010 | 215 |
| 2011 | 186 |
| 2012 | 176 |
| 2013 | 160 |

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH / 2010. Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPE/DVSE. Complementado por informações levantadas em entrevista realizada em janeiro de 2014.

GRÁFICO 32 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, POR ANO - BRASIL, 2014.



Fonte: Elaboração própria. Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH / 2010. Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPE/DVSE. Complementado por informações levantadas em entrevista realizada em janeiro de 2014.

Outras informações, disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, organizados e divulgados pela SEPLAM/DPESE/DVPE/DVSE, sobre os funcionários públicos lotados na SEMEL permitem visualizar o perfil do quadro de funcionários responsáveis pelo funcionamento da referida Secretaria, ainda que as informações estejam restritas ao período entre 2006 e 2009.

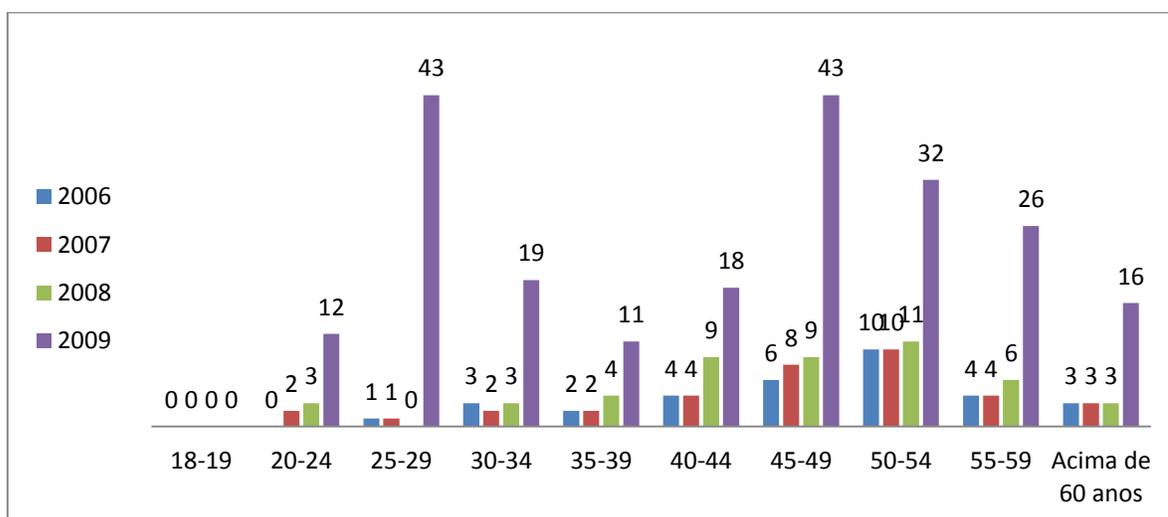
TABELA 28 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER POR FAIXA ETÁRIA - BRASIL, 2014.

| Ano | Faixa Etária | | | | | | | | | | Total |
|------|--------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------------|-------|
| | 18-19 | 20-24 | 25-29 | 30-34 | 35-39 | 40-44 | 45-49 | 50-54 | 55-59 | Acima de 60 | |
| 2006 | 0 | 0 | 1 | 3 | 2 | 4 | 6 | 10 | 4 | 3 | 33 |
| 2007 | 0 | 2 | 1 | 2 | 2 | 4 | 8 | 10 | 4 | 3 | 37 |
| 2008 | 0 | 3 | 0 | 3 | 4 | 9 | 9 | 11 | 6 | 3 | 48 |
| 2009 | 0 | 12 | 43 | 19 | 11 | 18 | 43 | 32 | 26 | 16 | 220 |

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH / 2010. Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPE/DVSE.

Os dados apresentados na Tabela acima permitem observar que no ano de 2009 o ingresso de servidores na faixa etária entre 20 e 34 anos correspondeu a 43% do total de vagas expandidas no ano, enquanto o crescimento do número de funcionários na faixa etária entre 45 e 59 anos chegou a 58,7% que, somado ao conjunto de servidores acima de 60 anos percebe-se o crescimento significativo do quadro da SEMEL em termos quantitativos e envelhecido. No Gráfico 33, abaixo, os dados apresentados ficam evidentes, inclusive no seu crescimento ao longo do período de 2006 a 2009.

GRÁFICO 33 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER POR FAIXA ETÁRIA - BRASIL, 2014.



Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH / 2010. Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPE/DVSE.

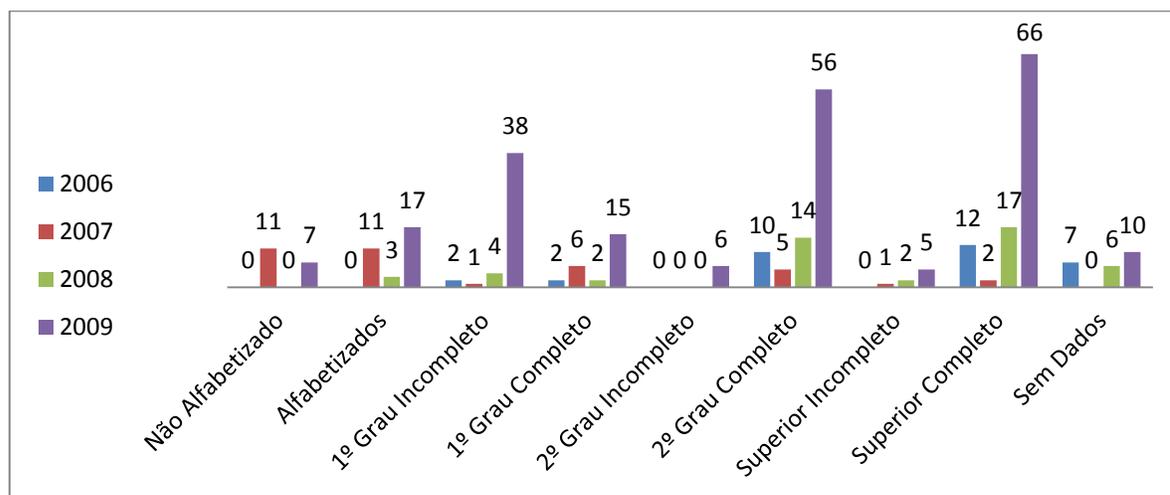
Outro dado importante, sobre o perfil dos funcionários ingressos no ano de 2009, diz respeito ao nível de escolaridade dos mesmos. Dos 172 funcionários que ingressaram na SEMEL em 2009 66, correspondendo a 38,3%, tinham curso superior completo e a maioria, provavelmente, ingressou por meio do aproveitamento do concurso pública, já mencionado. Outros 115 funcionários, correspondendo a 66,8% do total, com nível de instrução inferior foram admitidos para funções relacionadas à manutenção e administração da infraestrutura dos espaços e equipamentos, bem, como da própria Secretaria. A Tabela 29 e o Gráfico 33, apresentados na sequência permitem identificar os dados apresentados, bem como, o crescimento do número de funcionários, segundo o nível de escolaridade, ao longo dos anos.

TABELA 29 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS LOTADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - BRASIL, 2014.

| Ano | Escolaridade | | | | | | | | | Total |
|------|--------------|--------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|---------------------|-------------------|-----------|-------|
| | Não Alfab. | Alfab. | 1º Grau Incompleto | 1º Grau Completo | 2º Grau Incompleto | 2º Grau Completo | Superior Incompleto | Superior Completo | Sem Dados | |
| 2006 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 10 | 0 | 12 | 7 | 33 |
| 2007 | 11 | 11 | 1 | 6 | 0 | 5 | 1 | 2 | 0 | 37 |
| 2008 | 0 | 3 | 4 | 2 | 0 | 14 | 2 | 17 | 6 | 48 |
| 2009 | 7 | 17 | 38 | 15 | 6 | 56 | 5 | 66 | 10 | 220 |

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH / 2010. Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPE/DVSE.

GRÁFICO 34 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS LOTADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - BRASIL, 2014.



Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH / 2010. Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPE/DVSE.

Ao observar o crescimento do quantitativo de funcionários a partir da variável tempo de serviço observou-se um crescimento considerável de servidores com até 3 anos, 118 correspondendo a 68,6 % do total de ingressantes no ano de 2009. Destacou-se, ainda, o crescimento do número de funcionários com tempo de serviço entre 8 a 12 anos, 34 servidores correspondendo a 19,7 %, e 23 a 27 anos correspondendo a 20,9%.

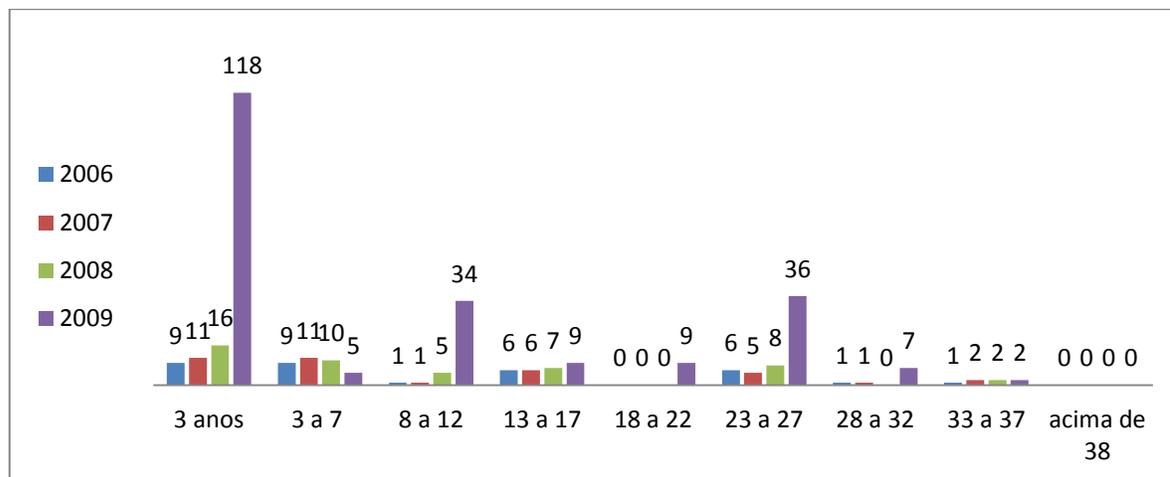
TABELA 30 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS LOTADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER POR TEMPO DE SERVIÇO - BRASIL, 2014.

| Ano | Tempo de Serviço | | | | | | | | | Total |
|------|------------------|-------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|-------------|-------|
| | 3 anos | 3 a 7 | 8 a 12 | 13 a 17 | 18 a 22 | 23 a 27 | 28 a 32 | 33 a 37 | acima de 38 | |
| 2006 | 9 | 9 | 1 | 6 | 0 | 6 | 1 | 1 | 0 | 33 |
| 2007 | 11 | 11 | 1 | 6 | 0 | 5 | 1 | 2 | 0 | 37 |
| 2008 | 16 | 10 | 5 | 7 | 0 | 8 | 0 | 2 | 0 | 48 |
| 2009 | 118 | 5 | 34 | 9 | 9 | 36 | 7 | 2 | 0 | 220 |

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH / 2010. Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPE/DVSE.

No Gráfico abaixo os dados apresentados anteriormente ficam evidentes, com destaque para o crescimento, ao longo dos anos, para o servidor ingressante no serviço público, ocupando o espaço entre aqueles na faixa até 03 anos.

GRÁFICO 35 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS LOTADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER POR TEMPO DE SERVIÇO - BRASIL, 2014.



Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH / 2010. Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPE/DVSE.

O crescimento do número de efetivos foi, em 2009, de 69 % em relação aos 172 ingressantes no ano. Além dos 118 efetivos contratados chama a atenção o crescimento do número de comissionados, 33 correspondendo a 19 % do total de ingressantes, e de funcionários colocados à disposição da SEMEL, 66 correspondendo a 38,3 %. Os dados apresentados na Tabela 30 e Gráfico 36, disponibilizados abaixo, permitem a visualização do crescimento do número de servidores, segundo o vínculo empregatício.

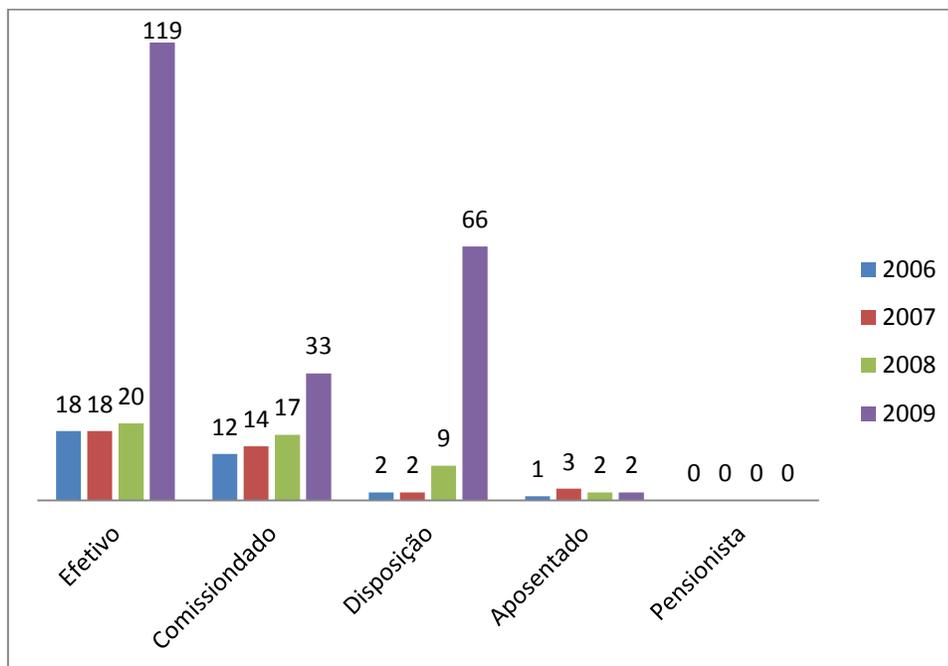
TABELA 30 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS LOTADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER POR VÍNCULO EMPREGATÍCIO - BRASIL, 2014.

| Ano | Vínculo empregatício | | | | | Total |
|------|----------------------|--------------|------------|------------|-------------|-------|
| | Efetivo | Comissionado | Disposição | Aposentado | Pensionista | |
| 2006 | 18 | 12 | 2 | 1 | 0 | 33 |

| | | | | | | |
|------|-----|----|----|---|---|-----|
| 2007 | 18 | 14 | 2 | 3 | 0 | 37 |
| 2008 | 20 | 17 | 9 | 2 | 0 | 48 |
| 2009 | 119 | 33 | 66 | 2 | 0 | 220 |

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH / 2010. Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPE/DVSE.

GRÁFICO 36 - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS LOTADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER POR VÍNCULO EMPREGATÍCIO - BRASIL, 2014.



Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH / 2010. Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPE/DVSE.

O crescimento do número de funcionários da SEMEL, no período entre 2006 e 2009, estava relacionado à reestruturação da própria Secretaria que passou a se responsabilizar diretamente pela formulação e implantação dos programas projetos e ações em esporte e lazer, pois nas gestões anteriores a execução dos programas era realizada por instituições parceiras, como por exemplo, Federações e Associações. Segundo informação levantada em entrevista realizada com um dos gestores a mudança ocorreria segundo duas principais causas: por orientações do Tribunal de Contas do Município – TCM, que identificou a ilegalidade no processo de estabelecimento das PPP do período, até 2006. Outro fator que muito contribuiu para a reorganização órgão tem relação com o movimento resultante da realização das I e II

Conferências, cujas deliberações demandavam do Estado o protagonismo e a responsabilização na efetivação de políticas que visassem à democratização do esporte e do lazer, concebidos como direito de todos e obrigação do Estado.

Ao observar o organograma¹¹⁰ da SEMEL, disponível no Anexo C, nota-se o crescimento do conjunto de profissionais e a organização da estrutura administrativa.

Ligados diretamente ao Secretário identificou-se o conjunto de 23 servidores (nas diversas funções: Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação, Assessoria Especial Gabinete, Secretária Executiva, Secretárias do Gabinete, Assessoria de Planejamento, Motorista) e os Diretores de Departamento.

Ao Departamento Administrativo estão vinculados 33 servidores, nas mais diversas funções, nível de direção e chefias: Diretor Administrativo, Chefe Divisão Compras, Chefe Divisão de Pessoal, Chefe Divisão Transporte, Chefe Divisão Material e Apoio Operacional; Chefe Divisão Almoxarifado; e demais funções: Recepção; Telefonia; Divisão de expediente; Operador de brinquedos; Serralheiro; Pedreiro e Servente; Mecânico; Limpeza, entre outros.

Em relação ao Departamento de Esporte o efetivo é de 35 servidores, nas funções: Diretor de Esporte; Chefe da Divisão de Esporte Educacional; Chefe da Divisão Esporte Participativo e Eventos; Supervisor de Projetos; Professores; Profissionais do Programa Segundo Tempo; Analista em Cultura e Monitor Esportivo; Funcionários de Apoio Administrativo; e Estagiários.

O Departamento de Lazer é composto por 28 servidores, nas funções: Diretor de Lazer; Supervisora dos Projetos; Analistas em Cultura e Desporto (Professores dos Projetos); Funcionários de Apoio Administrativo; e Estagiários.

O Quadro apresentado se altera em função da conjuntura políticas, principalmente em relação aos Servidores Comissionados e colocados a Disposição; do pedido de exoneração, principalmente dos servidores concursados que não se identificaram com as relações e/ou condições de trabalho; dos pedidos de aposentadorias e/ou afastamentos, tendo em vista o número de funcionário com faixa etária acima de 54 anos, entre outras.

Uma questão que merece ser aprofundada diz respeito ao estudo das estruturas de constituídas no âmbito da SEMEL, que certamente estará relacionada, entre outras, às variáveis: faixa etária, tempo de serviço, nível de instrução e vínculo empregatício, não necessariamente nessa ordem.

¹¹⁰ Ainda que desatualizado o documento possibilita a visualização da estrutura da Secretaria.

2.2.1.2.2 SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO MODELO E DA MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA DRAULAS VAZ

Ao realizar novo levantamento visando subsidiar o estudo e a elaboração do Modelo e da Matriz Lógica dos Programas identificou-se documento da Unesco¹¹¹ no qual o histórico sobre a reforma da instituição, e a sua aproximação às práticas da Gestão e do Monitoramento por Resultados (RBM), bem como as principais características e fundamentação teórica dessa vertente, são apresentados. Dois outros documentos: (i) Nota Técnica Nº 2, IPEA 2007¹¹², abordando a necessidade do desenvolvimento do Modelo Lógico de Programa e destacando a importância de se explicitar a teoria do programa, como um passo essencial na organização dos trabalhos de avaliação podendo ser utilizado como um instrumento para se proceder a avaliação *ex-ante* de programas, com vista a melhorar a consistência global do PPA e a sua gerencialidade; e (ii) a Nota Técnica Nº 6, IPEA 2010¹¹³, que apresenta as diferenças e semelhanças entre MODELO LÓGICO e MARCO LÓGICO ou MATRIZ LÓGICA, destacando, também, a importância da teoria do programa para a possível identificação de deficiências em seu desenho, podendo interferir no processo de sua execução. Para as Técnicas responsáveis pela elaboração da Nota, cotejar

a qualidade da teoria significa, em síntese, verificar se o programa está bem desenhado e se apresenta um plano plausível para o alcance dos resultados esperados. Ou seja, se o desenho do programa contemplou a delimitação e a explicação do problema a ser enfrentado com a intervenção e se as ações planejadas têm como referências mudanças em causas do problema. (IPEA, 2010, p, 04).

¹¹¹ “Abordagem de Programa, Gestão e Monitoramento por Resultados (RBM) aplicados pela UNESCO: princípios norteadores”. Representação da UNESCO no Brasil, Brasília, 2011. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001775/177568por.pdf>. Acesso em março 2013.

¹¹² Como elaborar modelo lógico de um programa: roteiro básico. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (Ipea), 2007, elaborada por: Helder Ferreira, Martha Cassiolato e Roberto Gonzalez. Disponível em: http://api.ning.com/files/Dyivh8oZtEwi9OMdFelb6*scbTEBmHeiUsD7Qq-d3oB*zlB1aIaAcYMWqE0y-j4SNZzR3jdA2ul6xssc1qXOVvKC2RmtcRSb*/ComoElaborarModeloLogico_IPEA_fev2007.pdf . Acesso em Março 2013.

¹¹³ Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (Ipea), 2007, elaborada pela Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – Ipea, Martha Cassiolato, e a Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, em exercício no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Simone Guerresi. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100924_notatec6disoc.pdf. Acesso em março 2013.

Concebida, inicialmente, visando à organização das avaliações e das intervenções governamentais que integraram o Plano Plurianual (PPA), a versão de Modelo Lógico passou a integrar cursos sobre desenho de programas da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), sendo necessária, segundo IPEA (2010), a atualização do ‘roteiro’, Nota Técnica Nº 2, elaborado pelos técnicos do IPEA em 2007.

A aplicação do modelo lógico pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão teve início na Gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e embasou a mudança implantada em 1999, conforme Decreto n. 2829/98, que estabeleceu normas para a elaboração e gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União e Portaria MOG n.42/99, na qual “programa é definido como ‘o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos e estará voltado para o enfrentamento de um problema precisamente identificado’”. (IPEA, 2010, p. 04).

Portanto, a proposta de elaboração de um Modelo Lógico surge a partir da compreensão da necessidade de se criar instrumentos que possibilitassem, por um lado, a avaliação dos programas e o aperfeiçoamento de seu desenho, e por outro, a intenção de consolidação de uma teoria orientadora para o referido processo, que expressa uma concepção de estado, de política, de avaliação, etc. Conforme pode ser observado em IPEA 2010, a proposição está relacionada tanto a orientação para a construção de modelo lógico, quanto “para subsidiar o processo de elaboração de programas governamentais, levando em conta a prioridade atribuída à avaliação como instrumento essencial para melhoria da gestão”. (IPEA, 2010, p. 4).

De imediato questões se colocavam de modo a demandar a organização de novas investigações e reflexões sobre a opção pela elaboração da Matriz Lógica para os programas.

Inicialmente identificou-se problema quanto a referencia teórica do Modelo Lógico. Notou-se que a proposta se organiza a partir das proposições teóricas de Peter Drucker¹¹⁴, que introduziu o conceito e os princípios da ‘administração por objetivos’ (*Management by Objectives* - MBO):

- objetivos e metas organizacionais em cascata;
- objetivos específicos para cada membro da Organização;
- tomada de decisão participativa;
- cronograma explícito;

¹¹⁴ Em especial: DRUCKER, Peter F. *The practice of management*, New York: Harper & Row, 1954. (Cf. UNESCO, 2011, p. 05).

- avaliação e *feedback* de desempenho.

A Administração por Objetivos (MBO) foi adotada inicialmente pelo setor privado e a partir das experimentações em diversas empresas norte-americanas se metamorfoseou na proposta de elaboração do Marco Lógico, ou Matriz Lógica (*Logical Framework– Logframe*), adotada pelo o setor público. A nova proposta foi originalmente desenvolvida pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos e adotada pela *United States Agency for International Development* (USAID), no fim da década de 1960. A matriz lógica “[...] é uma ferramenta analítica usada no planejamento, no monitoramento e na avaliação de atividades e de projetos. Seu nome é derivado de vínculos lógicos estabelecidos pelos planejadores para conectar os meios à finalidade do projeto”. (UNESCO, 2011, p. 05).

Durante os anos 90 o setor público norte-americano passaria por extensas reformas, em resposta às pressões econômicas, sociais e políticas. Os principais fatores que influenciaram a introdução dessas reformas foram, segundo o documento da UNESCO (2011), os déficits públicos, os problemas estruturais, a concorrência crescente, a globalização, a confiança decrescente no governo e as demandas crescentes por serviços melhores e mais abrangentes e por maior responsabilização (*accountability*).

Nesse processo, ainda segundo o mesmo documento,

a abordagem do marco lógico foi gradualmente introduzida no setor público de vários países, principalmente nos Estados-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Durante essa mesma década, a RBM transformou-se em mais um aspecto da **nova gestão pública**, denominação usada para descrever uma cultura de gestão que enfatiza a centralidade do cidadão ou do cliente, bem como a necessidade da responsabilização pelos resultados. (UNESCO, 2011, p. 05).

A literatura que problematiza essa proposta teórica é significativamente grande. Encontram-se formulações críticas no âmbito da Administração Pública, na Sociologia Política, na produção acadêmico-científica sobre as Políticas Educacionais, entre outras.

As formulações de Nogueira (2005, p. 39) são importantes por desvelar a ‘arrogância’ das teses neoliberais sobre as necessidades de reforma e inovação do aparelho de Estado. Segundo o autor, “[...] expressões como mercado, privatização, *empowerment* e administração gerencial, incorporadas ao léxico brasileiro, tinham a função de introduzir e massificar, junto à opinião pública, a ideia de um reforma necessária e inadiável de modo a preparar o país e ajustar a

economia para a nova competitividade internacional.” (NOGUEIRA, 2005, p. 39). Por extensão, se estabeleceria a ideia de modernização administrativa entendida como renovação dos métodos de gestão.

Ainda segundo o mesmo autor,

em que pese ter sido limitado pela reiteração doutrinária do modelo da *new public management*, o esforço governamental [no Brasil] no terreno da reforma administrativa possibilitou o estabelecimento de novos parâmetros para a gestão pública. A agenda reformadora, ainda que ao preço de uma hipervalorização da administração empresarial e de uma entrega do Estado ao mercado ajudou a que se criassem focos de incentivo para a atualização do modelo burocrático, o aumento do controle social e a incorporação de mecanismos de participação e de descentralização à gestão das políticas sociais. Nesse movimento, uma cultura democrático-participacionista floresceu no setor público, ajudando a que se tomasse maior consciência da relevância do protagonismo social. (NOGUEIRA, 2005, p. 39).

Nessa direção, importa destacar que se identifica positividade na proposta de mudança organizacional, tal como propõe Nogueira (2005), e avanço quando da elaboração de Modelo e/ou Matriz Lógica para os programas, tendo em vista a possibilidade de reorganização do setor público e a determinação da eficiência, da eficácia e a efetividade dos programas, mas sem abrir mão dos critérios sociopolíticos, já citados anteriormente. Sendo assim, importa evidenciar a serviço de quem o avanço mencionado é posto nas condições próprias da sociedade capitalista.

Ao se buscar diferenciar os conceitos de Modelo Lógico e de Marco Lógico identificou-se que as diferenças são mais de fundamento metodológico, uma vez que as ferramentas são aplicadas por dois campos distintos, mas complementares: planejamento de projetos e avaliação de programas.

O Marco Lógico, ou Matriz Lógica, foi sistematizado inicialmente na Alemanha e visava à orientação do planejamento de projetos, conhecido por ZOPP (Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos). Segundo o Documento IPEA 2010, as informações de um projeto deveriam ser introduzidas em uma ‘matriz lógica’, cujo preenchimento se inicia de baixo para cima. Ou seja,

tomando como referência que tal atividade do projeto é realizada, de acordo com tal premissa, é obtido um resultado imediato que atende a um objetivo específico, e este contribui para o alcance do objetivo geral. Ou seja, a lógica da matriz é toda referenciada por objetivos e suas metas. Uma vez identificados estes componentes do projeto, são definidos os indicadores e os seus meios de

verificação (fontes) para complementar o preenchimento da matriz lógica. (IPEA, 2010, p. 06).

Por sua vez o Modelo Lógico, segundo o documento do IPEA 2010, é recurso metodológico que visa explicitar a estrutura de programas orientados por resultados, e foi desenvolvida por autores que se dedicam especificamente à avaliação de programas, como já mencionado anteriormente.

Basicamente, o modelo lógico é uma maneira sistemática e visual de apresentar e compartilhar a compreensão das relações entre os recursos disponíveis para as ações programadas e as mudanças ou resultados que se espera alcançar. O diagrama apresentado a seguir resume a forma como se deve organizar a estrutura lógica dos componentes do programa. (IPEA, 2010, p. 06).

Observou-se que as formas de organização e o formato de matriz adotado no Marco Lógico e o de diagrama no Modelo Lógico, estão relacionadas aos propósitos diferenciados, já mencionados: enquanto a Matriz Lógica está voltada para o planejamento de projetos, como instrumento auxiliar de decisão e monitoramento, o Modelo Lógico visa organizar referências para avaliação, com ênfase maior à explicitação da teoria do programa, e com menor interesse sobre aspectos relacionados ao seu gerenciamento, ainda que sejam partes integrantes da proposta.

Ao explorar a Nota Técnica Nº 06, IPEA 2010, identificou-se que a sua elaboração considerou a experiência de organização do Modelo Lógico do Programa Segundo Tempo¹¹⁵, do Ministério do Esporte. Inicialmente julgou-se que este fato seria de grande valia, pois os exemplos utilizados em outros documentos, Costa e Castanhar (2003), p.ex., geravam mais confusão do que esclarecimentos. No desenvolvimento problemas foram identificados, tanto no Modelo em elaboração, do Draulas Vaz, quanto no elaborado, Segundo Tempo. Mais adiante o assunto será explorado.

¹¹⁵ “Para ilustrar a proposta do Modelo Lógico/IPEA, será utilizado o exemplo aplicado inicialmente ao Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte, em sua formulação em 2006. Esse programa serviu como o piloto para o desenvolvimento da metodologia, iniciativa assumida por técnicos do IPEA, em resposta à demanda colocada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do PPA, coordenada pelo Ministério do Planejamento.” (IPEA 2010, p. 07).

Tendo em vista a tarefa assumida inicialmente, de elaboração da Matriz Lógica do Programa, optou-se por seguir as indicações da Nota Nº 06 e iniciar o processo pela construção do Modelo Lógico, considerando os três componentes indicados, quais sejam:

1. Explicação do problema e referências básicas do Programa (objetivos, público-alvo e beneficiários).
2. Estruturação do Programa para alcance de Resultados (Resultado Final e Impactos).
3. Identificação de Fatores Relevantes de Contexto.

O primeiro componente combina aspectos metodológicos do ZOPP (a árvore de problemas), do Planejamento Estratégico Situacional (descritores do problema na situação inicial e identificação de causas críticas) e a explicitação de critérios de priorização de beneficiários sugerida pelo IPEA 2007. O segundo e o terceiro componentes apresentaram por fundamentos propostas teóricas dos autores responsáveis pelo desenvolvimento do modelo lógico, conforme IPEA 2010.

O primeiro passo foi à busca pela explicação do problema e a identificação das referências básicas do Programa Draulas Vaz. Tendo por referência a proposta da Nota Técnica, IPEA 2010, esbarrou-se um questionário que foi entregue e discutido com um trabalhador da SEMEL. Na proposta ele foi identificado como responsável pela organização das respostas, mas poderia/deveria dialogar com os demais trabalhadores para recolher as informações necessárias. Estas serviram para orientar a elaboração de três diagramas, o que ocorreu em reunião específica para tanto: o primeiro com as referências básicas do programa, o segundo com a explicação do problema no formato da árvore de problemas, e o terceiro com os fatores relevantes de contexto.

Observou-se que a elaboração adequada do diagrama aconteceria na medida em que os trabalhadores-pesquisadores envolvidos dominassem alguns conceitos¹¹⁶, tais como:

| | |
|---|--|
| Problema | É uma situação indesejável declarada por uma autoridade. É condição necessária que o problema declarado possa ser enfrentado por um programa. |
| Indicadores da Situação Inicial (linha de base) | São as informações (dados) que evidenciam a existência do problema, o delimitam e o dimensionam. Os indicadores devem ser apurados para o ano que antecede a implementação do programa |

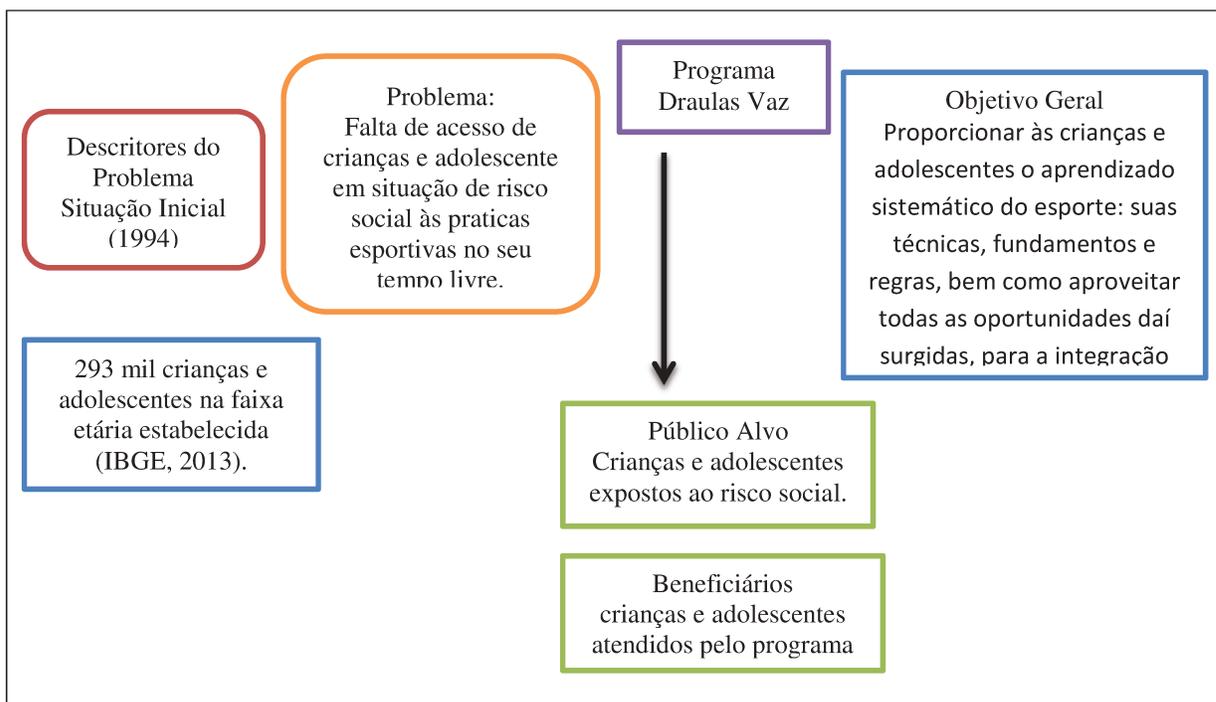
¹¹⁶ Fonte: IPEA, 2007.

| | |
|----------------------|--|
| | ou o mais próximo possível desse marco temporal, de forma a estabelecer uma linha de base, que permita uma comparação com os resultados futuros. Para efeito deste roteiro, a linha de base deve ser referente ao ano de 2012. |
| Objetivo do programa | Expressa o resultado que o programa se propõe a alcançar, que consiste na superação do problema em um lapso de tempo estabelecido. Caso a efetiva superação não esteja prevista durante a vigência do PPA, deve ser indicado o alcance pretendido ao término dos quatro anos do plano. |
| Público-alvo | É o conjunto de pessoas que o programa visa atender. Nesse item, deve ser informado tanto o critério que o define quanto a sua dimensão, se disponível. |
| Beneficiários Finais | Parcela do público-alvo que é alcançada pelo programa. |
| Recursos | Incluem os recursos humanos, financeiros, organizacionais e políticos necessários e suficientes para o programa alcançar os seus objetivos. O alcance e as metas devem ser compatíveis com os recursos disponíveis. |
| Operação | É o conjunto necessário e suficiente de ações, com o qual se pode atacar, eficazmente, uma ou mais causas de um problema. |
| Ações | São os processos que, combinando apropriadamente os recursos adequados, produzem bens e serviços com os quais se procura atacar as causas do problema. |
| Produtos | Bem ou serviço resultante do processo de produção de uma ação. A cada ação deve corresponder apenas um produto. A programação interna do órgão responsável deve contemplar detalhadamente o processo de produção do bem ou serviço para que possa proceder a responsabilização e a sua efetiva gestão. |
| Resultados | Mudanças e benefícios associados à implementação das operações do programa. São mudanças específicas no comportamento, conhecimento, habilidades, status ou nível de desempenho do participante do programa, que podem incluir melhoria das condições de vida, aumento da capacidade e/ou mudanças na arena política. Há dois tipos de resultados: resultados intermediários e resultado final. Os resultados intermediários são aqueles referentes ao enfrentamento das causas do problema. O resultado final corresponde ao alcance do objetivo do programa. |

| | |
|---------------------|---|
| Fatores de contexto | São variáveis-chave, fora do controle da gerência do Programa, que a depender do seu comportamento criam condições favoráveis ou desfavoráveis ao desempenho do programa. |
|---------------------|---|

No diagrama elaborado visando à sistematização das referências básicas, foram apresentados: o enunciado do problema, seus descritores na situação inicial (Matus, 2005), bem como os atributos que delimitam o campo de atuação do programa, quais sejam: objetivos, público alvo e beneficiário, bem como os critérios para seleção das pessoas que serão atendidas pelo programa.

FIGURA 8 – REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO ESPORTIVA DRAULAS VAZ – BRASIL, 2013.

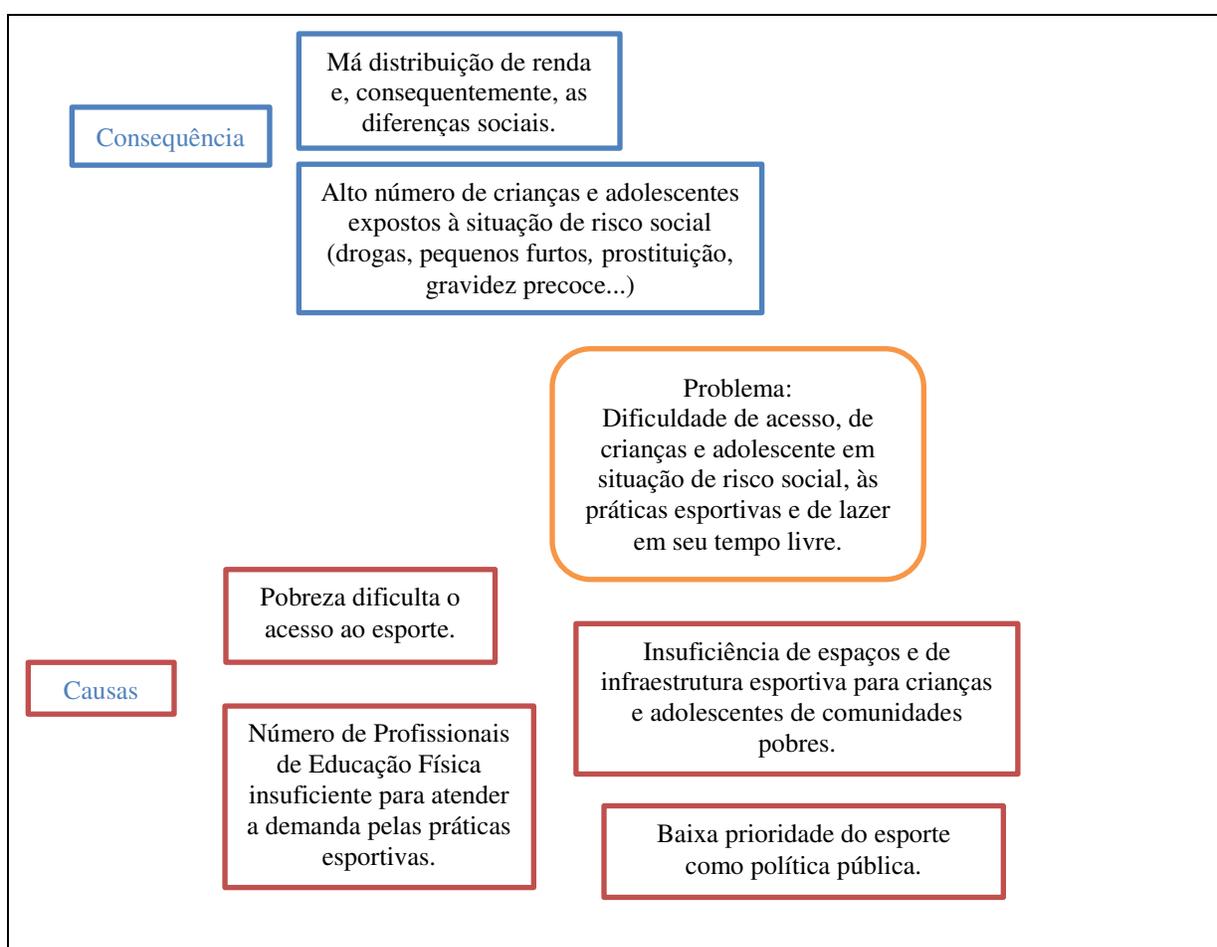


Fonte: Elaborado pelos trabalhadores da SEMEL, em trabalho conjunto com representantes do GEPELC/UFG.

A apresentação do problema no formato de uma árvore é usualmente utilizada e foi à forma adotada, também, pelo governo federal para elaboração do Modelo Lógico do Programa Segundo Tempo. A vantagem está relacionada à sua simplicidade, por um lado, e utilidade na realização da análise do problema, por outro.

A árvore foi organizada em torno de um problema central, e a problematização de outros aspectos e circunstâncias, pela análise de conjuntura, permitiu a compreensão e/ou explicação das causas e consequências relacionadas ao questionamento central. A distinção entre os níveis do problema, central, causas ou consequências é importante por orientar ações efetivas visando à mudança prognosticada pelo programa. Particularmente, para garantir a mudança pretendida na situação problema, as ações do programa deverão intervir em causas selecionadas como críticas, o será problematizado na sequência.

FIGURA 9 – IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA QUE DEU ORIGEM AO PROGRAMA DE INICIAÇÃO ESPORTIVA DRAULAS VAZ – BRASIL, 2013.

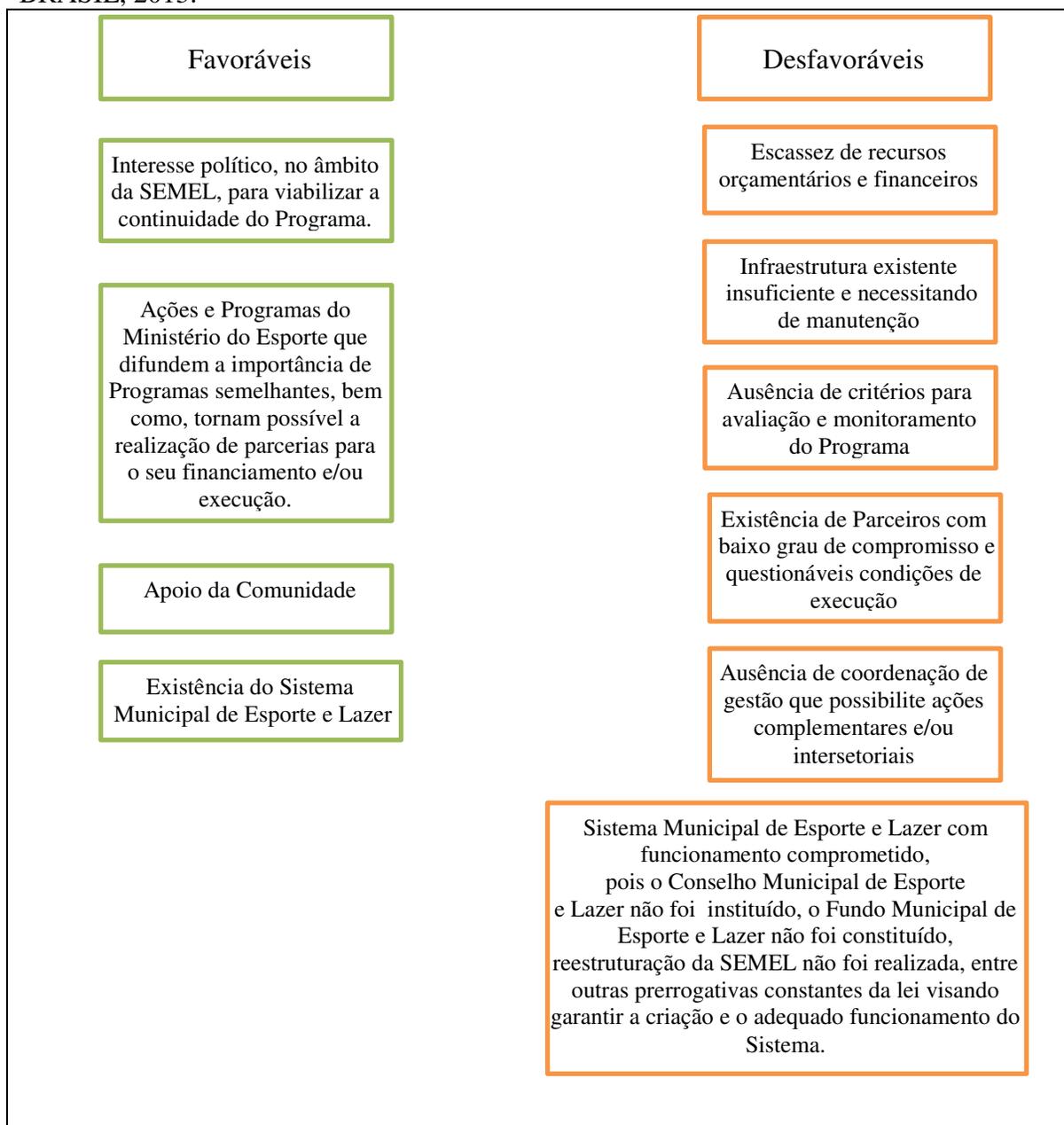


Fonte: Elaborado pelos trabalhadores da SEMEL em trabalho conjunto com representantes do GEPELC/UFV.

Com o intuito de finalizar o processo de construção do Modelo Lógico buscou-se identificar as possíveis influências do contexto sobre a implementação do programa. Foram

levantado os fatores relevantes de contexto que, segundo os trabalhadores-pesquisadores, poderiam, em alguma medida, favorecer ou comprometer o desenvolvimento de ações que visem possibilitar que os objetivos estabelecidos sejam atingidos. São informações sobre a conjuntura na qual o programa o programa é executado, as quais, inclusive, permitem avaliar a sustentabilidade das hipóteses assumidas quando da estruturação lógica, visando à resolução da situação problema identificada. (Cf. IPEA, 2007; 2010).

FIGURA 10 – IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES RELEVANTES DO CONTEXTO - BRASIL, 2013.



Fonte: Elaborado pelos trabalhadores da SEMEL em trabalho conjunto com representantes do GEPELC/UFG.

A definição do problema a ser enfrentado pelo programa possibilitou o estabelecimento do objetivo, intrinsicamente relacionado com a intenção de mudança da situação do problema (IPEA 2010). Uma vez demonstrado o público-alvo a definição das ações que integrarão o programa se tornam visíveis, dado que estas devem estar orientadas para alterar as causas, e consequências do problema.

Em reunião realizada, após a construção dos diagramas acima apresentados, identificou-se a necessidade de elaboração dos objetivos específicos¹¹⁷ do programa, por um lado, e buscar esclarecimentos sobre a diferença entre os conceitos de risco social, exclusão social e vulnerabilidade social¹¹⁸, de outro.

Foi questionada a pequena (ou nenhuma) diferença entre o diagrama que se estava construindo e o conteúdo do exemplo da Nota Técnica, IPEA 2007, tomada como referência. Notou-se que o texto indicado ao invés de estimular a criatividade e a reflexão sobre a necessidade de construção do Modelo Lógico do Programa foi utilizado como uma ‘cola’, da qual foram extraídos informações e questionamentos elaborados pelos gestores do Programa Segundo

¹¹⁷ Em reunião específica para tratar do assunto o representante dos trabalhadores indicou o consenso em torno dos seguintes objetivos específicos para o Programa: (i) proporcionar às crianças e adolescentes o aprendizado sistemático do esporte escolhido, dentre os oferecidos, suas técnicas, fundamentos e regras, bem como aproveitar todas as oportunidades daí surgidas, para a integração comunitária e convívio social; (ii) oportunizar as crianças e adolescentes que demonstrarem talento desportivo, o treinamento necessário para o desenvolvimento de suas potencialidades, e posterior assimilação por clubes, empresas e demais entidades; (iii) ampliar número de Profissionais de Educação Física visando atender a demanda pelas práticas esportivas; (iv) ampliar infraestrutura esportiva e de lazer nos bairros de comunidades pobres. Ainda que alguns destes objetivos tenham sido indicados como específicos do Programa Draulas Vaz notou-se ser um ‘movimento’ dos trabalhadores da SEMEL, ou seja, as ampliações indicadas estão na pauta de outros Programas e estão presentes, também, noutras discussões e momentos nos quais as necessidades da instituição são problematizadas.

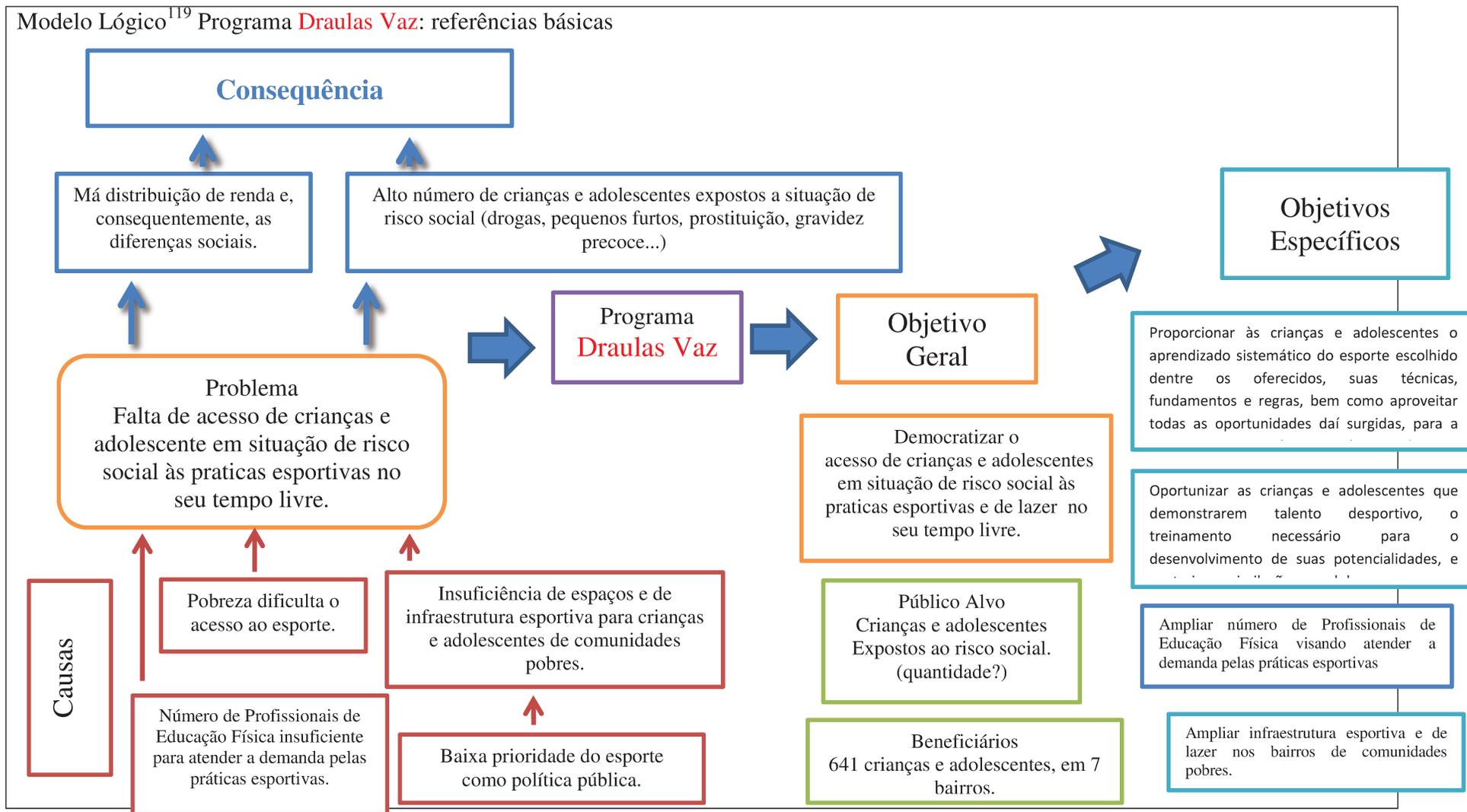
¹¹⁸ Para a resolução dos questionamentos a proposta foi o levantamento de textos que possibilitassem nova discussão e decisão do sentido e significado atribuído aos conceitos na elaboração da Modelo Lógico. Duas ações foram realizadas, um levantamento sobre o significado dos conceitos na internet (Wikipédia) e outro considerando a produção acadêmico-científica sobre o tema. Ficou decidido que os termos seriam tratados assim: a pessoa em **vulnerabilidade social** apresenta sinais de desnutrição, condições precárias de moradia e saneamento, não possui família, não possui emprego, e esses fatores compõe o **risco social**, ou seja, é um cidadão que não tem condições objetivas de exercer os mesmos direitos e deveres dos outros. A pessoa que está nessa situação torna-se um **excluído**, ou seja, o sujeito é impossibilitado de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, fazendo com que essa pessoa seja abandonada e/ou expulsa dos espaços de convivência social. Na busca pelo respaldo teórico para o trato dos conceitos considerou-se as contribuições de Yunes e Szymanski (apud JANCZURA 2012). Segundo as autoras há diferença entre os conceitos de risco e vulnerabilidade, sendo que este tem sido aplicado erroneamente no lugar de risco, pois este tem sido utilizado pelos epidemiologistas em associação a grupos e populações, e o conceito de vulnerabilidade com respeito aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas. É importante ressaltar-se, contudo, que, para essas autoras, existe uma relação entre vulnerabilidade e risco: a vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, vulnerabilidade não tem efeito.

Tempo, exemplo utilizado na referida Nota. Outras tentativas de se problematizar a situação ocorreram, mas a resposta sempre esteve ligada a compreensão dos responsáveis pela elaboração do diagrama sobre a estreita relação entre os problemas e objetivos dos programas sendo desnecessário, na opinião deles, ‘reinventar a roda’.

Na figura 10, abaixo, apresenta-se o Modelo Lógico elaborado pelos trabalhadores da SEMEL em trabalho conjunto com representantes do GEPELC/UFG.

FIGURA 10 – MODELO LÓGICO PROGRAMA DE INICIAÇÃO ESPORTIVA DRAULAS VAZ – BRASIL, 2013.

Modelo Lógico¹¹⁹ Programa **Draulas Vaz**: referências básicas



¹¹⁹ Fonte: Elaborado pelos trabalhadores da SEMEL em trabalho conjunto com representantes do GEPELC/UFG.

Outro questionamento realizado foi com relação à mudança da situação problema tendo em vista a implantação do programa. Antes, porém, uma consideração se faz necessária. No documento do IPEA 2010 as técnicas responsáveis pela sua elaboração registraram a ocorrência de aperfeiçoamentos incorporados à Nota Técnica nº. 2, IPEA 2007, que apresentou os procedimentos da proposta de elaboração do Modelo Lógico em sua versão inicial. A experiência na aplicação do modelo teria revelado a necessidade da inclusão de novos elementos, tais como: conceitos de descritores, causas críticas e critérios para a priorização dos beneficiários, para os programas cujo alcance, em relação ao público-alvo, apresentasse limites.

Notou-se a busca pela integração das propostas de Matus (2005), sobretudo quando da necessidade de abordar o problema gerador da ação estatal. Na proposta do Planejamento Estratégico Situacional – PES, o referido autor aborda a necessidade da definição do significado e do conteúdo de um problema mediante sua descrição. Nesse processo os descritores cumpririam o papel de enumerar de forma clara os fatos que evidenciam a existência do problema, tornando-o verificável. Portanto,

a descrição de um problema expressa seus sintomas, ou seja, suas evidências na situação inicial, e estabelece uma linha de base para aferir a mudança esperada com a intervenção para enfrentar o problema. Os descritores também são importantes para auxiliar na construção posterior dos indicadores de resultados finais, sendo que, algumas vezes, já aparecem formulados de forma direta como indicadores. (IPEA, 2010, p. 09).

As responsáveis pela Nota Técnica recorreram a Matus (2005), para demonstrar as contribuições do PES na identificação das causas que compõem a explicação do problema, tendo em vista a importância destas na projeção das práticas e a orientação das ações necessárias para a transformação dos descritores da situação inicial do problema. Segundo as autoras, no método PES,

são os chamados nós críticos ou causas críticas do problema. Estas devem cumprir três requisitos: 1) ter alto impacto na mudança do problema; 2) ser um centro prático de ação, ou seja, o ator pode agir de modo prático, efetivo e direto sobre a causa; e 3) ser politicamente oportuno agir sobre a causa identificada. (IPEA, 2010, p. 09).

Interessante observar que propostas teóricas oriundas de reflexões e ações políticas tão diferentes, como é o caso das elaborações de Drucker (1954) e Matus (2005), já mencionadas

anteriormente, pudesse gerar uma nova proposta na qual a qualificação da ação estatal estivesse no horizonte. Observa-se, no entanto, o cuidado necessário para não se eliminar, na utilização do método proposto por Matus (2005), o caráter revolucionário por ele perseguido. Ou seja, o autor tinha como perspectiva a organização de uma sociedade socialista e via na proposta de formação de quadros diretivos dos governos a possibilidade do enfrentamento da luta política por dentro do Estado. Nesse sentido, a constatação da eficiência, da eficácia e a efetividade de um programa, de uma ação estatal orientada para a resolução de um problema claramente identificado, tem sentido na medida em que são considerados os interesses da classe trabalhadora, tendo em vista a condição desta na estrutura social vigente.

Portanto, compreende-se que a ação pela qualificação dos serviços e servidores públicos, a organização dos trabalhadores do setor alinhando-os para com os interesses mencionados anteriormente, está relacionada à luta pela democratização do Estado, uma estratégia democrática de transformação social (COUTINHO, 1980). Trata-se, portanto, da busca pela construção das alianças necessárias que permitam aprofundar a democracia

no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca da unidade, nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e antiimperialista e, numa etapa posterior, para a construção (...) de uma sociedade socialista fundada na democracia política. (COUTINHO, 1980, p. 46).

O Estado é compreendido, portanto, também como

um agente de educação, espaço indissociável da sociedade civil, *locus* de negociação e de construção de consensos, uma instância de governo e direção política. Tratava-se de assimilar a ideia do Estado ampliado, um compósito de força e consenso, coerção e hegemonia, instituições, valores e massas organizadas. (NOGUEIRA, 2013, p. 04).

A partir das considerações e da afirmação da importância que o Estado brasileiro assume na atualidade é que se retoma o questionamento sobre a possibilidade de mudança da ‘situação problema’, tendo em vista a ‘implantação de um programa’, ou seja, pela ação intencional do Estado, no caso o Programa de Iniciação Esportiva Draulas Vaz implementado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia.

Preende-se, portanto, iniciar uma discussão sobre as causas e as consequências, ordenadas a partir de uma análise de conjuntura, bem como sobre o problema e os objetivos elaborados e a possibilidade de resolução da ‘situação problema’, compreendida como a relação entre as causas, as consequências e o problema formulado, tendo em vista as ações a serem efetivadas. Importante lembrar as indicações de Matus (2005), apresentadas anteriormente, quanto ao impacto das ações implantadas, a possibilidade do programa se constituir em centro prático de ação, ou seja, possibilitando aos atores agirem de modo prático, efetivo e direto sobre a causa e, finalizando, ser politicamente oportuno agir sobre a causa identificada.

TABELA 31 – PROBLEMATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE AS CAUSAS, ÀS CONSEQUÊNCIAS E OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO MODELO LÓGICO DO PROGRAMA DRAULAS VAZ – BRASIL, 2014.

| Problema | | | |
|---|---|---|--|
| Falta de acesso de crianças e adolescente em situação de risco social às praticas esportivas no seu tempo livre. | | | |
| Causas | Consequências | Objetivos Específicos | Questionamento |
| 1) Pobreza dificulta o acesso ao esporte. | (i) Má distribuição de renda e, conseqüentemente, as diferenças sociais; (ii) Alto número de crianças e adolescentes expostos à situação de risco social (drogas, pequenos furtos, prostituição, gravidez precoce...). | (i) Proporcionar as crianças e adolescentes o aprendizado sistemático do esporte escolhido dentre os oferecidos, suas técnicas, fundamentos e regras, bem como aproveitar todas as oportunidades daí surgidas, para a integração comunitária e convívio social. (ii) Oportunizar as crianças e adolescentes que demonstrem talento desportivo, o treinamento necessário para o desenvolvimento de suas potencialidades, e posterior assimilação por clubes, empresas e demais entidades. | - as ações previstas indicam a possibilidade de resolver o problema do acesso, mas e a pobreza, enquanto causa, e as conseqüências indicadas? Ou seja, a resolução da ‘situação problema’? De que maneira as ações previstas para atingir esse objetivo auxiliarão na resolução da ‘situação problema’? |
| 2) Número de Profissionais insuficiente para atender a demanda pelas práticas esportivas e de lazer no município. | | - Ampliar número de Profissionais de Educação Física visando atender a demanda pelas práticas esportivas. | O objetivo e as ações previstas são adequados e passíveis de ser atingidos, ainda que a relação com a causa 1 e as conseqüências não seja evidente. |

| | | |
|---|--|--|
| 3) Insuficiência da infraestrutura esportiva em comunidades pobres. | - Ampliar infraestrutura esportiva e de lazer nos bairros de comunidades pobres. | Define claramente o critério político com relação à necessidade da ampliação da infraestrutura esportiva e de lazer no município, mas... |
| 4) Baixa prioridade do esporte como política pública. | | As ações para resolução desse problema não foram indicadas no diagrama. |

Fonte: Elaboração própria.

A tabela acima foi elaborada visando explicitar as possíveis relações entre as causas, às consequências e os objetivos específicos, estabelecidos pelos trabalhadores-pesquisadores da SEMEL e apresentados no diagrama ‘Modelo Lógico’ do Programa Draulas Vaz.

Observou-se que, no geral, os objetivos foram elaborados de modo a atender de forma específica, como esperado, algumas das causas identificadas, e que outras, bem como as consequências, não foram contempladas, pelo menos no primeiro momento¹²⁰.

Para qualificar a reflexão sobre as formulações expostas nos diagramas apresentados anteriormente recorreremos aos estudos de Costa e Castanhar (2003). Os autores, ao considerarem a necessidade da avaliação de programas públicos e a existência de um ‘emaranhado conceitual’, prevalente nesse campo, abordaram um significativo conjunto de conceitos, aplicáveis por diferentes tipos de avaliação e pela variedade de critérios apontados pelos estudiosos da matéria. Segundo os mesmos autores, o esforço empreendido na avaliação requerer, dentre outros, o estabelecimento prévio de uma estrutura de referência e o treinamento supervisionado do pessoal envolvido. Utilizando como exemplo uma Matriz Lógica¹²¹ de um programa de saúde pública, elaborada hipoteticamente pelos mesmos, indicaram como missão do programa fictício a prevenção de doenças, e o objetivo a realização de campanhas de vacinação, sendo que a meta deveria expressar como compromisso vacinação de toda a população de 0 a 5 anos.

Por aproximação pode-se inferir que o problema proposto pelos autores está relacionado à existência de condições para a transmissão de doenças e que, preventivamente, o Estado deveria

¹²⁰ A elaboração do Modelo Lógico se dá ao longo de um conjunto de atividades, bem como a sua atualização se torna necessária, tendo em vista as mudanças de cenário, o que implicaria em mudanças de contexto, na possibilidade de financiamento, entre outras. (Cf. IPEA, 2007; 2009).

¹²¹ Os autores adotam a denominação Matriz Lógica do Programa, “[...] com o mesmo sentido de marco lógico, termo consagrado pelo BID e pela Cepal (BID, 1994)”. Destacam, ainda, que “[...] na literatura norte-americana são usuais as denominações lógica do programa (*program logic*) ou estrutura do programa (*program design*), para designar instrumentos semelhantes aos definidos pelo BID/Cepal”. (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 976)

criar as condições de proteção das crianças, na faixa etária identificada. O objetivo estabelecido estaria, portanto, relacionado à inexistência de crianças doentes/contaminadas (possibilidade de avaliar o impacto), os objetivos específicos, por sua vez, estariam relacionados à realização de campanhas de vacinação (possibilidade de se avaliar os efeitos), as ações estariam relacionadas à operacionalização das campanhas de vacinação (avaliação dos produtos) e o resultado seria número de crianças vacinadas.

Ao cogitar a avaliação os autores indicam a necessidade da verificação do desempenho, ou seja, dos resultados dos programas: houve campanha de vacinação? Quantas crianças foram vacinadas? Houve redução do número de crianças doentes?

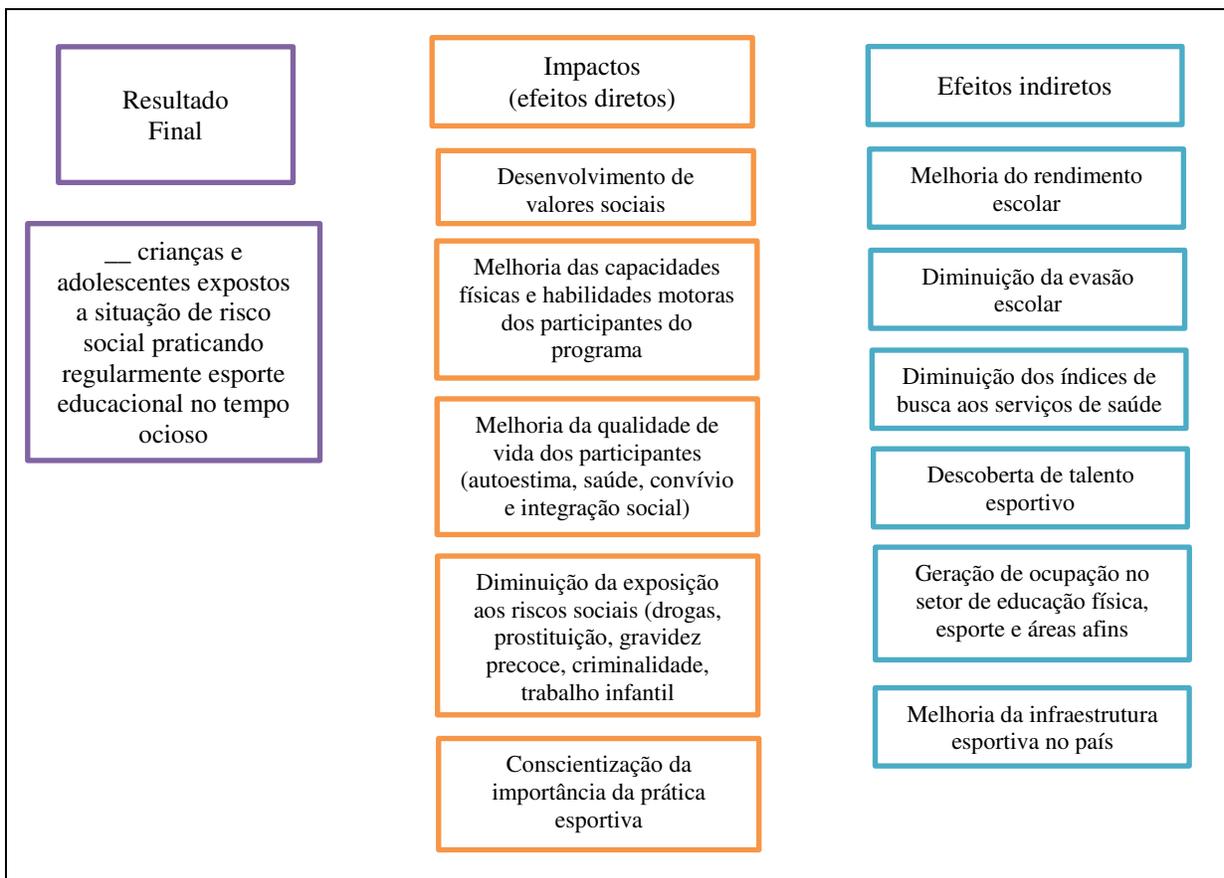
No exemplo o problema está diretamente relacionado à causa, ou seja, a possibilidade da contaminação, e a consequência, o adoecimento e/ou morte de crianças entre 0 e 5 anos. Portanto, o programa visa resolver a ‘situação problema’ ao agir sobre as causas e as consequências.

No texto os autores apresentam outros exemplos: Matriz Lógica de Projeto de Agricultura irrigada e Programa Rio Criança Maravilhosa. E o que fica explícito é que para os mesmos o impacto do programa está diretamente relacionado à mudança da situação problema, ou seja, a resolução do problema está relacionada à capacidade das ações do programa em eliminar as causas e os efeitos.

Considerando a proposta de Modelo Lógico do Programa Segundo Tempo (IPEA, 2010) identificou-se a equipe técnica responsável pela realização da oficina e, portanto, a sistematização do modelo, fez a seguinte ressalva:

A experiência na utilização do modelo lógico com dirigentes de programas revelou que eles, em geral, justificam seus programas pelos impactos esperados, **cujos efeitos não podem ser somente atribuídos ao programa**, apesar de que podem decorrer diretamente do alcance do resultado final. Embora os impactos sejam muito relevantes, o que importa é deixar explícito o compromisso dos dirigentes com o alcance do resultado final, e que este seja algo factível de ser mensurado e aferido em tempo oportuno. (IPEA, 2010, p. 12 – Grifo nosso).

FIGURA 11 – IDENTIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL, DOS IMPACTOS E EFEITOS INDIRETOS DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO - BRASIL, 2014.



Fonte: IPEA (2010, p. 12)

Interessante, também, o comentário da referida equipe logo após a apresentação do diagrama contendo os resultados finais, impactos e efeitos indiretos do Programa Segundo Tempo.

Neste momento de construção da estrutura lógica do programa, fica evidente a importância de se elaborar uma representação adequada dos vínculos causais, de forma que seja possível contemplar claramente a relação entre aquilo que o programa deve produzir e o resultado a que se propõe. (IPEA, 2010, p. 12 – Grifo nosso).

Segundo a mesma equipe técnica, seria a partir das evidências derivadas dos produtos, das ações, e dos resultados intermediários que as mudanças nas causas e consequências do problema se tornariam manifestas e, por sua vez, permitiriam a verificação do “[...] resultado final esperado, (...) diretamente relacionado ao objetivo do programa, refletindo [portanto] a mudança no problema”. (IPEA, 2010, p, 10).

A apresentação destes dados e comentários, extraídos diretamente do documento citado, está diretamente relacionada à influência do conteúdo do mesmo sobre os pesquisadores-trabalhadores envolvidos com a investigação, tornando necessária a sua problematização.

Portanto, a elaboração do Modelo Lógico do Programa de Iniciação Esportiva fez suscitar os seguintes questionamentos: (i) como resolver o problema da pobreza, da distribuição de renda e das diferenças sociais por meio da ampliação da prática de esporte e de lazer? (ii) qual o fundamento do argumento no qual as práticas de esporte e lazer reduzem a exposição à situação de risco social, consumo de drogas, furtos, prostituição, gravidez precoce?

O que se questiona, portanto, e a relação estabelecida entre as causas, consequências e problema. Os trabalhadores-pesquisadores reproduzem um discurso dominante sobre as ‘funções’ do esporte e do lazer, e não é atoa que o fazem, pois essa confusão está expressa no Modelo Lógico elaborado e difundido pelo IPEA (2007; 2010), presente nos discursos de professores de Educação Física, dos políticos e dirigentes esportivos e na mídia especializada.

Como observaram Flausino e Mascarenhas (2012), ao analisarem os discursos que afirmam o esporte e o lazer como direitos sociais com ênfase nos significados inerentes à sua difusão, o discurso oficial do Ministério do Esporte é caracterizado por um exagerado “[...] processo de mistificação dos direitos sociais ao esporte e ao lazer, atribuindo aos mesmos um caráter instrumental-utilitário ao afirmar o poder que tais direitos possuem para a resolução das mazelas sociais, como a violência, as drogas, o crime, dentre outras.” (FLAUSINO; MASCARENHAS, 2012, p. 22).

Ainda segundo os autores a mídia, setor que se beneficia significativamente da situação, reforça e legitima o discurso ao divulgar amplamente o referido caráter atribuído ao esporte e ao lazer, por meio de suas reportagens e notícias que procuram afiançar os mesmos como direitos sociais capazes de solucionarem as mazelas sociais citadas acima.

Diversos autores (MASCARENHAS, 2008; ATHAYDE; 2009; CARNEIRO, 2013), têm problematizado o discurso mistificador do direito social ao esporte e ao lazer, e as adjetivações ‘coladas’ aos conceitos, tais como: esporte e lazer como desenvolvimento humano; construção da cidadania; capaz de tirar as crianças da rua, afastar das drogas, da violência, ou ainda, podendo ser utilizado como ferramenta da paz, conforme discurso presente nos documentos e falas de representantes da ONU, como mencionado anteriormente. É recorrente a utilização dos estudos de Andrews e Kouzmin (1998) e Behring (2003), nos quais são questionados os procedimentos para se produzir efeitos perlocucionais, por parte do Estado brasileiro.

Efeitos perlocucionais são atos da fala nos quais o emissor não declara ou admite seus objetivos. Na ação estratégica disfarçada, os atos ilocucionais (promessas) são usados com a intenção de produzir efeitos perlocucionais (ilusão, alienação), e o sentido desses atos ilocucionais só podem ser deduzidos do contexto. (FLAUSINO; MASCARENHAS, 2012, p. 16).

As evidências indicam tratar-se de uma estratégia, atos ilocucionais, atribuir ao esporte e ao lazer capacidade para: (i) diminuir da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil); (ii) melhorar da qualidade de vida dos participantes (autoestima, saúde, convívio e integração social); (iii) melhorar do rendimento escolar; (iv) diminuir a evasão escolar; (v) diminuir os índices de busca aos serviços de saúde, entre outros.

Contraditoriamente, ao se afirmar caráter funcional-utilitarista do esporte e do lazer, atribuindo-lhe um sentido instrumental, com função de resolução de problemas próprios à forma de organização social acaba-se por negá-los como fenômenos socioculturais importantes ao desenvolvimento humano e, portanto, um direito.

Identificou-se, também, problematização do discurso dominante e mistificador dos fenômenos esportivo e de lazer junto à literatura acadêmico-científica (LINHALES 1996; MELO, 2003; COSTA et al., 2007; CUNHA et al., 2007), onde se observou a prevalência da crítica a associação dos fenômenos à noção de direitos a partir de uma perspectiva funcionalista dos mesmo, que estariam a serviço da compensação de desequilíbrios gerados pela vida moderna, em seus aspectos sociais, econômicos e políticos.

Melo (2003) ao questionar a unanimidade sobre as formulações: “esporte não é droga” ou “esporte não é violência”, nas quais se explicitam a relação causa efeito e, portanto, o esporte e o lazer contribuiriam para afastar os jovens das drogas e da violência, propõe o aprofundamento da discussão e problematiza as ‘mensagens’:

é importante termos claro que o esporte, sobretudo o profissional, não pode ser considerado modelo de saúde, nem modelo de combate às drogas. Longe de representar exceções, podemos perguntar o que são os constantes casos de doping senão casos reais de consumo de drogas, às vezes até incentivados devido às possibilidades de alcance de recordes. (...) Temos dúvidas se podemos estabelecer uma ligação tão mecânica entre a prática esportiva por jovens e a sua “salvação” moral. Aliás, o esporte não pode ser tratado como a solução de problemas que requerem ações de ordem políticas muito mais incisivas do que simplesmente a criação de programas esportivos em favelas. A não ser que se

pretenda justamente o contrário: o ocultamento da real gênese desses problemas que, supostamente, está se tentando enfrentar. (MELO, 2003, p. 3-4).

Eis a questão! O Esporte e o Lazer podem solucionar o problema da exposição à situação de risco social, expresso no consumo de drogas, dos furtos, da prostituição, da gravidez precoce, na violência ou, na verdade, são utilizadas para ocultar a sua gênese?

Denota-se, portanto, a importância dos estudos sobre avaliação e monitoramento dos programas de esporte e lazer, visando à correção e/ou desativação dos mesmos, de forma a garantir a utilização adequada do fundo público.

Dando continuidade ao processo de organização do BDD a atenção voltou-se para a elaboração da Matriz Lógica do Programa. Uma vez identificados os objetivos gerais e específicos do programa escolhido teve início o processo elaboração de indicadores de desempenho e a identificação das fontes de dados a serem utilizadas para as mensurações, comparações e análises necessárias, ou seja, procurou-se apresentar as evidências por meio das quais o programa poderia, também, ser avaliado.

Num segundo momento, seguindo as orientações metodológicas propostas por Costa e Castanhar (2003), as ações realizadas visaram localizar fontes que possibilitassem a identificação dos recursos (financeiros, humanos e de infraestrutura) alocados ao programa, bem como as

atividades previstas, os resultados esperados e as relações causais - uma particular combinação de recursos, permitindo a realização de um determinado conjunto de atividades, que levará à produção de determinados resultados, que, presume-se, permitirão que se alcancem determinados objetivos associados ao programa. (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 977).

Observe-se que, segundo os autores mencionados, as ações do programa devem promover mudanças nas causas críticas do problema, ou seja, aquelas sobre as quais a intervenção se faz necessária visando à transformação almejada. As ações geram produtos, que são bens ou serviços ofertados aos beneficiários do programa, no caso específico o acesso à cultura esportiva.

Note-se que um aspecto prático importante no desenvolvimento da matriz lógica, segundo Costa e Castanhar (2003), é a identificação de resultados intermediários, que possibilitem a associação das atividades do programa a um ou mais objetivos do mesmo. Segundo as diretrizes para avaliação do PPA (IPEA, 2010) importa mencionar os impactos iniciais, em 2 e 4 anos,

respectivamente. A ausência destes está relacionada, seguramente, a baixa qualidade e/ou falhas no processo de planejamento.

Os atributos identificados e que permitem delimitar o campo de atuação do programa, e que compõem a Matriz elaborada são:

- Histórico do Programa
- Missão, Objetivos e Metas;
- Objetivos específicos, atividades do programa, resultados imediatos, em 2 e 4 anos;
- Público-alvo, beneficiários e critérios para seleção das pessoas que serão atendidas pelo programa;
- Resultados.

O primeiro item, Histórico do programa, foi proposto por um dos trabalhadores-pesquisadores da SEMEL. A sugestão se fundamentou na necessidade de se garantir, no documento, um espaço para o registro sobre aspectos histórico do programa, a partir de informações sobre as motivações e aspirações para a sua formulação e implementação, bem como, sobre as concepções e conceitos importantes para a sua organização e realização. Os demais itens foram elaborados ao longo do tempo, pela experiência dos trabalhadores da SEMEL, e sistematizados, inicialmente, no Projeto “Draulas Vaz – Escola Municipal de Iniciação Esportiva”, em 1994, e atualizado, em 2013, quando da organização do Modelo Lógico do Programa, tarefa realizada por trabalhadores-pesquisadores da Secretaria em conjunto com pesquisadores do GEPLC/UFG.

Compõe, ainda, a Matriz um conjunto de informações sobre: (i) fontes de financiamento, (ii) investimentos na aquisição de Recursos Materiais; (III) custo operacional do programa, relacionado especificamente ao pessoal alocado no Programa, como pode ser observado na Matriz Lógica do Programa abaixo:

Matriz Lógica do Programa Draulas Vaz 2013

O Programa de Iniciação Esportiva Draulas Vaz constitui-se numa ação contínua e permanente da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura de Goiânia que, desde 1994, visa propiciar às crianças, adolescentes e jovens, na faixa etária de 06 a 17 anos, o acesso à cultura esportiva, por meio da prática de diversas modalidades ofertadas em próprios municipais como quadras poliesportivas, espaços cedidos pelas associações de bairros e campos de várzea, a depender da modalidade esportiva desenvolvida. É atendida, prioritariamente, a população de baixa renda residente no Município. Desde os primeiros dias o Programa almeja oportunizar o aprendizado sistemático das práticas esportivas, tomadas em seu sentido educacional, visando à qualificação da vida em sociedade, por meio da integração comunitária, do convívio social, e a valorização da atividade física como um fator de saúde.

A **Missão** do Programa Draulas Vaz é a democratização do acesso às praticas esportivas e de lazer de crianças e adolescente, faixa etária entre 5 e 17 anos, em situação de risco social. Nesse sentido, estabelece-se como **objetivo** principal a promoção da cultura esportiva, por meio da oferta sistemática de práticas de esporte educacional, com qualidade e socialmente referenciadas, abordando suas técnicas, seus fundamentos e regras, bem como, valorizando a apreensão de valores que possibilitem a integração comunitária e o convívio social. A **Meta** é o atendimento de 1.500 crianças e adolescente, em situação de risco social, em 20 núcleos, distribuídos pelos bairros da cidade de Goiânia. Atualmente estão em funcionamento os núcleos: (i) Conjunto Morada Nova, (ii) Jardim das Aroeiras, (iii) Parque Oeste Industrial, (iv) Parque Santa Rita, (v) Setor Alto do Vale e (vi) Setor Urias Magalhães.

Observação: No ano de 3013 foi estabelecido o Termo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Goiânia, por intermédio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL, e a Associação de Garantia do Atleta Profissional de Goiás – AGAP/GO, para o repasse financeiro, na ordem de R\$ 268.000,00, para a implementação de 20 núcleos do Programa Draulas Vaz, nas modalidades Futebol de Campo e *Society*, em diversos bairros da cidade, visando atender 2.000 crianças e adolescente na faixa etária entre 07 e 17 anos. Os Relatórios apresentados, baseados em estimativas e sem apresentação de fichas cadastrais, de controle de frequência, entre outros instrumentos de monitoramento do programa, indicaram o atendimento de 1.600 beneficiários em 18 núcleos.

Informações sobre o Programa

| Obs. | Atividades do Programa e Fontes de informações | Resultados Imediatos | Resultados (Impactos) Médio Prazo – 2 anos | Resultados (Impactos) Longo Prazo – 4 anos |
|----------------------------------|--|---|---|--|
| | <p>Atividade 1 – Operacionalização das práticas esportivas.</p> <p>Relatórios consolidados; diários de professores; fichas de cadastro e de frequência.</p> | <p>Número de horas aulas: (?) modalidades: Futsal / Futebol / Natação/ Voleibol; o número de atendidos foi de 432, nos seis núcleos do programa.</p> | <p>Número de horas aulas: (?) modalidades: Futsal / Futebol / Natação/ Voleibol; o número de atendimentos 2.000, nos seis núcleos do programa, mais 1.500 nos 15 núcleos Futebol (Campo e Society) na PPP com AGAP/GO.</p> | |
| | <p>Atividade 2 - Projetos para ampliação do número das pessoas envolvidas com a promoção da cultura esportiva. Relatórios consolidados; cópia física dos projetos; documentos e instrumentos de divulgação; protocolos de submissão.</p> | | | |
| | <p>Atividade 3 - Valorização do talento esportivo, por meio da sua vinculação aos programas de treinamento em clubes, empresas, etc. Relatórios consolidados; termos de anuência sobre a vinculação às instituições assinados pelos pais ou responsáveis; documentos de formalização da vinculação emitidos pelas instituições à SEMEL.</p> | | | |
| | <p>Atividade 4 - Projetos para ampliação da infraestrutura esportiva e de lazer. Relatórios consolidados; cópia física dos projetos; documentos e instrumentos de divulgação; protocolos de submissão.</p> | | | |
| Financiamento do Programa | | | | |

| Fontes de informação | Tesouro Municipal (R\$ e % correspondente ao Orçamento do Município) | Tesouro Estadual (R\$ e % correspondente ao Orçamento do Estado) | Tesouro Federal (R\$ e % correspondente ao Orçamento da União) | Parceria Público Privada (R\$ e % correspondente ao Orçamento do Município) |
|--|---|--|---|---|
| Assessoria de Planejamento SEMEL / 2014 | R\$ 268.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Pessoal alocado no Programa | | | | |
| Fontes de informação | Estatutário – Quadro Efetivo (quantidade) | Celetista (quantidade) | Comissionado (quantidade) | Custo Quadro Funcional (Anual) |
| Relatórios Consolidados Departamento de Esporte - Assessoria de Planejamento SEMEL / 2014 | 14 | 04 | 03 | |
| Infraestrutura: Equipamentos e/ou Espaço de Esporte e Lazer | | | | |
| Fontes de informação | Quantidade de Espaços e Equipamentos Municipais de Esporte e Lazer | | Quantidade de Espaços e Equipamentos Municipais de Esporte e Lazer | |
| Relatórios Consolidados Departamento de Esporte SEMEL / 2014. | 01 Quadras s/cobertura; 04 Quadras cobertas; 01 Ginásio Poliesportivo; 03 Campos de Futebol e 01 Campo <i>Society</i> ; 01 Pista de Atletismo e uma 'área' para Atletismo; 08 Piscinas. | | 1 Ginásio Poliesportivo. | |
| Recursos Materiais | | | | |
| Fontes de informação | Bens Duráveis | Bens de Consumo | Total de Recursos Financeiros investidos Ano de 2013 | |

| | | | |
|---|---|---|----------|
| Relatório Consolidado Assessoria de Planejamento SEMEL / 2014 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Municípios participantes do Programa (descrição: quantidade de atendidos, gênero e faixa etária). | | Crianças e adolescente, na faixa etária entre 5 e 17 anos, em situação de risco social. | |
| População do Município Cadastrada no Programa (Fonte: Cadastro do Programa) | Número de Municípios que frequentaram as atividades (Fonte: Registros de Frequência) | População do Município na faixa etária prevista (Fonte: Dados Demográficos - Pesquisa Secundária - IBGE) | |
| 432 | 398 | 297.903 habitantes ¹²² | |
| Número de municípios atendidos: <input type="text" value="432"/> (Fonte: Relatórios Gerenciais – Banco de Dados – SEMEL). | | | |
| Proporção em relação à população na faixa etária <input type="text" value="0,14%"/> | | | |

Fonte: Adaptado de Costa e Castanhar (2003)

¹²² Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Organização: SEPLAM / DRINF / DPES/ DVPEE/ DVESE/ DVPRD. Acesso em janeiro de 2014. Importante destacar que o número não diz respeito às crianças e adolescentes em situação de risco social, pois estes dados não ainda são disponibilizados considerando os bairros.

Em reunião realizada visando à elaboração da Matriz disponibilizada anteriormente, da qual participaram trabalhadores-pesquisadores da SEMEL e representantes do GEPELC/UFG, identificou-se o limite dos conhecimentos destes atores sobre aspectos importantes e necessários à compreensão total do Programa.

Ao buscar levantar informações sobre as fontes de financiamento do programa, os investimentos realizados para aquisição de recursos materiais, o custo operacional do programa, relacionado especificamente ao pessoal alocado no mesmo, identificou-se total alienação dos responsáveis pela implantação do programa ao conjunto destas informações.

Notou-se uma cisão no conhecimento sobre os temas dentre os quadros responsáveis pela formulação e direção do Programa, dos envolvidos em sua execução e, principalmente, dos responsáveis pela ‘vida econômica’ do órgão público. Observou-se que um conjunto significativo de servidores compreendem muito bem os compromissos programáticos (objetivos gerais e objetivos específicos), bem como as necessidades de infraestrutura e materiais para a sua realização. Os mesmos identificam de modo razoável a população alvo do programa e os seus beneficiários, mas não têm conhecimento nenhum sobre o seu financiamento. O conjunto de informações sobre este tema é restrito aos domínios dos trabalhadores vinculados diretamente ao Secretário, quais sejam, alguns membros da ASPLAN – Assessoria de Planejamento, sobretudo os responsáveis pela organização das contas e das compras, membros da ASJUR - Assessoria Jurídica e alguns membros da ASSESP – Assessoria Especial Gabinete.

Desse modo o concreto, em suas múltiplas determinações, torna evidente a separação entre o político e o econômico, no âmbito da SEMEL. É como se esfera econômica estivesse essencialmente apartada da esfera política. Os Diretores não têm acesso às informações sobre o custo operacional dos programas pelos quais são responsáveis. Um deles, inclusive, em entrevista afirmou não ter o menor interesse sobre o assunto.

A referida separação configura, ao mesmo tempo, uma realidade e uma dissimulação. É uma realidade porque se materializa nas ações concretas dos gestores do órgão público, que definem no âmbito do Gabinete a destinação orçamentária, e uma dissimulação porque ela oculta a origem política da divisão sociotécnica do trabalho, manifesta no número de cargos e funções já descritos anteriormente, necessária à realização de um amplo conjunto de atividades parciais que no seu conjunto garantem o funcionamento da repartição pública. Há que se considerar, ainda, as omissões oriundas de posicionamento políticos nos quais os interesses individuais se sobrepõem aos coletivos.

A referida separação, em seu duplo aspecto real e ilusório (WOOD, 1981), configura um mecanismo de defesa da conservação da ordem, no sentido de manutenção do poder, da garantia de continuidade do modo como se gesta a política e, de certa forma, ocultar o conteúdo especificamente político da dominação ali realizada. É a partir da separação entre as esferas citadas que se efetiva e legitima a dicotomia trabalho intelectual/manual, sem a necessidade de coerção (WOOD, 1981) garantindo, ainda, o poder de deliberação acerca dos temas econômicos aos domínios privado do Gabinete, expressando uma característica essencial da sociedade capitalista (WOOD, 1981).

Não há, portanto, nada de democrático no processo de planejamento realizado no âmbito da Secretaria. Pelo contrário, todos os esforços políticos para a democratização da formulação, execução e avaliação da política do setor, no Município, consignados na LEI COMPLEMENTAR Nº 203, de 29 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia, foram abandonados, ou seja, deixados estrategicamente de lado. Exemplo disso é a morosidade na constituição e nomeação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer que, segundo a legislação vigente, teria competência para, por exemplo, “analisar, debater, aprovar e avaliar a Política e o Plano Municipal de Esporte e de Lazer de Goiânia” (Cf. Art. 13º Inciso I), ou ainda, “apreciar e aprovar o Plano de Aplicação de Recursos do Fundo Municipal de Esporte e Lazer, proposto pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer” (Cf. Art. 13º Inciso IV).

Claros exemplos que indicam à possibilidade de reorganização do poder, no âmbito desse aparelho de Estado, atribuindo centralidade a ação política, compreendida como importante, senão fundamental, instrumento de transformação social.

A diferenciação entre o “econômico” e o “político” não é, está claro, simplesmente um problema teórico, mas prático. Não há talvez maior obstáculo para a atividade socialista do que a separação entre a luta econômica e a política que caracterizou os movimentos operários modernos. Se esse obstáculo fosse, como muitos socialistas revolucionários sugeriram de forma desdenhosa, o produto de uma consciência mal orientada, “subdesenvolvida” ou “falsa” por parte da classe trabalhadora, ele seria mais fácil de superar. A tenacidade do “economicismo” da classe operária, no entanto, resulta precisamente de sua correspondência com as realidades do capitalismo e com a forma através da qual a apropriação e a exploração capitalistas efetivamente dividem as arenas da ação econômica e da política, e efetivamente transformam certas questões políticas essenciais – lutas por dominação e exploração que historicamente estiveram indissolúvelmente vinculadas ao poder político – em questões distintivamente “econômicas”. Essa separação “estrutural” pode, de fato, ser o mais efetivo

mecanismo de defesa à disposição do capital. (Wood, 1981, p.67 – Grifos da autora)

Segundo Wood (1981) a separação entre as esferas política e econômica possibilitou, p.ex., que a ideologia dominante formule uma teoria da democracia na qual, pela primeira vez na história, separe o tema do poder político popular do tema da distribuição da riqueza e da propriedade, o que em si denuncia o caráter classista das restrições à participação popular.

Um estudo sobre o financiamento dos programas de esporte e lazer poderia revelar a existência de práticas políticas clientelistas e patrimonialistas, sobretudo se se considerar a disputa pelo fundo público e as diversas possibilidades de sua materialização.

O exercício realizado, quando da elaboração Matriz Lógica do Programa Draulas Vaz, possibilitou a visualização do nível de agregação dos compromissos programáticos (objetivos gerais e objetivos específicos) e a definição de indicadores de impacto, para os objetivos gerais, no caso específico a posicionamento crítico quanto à cultura esportiva, e de resultado, para cada um dos objetivos específicos.

Ainda que não tenham sido detalhados os procedimentos necessários para a avaliação de processo procurou-se identificar na matriz lógica, sob o título fontes de informação, as fontes e/ou bases de dados, bem como, instrumentos de coleta de informação necessários para realização de uma análise dos alcances do programa. A proposta de se vincular objetivos específicos, atividades previstas e os Resultados (Imediatos, Médio Prazo – 2 anos e Longo Prazo – 4 anos) está relacionada à viabilidade da criação de um sistema de monitoramento para o mesmo. Estes elementos podem auxiliar na elaboração de mecanismos necessários a realização da avaliação de processos, bem como, na reflexão sobre a necessidade do aprimoramento da lógica do programa.

Um aspecto importante a ser observado está relacionado ao fato de a Matriz proposta ter sido construída a partir da participação e envolvimento dos trabalhadores-pesquisadores da SEMEL e dos gestores do programa. Um importante processo interativo no qual a proposta foi gradualmente sendo aprimorada, e a discussão da necessária mobilização dos trabalhadores e a adoção de práticas destinadas a promover e impulsionar os grupos e comunidades na busca de seu crescimento, da sua autonomia, da melhora gradual e progressiva de sua vida material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade em que vivem.

A Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Gohn analisou as formas organizacionais e as possibilidades e tendências de participação na relação sociedade/estado. Segundo a autora, tendo em vista as

mudanças políticas decorrentes de uma economia globalizada, gerando novas conjunturas, novos temas, problemas e conceitos o perfil e o caráter da formação dos agentes mediadores ou educadores (as) sociais também se alterou.

O novo educador deve ter outras qualificações além da militância. Para poder conhecer seus educandos, suas culturas, linguagens, valores e expectativas na vida, ele deve conhecer também a comunidade onde atua, ser sensível aos seus problemas. Para isso ele tem que dominar alguns conhecimentos. O educador tem que se formar e ser informado, não apenas na relação dialógica, mas em cursos de formação específica, combinados com cursos de formação geral. (GOHN, 2004, p. 24 – Grifo nosso).

Há, ainda, que se considerar a necessária qualificação da proposta consignando o interesse pelos aspectos ético-políticos, mensuráveis a partir da análise dos resultados sociais do programa, do fortalecimento da democracia por ele promovido, bem como o revigoração da vida pública, expresso pelo reconhecimento do valor do Estado e das suas ações políticas visando, sobretudo, a criação de uma sociedade realmente justa e igualitária, na qual a integração comunitária e o convívio social sejam efetivamente possíveis.

2.3 O SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS DE ESPORTE E LAZER DE GOIÂNIA

Como evidenciado anteriormente buscou-se, a partir da aproximação entre agentes que desenvolvem pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer e os responsáveis pela elaboração, execução e avaliação das políticas do setor, visando identificar, organizar e sistematizar informações confiáveis sobre os programas implantados no município e disponibilizá-las em uma interface amigável e interativa, desenvolvendo, portanto, novas tecnologias que permitissem qualificar a gestão pública, os agentes envolvidos e, ainda, fazer avançar o conhecimento sobre a temática.

Para tanto, entre outras ações realizadas, criou-se um Banco de Dados Digital composto pela Planilha de Dados e a Matriz Lógica dos Programas, elaboradas para caracterizar os espaços e equipamentos, sem seus diferentes níveis de acessibilidade, estado de conservação e de segurança. A identificação dos usuários, dos recursos investidos/necessários, bem como as informações sobre os programas, projetos e ações também foram levantadas.

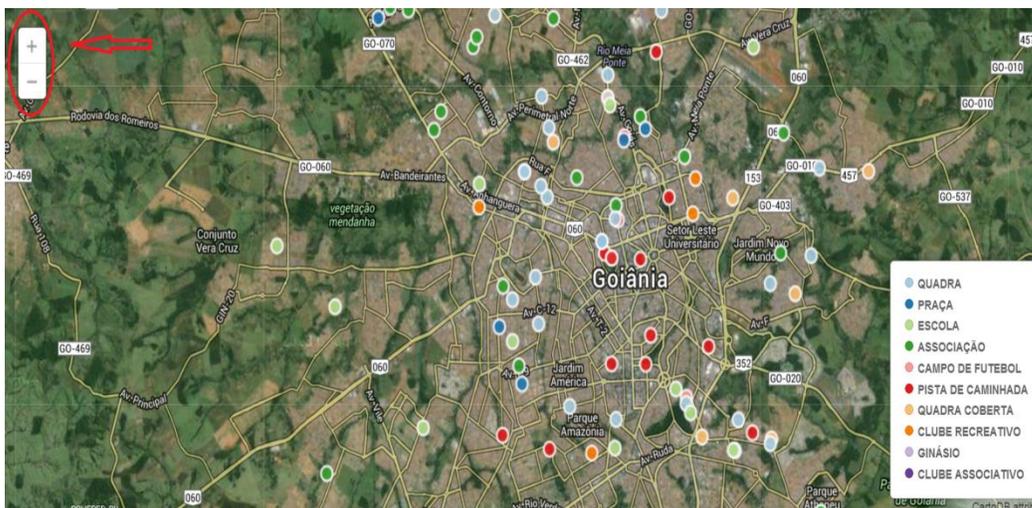
As informações coletadas foram disponibilizadas em um banco de dados geoespaciais em nuvem, o ‘Carto DB’, que permite o armazenamento e a visualização de dados na web, e as fotos dos equipamentos foram armazenadas no ‘Imagenshack’, um aplicativo utilizado para fazer *upload* de fotos e anexá-las a um banco de dados geoespaciais. Para a visualização destas recorreu-se ao ‘QGIS’, um visualizador de dados geográficos com interface amigável, pois havia a intenção de organização de um sistema leve, dinâmico, interoperável e de fácil manutenção.

O esforço empreendido na construção da interface considerou a importância da aparência visual dos componentes adequada ao perfil dos usuários em potencial, quais sejam: os gestores, munícipes e pesquisadores. Havia, portanto, a clareza de que o conjunto dos usuários do SIG necessitaria manipular dados espaciais mesmo sem ter conhecimentos sobre Cartografia (tradicional ou digital) e mesmo assim processar, apresentar a visualizar os dados geográficos, sem necessitar recorrer à intermediação de um especialista.

Esse é o sentido atribuído à expressão ‘interface amigável’: aquela pensada visando possibilitar aos usuários o acesso ao conjunto de dados georreferenciados e, a partir disso, elaborar seus mapas, correlacionar às informações disponibilizadas, formular os seus questionamentos, ou seja, definir sua própria interpretação sobre os espaços e equipamentos de esporte e lazer, existentes em Goiânia e gestados pelo poder público municipal, bem como os programas, projetos e ações relacionados a um conjunto deles.

Na Figura 12, abaixo, foi disponibilizada uma visão panorâmica do Sistema.

FIGURA 12 - VISÃO PANORÂMICA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE ESPORTE E LAZER DE GOIÂNIA – BRASIL, 2014.



Fonte: Elaboração própria, com assessoria da Geoplano.

A imagem permite identificar no canto inferior direito a legenda, indicando o tipo de equipamento e a cor do ícone e ele relacionado. No canto superior esquerdo os sinais + e -, destacados, que alteram a visualização do equipamento/mapa (zoom), mais próximo (+) ou mais distante (-).

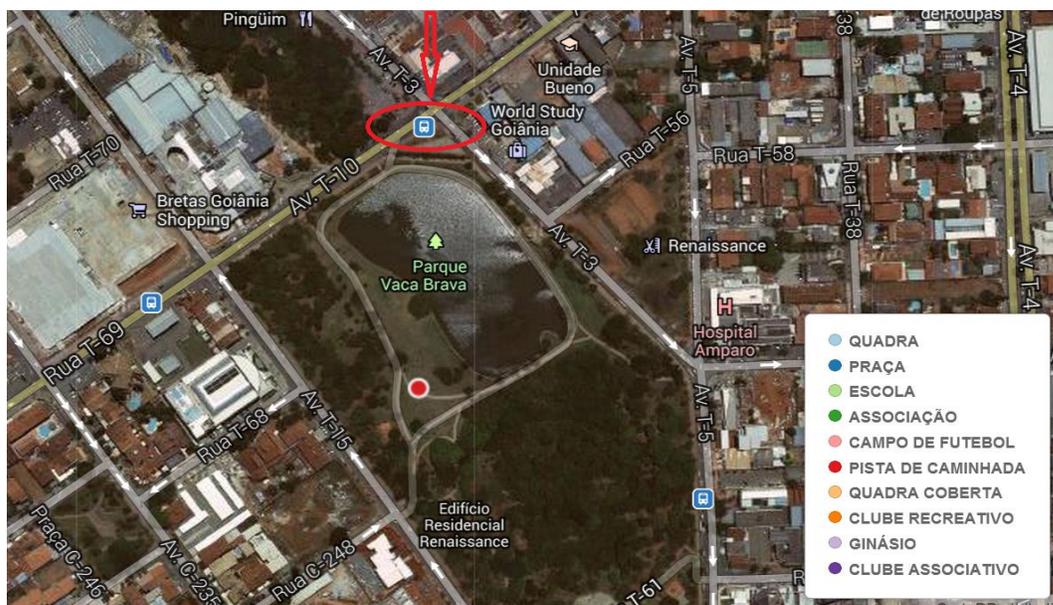
Ao clicar sobre um dos ícones um banner com informações sobre a caracterização do equipamento, bem como sua localização e a existência de programas é acessado, como pode ser observado na Figura 13, a seguir.

FIGURA 13 – VISUALIZAÇÃO DO BANNER PARA A DISUSÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO BBD – BRASIL, 2014.



Fonte: Elaboração própria, com assessoria da Geoplano.

FIGURA 14 – VISUALIZAÇÃO DA SOBREPOSIÇÃO DE INFORMAÇÕES - BRASIL, 2014.



Fonte: Elaboração própria, com assessoria da Geoplano.

A imagem, aproximada pelo acionamento da tecla Zoom, permite identificar o plano de informações do Sistema Viário e um dos pontos de ônibus, destacado em vermelho. A sobreposição dos planos de informação permitem a aproximação da informação espacializada descrita das informações sobre os espaços e equipamentos de esporte e lazer, no caso a Pista de Caminha do Parque Vaca Brava. Informações fundamentais na organização de ações que demandem articulação entre o setor de esporte e lazer e o de transporte visando oportunizar o acesso da população.

FIGURA 15 – VISUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS NO BANNER - BRASIL, 2014.



Fonte: Elaboração própria, com assessoria da Geoplano.

Na Figura 15, acima, coloca-se em destaque o link, disponibilizado no Banner de identificação do espaço ou equipamento de esporte e lazer, que permite a visualização de uma imagem atual do espaço e/ou equipamento. Tendo em vista a utilização de tecnologias livres e/ou gratuitas a atualização dos dados cartográficos nem sempre acompanham as rápidas transformações do ambiente e/ou do território. Portanto, a utilização de imagens fotográficas garante visualização da situação atual dos espaços e equipamento e, ao mesmo tempo, o acompanhamento das visitas realizadas visando à atualização da base de dados.

É pelo acesso da imagem do equipamento que se torna possível a interação entre usuários e gestores e/ou entre os próprios usuários, como pode ser observado na Figura 16, disponibilizada a seguir.

FIGURA 16 – VISUALIZAÇÃO DA IMAGEM DA PISTA DO PARQUE CASCAVEL E DAS FERRAMENTAS DE INTERARITIVIDADE - BRASIL, 2014.



Fonte: Elaboração própria, com assessoria da Geoplano.

Ao final da etapa, com a organização e sistematização das informações obtidas, foi possível a identificação da quantidade de espaços e equipamentos¹²³, sua delimitação pontual em mapas impressos, sistematização inicial do banco de dados (Planilha de Dados, Modelo e Matriz Lógica do Programa Draulas Vaz) e criação do banco de imagens, tornando viável:

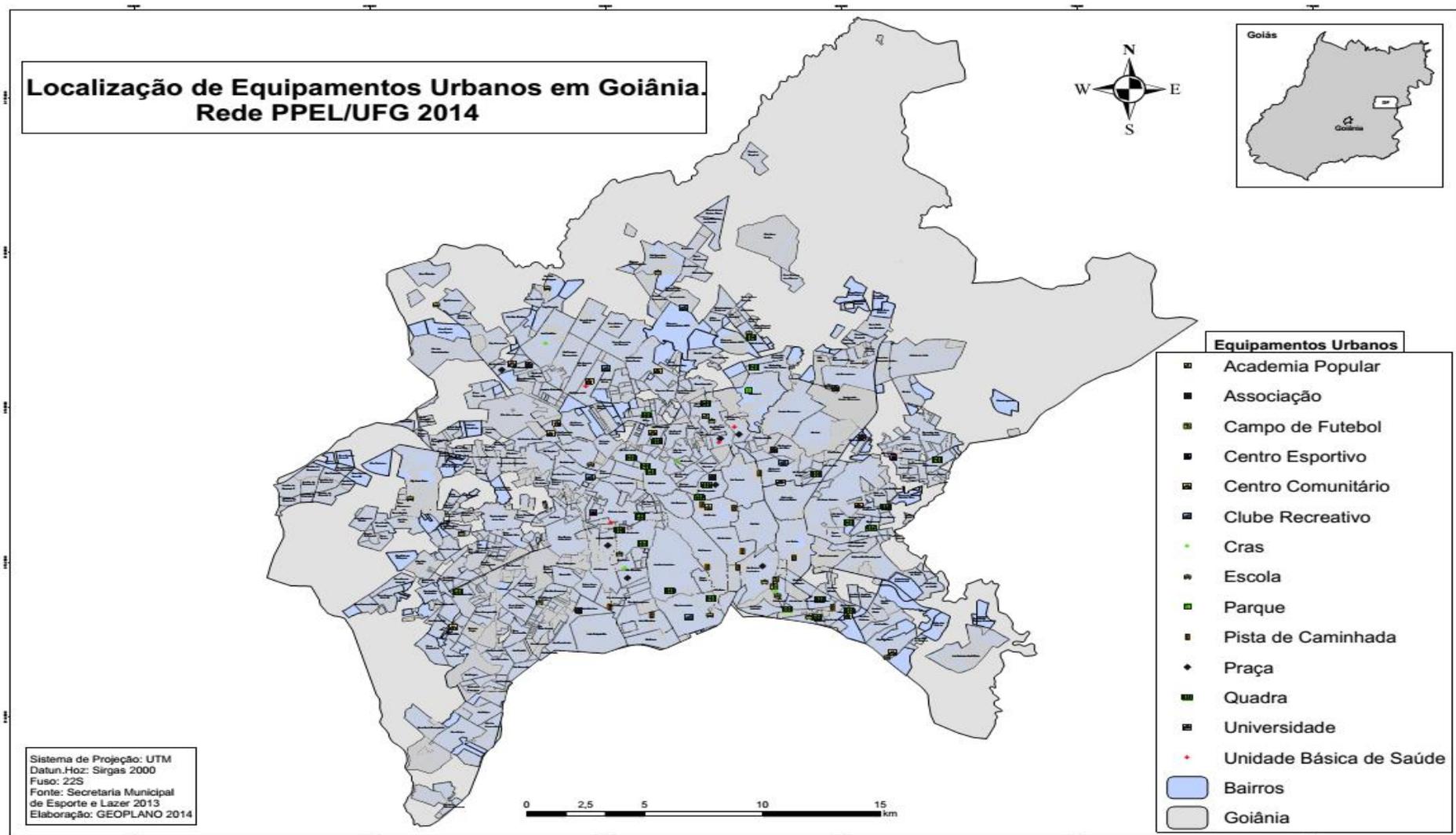
- À localização de equipamentos e serviços (manutenção);
- Ao ordenamento e gestão do território (projetos);
- À otimização da fiscalização de implementação de programas;
- À identificação estatística de público-alvo de políticas;
- O gerenciamento de sistemas ambientais e urbanos;
- A implementação de ações sociais em esporte e lazer.
- E respostas a perguntas tais como: qual é o melhor local para construção de um novo equipamento de esporte e lazer, tendo em vista as áreas destinadas a esta finalidade pela Prefeitura Municipal e a consideração de outras informações como a densidade demográfica e as áreas de abrangência dos equipamentos existentes?

¹²³ Tendo em vista o grande número de espaços e equipamentos existentes, e disponíveis para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de esporte e lazer, no âmbito do município optou-se por georreferenciar todos e sistematizar informações daqueles em que a SEMEL desenvolve atividades.

O trabalho realizado possibilitou a superação dos desafios que se colocavam para a implantação do SIG, quais sejam: (i) geração, sistematização e catalogação das informações; (ii) integração de diferentes tecnologias de informação, (iii) disponibilização de dados ao público, (iv) ferramentas *web* para disponibilização e interação com público na geração e visualização das informações geoespaciais sobre os espaços, os equipamentos e os programas de esporte e lazer, e (v) a disseminação da cultura de SIG, principal desafio para uma maior contribuição das ferramentas geoespaciais às políticas de P&D e para sua maior utilização como suporte à tomada de decisões em políticas públicas de esporte e lazer.

Na Figura 17, a seguir, apresenta-se o Mapa da localização espacial dos equipamentos Esporte e Lazer do município de Goiânia, resultado do esforço empreendido pelo conjunto de trabalhadores e pesquisadores envolvidos neste projeto.

FIGURA 17- MAPA DA LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER DE GOIÂNIA – BRASIL, 2014.



A partir do geoprocessamento realizado, e da organização do Sistema de Informação Geográfica, as possibilidades de realização de pesquisas e cruzamentos de dados são significativamente ampliadas. A título de exemplificação apresenta-se, abaixo, uma iniciativa realizada visando à validação dos instrumentos elaborados, da organização do SIG, da opção pelo ajuste conduta firmado junto a Rede Goiana de Pesquisa sobre a Violência Urbana em Goiânia, da qual o pesquisador Marcos David Gonçalves, responsável pela Geoplano, é membro pesquisador.

Além de membro da referida Rede, assessor no desenvolvimento do SIG – Esporte e Lazer de Goiânia, produto dessa investigação, o pesquisador problematizou a segmentação socioterritorial da violência criminalizada em Goiânia, quando da efetivação dos seus estudos de mestrado, realizado junto ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Estudos Ambientais da Universidade Federal de Goiás, no ano de 2012.

Ciente de que a violência não consiste apenas em atos violentos, manifestando-se, também, na forma de organização social, por meio das estruturas sociais, econômicas, políticas, jurídicas, culturais, “(...) no incentivo à competição excludente, nas estruturas de dominação, às vezes solidificadas há séculos, são ainda hoje uma ação violenta, continuada e por vezes incentivada. A fome e a miséria, o analfabetismo, a dominação sobre os povos indígenas, a discriminação das mulheres e dos afro-descendentes, a exploração da infância, a exclusão dos idosos são formas antigas e novas de violência, resultante não apenas de ações, mas estruturas sociais, muitas vezes garantidas em leis.”. (GONÇALVES, 2012, p. 53-54).

Para o autor o desmascaramento das relações de violência indispensável sobretudo aquela que, nos dias de hoje, se manifesta nos limites geográficos mais populosos das cidades, qual seja, a violência urbana.

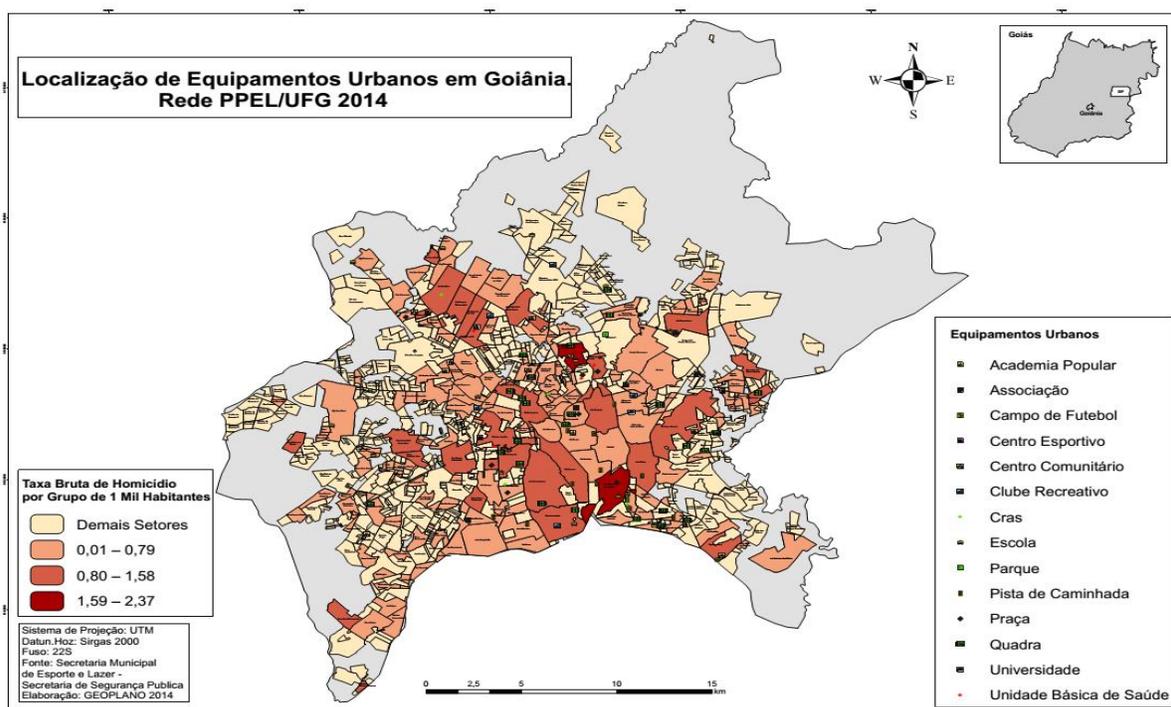
Nesse contexto a geotecnologia exerce um importante papel no processo de investigação, análise e apresentação de dados sobre a violência e a geocodificação se torna fundamental para o mapeamento da criminalidade, uma vez que essa técnica é, na atualidade, a forma mais utilizada para introduzir dados sobre a violência em um Sistema de Informação Geográfica. (GONÇALVES, 2012, p. 54).

Tendo em vista os objetivos e procedimentos de pesquisa utilizados um dos produtos do estudo desenvolvido por Gonçalves (2012) foi um Mapa no qual a espacialização dos

“Conglomerados de Homicídios em Goiânia - GO 2009/2010, com as devidas taxas brutas de homicídios no período de análise” pode ser observada.

O plano de informação que tornou possível a geração do referido mapa foi compartilhado e sobreposto ao plano de informações que gerou o mapa sobre a distribuição espacial dos equipamentos de esporte e lazer de Goiânia, originando um terceiro disponibilizado a seguir.

FIGURA 18 - MAPA DA RELAÇÃO ENTRE A LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER DE GOIÂNIA E A TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO - BRASIL, 2014.



Ainda que a discussão sobre a relação entre a violência e a oferta de serviços de esporte e lazer não esteja relacionada aos objetivos propostos para este estudo, alguns apontamentos, preliminares, foram realizados a partir do cotejo entre as informações visuais proporcionados pelo Mapa acima, pelo SIG-Esporte e Lazer de Goiânia e os resultados da pesquisa realizada por Gonçalves (2012).

Segundo o autor “[...] pode-se inferir que a segregação socioespacial em Goiânia é bem acentuada e a violência criminalizada mantém uma relação íntima com essas áreas, haja vista o maior número de ocorrências de homicídios nesses limites geográficos”. (GONÇALVES, 2012, p. 71).

O autor refere-se aos conglomerados, nos quais a Taxa Bruta de Homicídios é altíssima, destacados no mapa apresentado na Figura 18 na cor marrom mais escura.

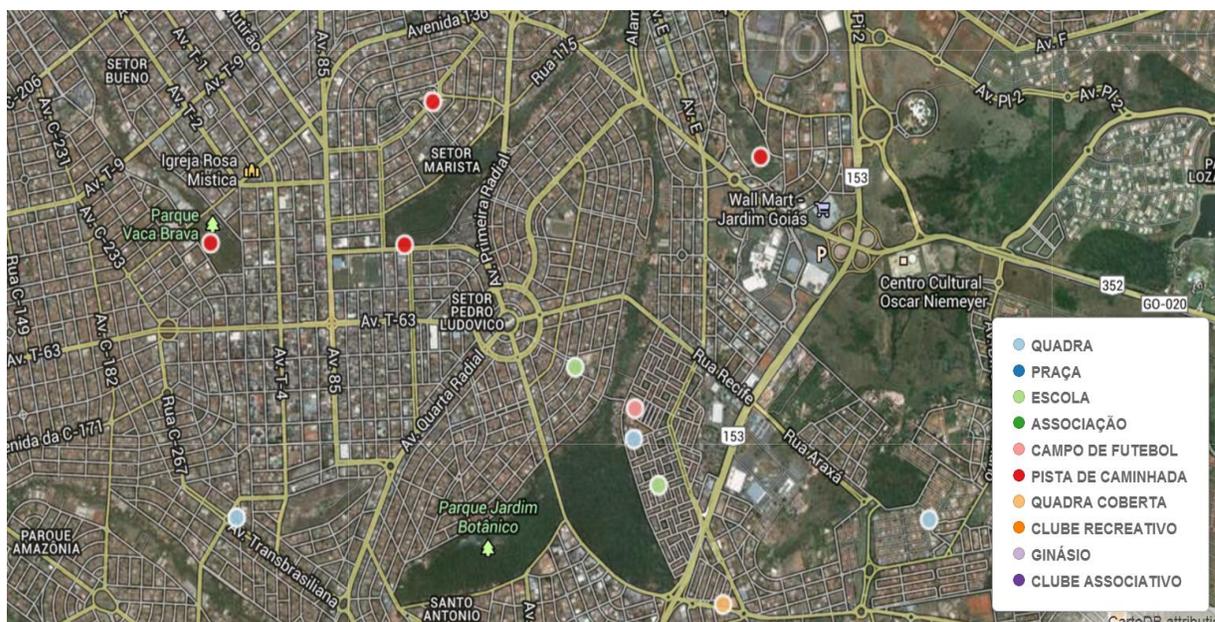
Visando proporcionar uma melhor visualização das informações disponibilizadas na Figura 18 e relacioná-la àquelas oriundas do SIG-Esporte e Lazer apresentam-se, a seguir, as Figuras 19 e 20 nas quais se colocou em relevo um recorte geográfico ilustrando os argumentos apresentados, por um lado, e formulando questionamentos sobre um argumento corrente: ‘a prática esportiva diminui a violência, afastando os jovens da droga e da criminalidade’, de outro.

FIGURA 19 - LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER URBANOS RELACIONADOS AOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA. REDE GOIANA PPEL/2014. BRASIL, 2014.



Fonte: Mapa Localização de Equipamentos Urbanos em Goiânia – Rede PPEL/UFG - Brasil, 2014.

FIGURA 20 - LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER URBANOS - BRASIL, 2014.



Fonte: SIG – Esporte e Lazer de Goiânia - REDE PPEL/UFG, 2014.

Na região em destaque, nas Figuras 19 e 20, encontram-se os seguintes equipamentos: (i) Pista do Parque Vaca Brava, (ii) Pista do Parque Areião, (iii) Pista de Caminhada da Alameda Ricardo Paranhos, (iv) Pista do Parque Flamboyant, todas com oferta regular dos Programas Caminhando com Saúde e Vida Ativa; (v) Núcleo Escola Municipal Benedita Luisa, (vi) Núcleo CRAS da Vila Redenção e (vii) Núcleo Escola Municipal Marechal Ribas Junior, oferta do Programa Segundo Tempo SEMEL/ME; (viii) Pista de Atletismo da Praça de Esportes - Rua 1011 e (ix) Campo de futebol (gramado) da Vila Redenção, com oferta regular do Programa Draulas Vaz; mais os equipamentos disponibilizados para a população, tais como, (x) Campo do Morango, (xi) Quadra Coberta/ Conjunto Anhanguera, (xii) Quadra de Esportes Praça C-17 e (xiii) Quadra de Esportes/ Parque das Laranjeiras.

Dos 91 espaços e equipamentos georreferenciados na região estão localizados 13 deles, correspondendo a 14% do total. Com relação aos espaços e equipamentos nos quais o Programa Caminhando com Saúde é oferecido a região concentra 29% do total, e 30% da oferta do Programa Draulas Vaz.

Portanto, é possível inferir que a região é muito bem assistida no que diz respeito aos serviços públicos de esporte e lazer desenvolvidos pela SEMEL, no período e contemporaneamente.

O Setor Pedro Ludovico, em destaque na Figura 19 pela alta taxa de homicídios, compõe com os Setores Marista, Bueno, Jardim Goiás, Alto da Glória/Redenção, Nova Suíça, Jardim Santo Antônio e Parque Amazônia um importante região do município.

O bairro mencionado é um dos mais antigos e populosos do município, de localização centralizada e em uma das regiões mais valorizadas¹²⁴, e alta taxa de violência e o significativo número de equipamentos públicos de esporte e lazer, com programas em funcionamento, contraditam o argumento corrente mencionando, tendo em vista a expressão da violência registrada e o conjunto de equipamentos disponíveis e serviços públicos de esporte e lazer ofertados no setor, bem como em toda região.

Segundo Gonçalves (2012) a área, do conglomerado por ele identificado, constituído pelos bairros da região sul de Goiânia (Bueno, Alto da Glória, Jardim América, Marista, Nova Suíça, Parque Amazônia, Pedro Ludovico, entre outros) tinha uma população de 248.990 habitantes¹²⁵ e sua taxa bruta¹²⁶ de homicídios, calculada para o período do estudo, foi de 35,61 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

O referido pesquisador identificou, no estudo realizado quatro Conglomerados de Homicídios em Goiânia. O primeiro já citado nos parágrafos anteriores, o segundo em área abrangendo diversos bairros da Região Norte de Goiânia (Jardim Guanabara, Urias Magalhaes, Jardim Balneário Meia Ponte, Aeroviário, Recanto do Bosque, Vale dos Sonhos, entre outros), com população de 140.098 habitantes e taxa bruta de homicídios de 37,83 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. E a terceira abrangendo os bairros localizados na Região Noroeste de Goiânia, que se destacam por apresentar as taxas mais elevadas de homicídios (Jardim Nova Esperança, Parque Tremendão, Jardim Curitiba, Vila Mutirão, Goiânia Viva, Parque Santa Rita, Floresta, entre outros) com população de 60.030 habitantes, sendo sua taxa bruta calculada de 35,74 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. O quarto, e último, conglomerado engloba os bairros Região Sudoeste da capital (Cidade Jardim, Eldorado, Jardim Europa, Granville, Garavelo, Jardim Vila Boa, Madre Germana, Parque Anhanguera, Real Conquista, Vila Canas, Vila Novo Horizonte, entre outros), com população de 187.676 habitantes e taxa bruta calculada de 29,30 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

¹²⁴ Conforme dados disponibilizados em: http://goiasdenorteesul.com.br/programa_goiania--setor-pedro-ludovico_62. Acesso em janeiro de 2014.

¹²⁵ Dados levantados pelo pesquisador junto ao Censo Demográfico, IBGE (2010).

¹²⁶ Segundo Gonçalves (2012) a taxa bruta é o estimador mais simples para o risco de ocorrência de um evento. É definida como a razão entre o número de eventos ocorridos na área e o número de pessoas expostas a ocorrência desse evento.

Os dados apresentados permitem situar a Região do Setor Pedro Ludovico entre as mais violentas, ainda que do ponto de vista do ‘processo de espacialização da pobreza’ (GONÇALVES, 2012) apresente significativa diferença com relação à Região Norte, que apresentou o maior taxa de homicídios.

Como bem observou Gonçalves (2012)

há uma diversidade de locais na metrópole, bem como nas regiões supracitadas, contraditoriamente compartilhados pelos diferentes grupos sociais, como é o caso do setor Jardim Goiás, que abriga uma classe de melhor poder aquisitivo, mas que possui áreas de ocupação clandestina. A região sudoeste também abriga integrantes da classe média que convivem com membros de uma classe de renda inferior e ainda comporta muitas áreas de habitação de interesse social (...) o centro ainda é dominado pela classe abastada, assim como as novas áreas de centralidades, como os setores Oeste, Bueno, Marista, Nova Suíça e Jardim Goiás. Já o ‘não-centro’ compreende as áreas periféricas, que se encontram distantes; no entanto, não se trata unicamente de uma periferia espacial, mas social. Nesse caso, não há mais distância entre o rico e o pobre, como se vê no condomínio horizontal fechado Aldeia do Vale - na região leste, próximo ao setor Vale dos Sonhos, cuja ocupação é irregular - e no Condomínio do Lago, na região oeste da cidade. (GONÇALVES, 2012, p. 71).

Observa-se, portanto, que caráter segregador impõe a condição de confinamento dos grupos de baixa renda em loteamentos distantes do centro da cidade, implicando em reduzidas possibilidades para as famílias terem uma vida digna, garantida mediante o acesso aos direitos que deveriam ser assegurados pelo Estado, tais como, educação, trabalho, lazer, transporte entre outros.

Como bem observou Gonçalves,

vida nos espaços segregados tem estreita relação com a violência, principalmente nos grandes centros, apresentando, para a juventude, inúmeros significados, como de viver em circuito de violência imposto, na maioria das vezes, pelos agentes do Estado. (GONÇALVES, 2012, p. 78).

Ainda segundo o autor, a referência à metrópole goianiense para se avaliar as altas taxas de violência, deve se considerar o “[...] cenário que junta pobreza, desigualdade social, urbanização rápida e acelerada, ausência de serviços e equipamentos urbanos de esporte, lazer, cultura [...]”. (GONÇALVES, 2012, p. 76).

Para finalizar o diálogo com o autor, considerando dados relevantes de sua pesquisa para a análise da relação entre a espacialização da violência e dos espaços e equipamentos de esporte e

lazer no município, julgou-se necessário à apresentação do perfil dos atores dos envolvidos nos atos de violência. Segundo o mesmo, dos acusados de homicídio 95,8% são homens. Com relação à faixa etária, 85,7% dos criminosos tinham entre 18 e 35 anos. Ao levantar dados sobre a ocupação dos delinquentes o pesquisador identificou que dos casos registrados 79% deles foram realizados por pessoas desempregadas e, quanto a atribuição do homicídio doloso, 77% dos casos estava relacionado à população difusa, ou seja, em ocorrência de desentendimento, por diversos fatores, seguida pelos casos de ação marginal, correspondendo a apenas 12% dos casos.

Informações fundamentais para avaliação da violência urbana, totalmente distinta da veiculada pelos meios de comunicação em massa que, em geral associam-na à expansão do crime organizado, tráfico de drogas, entre outras. O que se observa é, fundamentalmente, uma crise de sociabilidade.

No Relatório¹²⁷ sobre violência especialistas, da ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança, divulgaram dados da pesquisa que permitiu a organização do *Ranking* das 50 cidades mais violentas do mundo, considerando índice de homicídios por habitantes em cidades com mais de 300 mil habitantes. Os dados divulgados permitiram identificar que 40 das cidades mais violentas são da América Latina.

Ainda que a metodologia utilizada não tenha sido divulgada, podendo diferir, portanto, do estudo realizado por Gonçalves (2012), os dados apresentados, no Quadro abaixo, permitem visualizar a proximidade com os dados encontrados pelo pesquisador, para Goiânia, e compará-los com outras cidades.

QUADRO 8- RANKING DAS CIDADES MAIS VIOLENTAS DO MUNDO

| Posição no ranking | Cidade | Estado | Homicídios por 100 mil habitantes |
|---------------------------|----------------|---------------|--|
| 1° | San Pedro Sula | Honduras | 158,87 |
| 3° | Maceió | AL | 135,26 |
| 31° | Cuiabá | MT | 48,32 |
| 32° | Recife | PE | 48,23 |
| 36° | Macapá | AP | 45,08 |

¹²⁷ Dados disponíveis em: <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/sala-de-prensa/541-san-pedro-sula-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo-juarez-la-segunda>. Acesso em janeiro de fevereiro 2014.

| | | | |
|-----|----------------|----|-------|
| 37° | Fortaleza | CE | 42,90 |
| 39° | Curitiba | PR | 38,09 |
| 40° | Goiânia | GO | 37,17 |
| 45° | Belo Horizonte | MG | 34,40 |

Fonte: Elaboração própria. Dados disponíveis em: <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx>

No caso de Goiânia, especificamente, a cidade pertence ao conjunto de municípios que detém maior concentração de equipamentos culturais com relação a media nacional (GONÇALVES, 2012), mas a partir de uma análise mais rigorosa notou-se que a situação privilegiada é apenas relativa. Se diante do contexto nacional e de maneira geral o município oferece um amplo conjunto de oportunidades para o usufruto dos referidos equipamentos, considerado acima da média, internamente, considerando-se os diversos setores da cidade, toda a estrutura de desigualdade no acesso a cultura e lazer será reproduzida nesses mesmos termos.

Como bem destacou Gonçalves (2012), com relação à distribuição geográfica dos equipamentos culturais em Goiânia,

tal como acontece no cenário nacional, em Goiânia, a localização geográfica desses equipamentos obedece a critérios de poder financeiro e prestígio social. As regiões com maior oferta de cultura, não serão nunca aquelas com maior demanda demográfica ou necessidades de outra ordem, mas sim aquelas dotadas de maior prestígio e habitadas fundamentalmente pelas classes médias e altas. Ou seja, já na simples localização desses equipamentos, impõe-se uma barreira social ao acesso universal da população,

A partir das informações levantadas e georreferenciadas pelas Redes, disponibilizadas pelos mapas e aqui analisadas, não é possível inferir sobre a diminuição das taxas de violência tendo em vista a oferta de serviços públicos de esporte e lazer, ou pela garantia de espaços para as praticas eleitas pelos munícipes.

Não obstante, identificou-se a necessidade de se pensar espaço urbano das cidades a partir da consideração, por parte do Estado, da garantia dos direitos sociais, inclusive como uma estratégia para se enfrentar e reverter cenários e contextos considerados como violentos (GONÇALVES, 2012), e da reorganização da vida social no âmbito dos municípios, *locus* imediato de construção da vida.

A proposta se fundamenta premência de ações com vistas superação da ordem vigente, de modo a se promover uma sociabilidade pautada em valores humanos e laços de solidariedade.

Ainda nos marcos da atual modelo societário, faz-se necessário garantir à qualidade de vida das pessoas, pela promoção do acesso aos espaços, equipamento e práticas que possibilitem a organização de grupos e comunidades, de modo a se construir uma visão crítica da realidade em que vivem, oportunizando, ainda, uma melhora gradual e progressiva das condições materiais de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de conhecimentos sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer e a viabilidade do desenvolvimento de novas tecnologias visando à qualificação da gestão pública do setor foram tematizadas nesta tese. O problema detectado estava relacionado ao distanciamento entre os agentes responsáveis pelos estudos e pesquisas de políticas de esporte e lazer e os envolvidos com a formulação e gestão das referidas políticas, de um lado, e a necessidade da produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico de outro. Em sendo assim cogitou-se: é possível (e desejável) a aproximação dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento das pesquisas sobre políticas de esporte e lazer, dos responsáveis pela elaboração e gestão das mesmas, visando produzir conhecimentos e desenvolver tecnologias que possibilitem a qualificação da gestão pública, dos agentes envolvidos e, ainda, promover o avanço dos conhecimentos sobre a temática, demovendo as partes de suas posturas refratárias à construção de ações comuns?

O primeiro passo foi produzir um estudo visando estabelecer o *Estado da Arte* da produção acadêmico-científica sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, considerando o período entre 2007 e 2012. A sua concretização possibilitou a apreensão e compreensão do desenvolvimento deste campo de investigação. Tendo em vista a opção teórico-metodológica que orientou a sua realização, os objetos singulares: as teses, dissertações e os artigos, foram apreendidos como parte de uma totalidade concreta e dinâmica, qual seja, a produção do conhecimento em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, processo relacional que lhe atribui sentido e significado, possibilitando, assim, a sua explicação.

Os resultados do estudo, mediados pelo estabelecimento dos nexos históricos presentes no desenvolvimento das pesquisas, cujos produtos foram analisados, permitem inferir que as pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer estão se consolidando como objeto de estudo, sobretudo junto à comunidade acadêmica da Educação Física. Dados objetivos permitem evidenciar o processo de consolidação, quais sejam a) multiplicação das teses e dissertações relacionadas às políticas públicas governamentais, nos diversos âmbitos; b) inserção de disciplinas que tematizam políticas públicas de esporte e lazer em de pós-graduação, ainda que em número reduzido; c) criação de linhas de pesquisa especialmente voltadas a este campo do conhecimento, ainda que em número insuficiente para atender a demanda; e d) linhas especiais de financiamento, como foi o caso da Rede CEDES.

Nessa direção, é importante assinalar que o contexto no qual se situou a produção acadêmico-científica analisada, sobretudo das teses e dissertações, está relacionado às condições históricas em que a área Educação Física e a produção dos discentes dos PPG vêm se desenvolvendo. Portanto, julgou-se adequado considerar tanto os processos históricos nos quais se identificou alterações nas relações entre Estado, Sociedade Civil e Mercado, momentos nos quais se observou, inclusive, mudanças nos discursos sobre o acesso ao esporte e às práticas da cultura corporal, quanto ao processo de estruturação e desenvolvimento dos PPG, no Brasil.

Ao localizar e analisar a dimensão da produção acadêmico-científica no período de 2007 a 2012 identificou-se o substantivo aumento no número de dissertações e de artigos, com pico produtivo em 2010/2011, e a estabilidade no número de Teses defendidas, ano a ano, entre 2007 e 2012. Notou-se, ainda, a estreita relação entre a o crescimento do número de Grupos de Pesquisas, cadastrados no DGP/CNPq, o financiamento destes e de pesquisas pela REDE CEDES/ME e o crescimento da produção acadêmico-científica sobre as políticas de Esporte e Lazer. Observou-se que expansão dos PPG, no Brasil, incluso os PPGEF, oportunizou a ampliação da produção da área de Educação Física, mas esta não teve relação direta com a ampliação da produção sobre as políticas públicas de esporte e lazer, que, aliás, corresponde a uma ínfima parte da produção da área, como evidenciado no Capítulo I.

As teses e dissertações analisadas foram produzidas em áreas diversas, das quais se destacaram a Educação Física e a Educação. A primeira destacou-se, também, como Área Predominante – AP, dos Grupos de Pesquisa cadastrados no DGP/CNPq. Os dados anteriormente apresentados, mais a identificação de que a formação inicial dos autores e autoras, das teses e dissertações produzidas no período estudado, foi de 74%, demonstra, por um lado, o interesse da comunidade acadêmica da Educação Física sobre o tema, e por outro, a incapacidade dos PPGEF em dar conta dessa demanda.

Com relação às Instituições de Ensino Superior nas quais os estudos foram realizados notou-se que a maioria pertencia à Rede Pública, e as Universidades Federais possibilitaram o desenvolvimento de 78,05% das pesquisas realizadas, sendo que 46,51%, referentes às dissertações, e 28 % das teses foram desenvolvidas junto aos PPGEF. Notou-se, ainda, a manutenção da histórica de concentração dos programas e da produção no eixo Sudeste-Sul. O desequilíbrio na distribuição geográfica dos programas de pós-graduação em educação física, no contexto brasileiro, e a distinta valorização da produção pelas subáreas no interior dos referidos programas, apresenta-se como indicativo da busca pela Pós-Graduação em outras áreas do

conhecimento por parte da comunidade científica da Educação Física. Necessário, ainda, considerar a possibilidade insatisfação desta para com o perfil dos PPGEF, na atualidade, e/ou a intenção da formação pós-graduada em outra área do conhecimento.

O estudo sobre o Financiamento das teses e dissertações possibilitou identificar que apenas 24% dos responsáveis pelo desenvolvimento das pesquisas tiveram acesso a algum tipo de financiamento. Nenhum deles em nível de doutorado, e no mestrado apenas 28%. Dos bolsistas de mestrado apenas 7% estiveram vinculados a PPGEF. Portanto, o financiamento para o desenvolvimento de pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer, por meio de bolsas de estudos, foi oriundo, quase que totalmente, de PPG de outras áreas do conhecimento.

Na análise do perfil de autores e autoras verificou-se que a grande maioria tem formação inicial em Educação Física. A avaliação por nível de formação, mestrado ou doutorado, possibilitou identificar significativa diferença entre o número de mulheres que defenderam dissertações, e o número de homens que defenderam teses, ou seja, as mulheres foram maioria no mestrado e os homens no doutorado. Com relação às orientações observou-se que nas dissertações a maioria foi realizada por professores e nas houve equilíbrio entre os gêneros.

Com relação ao perfil da autoria nos artigos, identificou-se que apenas 6 dos artigos tiveram apenas um autor; com relação ao gênero identificou-se certo equilíbrio. Ao considerar formação inicial observou-se que a significativa maioria pertencia à comunidade acadêmica da Educação Física. Com relação à titulação dos pesquisadores e pesquisadores observou-se que 52,31% tinham mestrado e 47,69% doutorado. A maioria dos autores/autoras e/ou coautores/coautoras publicou um único artigo, e apenas 21,54%, mais de um artigo no período.

A relação entre a produção de artigos e a de teses e dissertações, ou, entre orientandos e orientadores, ou ainda, entre membros de grupos de pesquisa, foi evidenciada novamente, sobretudo na identificação de pesquisadores/pesquisadoras com publicação conjunta e em maior número. Esses dados demonstram a estreita relação entre a produção das teses e dissertações e dos artigos, no período e por região, evidenciando-se o já mencionado por Silva (2013), com relação aos PPG serem um *locus* privilegiado para a produção de conhecimento, sobretudo no nível dos estudos doutorais.

As opções teórico-metodológicas e os procedimentos utilizados demonstraram amadurecimento dos pesquisadores, qualificação das pesquisas e de seus produtos, bem como, maior interesse pelos problemas na oferta de serviços públicos relativo às práticas esportivas e corporais, na defesa de sua qualidade e do acesso a esse direito social, que pode ser observado, p.

ex., pela maior incidência de estudos que privilegiaram as temáticas ‘Análise’ e ‘Avaliação’ de políticas públicas, de programas e projetos, nos âmbitos municipal, estadual e federal, ‘Democratização’ e ‘Produção de Conhecimentos’, operacionalizados por procedimentos que possibilitaram a análise crítica dos campos e do material empíricos.

Observou-se que a formação de interesses por tais ‘núcleos temáticos’, bem como, a prevalência destes interesses ao longo do período de realização do estudo, possibilitou aos pesquisadores acúmulo de experiência, resultante da realização de suas pesquisas, da qual pode decorrer maior domínio de técnicas e métodos, melhor compreensão sobre nexos entre os problemas de pesquisa e a realidade social, a clareza sobre as implicações filosóficas das diversas opções científicas, ou seja, a ampliação do domínio sobre os fundamentos epistemológicos e ontológicos da investigação científica, podendo resultar em pesquisas de melhor qualidade. Vale ressaltar que alguns dos resumos não informavam, adequadamente, elementos essenciais dos procedimentos metodológicos realizados nas pesquisas, o que pode ser um indício da falta de rigor ou, ainda, indicativo da qualidade trabalho.

Não obstante, o crescimento da produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer não acompanhou a expansão dos PPGEF, e o crescimento da produção das outras subáreas. A expansão dos programas e a desigualdade na valorização das subáreas interferiram significativamente na produção acadêmico-científica sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer dificultando a consolidação desse objeto de estudo junto aos PPGEF. Nessa direção, parece provável que para a referida consolidação seja necessário ações políticas específicas, sobretudo pelo atual quadro de interesses representados no âmbito dos programas e junto aos órgãos de fomento e de controle da Pós-Graduação brasileira.

Notou-se o protagonismo do Campo da Educação Física na produção de conhecimentos, fortemente relacionado à existência e funcionamento dos grupos de pesquisa, e estes a existência da Rede CEDES. Com a possibilidade de extinção da referida Rede a situação pode levar estabilização da produção, circunscrita aos 27 grupos mapeados. Esta é uma análise otimista!

O levantamento crítico sobre o *Estado da Arte* proporcionou, ainda, a apreensão qualificada acerca da pertinência do geoprocessamento na gestão de políticas públicas, evidenciando a relevância social, científica e contemporânea do tema. Complementarmente possibilitou o levantamento e a análise de importante material bibliográfico que subsidiou a discussão sobre a infraestrutura esportiva e de lazer necessária à organização da Planilha de Dados e da Matriz Lógica dos Programas utilizadas na coleta de informações, na caracterização

dos espaços/equipamentos do Programa Draulas Vaz e na definição dos atributos necessários ao desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas.

O ‘segundo passo’ diz respeito ao estabelecimento do convênio com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia, visando, sobretudo, superação do distanciamento entre os pesquisadores da Universidade e os trabalhadores da SEMEL, especificamente. Julgou-se oportuna participação dos trabalhadores e gestores dos programas, projetos e ações, na realização de estudos e pesquisas, pois além de viabilizar o levantamento de informações confiáveis sobre os programas, projetos e ações do setor, qualificou o processo de elaboração dos instrumentos para a coleta de informações, por um lado, e oportunizou reflexão dos participantes sobre seus conhecimentos sobre os programas, sobre os conhecimentos produzidos pela área contemporaneamente e, ainda, sobre as necessidades específicas daqueles que atuam no setor. Não obstante, foi fundamental garantir o respeito às diferenças próprias aos espaços e agentes sociais, sobretudo àquelas que dizem respeito às particularidades do funcionamento de cada instituição e os modos de ser e agir dos diferentes agentes, o que possibilitou a superação de barreiras e a qualificação do trabalho coletivo.

A superação do distanciamento não só foi possível como necessária à minimização dos efeitos da dicotomia trabalho intelectual/manual na criação do SIG-Esporte e Lazer, o qual possibilitou espacializar os locais nos quais a política se materializava, bem como a visualização de informações confiáveis sobre os programas, qualificando a gestão e, por decorrência, o planejamento urbano.

Não obstante, o levantamento de informações confiáveis, realizado em conjunto com os trabalhadores-pesquisadores da SEMEL, pesquisadores do GEPELC/UFG e que, em alguns momentos envolveu outros trabalhadores do órgão público mencionado, se constituiu num processo complexo e repleto de percalços e dificuldades. Ainda que se afirme o necessário respeito às diferenças nas formas de ser e agir dos servidores públicos envolvidos no processo, bem como o trabalho realizado pelo órgão público em apreço, há que destacar uma série de dificuldades e/ou problemas identificados que dificultaram sobremaneira o levantamento das informações e a realização da pesquisa. Visando contribuir para com a realização de novos estudos e, complementarmente, na busca de soluções para problemas identificados e a qualificação do serviço público do setor, julga-se importante destacar:

- (i) interrupção das atividades de planejamento e de formação em serviço;

- (ii) inexistência de um plano para orientar o desenvolvimento dos programas;
- (iii) inexistência de instrumentos para o registro de informações: a) sobre os usuários; e b) sobre as ações desenvolvidas em campo;
- (iv) falta de acompanhamento da execução dos programas e das ações realizadas em campo;
- (v) número elevado de pessoal ocupado (administrativo, de apoio e técnica) sem a devida integração entre os setores e as atividades;
- (vi) falta de compromisso de parte do funcionalismo público para com a realização da função pública do órgão;
- (vii) aparente descaso dos gestores do município para com as atividades do setor, as condições de trabalho do funcionalismo público lotado na SEMEL e as condições estruturais dos equipamentos e espaços de esporte e lazer; entre outros.

Com relação à dicotomia referida anteriormente notou-se, ainda, que um conjunto significativo de servidores não tem nenhum conhecimento sobre o financiamento dos programas, ainda que demonstrem conhecimentos sobre os compromissos programáticos (objetivos gerais e objetivos específicos), a infraestrutura e materiais necessários, a população alvo do programa e os seus beneficiários. O conjunto de informações sobre este tema é restrito aos domínios dos trabalhadores vinculados diretamente ao Secretário, expressando a separação, no âmbito da SEMEL, das esferas política e econômica. Vários são os fatores intervenientes, desde as relações de poder instituídas até a omissão em causa de interesses particulares. Não obstante, identifica-se a necessidade de superação desse quadro, que pode ser iniciado, talvez, pela qualificação dos servidores e serviços públicos, visando, por um lado, a adoção de práticas destinadas a promover e impulsionar os grupos e comunidades na busca de seu crescimento, da sua autonomia, da melhora gradual e progressiva de sua vida material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade em que vivem, e de outro à sua organização, com vistas a qualificar as suas condições de trabalho e de vida, e concomitantemente, o seu alinhamento para com os interesses relacionados ao estabelecimento de padrão de sociabilidade, o que está, certamente, relacionado à luta pela democratização do Estado, tendo-a como uma estratégia democrática de transformação social.

Com relação à organização da base de dados, observou-se que esta possibilitaria a geração de mapas temáticos, por meio dos quais se poderiam aferir a distribuição espacial e a área de abrangência dos espaços e equipamentos, monitorar e avaliar aspectos relativos aos programas,

projetos e ações, espacializar áreas municipais destinadas ao esporte e lazer, o que certamente politizará a discussão sobre disputa de interesses na desafetação da destinação original destas áreas públicas, entre outras utilizações possíveis do SIG.

Em síntese, a organização do trabalho coletivo possibilitou:

- realizar eventos acadêmico-científicos visando à formação dos pesquisadores;
- criar um Banco de Dados Digital, considerando: a) caracterização dos espaços e equipamentos; b) acessibilidade; b) estado de conservação; c) segurança; d) usuários; e) recursos; e f) informações sobre os programas, projetos e ações.
- identificar e utilizar software que possibilite explorar de forma interativa as informações espacializada na sua relação com as constantes do Banco de Dados Digital, em uma interface gráfica amigável que permita, ainda, elaborar mapas, a serem configurados no próprio sistema, incluindo *layers*, legendas e informações tabulares de outros órgãos de governo;
- elaborar Mapa da infraestrutura de Esporte e Lazer do Município de Goiânia, a partir do georreferenciamento dos espaços e equipamentos de Esporte e Lazer, disponível em: <http://rede-go-ppel.org/>

Há, ainda, que se considerar a necessária qualificação do Modelo e da Matriz Lógica dos Programas, de modo incluir entre as variáveis aquelas que possibilitam a apreciação dos aspectos ético-políticos, mensuráveis a partir da análise dos resultados sociais do programa, do fortalecimento da democracia e o revigoramento da vida pública, expressos na valorização e reconhecimento do valor do Estado e das suas ações políticas visando, sobretudo, a construção de uma sociedade realmente justa e igualitária, na qual a integração comunitária e o convívio social sejam efetivamente possíveis.

Quanto às lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura se sugere: a realização de ‘pesquisa sobre as pesquisas’; a problematização da mudança do ‘eixo orientador’ da PNE, implicando no abandono da democratização da política; as condições de trabalho no âmbito das universidades e as suas relações para com a produção acadêmico-científica; os temas do Financiamento, da ‘terceirização’ dos ‘serviços públicos’ e a utilização de técnicas de geoprocessamento e georreferenciamento como uma interface que disponibiliza informações importantes e confiáveis necessárias à qualificação da gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cátia et. al. Lazer e políticas públicas no setor governamental – análise da revista *Licere*. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Vol. 19, No. 2, 2011, p. 78-89. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/2368/1901> Acesso em 26 de julho 2012.

AMARAL, Silvia Cristina Franco; PEREIRA, Ana Paula Cunha. Reflexões sobre a produção em Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, setembro 2009, p. 41-56.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

AREIAS, Keni Tatiana Vazzoler. **Direito Social ao Lazer no Brasil**: análise das contribuições da produção acadêmica difundida no campo da Educação Física: da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desporto, 2011.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **Programa Segundo Tempo**: conceitos, gestão e efeitos. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2009.

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como política pública**. 3. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BANUTH, Erica. **Turismo em áreas de represa**: caracterização e evolução no município de Arealva (SP). Dissertação de Mestrado. São Paulo, SP: Universidade Anhembi Morumbi, Faculdade de Turismo, 2010.

BARDACH, Eugene. **Los Ocho Pasos para el Análisis de Políticas Públicas**. México: Centro de Documentación y Docencia Económicas, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROSO, João. Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. In: BARROSO, João (org.) **A escola pública** – regulação, desregulação, privatização. Lisboa: Edições ASA, 2003.

BORON, Atílio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: www.esporte.gov.br. Acesso em: 18 de dezembro de 2012.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007: mensagem presidencial / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.** - Brasília: MP, 2003.

_____. Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte. Brasília, 2005.

_____. Documento Final. I Conferencia Nacional de Esporte. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/teseFinal.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2013.

BRUNO, Lúcia. Poder e Administração no Capitalismo Contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila A. (org.) **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 15-45.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento.** 200 f. Tese (Doutorado em Administração de empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CÂMARA, Gilberto; CASANOVA, Marco A; HEMERLY, Andrea S; MAGALHÃES, Geovane C; MEDEIROS, Claudia B. **Anatomia de Sistemas de Informações Geográficas.** 10ª Escola de Computação, Instituto de Computação, UNICAMP, Campinas, SP, 1996.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. **A política de esporte no Distrito Federal: Centros Olímpicos, “terceiro setor” e focalização.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2013.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política.** 12ª. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Ana Claudia (Orgs.). **O Estatuto da Cidade: comentado = The City Statute of Brazil: a commentary.** São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PlanelamentoUrbano/EstatutoComentado_Portugues.pdf. Acesso em novembro de 2013.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, set./out. 2003, p. 962-969.

COSTA, Luciana Cirino Lages Rodrigues et al. A inclusão social presente nos discursos dos dirigentes municipais de esporte/lazer da Grande/BH. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, XV, 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007. CD-ROM

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010).** Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas / - Campinas, SP: [s.n], 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino. Instituciones de nivel universitario con graduación en Educación Física en Brasil. In **Álvarez, Maria Laura Gonzáles de (org.). La Educación Física en**

Latinoamérica. Orígenes y trayectorias de la formación de profesores. Tucumán, AR, Editorial de la Universidad Nacional de Tucumán - EDUNT, 2012, pp. 91 - 109.

_____; VERONEZ, Luiz Fernando Camargo; LIÃO JUNIOR, Roberto. O esporte recreativo, o lazer, a Saúde, a Ciência & Tecnologia no Âmbito da Política Nacional de Esporte no 1º. Governo Lula 2003/2006. In HÚNGARO, Edson Marcelo e SOUSA, Wilson Luiz Lino (Orgs.) **Cultura, Educação, Lazer e Esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas.** São Caetano do Sul: Alpharrabio, 2008, p. 63-92.

_____. **Gestão Pública e Política de Lazer: a formação de agentes sociais.** Autores Associados, 2007.

CASTRO, Suélen B. E. *et al.* O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009). *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 272-550, abr/jun. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 13ª Ed. Editora Ática: São Paulo, 2003.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Políticas públicas de lazer: o papel dos Municípios na sua implementação.** Curitiba: Juruá, 2007.

CINTRA, Anna M. M. Determinação do Tema de Pesquisa. **Ci.Inf.**, Brasília,11(2):13-16,1982. Disponível em: revista. ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/download/1478/1097. Acesso: Set, 2013.

COSTA, Lúcia Cortes da. Questão Social e Políticas Sociais em Debate. **Sociedade em Debate**, Pelotas, V. 12, N. 2, jul-dez, 2006, p. 61-76.

COSTA NETO, Júlio Ferreira da; SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Políticas públicas de esporte e lazer nas cidades: gestão do espaço, utilizando ferramentas de geoprocessamento. In ALMEIDA, Dulce Filgueira *et al.* (Orgs.). **Política, Lazer e Formação.** Brasília: Thesaurus, 2010, p. 33 – 50.

COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia: um conceito em disputa. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias.** São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 01, p. 13-27.

CUNHA, Leonardo Costa et al. Projeto Segundo Tempo: configurando um modelo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, XV, 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007. CD-ROM.

DAGNINO, Renato P. (Org.) **Estudos sociais da ciência e Tecnologia & Política de Ciência e Tecnologia: Alternativas para uma Nova América Latina.** Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

DAVID, Nivaldo A. Nogueira. Pesquisa como Princípio Educativo e de Formação Docente. In GOYAZ, Marília. **Licenciatura em Educação Física.** Goiânia : FUNAPE: UFG/Ciar, 2011, p. 91-110.

Del DUCA, Giovâni Firpo *et. al.* Grupos de pesquisa em cursos de Educação Física com pós-graduação “stricto sensu” no Brasil: análise temporal de 2000 a 2008. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.25, n.4, out./dez, 2011, p. 607-17.

DIAS, Rafael B. A Agenda da Política Científica e Tecnológica Brasileira: Uma Perspectiva Histórica. In: DAGNINO, R. P. (org.) **Estudos sociais da ciência e Tecnologia & Política de Ciência e Tecnologia**: Alternativas para uma Nova América Latina. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

DYE, T. R. **Understanding Public Policy**. Londres: Prentice-Hall, 1992.

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.). **Termo de referência em pesquisa**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92, **Economia e Sociedade**. Campinas, n.8, p184-238, jun. 1997

FERREIRA, N. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf. Acesso em: 03 de julho 2012.

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALES, Roberto. Como elaborar modelo lógico de um programa: roteiro básico. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (Ipea), 2007.

FLAUSINO, Michelle da Silva; MASCARENHAS, Fernando. O direito ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.2, jun/2012, p. 1- 26.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n.21, p.211-259, jun. 2000. Disponível em: <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=20060818lobista>. Acesso em: 16 de julho 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Trabalho e Conhecimento**: Dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de formação integral dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho. **Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005, p. 63-71.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade** v.13, n.2, maio-ago, 2004, p.20-31.

GOIÂNIA. **Um estudo sobre a pobreza**: políticas e perspectivas em Goiânia. Prefeitura de Goiânia – Rede Urb-AL, junho de 2005.

_____. **Planejamento Estratégico**. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, 2008. (Mimeo).

GOMES, Christianne. Pesquisa e produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina: Diagnóstico e perspectivas In: PINTO, L.M.S.M. (Org.). **Lazer, turismo e hospitalidade**: Desafios para as cidades sede e sub sedes de megaeventos esportivos. Atibaia: Dinâmica Print Gráfica e Editora, 2010, p. 107-111.

HAM, C. & HILL, M. **The Policy Process in The Modern Capitalist State**. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HÚNGARO, Edson Marcelo *et. al.* Balanço inicial da produção do GTT de Políticas Públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In HÚNGARO, Edson Marcelo e SOUSA, Wilson Luiz Lino (Orgs.) **Cultura, Educação, Lazer e Esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. São Caetano do Sul: Alpharrabio, 2008, p. 86-121.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____; SOUSA, Wilson Luiz Lino (Orgs.) **Cultura, Educação, Lazer e Esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. São Caetano do Sul: Alpharrabio, 2008.

KAWAGUTI, C. N. Análise dos projetos financiados pela Rede Cedes. In: SCHWARTZ, G. M. *et al.* **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede Cedes**. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

KOKUBUN, Eduardo. Pós-Graduação em Educação Física. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.20, set. 2006, p.31-33.

KOSIK, Karol. **Dialética do concreto**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KUENZER, Acácia Z. Trabalho como princípio educativo. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: fevereiro de 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n68/n68a02.pdf> Acesso dezembro de 2012.

LINHALES, Meily A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Dissertação (Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

_____. **São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?** Motrivivência, Florianópolis, n. 11, p.71-81, set. 1998.

_____. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____; PEREIRA FILHO, José R. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o esporte e o lazer nas políticas públicas. In: GOELLNER, S. V. **Educação Física / Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

LORENZO, Marina Carvalho de. **Análise das práticas de participação em conselhos deliberativos de políticas: o caso do Conselho Nacional de Esportes**. Dissertação de Mestrado, UnB, 2008.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão Social: objeto do Serviço Social? **Serviço Social em Revista**. Universidade Estadual de Londrina. – Vol. 1, n. 1, Jul./Dez, 1998, p. 23-42.

MANOEL, Edison de Jesus; CARVALHO, Yara Maria de. Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. In **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.2, mai./ago. 2011, p. 389-406.

MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer**: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935). Dissertação (Educação Brasileira). Faculdade de Educação/UFG. Goiânia, 2002.

_____; SOUSA, Wilson Luiz Lino. Da Experiência Lúdica à Formação do Cidadão: pressupostos políticos e pedagógicos do Esporte e Lazer na cidade de Ipatinga. In CASTELLANI FILHO, Lino. **Gestão Pública e Política de Lazer**: a formação de agentes sociais. Autores Associados, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* Análise Qualitativa dos Trabalhos relacionados à temática “Lazer e Políticas Públicas”, publicados nos Anais do ENAREL, DE 1991 A 2008. **Licere**, Belo Horizonte, Vol.12, No. 4, dez./2009, p. 1-25.

_____; PAIVA, José Luis “Luli” de. Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer: desafios para a 1ª edição. In Liberato, Almir; Soares, Artemis (Orgs.). **Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer**: retrospectiva histórica. Manaus: EDUA, 2009, p. 13 -22.

MARTINS, Angela Maria. O Conhecimento no Campo da Gestão Escolar: notas introdutórias. In _____(Org.). **Estado da arte**: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000/2008). Brasília: LIBER LIVRO, 2011, p. 25 – 48.

MATUS, Carlos. **Teoria do jogo social**. São Paulo: Fundap, 2005.

MELO, Marcelo de Paula. Para além do salvacionismo ou considerações sobre políticas de esporte em favelas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, XIII, 2003. Caxambu. Anais... Campinas: CBCE, 2003. CD-ROM.

MELO, Vitor A. (2007). **História da Educação Física e do Esporte no Brasil** - Panorama, perspectivas, e propostas. Disponível em www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/02/victor.doc. Acesso em: 16 de julho de 2013.

MEZZADRI, Fernando. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná**: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9 Ed. Revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Revista Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 110, abr./jun. 2012, p. 270-287.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. (BAVARESCO, Agemir; FERRARO, Alceu [tradutores]). **Análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

NAKAGAWA, Carolina Teixeira. **Reflexos sociais e impactos territoriais: tipologia e espacialização dos equipamentos de cultura e lazer**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5ª Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Socialismo e Democracia no Marxismo de Carlos Nelson Coutinho. **Revista Lua Nova**, São Paulo, nº 88, 2013, p. 11-21.

_____. **Um Estado para a sociedade civil**. Temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo, Editora Cortez, 2004.

_____. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Rev. bras. Ci. Soc.**[online]. 2003, vol.18, n.52, pp. 185-202. ISSN 0102-6909.

OSLAK, O. Estado e Sociedad: *Nuevas Reglas de Juego?* **Revista Reforma y Democracia**, no. 9, 1997.

PARSONS, W. **Políticas Públicas: Una Intraducción a La Teoría y la Práctica Del Análisis de Políticas Públicas**. México, DF: Facultad Latinoamericana de Ciencias sociales e Miño y Dávila Editores, 2007.

PEIXOTO, Elza. **Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI - alguns apontamentos**. Educ. Soc. , Campinas, v. 28, n. 99, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a14v2899.pdf> . Acesso: 18 de julho 2012.

PINA, Maria de Fátima; SANTOS, Simone M. **Conceitos básicos de Sistemas de Informação Geográfica e Cartografia aplicados à saúde**. Brasília: OPAS, 2000.

PINHEIRO, Eraldo dos Santos. **Mapas e cenários do crescimento, da aptidão física e dos indicadores sociais georreferenciados de crianças e jovens sul-brasileiros: atlas do projeto Esporte Brasil (PROESP)**. Dissertação de Mestrado. Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação Física, 2009.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, 29 (4), 1995.

RECHIA, Simone. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca indenitária de Curitiba. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.11,n.3,p.49 - 66, set/dez, 2005.

RECHIA, Simone. Planejamento dos espaços e dos equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”. In FRAGA, Alex Branco; MAZO, Janice Zarpellon; STIGGER, Marco Paulo; GOELLNER Silvana Vilodre (Orgs.). **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Gênese, 2009, p. 76-88. (Série Esporte, Lazer e Saúde).

_____. **Parques Públicos de Curitiba: a relação cidade - natureza nas experiências de lazer**. UNICAMP: Campinas. Tese de Doutorado, 2003.

REQUIXA, Renato. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. S.Paulo : SESC, 1980.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RICCI, Rudá; SOTERO, Frederico. BARBOSA, Leonardo A. A.; 2001. **Gestão participativa em rede: descentralização e participação popular em gestões municipais**. Disponível em: http://www.abipti.org.br/Agropolos/PDF/Rede/gestao_participativa_rede.doc. Acesso em: 15 de abril de 2007.

ROSA, Ricardo Lemes da; CASSAPIAN, Marina Redekop; CRUZ, Luciano; MEZZADRI, Fernando Marinho. Análise das Pesquisas em Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no período de 2000 a 2008. **Anais II Seminário Nacional Sociologia & Política, 2010**, p.01-06. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT15/Ricardo%20Lemes%20e%20Marina%20Redekop%20e%20Luciano%20da%20Cruz%20e%20Fernando%20Mezzadri.pdf> . Acesso em 02 de julho 2012.

SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio. **Introdução à Metodologia da Pesquisa: projetos de iniciação científica**. Campinas: Unicamp FE. Mimeo, 2003.

SANTOS, Ana L. F.; BATISTA, Maria C. A.; ARAÚJO, Alexandre V. A produção do conhecimento em política pública para educação física, esporte e lazer: o GTT 10 em Pernambuco. In: **XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2007, Recife. Anais...** Recife: CBCE, 2007.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. V. 12, n. 34 jan./abr., 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª Ed. Rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ardemirio de Barros. **Sistemas de Informações Georreferenciadas: conceitos e fundamentos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, Daniel Quintino da; BEPLER, Michele. Geoprocessamento na Gestão Territorial de espaços públicos abertos de lazer e vazios urbanos em João Pessoa/PB. **IV Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação. Anais...** Recife - PE, 06- 09 de Maio de 2012 p. 002 – 009.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. **Tendências Teórico-Filosóficas das Teses em Educação Especial desenvolvidas nos cursos de doutorado em Educação e Educação Física no Estado de São Paulo (1985-2009)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas / - Campinas, SP: [s.n], 2013.

_____; GAMBOA, Sílvia Sánchez. Análise epistemológica da pesquisa em educação especial: a construção de um instrumental de análise. **Atos de Pesquisa em Educação - PPGE/ME FU**, v. 6, n. 2, p. 373-402, mai./ago. 2011.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em Perspectiva**, 2004, v.18, n.2, abr./jun, p.27-41.

SPOSITO, Marília Pontes (Org.). **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**, volume 1/, coordenação. – Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009.

STAREPRAVO, Fernando A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os Subcampos Político/Burocrático e Científico/Acadêmico**. Tese de Doutorado. Curitiba, PR: Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, 2011.

_____; NUNES, Ricardo S.; MARCHI Jr, Wanderley. Agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer: uma literatura a partir do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2009, Salvador. Anais... Salvador: CBCE, 2009.

STUCCHI, Sérgio. Espaços e equipamentos de recreação e lazer. In Bruhns, Heloisa Turini. **Introdução aos Estudos do Lazer** (Org).Campinas,SP: Ed. Unicamp, 1997, p. 105 – 122.

THOMPSON, John B. A metodologia da Interpretação. In _____. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa**. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 357 – 421.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a constituição de 1988**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Unicamp, Faculdade de Educação Física, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Universo da produção no âmbito da Pós-Graduação sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer/ mestrados e doutorados – 2007/2012.

| Nº | Nível | IES | Ano | Autor (a) | Título |
|----|-------|----------|------|----------------------------------|---|
| 1 | D | USP | 2011 | André Fontan Köhler | Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo: padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969-2008. |
| 2 | D | UFPR | 2011 | Fernando Augusto Starepravo | Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico |
| 3 | D | UFRJ | 2011 | Marcelo de Paula Melo | Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje. |
| 4 | D | UFRGS | 2010 | Luis Eduardo Cunha Thomassim | O "Público-Alvo" nos bastidores e na cenas da política: Um estudo sobre a participação de crianças e adolescentes nos projetos sociais esportivos. |
| 6 | D | FGV | 2008 | Luciano Bueno | Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. |
| 5 | D | USP | 2008 | Flávia da Cunha Bastos | Gestão democrática e política municipal de esporte: o caso de Santana de Parnaíba |
| 7 | D | UNESP | 2007 | Paulo Ricardo Machado Weissbach | Subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras – RS |
| 8 | M | UFV/UFJF | 2012 | Luiz Roberto Malheiros Araujo | Programa Esporte e Lazer da Cidade: análise da produção da Rede CEDES em Minas Gerais |
| 9 | M | UFPB | 2011 | Áurea Augusta Rodrigues da Mata. | Políticas Públicas de Esporte e Lazer na cidade de João Pessoa – Paraíba: uma análise do ordenamento legal. |
| 10 | M | UFMS | 2011 | Célia Maria Sampaio de Carvalho | O lazer nos parâmetros curriculares nacionais. |
| 11 | M | UCB | 2011 | Edvaldo Cesar da Silva Oliveira. | A apropriação do projeto Bola na mão Gol Cidadão pela comunidade da Vila Bandeirante – Teresina – PI. |

| | | | | | |
|----|---|------------------------|------|-------------------------------------|---|
| 12 | M | UFES | 2011 | Keni Tatiana Vazzoler Areias | Direito social ao lazer no Brasil: análise das contribuições da produção acadêmica difundida no campo da Educação Física: da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais |
| 13 | M | Unicamp | 2011 | Lia Polegato Castelan | As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo Lula (2003-2010). |
| 14 | M | Unimep | 2011 | Rejane Penna Rodrigues | O lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre: estudo das gestões municipais de 1994 a 2004. |
| 15 | M | UFPR | 2011 | Ricardo Lemes da Rosa | A Política Nacional do Esporte e Sua Relação Entre o Global e o Local. |
| 16 | M | UFC | 2011 | Tarcísio Arquimedes Araújo Carneiro | Futebol no Bom Jardim: prática de sociabilidade e estratégia de política pública social |
| 17 | M | UFSC | 2011 | Verônica Werle | Questões de Gênero na Políticas Pública de Esporte e Lazer da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis. |
| 18 | M | UFMG | 2010 | Amanda Carolina Costa Silveira | Um olhar sobre a política urbana de Belo Horizonte: há 'espaço' para o lazer dentro do planejamento urbano? |
| 19 | M | UnB | 2010 | Ana Amélia Néri Oliveira | Democracia participativa e Políticas de Esporte e Lazer: o Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE). |
| 20 | M | Fac.Int Pedro Leopoldo | 2010 | Anderson Lopes Tavares | As competências dos gestores públicos de esporte. |
| 21 | M | UFMG | 2010 | Andrea Nascimento Ewerton | Análise da formação profissional no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): olhar dos agentes sociais. |
| 22 | M | UFPR | 2010 | Barbara Schausteck de Almeida | O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil |
| 23 | M | UFPE | 2010 | Brunna Carvalho Almeida | Política de Esporte e Lazer do Recife: a elaboração de um instrumento de avaliação. |
| 24 | M | UnB | 2010 | Cláudia Regina Bonalume | O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude: a experiência do PRONASCI. |

| | | | | | |
|----|---|----------|------|--|--|
| 25 | M | UFRJ | 2010 | Daiane dos Reis Gonçalves | Atividades de Lazer de Jovens estudantes das escolas de ensino médio do Município de Eldorado do Sul/RS: um estudo descritivo. |
| 26 | M | UNAMA | 2010 | Dalva de Cassia Sampaio do Santos | O lazer no Plano Diretor das Metrópoles Amazônicas: um estudo comparativo entre Belém e Manaus. |
| 27 | M | UFRGS | 2010 | Ismael Antônio Bacellar Schaff | Formação permanente e suas relações com a prática do professor de educação física na Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer de porto Alegre |
| 28 | M | UFV | 2010 | Larissa Haddad Souza Vieira | Estudos sobre a gestão do Programa Esporte e Lazer da cidade. |
| 29 | M | UFMG | 2010 | Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa | Participação popular e transformação do espaço: a Área de Lazer Jardim Leblon |
| 30 | M | UFPE | 2010 | Luciano Flávio da Silva Leonidio | O papel executor do Terceiro setor nas políticas sociais: a intervenção do projeto Santo Amaro no campo de Esporte e Lazer e sua dinâmica interinstitucional de parcerias. |
| 31 | M | UFG | 2010 | Marcos Flávio Mércio de Oliveira | O programa segundo tempo em Goiânia e a política pública de esporte e lazer no Brasil a partir da criação do Ministério do Esporte. |
| 32 | M | UFC | 2009 | Fábio Porto de Oliveira | Utopia, Esperança e Resistência: Um Estudo sobre a Práxis Libertadora na Política Pública de Esporte e Lazer de Fortaleza |
| 33 | M | UFRGS | 2009 | Leandro Forell | Trabalho voluntário em projetos sociais esportivos: uma análise a partir do programa escola aberta de Novo Hamburgo |
| 34 | M | PUC-PR | 2009 | Maria José Soares de Mendonça. | Programas e Projetos Sociais em Curitiba: um estudo sobre a Avaliação. |
| 35 | M | UnB | 2009 | Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo | Política e formação: o programa esporte e lazer no Distrito Federal e entorno. |
| 36 | M | UFV/UFJF | 2009 | Roseana Mendes | O que é Lazer? Uma análise dos pleitos de Minas Gerais do programa Esporte e Lazer da cidade em 2007. |
| 37 | M | UFMG | 2009 | Tarcila Bretas Lopes. | Sobre o fazer técnico e o fazer político: atuação do profissional de lazer no serviço público municipal. |

| | | | | | |
|----|---|---------|------|-----------------------------|--|
| 38 | M | UESB | 2009 | Ubiratan Azevedo de Menezes | Formação da Política e Política de Formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade |
| 39 | M | UFF | 2009 | Vinicius Costa Pereira | Projetos para a Educação Física em tempos de Reestruturação Produtiva. |
| 40 | M | Unicamp | 2008 | Eduardo Tadeu Costa | Na Rede, pelo lado de Fora? Gestão e políticas públicas de lazer na cidade matricial de Santo André |
| 41 | M | UFBA | 2008 | Fatima De Souza Moreira | Políticas Públicas de lazer em Belém: um estudo sobre a gestão coletiva implementada pelo poder público municipal no período de 2001 a 2004. |
| 42 | M | UNESP | 2008 | Keila Bonin Reis de Camargo | Estudo do Turismo na Perspectiva Geográfica no Município de Presidente Epitácio. |
| 43 | M | IFES | 2008 | Marcelo Vicentini | Conselho Municipal de Esportes de Vitória: Limites e possibilidades da participação popular na gestão pública |
| 44 | M | UFPR | 2008 | Marlise Monica Araújo | Políticas Publicas Para o Esporte e Lazer no Município de Araucária no Período de 2001-2007: Estrutura Organizacional, Projetos/Programas e Análise Configuracional. |
| 45 | M | Unimep | 2008 | Stéphanie Helena Mariano | Políticas Públicas de Lazer em Cidades de pequeno porte em Regiões Metropolitanas |
| 46 | M | UNESP | 2007 | Fabício Da Mata Lucas | A prática do lazer em áreas urbanas sujeitas à exclusão social em Presidente Prudente-SP |
| 47 | M | Unimep | 2007 | Felipe Soligo Barbosa | Políticas Públicas de Lazer em Cidade Média de Região Metropolitana |
| 48 | M | UFPR | 2007 | Jacqueline Alberge Ribas | Os Jogos Abertos do Paraná na Contextualização do Esporte Paranaense entre 1987 e 2005. |
| 49 | M | UFPE | 2007 | Jéssika Paiva França | Indisponível |
| 50 | M | UFPB | 2007 | Laurecy Dias dos Santos. | Políticas Públicas: a formação cidadã no interior do Programa Escola Aberta em Pernambuco. |

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE B - Revistas que veiculam as produções da Educação Física em seu diálogo com as Ciências Humanas e Sociais, indexados no *Qualis* Periódicos da Área 21 – (Capes), pertencentes aos estratos A1, B1 e B2 – (*On Line*).

| Nº | ISSN | Revistas | Instituição | Qualis |
|-----------|-------------|---|------------------------|---------------|
| 1 | 1982-8918 | Revista Movimento (Porto Alegre. On Line) | UFRGS | A2 |
| 2 | 1980-6574 | Motriz: Revista de Educação Física (Online) | UNESP | A2 |
| 3 | 1132-239X | Revista de Psicología del Deporte | UAB | A2 |
| 4 | 0104-1290 | Saúde e Sociedade (USP. Impresso) | USP | A2 |
| 5 | 0101-7330 | Educação & Sociedade (Impresso) | UNICAMP | B1 |
| 6 | 0101-3262 | Cadernos CEDES (Impresso) | UNICAMP | B1 |
| 7 | 0100-1574 | Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso) | FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS | B1 |
| 8 | 0101-3289 | Revista Brasileira de Ciências do Esporte | CBCE | B1 |
| 9 | 0102-311X | Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso) | FIOCRUZ | B1 |
| 10 | 1696-5043 | Cultura, Ciencia y Deporte (Guadalupe) | UC SAN ANTONIO/ES | B1 |
| 11 | 1645-0523 | Revista Portuguesa de Ciências do Desporto | Univ. do Porto | B1 |
| 12 | 1645-1384 | Currículo sem Fronteiras | ABdC | B1 |
| 13 | 0871-9187 | Revista Portuguesa de Educação | Univ. Minho/PT | |
| 14 | 1517-9702 | Educação e Pesquisa (USP. Impresso) | USP | B1 |
| 15 | 0102-4698 | Educação em Revista (UFMG. Impresso) | UFMG | B1 |
| 16 | 0104-4036 | Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso) | CESGRANRIO | B1 |
| 17 | 0104-7183 | Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso) | UFRGS | B1 |
| 18 | 1414-3283 | Interface (Botucatu. Impresso) | UNESP | B1 |
| 19 | 0102-6445 | Lua Nova (Impresso) | CEDEC | B1 |
| 20 | 0103-863X | Paidéia (USP. Ribeirao Preto. Impresso) | USP/RP | B1 |
| 21 | 0103-7331 | Physis (UERJ. Impresso) | UERJ | B1 |

| | | | | |
|-----------|-----------|---|---------|----|
| 22 | 0103-7307 | Pró-Posições (UNICAMP. Impresso) | Unicamp | B1 |
| 23 | 1517-4522 | Sociologias(UFRGS. Impresso) | UFRGS | B1 |
| 24 | 0034-7701 | Revista de Antropologia (USP. Impresso) | USP | B1 |
| 25 | 1413-8557 | Psicologia Escolar e Educacional (Impresso) | ABRAPEE | B1 |
| 26 | 0102-7972 | Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS. Impresso) | UFRGS | B1 |
| 27 | 0102-3772 | Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB. Impresso) | UnB | B1 |
| 28 | 1807-5509 | Revista Brasileira de Educação Física e Esporte | USP | B1 |
| 29 | 0103-6513 | Produção (São Paulo. Impresso) - Engenharia de Produção | ABEP | B1 |
| 30 | 1983-3083 | Revista da Educação física (UEM. Online) | UEM | B2 |
| 31 | 0104-026X | Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso) | UFSC | B2 |
| 32 | 0103-1716 | Revista Brasileira de Ciência e Movimento | UCB | B2 |
| 33 | 1414-4077 | Avaliação (UNICAMP) | UNICAMP | B2 |
| 34 | 1678-4561 | Ciência & Saúde Coletiva (Online) | | B2 |
| 35 | 0104-4060 | Educar em Revista (Impresso) | UFPR | B2 |
| 36 | 1517-2473 | Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento | UFRGS | B2 |
| 37 | 1981-3171 | Licere (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online) | UFMG | B2 |
| 38 | 1980-6183 | Pensar a Prática (Online) | UFG | B2 |
| 39 | 1809-8908 | Pesquisas e Práticas Psicossociais | UFSJ | B2 |
| 40 | 0102-7182 | Psicologia e Sociedade (Impresso) | ABPS | B2 |
| 41 | 1414-9893 | Psicologia: Ciência e Profissão (Impresso) | CFP | B2 |
| 42 | 0100-0233 | Revista Baiana de Saúde Pública | SESAB | B2 |
| 43 | 1413-3482 | Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde | SBAFS | B2 |
| 44 | 0104-1282 | Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano (Impresso) | USP | B2 |
| 45 | 1809-9823 | Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia (UnATI. Impresso) | UERJ | B2 |

| | | | | |
|-----------|-----------|---------------------------------------|--------|----|
| 46 | 1516-2567 | Revista Kairós – Resumos On line | PUC/SP | B2 |
| 47 | 0103-1104 | Saúde em Debate | CEBES | B2 |
| 48 | 0102-6992 | Sociedade e Estado (UnB. Impresso) | UnB | B2 |

Fonte: Elaboração própria. Dados disponíveis em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/> .

APÊNDICE C – Universo dos artigos selecionados.

| Nº. | Autor(es) | Título | Ano |
|------------|--|--|------------|
| 1 | Tiago Nicola Lavoura Gisele Maria Schwartz Afonso Antonio Machado | A democratização das atividades de aventura na natureza: o projeto “Canoagem Popular” | 2007 |
| 2 | Simone Rechia | Curitiba Cidade Jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte | 2007 |
| 3 | Elza Margarida de Mendonça Peixoto | Os estudos do lazer no Brasil – apropriação da obra de Marx e Engels | 2008 |
| 4 | Stéphanie Helena Mariano Nelson Carvalho Marcellino | Equipamentos de lazer em cidades pequenas de região metropolitana | 2008 |
| 5 | Marcos Miranda Correia | Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social | 2008 |
| 6 | Edmur Antonio Stoppa Nelson Carvalho Marcellino | Hip-hop, “lazer” y ciudadanía en la periferia de la ciudad | 2009 |
| 7 | José Antonio Vianna Hugo Rodolfo Lovisolo | Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre a avaliação | 2009 |
| 8 | Silvia Cristina Franco Amaral Ana Paula Cunha Pereira | Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. | 2009 |
| 9 | Bárbara Schausteck de Almeida Wanderley Marchi Júnior | O financiamento dos programas Federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008) | 2010 |
| 10 | Verônica Werle | Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer | 2010 |
| 11 | Ewerton Dantas Cortês-Neto João Carlos Alchieri Hênio Ferreira de Miranda Francisco Ivo Dantas-Cavalcanti | Elaboração de indicadores de sucesso em programas de saúde pública com foco sócio-esportivo | 2010 |
| 12 | Flávia da Cruz Santos Sílvia Cristina Franco Amaral | Sobre Lazer e Políticas Sociais: Questões Teóricoconceituais | 2010 |

| | | | |
|-----------|---|--|------|
| 13 | Alessandra Dias Mendes Paulo Henrique Azevêdo | Políticas públicas de esporte e lazer & políticas públicas educacionais: promoção da educação física dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas? | 2010 |
| 14 | José Antônio Vianna Hugo Lovisolo | A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores | 2011 |
| 15 | Tarcila B. Lopes Helder F. Isayama | Sobre o fazer técnico e o fazer político: a atuação do profissional de lazer no serviço público municipal | 2011 |
| 16 | Cathia Alves Liana Romera Rosangela Benito Sergio Barcelos Nelson Carvalho Marcellino | Lazer e políticas públicas no setor governamental – análise da revista <i>Licere</i> | 2011 |
| 17 | Fernando Augusto Starepravo Juliano de Souza Wanderley Marchi Junior | Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma Proposta Teórica Metodológica de Análise | 2011 |
| 18 | Sílvia Cristina Franco Amaral Eduardo Tadeu Costa | Possibilidades de matricialidade na administração pública do lazer | 2011 |
| 19 | Suélen Barbosa Eiras de Castro Doralice Lange Souza | Significados de um projeto social esportivo: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes | 2011 |
| 20 | Alvaro Rego Millen Neto Alexandre da Costa Ferreira Antonio Jorge Gonçalves Soares | Políticas de esporte escolar e a construção social do currículo de Educação Física | 2011 |
| 21 | Edmur Antonio Stoppa Nelson Carvalho Marcellino Débora Alice Machado da Silva | Políticas públicas de lazer e a metodologia da ação comunitária | 2011 |
| 22 | Jonatas Maia da Costa Fernando Mascarenhas Ingrid Dittrich Wiggers | O lazer eclipsado: registros sobre o programa “Escola Aberta” | 2011 |
| 23 | Otávio Tavares | Megaeventos esportivos | 2011 |

| | | | |
|-----------|---|---|------|
| 24 | Aline Tschoke Simone Rechia Karine do Rocio Vieira dos Santos Flavia Gonzaga Lopes Vieira Luize Moro | As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: Uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos | 2011 |
| 25 | Bárbara Schausteck de Almeida e Wanderley Marchi Júnior | Comitê Olímpico Brasileiro e o financiamento das confederações brasileiras | 2011 |
| 26 | Keni Tatiana Vazzoler Areias Carlos Nazareno Ferreira Borges | As políticas públicas de lazer na mediação entre Estado e sociedade | 2011 |
| 27 | Fernando Mascarenhas | Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami | 2012 |
| 28 | Simone Rechia Karine do Rocio Vieira dos Santos Aline Tschoke | As forças sociais de estrutura, estética e movimento: A dinâmica da apropriação do Parque Cachoeira | 2012 |
| 29 | Emília Amélia Pinto Costa da Silva Leonardo dos Santos Oliveira Priscilla Pinto Costa da Silva Bruno Medeiros Roldão de Araújo Iraquitan de Oliveira Caminha Clara Maria Silvestre Monteiro de Freitas | Sociedade, cultura e saúde: motivação na utilização de espaço público de lazer | 2012 |
| 30 | Heloisa Helena Baldy dos Reis | Lei geral da copa, álcool e o processo de criação da legislação sobre violência | 2012 |
| 31 | Claudio Kravchychyn Walcir Ferreira Lima Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira Ieda Parra Barbosa-Rinaldi Larissa Michelle Lara | Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação | 2012 |
| 32 | Aline Tschoke e Simone Rechia | O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia | 2012 |
| 33 | Carlos Nazareno Ferreira Borges Grece Teles Tonini | O incentivo ao esporte de alto rendimento como política pública: influências recíprocas entre cidade e esporte. | 2012 |

| | | | |
|-----------|--|--|------|
| 34 | Cathia Alves Débora Alice Machado da Silva Karina Sarto Nelson Carvalho Marcelino | Lazer, políticas públicas não governamentais e estudos conceituais, na revista <i>Licere</i> | 2012 |
| 35 | Renata Monteiro Ludmila Mourão Sebastião Votre | Produção Científica sobre Políticas Públicas para a Educação Física: Abordagem sobre Gênero e Raça | 2012 |

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

APÊNDICE D: Universo dos Grupos de Pesquisa – Políticas Públicas de Esporte e Lazer, em funcionamento.

Grupos de Pesquisa – Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

| | |
|-----------|--|
| 1 | <p>Gr: <u>CENTRO DE ESTUDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER</u> - PUC Minas Li: <u>Eustaquia Salvadora de Sousa</u> Li: <u>Vânia de Fátima Noronha Alves</u> AP: Educação Física</p> |
| 2 | <p>Gr: <u>Centro de Estudos do Movimento Humano do Estado do Amazonas - CEMH-AM</u> - UEA Li: <u>Jefferson Jurema</u> Li: <u>Sandra Beltran Pedreros</u> AP: Educação Física</p> |
| 3 | <p>Gr: <u>Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade</u> - UFPR Li: <u>Wanderley Marchi Júnior</u> AP: Educação Física</p> |
| 4 | <p>Gr: <u>CEPEF - Centro de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer</u> - UFMS Li: <u>André Malina</u> Li: <u>Angela Celeste Barreto de Azevedo</u> AP: Educação Física</p> |
| 5 | <p>Gr: <u>Educação, Sociedade e Políticas Públicas</u> - USP Li: <u>Maria Eliza Mattosinho Bernardes</u> Li: <u>Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco</u> AP: Educação</p> |
| 6 | <p>Gr: <u>Estudos Culturais em Educação Física</u> - UFPEL Li: <u>Luiz Carlos Rigo</u> Li: <u>Eliane Ribeiro Pardo</u> AP: Educação Física</p> |
| 7 | <p>Gr: <u>Gestão e Marketing da Educação Física, Saúde, Esporte e Lazer (GESPORTE)</u> - UNB Li: <u>Paulo Henrique Azevêdo</u> AP: Educação Física</p> |
| 8 | <p>Gr: <u>GPL - Grupo de Pesquisas em Lazer</u> - UNIMEP Li: <u>Nelson Carvalho Marcellino</u> Li: <u>Edmur Antonio Stoppa</u> AP: Educação Física</p> |
| 9 | <p>Gr: <u>Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física</u> - FTC Li: <u>Eduard Angelo Bendrath</u> Li: <u>Denise Rodrigues Bueno</u> AP: Educação Física</p> |
| 10 | <p>Gr: <u>GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA-GEPEF</u> - UNIT Li: <u>Maria Janaina Marques da Silva</u> Li: <u>Lisane Teixeira Dantas Menezes</u> AP: Educação Física</p> |

| | |
|----|---|
| 11 | <p>Gr: <u>Grupo de estudos do desenvolvimento e da cultura corporal</u> - UNIR</p> <p>Li: <u>Ivete de Aquino Freire</u></p> <p>Li: <u>Célio José Borges</u></p> <p>AP: Educação Física</p> |
| 12 | <p>Gr: <u>Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração Esportiva</u> - USP</p> <p>Li: <u>Flávia da Cunha Bastos</u></p> <p>Li: <u>Leandro Carlos Mazzei</u></p> <p>AP: Administração</p> |
| 13 | <p>Gr: <u>Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer - GEPEFEL</u> - UNEB</p> <p>Li: <u>Luiz Carlos Rocha</u></p> <p>Li: <u>Monica Benfica Marinho</u></p> <p>AP: Educação</p> |
| 14 | <p>Gr: <u>Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física</u> - UFMA</p> <p>Li: <u>Raimundo Nonato Assunção Viana</u></p> <p>Li: <u>Silvana Martins de Araujo</u></p> <p>AP: Educação Física</p> |
| 15 | <p>Gr: <u>Grupo de Extensão e Pesquisa em Exercício e Saúde - GEPES</u> - UNESC</p> <p>Li: <u>Joni Marcio de Farias</u></p> <p>Li: <u>Barbara Regina Alvarez</u></p> <p>AP: Educação Física</p> |
| 16 | <p>Gr: <u>Labphysis - Laboratório Physis de Pesquisa em Educação Física, Sociedade e Natureza</u> - UFG</p> <p>Li: <u>Ana Márcia Silva</u></p> <p>Li: <u>Aline da Silva Nicolino</u></p> <p>AP: Educação Física</p> |
| 17 | <p>Gr: <u>Ludens: Laboratório de Estudos e Pesquisa do Lazer</u> - UNIMONTES</p> <p>Li: <u>Luciano Pereira da Silva</u></p> <p>AP: Educação Física</p> |
| 18 | <p>Gr: <u>NIEL-NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DO LAZER</u> - UFPE</p> <p>Li: <u>Tereza Luiza de França</u></p> <p>Li: <u>Katia Brandão Cavalcanti</u></p> <p>AP: Educação Física</p> |
| 19 | <p>Gr: <u>Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza - Necon</u> - UNB</p> <p>Li: <u>Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna</u></p> <p>Li: <u>Luiz Renato Vieira</u></p> <p>AP: Sociologia</p> |
| 20 | <p>Gr: <u>Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Cidade</u> - UFRGS</p> <p>Li: <u>Alberto Reinaldo Reppold Filho</u></p> <p>Li: <u>Jose Geraldo Soares Damico</u></p> <p>AP: Educação Física</p> |
| 21 | <p>Gr: <u>Oricolé - Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer</u> - UFMG</p> <p>Li: <u>Hélder Ferreira Isayama</u></p> <p>Li: <u>André Maia Schetino</u></p> <p>AP: Educação</p> |
| 22 | <p>Gr: <u>UNIVERSO DA RECREAÇÃO</u> - UNIVERSO</p> <p>Li: <u>Roseana Mendes</u></p> <p>AP: Educação Física</p> |

| | |
|-----------|--|
| 23 | <p>Gr: <u>Grupo de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e Comunicação</u> - UFG Li: <u>Humberto Luis de Deus Inacio</u> Li: <u>Fernando Mascarenhas</u> AP: Educação Física</p> |
| 24 | <p>Gr: <u>Núcleo de Atividade Física, Esporte e Lazer</u> - UNEB Li: <u>Manuela Barreto de Araújo</u> Li: <u>Marcus de Almeida Gomes</u> AP: Educação Física</p> |
| 25 | <p>Gr: <u>Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer</u> - UNICAMP Li: <u>Lino Castellani Filho</u> AP: Educação Física</p> |
| 26 | <p>Gr: <u>Política Pública e Lazer</u> - UNICAMP Li: <u>Silvia Cristina Franco Amaral</u> AP: Educação Física</p> |
| 27 | <p>Gr: <u>Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer - AVANTE</u> - UNB Li: <u>Fernando Mascarenhas</u> Li: <u>Edson Marcelo Hungaro</u> AP: Educação Física</p> |

Fonte: Elaboração Própria. Dados Disponíveis em: <http://dgp.cnpq.br/buscagrupo/> .

APÊNDICE E – Núcleos e Grupos de Pesquisa da Rede CEDES, segundo distribuição por Região no período 2003/2010.

| |
|---|
| 59 Núcleos (Instituições de Ensino Superior) |
| 80 Grupos de Estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer |
| 95 coordenadores de pesquisas |
| A Rede está implantada em 21 Estados e o Distrito Federal |
| 1.Região Norte: AM; AP; PA; RO |
| 2.Região Nordeste: AL; BA; PE; RN; MA; PB; SE |
| 3.Região Sudeste: MG; SP; RJ; ES |
| 4.Região Sul: RS; SC; PR |
| 5.Região Centro Oeste: DF; GO; MT; MS |
| São 59 os Núcleos da Rede: |
| Núcleos da Região Norte: 06 |
| Universidade Federal do Amazonas (UFAM) |
| Universidade Federal do Amapá (UFAP) |
| Universidade Federal do Pará (UFPA) |
| Universidade Estadual do Pará (UEPA) |
| Universidade Federal de Rondônia (UFRO) |
| Universidade Luterana do Brasil de Rondônia (ULBRA-RO) |
| Núcleos da Região Nordeste: 13 |
| Universidade Federal de Alagoas |
| Universidade Federal da Bahia (UFBA) |
| Universidade do Estado da Bahia (UEBA) |
| Universidade Estadual de Feira de Santana - BA |
| Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) |
| Universidade Estadual de Pernambuco (UEPE) |
| Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF - PE |
| Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (IFET/RN) |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) |
| Universidade Federal do Maranhão (UFMA) |
| Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) |
| Universidade Federal da Paraíba (UFPB) |
| Universidade Federal do Sergipe (UFSE) |
| Núcleos da Região Sudeste: 21 |
| Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) |
| Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) |
| Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG) |

| |
|---|
| Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG) |
| Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP-MG) |
| Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG) |
| Fundação de Ensino Superior de Passos (UEMG) |
| Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJDR – MG) |
| Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep-SP) |
| Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP) |
| Universidade São Paulo (USP-Ribeirão Preto) |
| Universidade São Paulo (USP-SP) |
| Universidade São Paulo (USP Leste-SP) |
| Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul (IMES-SP) |
| Instituição Educacional São Miguel Paulista - SP |
| Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP -Rio Claro/SP) |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) |
| Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ) |
| Associação Educacional Veiga de Almeida (AEVA – RJ) |
| Universidade Gama Filho (UGF-RJ) |
| Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) |
| |
| Núcleos da Região Sul: 12 |
| |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) |
| Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS) |
| Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS) |
| Universidade Luterana do Brasil do Rio Grande do Sul (ULBRA-RS) |
| Universidade Federal de Pelotas – (UFPEL-RS) |
| Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) |
| Fundação do Vale do Taquari de Educação e Desenv. Social (Univates-RS) |
| Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) |
| Universidade do Contestado – SC |
| UNESC - Criciúma |
| Universidade Federal do Paraná (UFPR) |
| Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR) |
| |
| Núcleos da Centro Oeste: 07 |
| |
| Universidade de Brasília (UnB - DF) |
| Universidade Católica de Brasília (UCB - DF) |
| Universidade Federal de Goiás (UFG) |
| Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) |
| Universidade Federal do Mato Grosso – (UFMT) |
| Universidade Católica Dom Bosco (UCDB - MS) |
| Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - MS |

Fonte: Ministério do Esporte. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/cedes/nucleos.jsp>. Acesso em: 03 de março de 2013.

APÊNDICE F – Relação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação Física, no período de 1977 a 2012.

| Nº | IES | UF | Curso | Nível | | Ano Início | | Áreas de Concentração | Nota | |
|----|----------|----|------------------------------|-------|---|------------|------|---|------|---|
| | | | | M | D | M | D | | M | D |
| 1 | UNIVERSO | RJ | Ciência da Atividade Física | M | | 2006 | | Atividade Física, Saúde e Sociedade | 3 | |
| 2 | UNESP/RC | SP | Ciências da Motricidade | M | D | 1998 | 2001 | Biodinâmica da Motricidade Humana Pedagogia da Motricidade Humana | 6 | 6 |
| 3 | UFMG | MG | Ciências do Esporte | M | D | 1998 | 2008 | Treinamento Esportivo | 4 | 4 |
| 4 | UFRGS | RS | Ciências do Movimento Humano | M | D | 1998 | 1999 | Movimento Humano, Cultura e Educação Movimento Humano, Saúde e Performance | 5 | 5 |
| 5 | UDESC | SC | Ciências do Movimento Humano | M | D | 1997 | 2009 | Estudos Biocomportamentais do Movimento Humano | 3 | 3 |
| 6 | UNICSUL | SP | Ciências do Movimento Humano | M | D | 2007 | 2011 | Biodinâmica do Movimento Humano | 4 | 4 |
| 7 | UNB | DF | Educação Física | M | | 2006 | | Atividade Física e Esporte | 3 | |
| 8 | UCB | DF | Educação Física | M | D | 1999 | 2006 | Atividade Física e Saúde | 4 | 4 |
| 9 | UFES | ES | Educação Física | M | | 2006 | | Estudos Pedagógicos e Socioculturais da Educação Física | 3 | |
| 10 | UFV/UFJF | MG | Educação Física | M | | 2012 | | Movimento Humano | 3 | |
| 11 | UFTM | MG | Educação Física | M | | 2007 | | X | 3 | |
| 12 | UFMT | MT | Educação Física | M | | 2011 | | X | 3 | |
| 13 | UFPR | PR | Educação Física | M | D | 2002 | 2007 | Exercício e Esporte | 5 | 5 |
| 14 | UFRJ | RJ | Educação Física | M | | 2009 | | Biodinâmica do Movimento Humano | 3 | |
| 15 | UGF | RJ | Educação Física | M | | 1995 | 1994 | Atividades Físicas & Desempenho Humano Educação Física & Cultura | 4 | 4 |
| 16 | UFRN | RN | Educação Física | M | | 2011 | | X | 3 | |
| 17 | UFSM | RS | Educação Física | M | | 2012 | | X | 3 | |
| 18 | UFPEL | RS | Educação Física | M | | 2007 | | Atividade Física, Esporte e Escola | 3 | |
| 19 | UFSC | SC | Educação Física | M | D | 1996 | 2006 | Atividade Física Relacionada à Saúde Teoria e Prática Pedagógica em Educação Física Cineantropometria e | 5 | 5 |

| | | | | | | | | | | |
|----|-----------|----|---------------------------------------|----|---|------|------|---|---|---|
| | | | | | | | | Desempenho Humano | | |
| 20 | FUFSE | SE | Educação Física | M | | 2012 | | X | | 3 |
| | | | | | | | | Biodinâmica do Movimento Humano | | |
| 21 | USP | SP | Educação Física | M | D | 1977 | 1989 | Pedagogia do Movimento Humano | 6 | 6 |
| | | | | | | | | Estudos do Esporte Educação Física e Sociedade | | |
| 22 | UNICAMP | SP | Educação Física | M | D | 1988 | 1993 | Atividade Física Adaptada Biodinâmica do Movimento e Esporte | 4 | 4 |
| | | | | | | | | Performance Humana Corporeidade, Pedagogia do Movimento e Lazer | | |
| 23 | UNIMEP | SP | Educação Física | M | | 2000 | | | 4 | |
| | | | | | | | | Atividade Física, Esporte e Saúde. | | |
| 24 | USJT | SP | Educação Física | M | D | 2004 | 2010 | | 4 | |
| | | | | | | | | Desempenho Humano e Atividade Física Práticas Sociais em Educação Física | | |
| 25 | UEL- UEM | PR | Educação Física - | M | D | 2006 | 2012 | | 4 | 4 |
| | | | | | | | | Saúde, Desempenho e Movimento Humano Cultura, Educação e Movimento Humano | | |
| 26 | FESP/UPE | PE | Educação Física | M | | 2008 | | | 3 | |
| | | | | | | | | | | |
| 27 | UNOPAR | PR | Exercício Físico na Promoção da Saúde | MP | | 2012 | | X | | 3 |
| | | | | | | | | | | |
| 28 | UNESP/MAR | SP | Fonoaud. | M | | 2011 | | X | | 3 |
| | | | | | | | | | | |
| 29 | USP/RP | SP | Reabilitação e Desempenho Funcional | M | D | 2012 | 2012 | X | | 4 |
| | | | | | | | | | | 4 |
| 30 | UFSCAR | SP | Terapia Ocupacional | M | | 2010 | | X | | 3 |

Fonte: Elaboração Própria. Dados Disponíveis em:

<http://contendoweb.capes.gov.br/contendoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=40900002&descricaoArea=CI%CANCINAS+DA+SA%DADE+&descricaoAreaConhecimento=EDUCA%C7%C3O+F%CDSICA&descricaoAreaAvaliacao=EDUCA%C7%C3O+F%CDSICA> . Acesso 07/10/2012.

APÊNDICE G – Relação de Autores e Área de Formação Inicial.

| Nº | Autor | Formação Inicial |
|-----------|---|-------------------------|
| 1 | Felipe Soligo Barbosa | Turismo |
| 2 | Jéssika Paiva França | Turismo |
| 3 | Fabrizio Da Mata Lucas | NE |
| 4 | Paulo Ricardo Machado Weissbach | NE |
| 5 | Stéphanie Helena Mariano | Turismo |
| 6 | Laurecy Dias dos Santos. | NE |
| 7 | Eduardo Tadeu Costa | Educação Física |
| 8 | Lia Polegato Castelan | Educação Física |
| 9 | Fatima De Souza Moreira | Educação Física |
| 10 | Marcelo Vicentini | Educação Física |
| 11 | Keila Bonin Reis de Camargo | Turismo |
| 12 | Flávia da Cunha Bastos | Educação Física |
| 13 | Luciano Bueno | Economia |
| 14 | Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo | Educação Física |
| 15 | Fábio Porto de Oliveira | Psicologia |
| 16 | Ana Amélia Néri Oliveira | Educação Física |
| 17 | Cláudia Regina Bonalume | Educação Física |
| 18 | Maria José Soares de Mendonça. | Serviço Social |
| 19 | Roseana Mendes | Educação Física |
| 20 | Tarcila Bretas Lopes. | Educação Física |
| 21 | Ubiratan Azevedo de Menezes | Educação Física |
| 22 | Vinicius Costa Pereira | Educação Física |
| 23 | Amanda Carolina Costa Silveira | Educação Física |
| 24 | Luiz Roberto Malheiros Araujo | Educação Física |
| 25 | Anderson Lopes Tavares | Educação Física |
| 26 | Andrea Nascimento Ewerton | Educação Física |
| 27 | Verônica Werle | Educação Física |
| 28 | Larissa Haddad Souza Vieira | Educação Física |
| 29 | Marcos Flávio Mércio de Oliveira | Educação Física |

| | | |
|-----------|--------------------------------------|-----------------|
| 30 | Marlise Monica Araújo | Educação Física |
| 31 | Fernando Augusto Starepravo | Educação Física |
| 32 | Ricardo Lemes da Rosa | NE |
| 33 | Dalva de Cassia Sampaio dos Santos | Educação Física |
| 34 | Luciano Flávio da Silva Leonidio | Educação Física |
| 35 | Jacqueline Alberge Ribas | Educação Física |
| 36 | Brunna Carvalho Almeida | Administração |
| 37 | Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa | Educação Física |
| 38 | Áurea Augusta Rodrigues da Mata. | Educação Física |
| 39 | Rejane Penna Rodrigues | Educação Física |
| 40 | Celia Maria Sampaio de Carvalho | Educação Física |
| 41 | Leandro Forell | Educação Física |
| 42 | Tarcísio Arquimedes Araújo Carneiro | Educação Física |
| 43 | Ismael Antônio Bacellar Schaff | Educação Física |
| 44 | André Fontan Köhler | NE |
| 45 | Luis Eduardo Cunha Thomassim | Educação Física |
| 46 | Marcelo Paula de Melo | Educação Física |
| 47 | Daiane dos Reis Gonçalves | Educação Física |
| 48 | Barbara Schausteck de Almeida | Educação Física |
| 49 | Keni Tatiana Vazzoler Areias | Educação Física |
| 50 | Edvaldo Cesar da Silva Oliveira. | Educação Física |

Fonte: Elaboração Própria. Dados disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Acesso em: Julho de 2013.

APÊNDICE H – Relação das Temáticas privilegiadas pelas Teses e Dissertações – no período de 2007 a 2012.

| Nº | Tema | Incidência |
|-----------|--|-------------------|
| 1 | Democratização das Políticas Públicas de Esporte e Lazer | 6 |
| 2 | Análise de Programas de Esporte e Lazer | 4 |
| 3 | Análise de Política de Formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade | 3 |
| 4 | Avaliação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer | 3 |
| 5 | Análise Sociológica de Políticas Públicas de Esporte e Lazer | 2 |
| 6 | Gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer Municipal | 2 |
| 7 | Gestão de Programa | 1 |
| 8 | Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Produção do Conhecimento | 3 |
| 9 | Análise de Projeto Social Esportivo | 1 |
| 10 | Análise Sociológica de Programa Federal de Esporte e Lazer | 1 |
| 11 | Atuação do Profissional de Lazer em Programas Públicos Municipal | 1 |
| 12 | Competências de Gestores de Políticas Públicas de Esporte e Lazer Municipais | 1 |
| 13 | Diagnóstico Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer Municipais | 1 |
| 14 | Financiamento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer | 1 |
| 15 | Gênero e Políticas Públicas de Esporte e Lazer | 1 |
| 16 | Gestão e Avaliação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer | 1 |
| 17 | Implementação de Políticas de Lazer | 1 |
| 18 | Lazer e Gestão Pública Municipal | 1 |
| 19 | Lazer e Juventude | 1 |
| 20 | Lazer e Política Urbana Municipal | 1 |
| 21 | Lazer, Turismo e Políticas de Regeneração Urbana | 1 |
| 22 | Política de Formação continuada em Secretaria Municipal de Esporte e Lazer | 1 |
| 23 | Política Educacional e Lazer | 1 |
| 24 | Políticas Públicas Desenvolvimento Turismo | 1 |
| 25 | Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Intersetorialidade | 1 |
| 26 | Políticas Públicas de Esporte de Alto Rendimento | 1 |
| 27 | Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Dominação | 1 |
| 28 | Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Terceiro Setor | 1 |
| 29 | Políticas Públicas de Lazer | 1 |
| 30 | Projetos Sociais de Esporte e Lazer e desenvolvimento humano. | 1 |
| 31 | Trabalho voluntário e Políticas Públicas de Esporte e Lazer | 1 |
| 32 | Utilização de espaços e equipamentos de esporte e lazer | 1 |

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE I – Relação dos Autores dos Artigos – 2007/2012.

| Relação de autores dos artigos | Nº Artigos | Gênero | Titulação | Formação Inicial |
|--|-------------------|---------------|------------------|-------------------------|
| Afonso Antonio Machado | 1 | M | Dr | EF |
| Alessandra Dias Mendes | 1 | F | Ms | EF |
| Alexandre da Costa Ferreira | 1 | M | Ms | EF |
| Aline Tschoke | 3 | F | Ms | EF |
| Alvaro Rego Millen Neto | 1 | M | Ms | EF |
| Amauri A. Bássoli de Oliveira | 1 | M | Dr | EF |
| Ana Paula Cunha Pereira | 1 | F | Ms | EF |
| Antonio Jorge Gonçalves Soares | 1 | M | Dr | EF |
| Bárbara Schausteck de Almeida | 2 | F | Ms | EF |
| Bruno Medeiros Roldão de Araújo | 1 | M | Ms | EF |
| Carlos Nazareno Ferreira Borges | 2 | M | Dr | EF |
| Cathia Alves | 2 | F | Ms | EF |
| Clara Maria Silvestre M. de Freitas | 1 | F | Dr | CS |
| Claudio Kravchychyn | 1 | M | Ms | EF |
| Débora Alice Machado da Silva | 2 | F | Ms | EF |
| Doralice Lange Souza | 1 | F | Dr | EF |
| Edmur Antonio Stoppa | 2 | M | Dr | EF |
| Eduardo Tadeu Costa | 1 | M | Ms | EF |
| Elza Margarida de M. Peixoto | 1 | F | Dra | EF |
| Emília Amélia P. Costa da Silva | 1 | F | Ms | EF |
| Ewerton Dantas Cortês-Neto | 1 | M | Ms | EF |
| Fernando Augusto Starepravo | 1 | M | Dr | EF |
| Fernando Mascarenhas | 2 | M | Dr | EF |
| Flávia da Cruz Santos | 1 | F | Ms | EF |
| Flavia Gonzaga Lopes Vieira | 1 | F | Ms | EF |
| Francisco Ivo Dantas Cavalcanti | 1 | M | Dr | Dir |
| Gisele Maria Schwartz | 1 | F | Dra | EF |
| Grece Teles Tonini | 1 | F | Ms | EF |
| Helder F. Isayama | 1 | M | Dr | EF |
| Heloisa Helena Baldy dos Reis | 1 | F | Dra | EF |
| Hênio Ferreira de Miranda | 1 | M | Dr | EF |
| Hugo Lovisolo | 2 | M | Dr | Cs |

| | | | | |
|--|---|---|-----|--------|
| Ieda Parra Barbosa-Rinaldi | 1 | F | Dra | EF |
| Ingrid Ditttrich Wiggers | 1 | F | Dra | EF |
| Iraquitã de Oliveira Caminha | 1 | M | Dr | EF |
| João Carlos Alchieri | 1 | M | Dr | Psic |
| Jonatas Maia da Costa | 1 | M | Ms | EF |
| José Antônio Vianna | 2 | M | Dr | EF |
| Juliano de Souza | 1 | M | Ms | EF |
| Karina Sarto | 1 | F | Ms | EF |
| Karine do Rocio Vieira dos Santos | 2 | F | Ms | EF |
| Keni Tatiana Vazzoler Areias | 1 | F | Ms | EF |
| Larissa Michelle Lara | 1 | F | Dra | EF |
| Leonardo dos Santos Oliveira | 1 | M | Ms | EF |
| Liana Romera | 1 | F | Dra | EF |
| Ludmila Mourão | 1 | F | Dra | EF |
| Luize Moro | 1 | F | Ms | EF |
| Marcos Miranda Correia | 1 | M | Ms | EF |
| Nelson Carvalho Marcellino | 5 | M | Dr | Cs |
| Otávio Tavares | 1 | M | Dr | EF |
| Paulo Henrique Azevêdo | 1 | M | Dr | EF |
| Priscilla Pinto Costa da Silva | 1 | F | Ms | EF |
| Renata Monteiro | 1 | F | Ms | EF |
| Rosângela Benito | 1 | F | Ms | EF |
| Sebastião Votre | 1 | M | Dr | Letras |
| Sergio Barcelos | 1 | M | Ms | EF |
| Silvia Cristina Franco Amaral | 3 | F | Dra | EF |
| Simone Rechia | 4 | F | Dra | EF |
| Stéphanie Helena Mariano | 1 | M | Ms | Tur |
| Suêlen Barbosa Eiras de Castro | 1 | F | Ms | NC |
| Tarcila B. Lopes | 1 | F | Ms | EF |
| Tiago Nicola Lavoura | 1 | M | Ms | EF |
| Verônica Werle | 1 | F | Ms | EF |
| Walcir Ferreira Lima | 1 | M | Ms | EF |
| Wanderley Marchi Junior | 3 | M | Dr | EF |

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE J – Planilha de Dados – Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas Esporte e Lazer - 2012.

| PLANILHA DE DADOS MUNICÍPIO _____ | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------|-----------------|-------------------------------------|--------------------------------------|--|--|--|--|---|--|
| EQUIPAMENTOS | ENDEREÇO | COORDENADAS UTM | CARACTERÍSTICAS | | | ACESSIBILIDADE | | | | |
| | | | | Características do Específico | Polivalentes: Composição | NEEs e/ ou Pessoas com Deficiência.¹²⁸ | Horários Disponíveis | Tempo Disponível | Cobrança de taxas | Meio de transporte |
| | | | 1.Específicos 2. não-específicos | 1.Especializados 2.Polivalentes | 1 campo de futebol 2 quadras 3 piscinas 4 pista de caminhada 5 pista de skate 6 <i>playground</i> 7 outros: _____ | 1. Sim adaptada 2. Não adaptada | 1. Manhã 2. Tarde 3. Noite 4. Intermediários 5. Sempre disponível 6. Não é disponível | 1.Todos os dias da semana. 2. Somente nos finais de semana. 3. Feriados e Férias | 1. Sim, frequentemente 2. Sim, em eventos especiais. 3. Não | 1. Transporte público fácil acesso. 2. Estacionamento Público. 3. Dificil acesso transporte público. 4. Estacionamento privado. |
| | | | 1.Específicos 2.não-específicos | 1.Especializados 2.Polivalentes | | 1. Sim adaptada 2. Não adaptada | 1. Manhã 2. Tarde 3. Noite 4. Intermediários 5. Sempre disponível 6. Não é disponível | 1.Todos os dias da semana. 2. Somente nos finais de semana. 3. Feriados e Férias | 1. Sim, frequentemente 2. Sim, em eventos especiais. 3. Não | 1. Transporte público fácil acesso. 2. Estacionamento Público. 3. Dificil acesso transporte público. 4. Estacionamento privado. |
| | | | 1.Específicos 2.não-específicos | 1.Especializados 2.Polivalentes | | 1. Sim adaptada 2. Não adaptada | 1. Manhã 2. Tarde 3. Noite 4. Intermediários 5. Sempre disponível 6. Não é disponível | 1.Todos os dias da semana. 2. Somente nos finais de semana. 3. Feriados e Férias | 1. Sim, frequentemente 2. Sim, em eventos especiais. 3. Não | 1. Transporte público fácil acesso. 2. Estacionamento Público. 3. Dificil acesso transporte público. |

¹²⁸ Existência ou não de barreiras arquitetônicas, ausência de rampas, irregularidades no calçamento...

| | | | | | | | | | | |
|--|--|--|------------------------------------|------------------------------------|--|------------------------------------|--|--|---|--|
| | | | | | | | | | | 4. Estacionamento privado. |
| | | | 1.Específicos 2.não-específicos | 1.Especializados 2.Polivalentes | | 1. Sim adaptada 2. Não adaptada | 1. Manhã 2. Tarde 3. Noite 4. Intermediários 5. Sempre disponível 6. Não é disponível | 1.Todos os dias da semana. 2. Somente nos finais de semana. 3. Feriados e Férias | 1. Sim, frequentemente 2. Sim, em eventos especiais. 3. Não | 1. Transporte público fácil acesso. 2. Estacionamento Público. 3. Dificil acesso transporte público. 4. Estacionamento privado. |
| | | | 1.Específicos 2.não-específicos | 1.Especializados 2.Polivalentes | | 1. Sim adaptada 2. Não adaptada | 1. Manhã 2. Tarde 3. Noite 4. Intermediários 5. Sempre disponível 6. Não é disponível | 1.Todos os dias da semana. 2. Somente nos finais de semana. 3. Feriados e Férias | 1. Sim, frequentemente 2. Sim, em eventos especiais. 3. Não | 1. Transporte público fácil acesso. 2. Estacionamento Público. 3. Dificil acesso transporte público. 4. Estacionamento privado. |

| Iluminação | Arborização Marquises, bancos, quiosques e tendas | Mobiliários (quadras, piscinas, campos, pistas, equipamentos de ginástica) | Parques Infantis | Lixeiras | Instalações Hidro – sanitárias - Comuns | No transito | Segurança |
|--|--|--|--|--|--|---|--|
| 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Simples e conservada 2.Simples e não conservada. 3. Coleta Seletiva e conservada. 4. Coleta Seletiva e não conservada | 1. Muito segura 2. Segura apenas em determinados horários. 3.Insegura 4. Segura apenas com a Presença da PM. | 1. Seguro - Sinais, faixa de pedestre. 2.Inseguro - Não tem nenhuma sinalização |

| | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|---|--|
| 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 5. Inexistente 1.Simples e conservada 2.Simples e não conservada. 3. Coleta Seletiva e conservada. 4. Coleta Seletiva e não conservada 5. Inexistente | 1. Muito segura 2. Segura apenas em determinados horários. 3.Insegura 4. Segura apenas com a Presença da PM. | 1. Seguro - Sinais, faixa de pedestre. 2.Inseguro - Não tem nenhuma sinalização |
| 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Simples e conservada 2.Simples e não conservada. 3. Coleta Seletiva e conservada. 4. Coleta Seletiva e não conservada 5. Inexistente | 1. Muito segura 2. Segura apenas em determinados horários. 3.Insegura 4. Segura apenas com a Presença da PM. | 1. Seguro - Sinais, faixa de pedestre. 2.Inseguro - Não tem nenhuma sinalização |
| 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Simples e conservada 2.Simples e não conservada. 3. Coleta Seletiva e conservada. 4. Coleta Seletiva e não conservada 5. Inexistente | 1. Muito segura 2. Segura apenas em determinados horários. 3.Insegura 4. Segura apenas com a Presença da PM. | 1. Seguro - Sinais, faixa de pedestre. 2.Inseguro - Não tem nenhuma sinalização |
| 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Adequada e conservada 2.Adequada e não conservada. 3. Inadequada 4. Inexistente | 1.Simples e conservada 2.Simples e não conservada. 3. Coleta Seletiva e conservada. 4. Coleta Seletiva e não conservada 5. Inexistente | 1. Muito segura 2. Segura apenas em determinados horários. 3.Insegura 4. Segura apenas com a Presença da PM. | 1. Seguro - Sinais, faixa de pedestre. 2.Inseguro - Não tem nenhuma sinalização |
| USUÁRIOS | MATERIAIS (Bolas, redes, colchonetes...) | PROJETOS E/OU PROGRAMAS | | DIVULGAÇÃO PROJETOS | Presença de Animais | | |
| 1. Moradores da região. 2. Moradores de outras regiões. 3. Moradores da região e de outras regiões. | 1. Disponível sempre 2. Disponível somente no projeto e/ ou programa. 3. Nunca é disponível e pertence ao usuário. | Realização | Responsável | 1.Muito divulgado 2. Pouco divulgado 3. Divulgação inexistente. | 1. Permitido 2. Não permitido com placas de aviso. | | |
| | | 1.Frequentemente 2. Raramente 3. Nunca | 1. Público -Municipal 2. Público – Estadual 3. Público - Federal 4. Parceria entre as esferas públicas. 5. Parceria Pública Privada. 6. ONGs. 7. Associação de Moradores. 8. Instituições Religiosas. | | | | |

| | | | | | |
|---|--|--|--|---|---|
| 1. Moradores da região. 2. Moradores de outras regiões. 3. Moradores da região e de outras regiões. | 1. Disponível sempre 2. Disponível somente no projeto e/ ou programa. 3. Nunca é disponível e pertence ao usuário. | 1.Frequentemente 2. Raramente 3. Nunca | 1. Público -Municipal 2. Público – Estadual 3. Público - Federal 4. Parceria entre as esferas públicas. 5. Parceria Pública Privada. 6. ONGs. 7. Associação de Moradores. 8. Instituições Religiosas. | 1.Muito divulgado 2. Pouco divulgado 3. Divulgação inexistente. | 1. Permitido 2. Não permitido com placas de aviso. |
| 1. Moradores da região. 2. Moradores de outras regiões. 3. Moradores da região e de outras regiões. | 1. Disponível sempre 2. Disponível somente no projeto e/ ou programa. 3. Nunca é disponível e pertence ao usuário. | 1.Frequentemente 2. Raramente 3. Nunca | 1. Público -Municipal 2. Público – Estadual 3. Público - Federal 4. Parceria entre as esferas públicas. 5. Parceria Pública Privada. 6. ONGs. 7. Associação de Moradores. 8. Instituições Religiosas. | 1.Muito divulgado 2. Pouco divulgado 3. Divulgação inexistente. | 1. Permitido 2. Não permitido com placas de aviso. |
| 1. Moradores da região. 2. Moradores de outras regiões. 3. Moradores da região e de outras regiões. | 1. Disponível sempre 2. Disponível somente no projeto e/ ou programa. 3. Nunca é disponível e pertence ao usuário. | 1.Frequentemente 2. Raramente 3. Nunca | 1. Público -Municipal 2. Público – Estadual 3. Público - Federal 4. Parceria entre as esferas públicas. 5. Parceria Pública Privada. 6. ONGs. 7. Associação de Moradores. 8. Instituições Religiosas. | 1.Muito divulgado 2. Pouco divulgado 3. Divulgação inexistente. | 1. Permitido 2. Não permitido com placas de aviso. |
| 1. Moradores da região. 2. Moradores de outras regiões. 3. Moradores da região e de outras regiões. | 1. Disponível sempre 2. Disponível somente no projeto e/ ou programa. 3. Nunca é disponível e pertence ao usuário. | 1.Frequentemente 2. Raramente 3. Nunca | 1. Público -Municipal 2. Público – Estadual 3. Público - Federal 4. Parceria entre as esferas públicas. 5. Parceria Pública Privada. 6. ONGs. 7. Associação de Moradores. 8. Instituições Religiosas. | 1.Muito divulgado 2. Pouco divulgado 3. Divulgação inexistente. | 1. Permitido 2. Não permitido com placas de aviso. |

